

Escola de Guerra Naval  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos

Bruno de Seixas Carvalho

As transformações do pensamento estratégico marítimo nos séculos XX e XXI:  
Construindo a securitização do mar

Rio de Janeiro  
2020

Bruno de Seixas Carvalho

As transformações do pensamento estratégico marítimo nos séculos XX e XXI:  
Construindo a securitização do mar

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Orientador(a): Dr. Francisco Eduardo Alves de Almeida

Rio de Janeiro

2020

C331t Carvalho, Bruno de Seixas

As transformações do pensamento estratégico marítimo nos séculos XX e XXI: construindo a securitização do mar / Bruno de Seixas Carvalho. \_\_ Rio de Janeiro, 2020.

185 f..

Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2020.

Orientador: Francisco Eduardo Alves de Almeida.

Bibliografia: f. 176 - 185.

Bruno de Seixas Carvalho

As transformações do pensamento estratégico marítimo nos séculos XX e XXI:  
Construindo a securitização do mar

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos. Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Aprovado em Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2019.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Francisco Eduardo Alves de Almeida  
(Orientador – Escola de Guerra Naval)

---

Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral  
(Professor do Programa – Escola de Guerra Naval)

---

Prof. Dr. Wellington Dantas Amorin  
(Membro externo 1 – Escola Naval)

---

Prof. Dr. Delmo de Oliveira Torrers Arguelhes  
(Membro externo 2 – UNIEURO)

## **DEDICATÓRIA**

A Marival, Claudia e Noemia que, por serem  
imperfeitos, sempre me mostraram a dávida de  
ser perfectível.

## AGRADECIMENTOS

Ao fim deste trabalho, nunca me fora tão valioso perceber a dimensão holística de um curso de pós-graduação. Este trabalho é a expressão de um processo infinito de construção de mim mesmo, que, após vazar pelos poros da minha pele, expandir-se por inúmeras frestas, tomar velocidade por entre correntezas de rios caudalosos de paixões e debandar-se por desfiladeiros, conseguiu reerguer-se e atingir uma zona de intensidade contínua. As pessoas que fizeram parte disso são engrenagens nessa constelação de “eus”, por isso, meus agradecimentos vão muito além da contemplação de um signo moral.

As ajudas foram bons encontros que sempre multiplicavam minha vontade de seguir em frente. Em especial agradeço imensamente a minha amada e eterna companheira Sophie, que, com seu sorriso sincero e abraço apertado transpunha comigo as fronteiras do possível, mesmo que muitas vezes da Inglaterra. Aos meus pais, Marival e Cláudia, minha irmã Bárbara e minha avó Noemia, por serem minha fortaleza e por me amarem tanto que às vezes eu sequer soube compreender: Drummond nunca esteve tão certo, amor é amor a nada, feliz e forte em si mesmo e vigora ao longo das vidas. Ao meu irmão de consideração Victor Mesquita, desde sempre caminhando ao meu lado, bem como a minha tia Lusanir e meu tio Milton, sempre contribuindo com valorosas discussões.

É preciso agradecer a minha família como um todo, por entenderem minha ausência, “sempre presente” em todos os eventos sociais que precisei faltar. Aos meus amigos, todos eles, que, são tantos que sequer poderia nominá-los. Um agradecimento especial a Filipe e a Ana que me acompanharam mais de perto nos últimos momentos deste trabalho, frequentemente dispostos a remarcarem nossos cinemas e almoços. Agradeço também e ao meu professor e grande amigo Giuseppe Cocco por nossas cervejas no Alessandro & Frederico; bem como ao professor Marcello Loureiro, fiel amigo sempre disposto a me ajudar com conselhos e discussões enriquecedoras

Ao meu chefe de seção e amigo, Rafael Soares, que no último ano me apoiou, seja com as discussões argutas sobre estratégia naval, seja em me dispensar nos momentos que precisei. Nesse sentido, agradeço também ao meu ex-comandante, Sérgio Ozório e, à época, seu Chefe de Estado Maior Alvaro Alvarez por terem me concedido o tempo necessário e acreditado em mim nas horas que precisei me ausentar do trabalho para consolidar esta pesquisa.

Agradeço imensamente ao meu estimado orientador Francisco Eduardo Alves de Almeida, pelo suporte e auxílio necessário nas horas que precisei, aos professores da Escola de Guerra Naval e ao professor Vinícius Mariano de Carvalho do King’s College London, pela disponibilidade e ajuda sempre bem-vindos.

“...todos os homens nascem ignorantes das causas das coisas e todos tendem a buscar o que é útil estando consciente disso”

SPINOZA, Benedictus. *Ética*. São Paulo: Autêntica, 2019. p. 42.

“Só escrevemos no limite de nosso saber, na extremidade que separa nosso saber e nossa ignorância e que transforma um no outro”

DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. p.15.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objeto o pensamento estratégico marítimo, isto é, o processo de produção de conhecimento acerca do mar enquanto instrumento político e estratégico. Assentado no positivismo comteano e no darwinismo social; bem como nas práticas da *realpolitik*, nos termos de Kissinger, é nas obras de Alfred Thayer Mahan e Sir. Julian Stafford Corbett, que o pensamento estratégico marítimo consolidou-se ao longo do século XX. Inserindo o mar no discurso de afirmação do Estado enquanto ator protagônico no sistema internacional e portador do monopólio da violência para atingir seus objetivos políticos, o pensamento marítimo dito clássico serviu de paradigma estratégico desde a Guerra Russo Japonesa, passando pelas Guerras Mundias até a Guerra Fria. Com o século XXI, no entanto, novas dinâmicas políticas e epistêmicas entram em cena. Como ressalta Geoffrey Till, a tecnologia reformulou o papel do mar, ressaltando sua relevância, não tanto como instrumento de domínio, mas também como meio de transporte e fonte de recurso. Da mesma forma, para além do ciberespaço, a importância política e estratégica da informação consolidou o que Arquilla e Ronfelt denominam noosfera, isto é, uma camada da mente que toma espessura na medida em que a ubiquidade de dados coletados do mundo inteiro sedimenta uma consciência global. Desse modo, esta pesquisa objetivou compreender as mudanças na produção de conhecimento do mar enquanto elemento político e estratégico no século XXI. Verificou-se que as práticas políticas não podem mais desprezar a noosfera e o aspecto ideacional das relações internacionais, menos ainda a centralidade do mar enquanto elemento de coesão, e não de disputa, do sistema internacional. Desse modo, nos termos de Arquilla e Ronfelt, constatou-se a emergência de uma noopolitik, complementando a tradicional reapolitik. Baseada em cooperação, colaboração e o emprego estratégico da informação por intermédio do soft power, a noopolitik engendra um pensamento estratégico de securitização do mar, nos termos de Buzan e Weaver. Com isso, seguindo a obra de Foucault, sob a hipótese de que os discursos estratégicos induzem práticas correlatas, verificou-se uma descontinuidade entre uma produção de conhecimento do mar para se proteger e securitizar os Estados, para uma dinâmica onde os Estados e os diversos atores internacionais passam a securitizar o mar, este enquanto relevante global common. Tal foi a transformação do pensamento estratégico marítimo no século XXI. Desse modo, a partir de uma análise teórica, baseada na estratégia dos Estados ao longo do século XX e nas doutrinas contemporâneas das principais marinhas, percebemos um paradigma estratégico de securitização do mar, onde a construção de discursos acerca de ameaças existenciais como piratas, terroristas, poluição ambiental e tráfico ilegal de mercadorias induz práticas correlatas, baseadas em cooperação e colaboração, sem contudo invalidar a perspectiva estratégica anterior, mas com ela coexistindo. Assim, o pensamento estratégico marítimo em um viés construtivista mostra-se relevante para fazer valer os interesses dos Estados e atores internacionais pela diplomacia e auxilia a enfrentar as ameaças ao ambiente marítimo de maneira mais efetiva, especialmente em países como o Brasil.

**Palavras-chave:** Pensamento estratégico marítimo. Securitização. Noosfera. Noopolitik. Construtivismo. Maritime Security.



## ABSTRACT

The object of this research is the maritime strategic thought; understood as the production of knowledge about the sea as a political and strategic instrument. Enabled by Comte's positivism and the social Darwinism of the late nineteenth century, and equally shaped by the realpolitik political practice, in Henry Kissinger's terms; Alfred Thayer Mahan and Sir Julian Stafford Corbett consolidated the maritime strategic thought of the twentieth century. These authors framed the sea as part of a discourse endorsing an affirmative posture of the state, both as the protagonist actor in the international system and in pursuing its political goals by the use of force. That was the strategic maritime paradigm from the Russo Japanese War to the Cold War. However, in the twenty-first century, new political and epistemic trends were brought about by the development of technology and information. As Geoffrey Till highlights, technology reshaped the attributes of the sea, emphasizing its relevance not only as a means of dominion, but also as a medium of transportation and means of resource. Likewise, surpassing the mere notion of cyberspace, the political and strategic importance of information consolidated what Arquilla and Ronfelt called the noosphere, that is, the realm of the mind. The noosphere has emerged inasmuch as huge amount of data are being collected from the entire world, crafting, thus, a global consciousness. Therefore, this research was aimed at comprehending the new trends in the maritime strategic thought, considering the changes taking place in the twenty-first century. It could be noted that political practices can no longer relinquish the noosphere and its ideational impact on international relations, much less the centrality of the sea as a pivotal element of the international system. This research verified the emergence of the noopolitik complementing the hitherto traditional realpolitik. Noopolitik's focuses on cooperation, collaboration and the strategic use of information by soft power. That could encompass a way of dealing with strategy focused on securitization, like Buzan and Weaver theorised about. Thus, following Foucault, based on the hypothesis that strategic discourse induces practices and that there was a discontinuity in this respect, a shift could be noted. Analysing states' maritime strategy throughout via its doctrines, it could be corroborated that, from discourses about the insecurity of the sea towards the securitization of the state; the twenty-first century witnessed the states and the many contemporary international actors producing discourses towards the securitization of the sea, now regarded as a crucial global common. Existential threat like pirates, terrorists, pollution and illegal maritime traffic are tackled by collaborative strategic practices complementing and existing altogether with the traditional practices. Hence, the securitization of the sea was the main transformation of the twenty-first century's maritime strategic thought. This constructivist maritime strategic view can help navies and international actors fostering its diplomatic role and dealing with contemporary threats in an effective way, specially countries like Brazil.

**Keywords:** Maritime strategic thought. Securitization. Noosphere. Noopolitik. Constructivism. Maritime Security

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A2/AD – *Anti-Acess Area Denial*

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

CMF – *Combined Maritime Forces*

CFT – *Coalition Task Forces*

CISMAR – Centro Integrado de Segurança Marítima

CNDUM – Convenção das Nações Unidas para o Uso do Mar

CS21R – *Cooperative Strategy for the 21st century Seapower*

DARPA – *Defence Advanced Research Projects Agency*

DMN – Doutrina Militar Naval

END – Estratégia Nacional de Defesa

EUA – Estados Unidos da América

EUMSS – *European Union Maritime Security Strategy*

GMSA – *Global Maritime Situational Awareness*

HADR – *Humanitarian Assistance and Disaster Response*

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IMB – International Maritime Bureau

IMO – International Maritime Organization

LCM – Linhas de Comunicação Marítima

MARSEC – Maritime Security

MAOC-N – *Maritime Analysis and Operations Centre*

MSC – *Maritime Security Committee*

NASA – *National Aeronautics and Space Administration Agency*

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OTAN – Organização para o Tratado do Atlântico Norte

ONU – Organização das Nações Unidas

PND – Política Nacional de Defesa

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ReCAAP – *Regional Cooperation Agreement on Combating Piracy and Armed Robbery against Ship in Asia*

UNEP – *United Nations Environmental Program*

ZEE – Zona Econômica Exclusiva

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1: A GÊNESE DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO MARÍTIMO .....	27
1.1 CONDIÇÕES EPISTÊMICAS .....	27
1.2 CONDIÇÕES POLÍTICAS PARA O PENSAMENTO DE MAHAN .....	35
1.3 O PENSAMENTO DE ALFRED THAYER MAHAN .....	40
1.3.1 O MÉTODO HISTÓRICO-PRINCIPIOLÓGICO DE MAHAN .....	41
1.3.2 OS ELEMENTOS DO PODER MARÍTIMO .....	43
1.3.3 CONCEPÇÕES ESTRATÉGICAS E O CONTROLE DO MAR .....	52
1.4 A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO MAHANIANO NO IMPÉRIO ALEMÃO .....	55
1.5 CONDIÇÕES POLÍTICAS PARA O PENSAMENTO DE CORBETT .....	59
1.6 O PENSAMENTO DE SIR JULIAN CORBETT .....	64
1.6.1 A NECESSIDADE DE UMA ABORDAGEM TEÓRICA DA GUERRA .....	65
1.6.2 A NATUREZA DA GUERRA .....	66
1.6.3 O COMANDO NO MAR .....	68
1.6.4 PRINCÍPIO DA CONCENTRAÇÃO .....	71
1.6.5 O BLOQUEIO E SUAS NUANCES .....	73
CAPÍTULO 2: O PENSAMENTO ESTRATÉGICO MARÍTIMO NO SÉCULO XX .....	76
2.1 A GUERRA RUSSO-JAPONESA E A BATALHA NAVAL DE TSUSHIMA .....	76
2.1.1 OS DESDOBRAMENTOS DO CONFLITO .....	79
2.1.2 A BATALHA NAVAL DE TSUSHIMA E SUA REPERCUSSÃO .....	82
2.2 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918) .....	84
2.2.1 CONSIDERAÇÕES ESTRATÉGICAS INICIAIS .....	84
2.2.2 JUTLÂNDIA E O PENSAMENTO MARÍTIMO .....	86
2.3 O PERÍODO ENTRE-GUERRAS E A POLÍTICA INTERNACIONAL .....	90
2.4 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945) .....	94
2.4.1 O TEATRO DE OPERAÇÕES NO ATLÂNTICO .....	95
2.4.2 A CAMPANHA DO PACÍFICO .....	97
2.5 A GUERRA FRIA E O PENSAMENTO ESTRATÉGICO MARÍTIMO .....	106
2.5.1 TAREFAS ANTIGAS PARA NOVAS MARINHAS .....	107
2.5.2 DIPLOMACIA E DISSUASÃO .....	110
2.5.3 UM PENSAMENTO ESTRATÉGICO MARÍTIMO AINDA REALISTA .....	112
CAPÍTULO 3: O PENSAMENTO ESTRATÉGICO MARÍTIMO DO SÉCULO XXI .....	116
3.1 NOOSFERA, NOOPOLITIK E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	116
3.1.1 CIBERESPAÇO, INFOSFERA E NOOSFERA .....	120
3.1.2 A NOOSFERA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E POLÍTICA .....	122

3.1.3 A NOOPOLITIK E A DINAMICA DA POLÍTICA INTERNACIONAL.....	127
3.1.4 UMA NOOPOLITIK PARA OS GLOBAL COMMONS: A RELAÇÃO COM O MAR....	130
3.2 O MAR ENQUANTO <i>GLOBAL COMMON</i> .....	132
3.2.1 OS QUATRO ATRIBUTOS DO MAR.....	132
3.2.2 AMEAÇAS NÃO ESTATAIS AO AMBIENTE MARÍTIMO .....	134
3.2.2 AS BATALHAS NARRATIVAS NA NOOSFERA .....	142
3.2.3 O PARADIGMA DE COMPETIÇÃO ENTRE POTÊNCIAS.....	145
3.3 A CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DO SÉCULO XXI.....	149
3.3.1 SECURITIZAÇÃO MARÍTIMA.....	152
3.3.2 MARINHAS PÓS MODERNAS E A SECURITIZAÇÃO MARÍTIMA .....	157
3.4 SECURITIZAÇÃO MARÍTIMA NO MUNDO .....	160
3.5 SECURITIZAÇÃO MARÍTIMA NO BRASIL .....	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	172

## INTRODUÇÃO

O começo do século XX é marcado pela relevância política e estratégica do ambiente marítimo nas relações internacionais. A chamada ‘era do navalismo’ em grande parte se explica pela contundência de obras como as do norte americano Alfred Thayer Mahan *The Influence of Sea Power Upon History (1660-1783)*<sup>1</sup> publicado no fim do século anterior, e do advogado britânico Sir Julian Stafford Corbett *Some Principles of Maritime Strategy*, de 1911. Esses pensadores redimensionaram a importância do mar<sup>2</sup>, lançando as bases para a consolidação do pensamento estratégico marítimo, este entendido como o processo de produção de conhecimento acerca do mar enquanto instrumento político e estratégico, objeto da presente pesquisa.

Essas duas vertentes vigoraram sobremaneira ao longo do século XX. Embora dessemelhantes em alguns aspectos, na obra dos dois pensadores, nota-se um discurso legitimando o papel Estado enquanto ator central, que precisa conduzir sua política externa a partir de um poder naval poderoso, com a força necessária para fazer valer seus interesses. Nas palavras de Geoffrey Till, podemos mesmo assumir que Mahan e Corbett inauguraram a perspectiva de enxergar no ambiente marítimo um instrumento de dominação<sup>3</sup>.

O processo de consolidação desse discurso ganha tração já no fim do século XIX, período que reúne as condições de possibilidade para sua proliferação ao longo do século seguinte. Com efeito, a definição territorial dos Estados suscitando as guerras de independência, unificação, secessão e expansão entre 1815 e 1870, uma vez consolidada, condiciona a atenção política e diplomática das potenciais mundiais para um escopo mais global.<sup>4</sup> Já no começo de 1880 a competição econômica entre os Estados e as disputas decorrentes atraem a aquisição de territórios ultramarinos como possíveis soluções geopolíticas para expansão do comércio e definição dos interesses estatais<sup>5</sup>. Novos atores participam do concerto das nações com destaque para os Estados Unidos da América (EUA) o Império Alemão e o Japão.

---

<sup>1</sup> Doravante vamos nos referir a ele como *Influence*.

<sup>2</sup> Convém ressaltar que tais pensadores não foram os primeiros explorar o tema. Em verdade, desde 1270 tem-se registro de obras que tratam da guerra no mar. Para Geoffrey Till, os fatores que explicam o particular renome adquirido por Mahan e Corbett são: a supremacia política de que seus países eram dotados; a inovação conceitual que estabeleceram e o fato de terem escrito suas obras em uma língua que se tornou a mais acessível mundialmente. In TILL, Geoffrey. *Sea Power: A guide for the Twenty-First Century*. Londres: Routledge, 2018

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> HARDING, Richard. *Seapower and Naval Warfare, 1650-1830* Londres: Routledge, 1999. p.02.

<sup>5</sup> Ibid.

É na esteira desse processo que Mahan impulsiona a política norte-americana em relação à disputa das colônias espanholas em Cuba e nas Filipinas o que resulta na guerra Hispano americana (1898). Mahan também se fez presente na política externa do Império Alemão recém unificado de Wilhem II e Tirpitiz, bem como com o Japão, culminando, respectivamente, em uma corrida naval armamentista cujo paroxismo será a Primeira Guerra Mundial; e na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Corbett, por sua vez, torna-se referência no Reino Unido, advogando em favor da transformação tecnológica da *Royal Navy*, e consolidando as condições para um pensamento estratégico marítimo coerente à diplomacia britânica alinhar-se à Rússia e França, na medida em que, após um tratado com Japão, resguardava também seus interesses na Ásia.

Na seara tecnológica, o fim do século XIX testemunhou uma vigorosa mudança. As condições de saúde e higiene melhoram; a economia torna-se padronizada através do padrão ouro; consolida-se a eletricidade; surge o eletromagnetismo e cabos submarinos agora atravessam os oceanos acelerando as comunicações via telégrafo<sup>6</sup>. O mundo torna-se mais conectado e, da mesma maneira, o comércio marítimo: com o amadurecimento da transição da vela para o vapor e, logo a seguir, a invenção do motor de combustão interna, distancias que eram percorridas em meses transformam-se em dias. Em relação às Marinhas de guerra não foi diferente, em pouco mais de cinquenta anos os navios de guerra reestruturaram-se de uma maneira tal que se há mais de dois mil anos eram construídos de madeira, as couraças e grandes máquinas substituem a vela e os remos.<sup>7</sup>

A tecnologia vigora em um ambiente filosófico permeado por um cientificismo que mira o progresso e a civilização. A maneira de se produzir conhecimento assentava-se em um cientificismo ideológico representado pelo positivismo comteano e o social darwinismo como paradigmas para as ciências humanas: “é possível derivar sua estrutura [das ciências naturais] por um único e integrado conjunto de princípios claros ou regras que, se corretamente aplicados, tornam possível um indefinido progresso no futuro em desvendar os mistérios da natureza”.<sup>8</sup>

Não à toa, é no começo do século XX que surgem as perspectivas teóricas que vão estruturar os principais modos de se compreender a política internacional até o fim do século.

---

<sup>6</sup> Para uma visão dos desenvolvimentos tecnológicos associados às mudanças econômicas, ver MOKYR, Joel. *The Lever of Richer: Technological Creativity and Economic Progress*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

<sup>7</sup> Ver por exemplo LAMBERT, Andrew; GARDNER, Rorbet. *Steam, Steel & Shellfire: The Steam Warship 1815-195*. London: Conway Maritime Press, 1994 ou BLACK, Jeremy. *Naval Warfare: A Global History since 1860*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

<sup>8</sup> BERLIN, Isaiah. *A Proper Study of Mankind*. Londres: Vintage Books, 2013. p.326.

O chamado “primeiro debate” das Relações Internacionais – cunhado a partir da obra de E.H Carr<sup>9</sup> – ocorre entre o pensamento dito realista e o pensamento liberal. O pensamento liberal, materializado, por exemplo, nos controversos 14 pontos de Wilson, atribuía um viés moral à política, onde a paz internacional deveria reinar nos termos de um imperativo categórico kantiano, isto é, fundamentada na razão<sup>10</sup>. Tal seria o comportamento dos Estados. Os realistas, no entanto, tratam de criticar tal perspectiva, defendendo uma política internacional amoral. Com isso, projetam nos Estados um comportamento no ambiente internacional equivalente ao de seres humanos no estado de natureza hobessiano.<sup>11</sup> Em outras palavras, os Estados invariavelmente buscam sua sobrevivência; definem seus próprios interesses em termos de poder, e, dada a ausência de qualquer hierarquia no âmbito internacional, a violência – e portanto a guerra – é iminente.

É nesse ambiente que o pensamento de Mahan e Corbett prolifera, sendo difícil, no entanto, filiar-lhes inteiramente a uma dessas escolas em termos puramente teóricos. De todo modo, na prática, o que se viu ao longo do século XX foi sua articulação em torno do que Kissinger denomina *realpolitik*, por conseguinte, mais próximo aos preceitos realistas<sup>12</sup>. Nesse sentido, as ideias de Mahan mostram-se eficazmente presentes nas duas Guerras Mundiais, principalmente pela postura ofensiva dos combates navais e pela crença de que seu problema central se calcava em obter o comando no mar<sup>13</sup>. Não à toa, os Estados Unidos da América (EUA) e o Reino Unido entraram na Guerra Fria com ideais deveras mahanianos e mobilizaram-se nas águas europeias setentrionais para conter a ameaça dos submarinos soviéticos.<sup>14</sup> É de se ressaltar também a grandiosidade dos navios, porta-aviões e submarinos, mormente os nucleares e balísticos, característicos desse período. Os soviéticos também

---

<sup>9</sup> CARR, E.H. *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939*. Londres: Palgrave, Macmillan, 2016.

<sup>10</sup> DOYLE, Michael W. Liberalism and World Politics. *American Political Science Review*. No. 80, Vol 04. p. 1151–1169. 1986.

<sup>11</sup> “A essência da política internacional é idêntica a sua dimensão doméstica. Ambos são uma luta por poder modificados apenas pelas diferentes condições sob as quais essa luta toma espaço nas esferas domésticas e internacionais. Esse desejo de domínio, em particular, é elemento constitutivo de todas as associações humanas[...]” MORGENTHAU, Hans J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1948. p. 17. Trad. nossa. Ver WALTZ, Kenneth. *Man the State and War: a Theoretical Analysis*. Columbia: Columbia University Press, 2001. Para uma visão ampla e didática do tema, ver DONNELLY, Jack: *Realism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 43-80.

<sup>12</sup> Cf. GAT, Azar. *The Development of Military Thought: The Nineteenth Century*. Oxford: Clarendon Press, 1992 e LAMBERT, Andrew. *21st Century Corbett: Maritime Strategy and Naval Policy for the Modern Era*. Annapolis: Naval Institute Press, 2017.

<sup>13</sup> HATTENDORF, John; JORDAN, Robert S. *Maritime Strategy and the Balance of Power: Britain and America in the Twentieth Century*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 1989.p. 136.

<sup>14</sup> TILL. Op cit. p. 59.

foram influenciados por Mahan, como se nota no livro *The Seapower of the State* escrito pelo almirante Sergei Gorshkov.

Da mesma maneira, a influência de Corbett é inequívoca ao destacar o papel político de que uma estratégia marítima deverá ser revestida. Tal característica confere às Marinhas uma pluralidade de funções, dentre as quais se destaca seu papel diplomático. Com efeito, é exercendo esse papel que as esquadras conseguem mudar os cálculos políticos de outras nações e promover seu prestígio próprio<sup>15</sup>. Ademais, a correlata função da estratégia marítima com os acontecimentos em terra, tão ressaltada em Corbett, encontrou evidente aplicação em guerras limitadas como a Guerra das Coreias. Nesses conflitos ficou claro o impacto que os eventos no mar obtiveram em terra.<sup>16</sup>

Além de Mahan e Corbett, convém ressaltar a chamada *Jeune École* enquanto pensamento estratégico marítimo que surge no bojo da evolução científica de meados do século XIX. Em especial originada pela obra do almirante francês Theophile Aube, enxergava nas torpedeiras, navios de pequeno porte e baratos, seu trunfo estratégico para destruir as Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) dos britânicos – seus inimigos históricos até o início do século XX – e também como uma alternativa a penetrar sua clássica estratégia baseada no bloqueio naval. Com a aparente vulnerabilidade dos navios encouraçados ao torpedo e o baixo investimento envolvido para se investir em torpedeiros, essa escola estratégica ganhou certo peso no fim do século XIX.

No entanto, tal qual a ‘*guerre de course*’ (guerra de corso<sup>17</sup>), a *Jeune École* nasceu configurada para conter os britânicos. Para Theodore Ropp, seu declínio datou-se em dois momentos históricos decisivos: O ato de defesa naval britânico de 1889, que configurou o duplo-padrão naval<sup>18</sup> (*two power standard*) e a publicação do primeiro *Influence* de Mahan<sup>19</sup>. Embora relevante em diversos aspectos, sobretudo no que diz respeito ao emprego estratégico

---

<sup>15</sup> BOOTH, Kenneth in HATTENDORF, John. Op cit p. 141.

<sup>16</sup> HATTENDORF, 1989. p. 140.

<sup>17</sup> Para Ian Speller, a guerra de corso “foi uma das facetas da guerra naval ao longo da história. Os ataques ao comércio marítimo por navios de guerra ou embarcações privadas (*privateers*) autorizados por uma carta oficial de seu governante para conduzir tais ataques com a complacência estatal, houvera sido comum e frequentemente para os navios mesmos, uma forma rentável de voltar a guerra naval contra o inimigo. De fato, até o século XVII, quando os navios eram desprovidos de permanência e *endurance* para manter um bloqueio efetivo, [a guerra de corso] era uma das poucas maneiras de interromper o comércio inimigo próximo de terra nos pontos de embarque e desembarque. Na prática, era quase sempre difícil de diferenciar as atividades legais dos *privateers* e as atividades ilegais e predatórias dos piratas(...)” SPELLER, Ian. *Understanding Naval Warfare*. Londres: Routledge, 2014.

<sup>18</sup> Concepção política e estratégica que buscava manter o poder naval britânico tão poderoso quanto as duas outras potências que se seguiriam. KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of British Naval Mastery*. Glasgow: Fontana Press, 1991

<sup>19</sup> ROPP, Theodore. *War in The Modern World*. New York: Macmillan Publishing Company, 1962. p. 206-210.



dos submarinos e mesmo no Brasil<sup>20</sup>, ao longo do século XX a influência da Jeune Ecole em comparação a obra de Mahan e de Corbett é mais tímida.<sup>21</sup>

Desse modo, embora ao longo da Guerra Fria o armamento nuclear trouxe novas perspectivas para o pensamento estratégico marítimo – em virtude de sua iminência aniquiladora – os teóricos da dissuasão e da diplomacia naval, assentavam ainda seu pensamento em Mahan e em Corbett. O viés competitivo, belicoso e em última instância tendo o uso da força como recurso prioritário mostrou-se efetivo no desdobramento dos conflitos desse período.

Ocorre que, ao fim do século XX, com a dissolução da União Soviética, as modificações no cenário político, impulsionadas especialmente por uma intensa transformação tecnológica reformulou a maneira de se compreender a relação entre os Estados. Isso porque a informação deixou de ser um mero instrumento a ser aplicado em um processo, para ser o próprio processo a ser desenvolvido.<sup>22</sup> Com isso, os Estados passam a não serem mais os únicos atores no cenário internacional<sup>23</sup>, de modo que seus interesses passam a coexistir com o de empresas multinacionais, organismos transnacionais e não-governamentais de estatura global.

Para além, com o desenvolvimento da internet, não somente as comunicações ficaram mais velozes, como também o próprio ato de se comunicar modifica-se. Inteligências artificiais processando a ubiquidade de dados coletados do mundo inteiro impactam diretamente a dinâmica internacional. Com isso, as fronteiras entre a política doméstica e internacional tornam-se cada vez mais difusas, na medida em que os engajamentos sociais são em rede, horizontalizados e praticamente instantâneos. Desse modo, o peso do componente humano nas relações internacionais não pode mais ser desconsiderado, seja em uma projeção direta enquanto impulso potencialmente belicoso em busca por sobrevivência, ou como um cálculo racional que tende a um imperativo moral ou a um ganho econômico.

---

<sup>20</sup> Ver, VIDIGAL, Armando. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.

<sup>21</sup> Para uma análise dessa escola, ver ROSKSUND, Arne. *The Jeune École: The Strategy of the Weak*. Leiden: Brill, 2007.

<sup>22</sup> CASTELLS, Manuel. *The Rise of the Network Society*. London: Wiley-Blackwell, 2010.

<sup>23</sup> É bem verdade que mesmo antes desse período os Estados já não eram os únicos atores no cenário internacional. No entanto, o que se quer ressaltar é a maior expressividade de atores transnacionais e de escopo global, fenômeno que ganha maior vulto já no início do século XXI. Uma boa discussão sobre o assunto está em KRASNER, Stephen. Rethinking the Sovereign State Model. *Review of International Studies*. Londres. No. 27, pág. 17–42, 2001. Em outra visão, já no início do século XX, Leonard Woolf já atenta para o crescimento de organizações internacionais regulando questões econômicas, políticas e técnicas. WOOLF, Leonard. *International Government*. New York: Brentano's, 1916. p. 139-172.

Nesse escopo, a tecnologia e a informação também reformularam o papel do mar no cenário internacional. Desde 2001, a frota mercante mais do que dobrou<sup>24</sup>, de modo que 80% do comércio mundial é realizado pelo mar<sup>25</sup>, fato esse que se deveu em grande parte pela invenção dos containers ainda na década de 1950<sup>26</sup> e a conseqüente padronização do comércio marítimo. Além disso, se por um lado as tecnologias de informação abreviaram a fronteira que o mar representava, por outro, é o solo marítimo que permite o incremento de tal tecnologia, dada a quantidade de fibra ótica que por ele passa. A descoberta de grande quantidade de petróleo e gás e os vinte por cento de proteína atualmente consumida pela humanidade oriunda da pesca<sup>27</sup> explicam também a reafirmação do mar como finalidade em si mesmo. A concretude dessa tendência pode ser verificada na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), onde certa territorialização do espaço marítimo toma forma a partir de ferramentas legais.

Portanto, no cenário atual, o processo de produção de conhecimento acerca do mar não o compreende somente como instrumento de domínio de outros Estados, ou meramente enquanto meio de afirmação dos interesses nacionais, mas também como peça chave para o funcionamento e estabilidade do sistema internacional<sup>28</sup>. Não à toa, os oceanos são considerados *global commons*<sup>29</sup>. Desse modo, os próprios inimigos não mais se reduzem somente a outros Estados, uma vez que a densidade das interconexões globais amplifica o efeito de qualquer perturbação no sistema internacional. Ameaças que sempre existiram agora também se globalizaram, impactando a política internacional de maneira distinta. Piratas, terroristas, traficantes e poluição ambiental tornam-se inimigos globais, que suscitam novos tipos de estratégias uma vez que não se circunscrevem no espaço e no tempo. Mesmo o conflito interestatal não se resume somente aos danos causados por outro estado, e operam também em uma dinâmica informacional.

---

<sup>24</sup> TILL, Geoffrey; BEKKEVOLD, Jo Inge Ed. *International Order at Sea: How it is challenged. How it is maintained*. Londres: palgrave macmillan, 2016. p. 03.

<sup>25</sup> UNCTAD em < [https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/dom2018\\_en.pdf](https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/dom2018_en.pdf) > acessado em 25/09/2018 às 20:55.

<sup>26</sup> TILL, et al, 2016. *Op cit*

<sup>27</sup> Ibid.

<sup>28</sup> Evidentemente que não se trata de supor que os conflitos interestatais terminaram, mas de destacar o surgimento de uma nova tendência estratégica que coexiste com o paradigma vigente onde as ameaças residem primordialmente na soberania de outros Estados.

<sup>29</sup> As partes do planeta que estão para além do das jurisdições dos Estados, não pertencem a nenhum deles, mas que de que todos dependem, uma vez que são a “estrutura que sustenta o sistema global” Cf. JASPER, Scott; GIARRA, Paul. *Securing Freedom in the Global Commons*. California: Stanford University Press, 2010

Em suma, com o século XXI, os Estados não mais são os únicos atores relevantes no cenário internacional, de modo que com eles atuam uma pluralidade de outros atores, cujos interesses, muito dos quais articulados em uma dimensão social, impactam diretamente a política internacional articulada pelas redes, ultrapassando a dimensão hierárquica estatal. Ademais, o próprio mar torna-se um elemento diferenciado, na medida em que os Estados não mais o utilizam em um viés competitivo, na medida em que dependem dos oceanos para sobreviverem.

Com isso, se a maneira de produzir conhecimento acerca do mar enquanto instrumento político e estratégico articulou-se ao longo do século XX em torno da *realpolitik*, e se a *realpolitik* já não dá mais conta da problemática política e estratégica do presente, como o pensamento estratégico marítimo modifica-se no século XXI de modo a dar conta dos desafios do presente?

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho será compreender as transformações do pensamento estratégico marítimo no século XXI. Para tanto apresentaremos os principais conceitos da obra de Mahan e de Corbett, primeiro objetivo específico a ser demonstrado. Estudaremos, a seguir, as práticas induzidas por esse discurso, de modo a analisar como o arcabouço teórico de Mahan e Corbett traduziu-se na estratégia marítima dos Estados ao longo do século XX, segundo objetivo específico. Como terceiro objetivo, examinaremos como as mudanças na política internacional influenciaram o processo de produção de conhecimento do mar como instrumento político e estratégico, sendo este nosso terceiro objetivo específico.

Para alcançar tais objetivos, nossas hipóteses são três. Com a globalização e o século XXI, a informação não apenas produz um aparato tecnológico inovador, mas também induz a formação de uma nova camada ideacional, mobilizando uma consciência global. Desse modo, nossa primeira hipótese será que tal camada influenciará as relações políticas internacionais, em especial a partir da dinâmica das redes possibilitada pela internet.

Nossa segunda hipótese será que, com a passagem para o século XXI, haverá uma descontinuidade do pensamento estratégico marítimo no século XXI, de tal maneira que, em vez dos discursos estratégicos convergirem para a segurança do Estado, são os Estados que precisarão produzir discursos para se proteger o mar e, assim, o sistema internacional. Em outras palavras, o processo de produção de conhecimento do mar enquanto instrumento político e estratégico vai operar em um novo regime discursivo, onde o mar deverá ser

securitizado. Como terceira e última hipótese, consideraremos que esses discursos vão induzir práticas conjuntas que resultara em estratégias marítimas diferentes do século anterior.

O arcabouço metodológico a ser utilizado destina-se a produzir uma pesquisa de abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, a partir do método hipotético dedutivo. Com isso, não nos interessa tanto uma análise pormenorizada das diversas batalhas navais, com suas técnicas, táticas, armamentos e decisões dos diversos líderes navais.<sup>30</sup> De igual modo, uma análise puramente estratégica - isto é, sem levar em conta a parte do pensamento por trás dela - deslindando os pormenores de cada decisão dos Estados onde e como colocar sua esquadra de acordo com seus interesses políticos, apesar de relevante, também não nos valeria por completo.

Nossa análise será, antes, em como tais interesses políticos se constituem, estes, que por sua vez, articulam-se às perspectivas da geopolítica internacional em mote e na maneira de se produzir conhecimento de seu tempo. Com isso, buscaremos entender a estratégia em seu vínculo com a política, mais do que como resposta ao problema da guerra, mas não sem deixar de acessá-la. Desse modo, compreender as transformações do pensamento estratégico marítimo significa evidenciar as condições de possibilidade para que determinadas práticas estratégicas tomem lugar. Em suma, a diferença do objeto desta pesquisa, isto é o pensamento estratégico marítimo, da estratégia em si mesma, está no escopo mais amplo do primeiro, motivo que enseja igualmente uma abordagem com igual envergadura.

Demonstraremos como nosso objeto faz parte de um processo dinâmico, que se constrói de acordo com as conjunturas de seu tempo, mas que não são por elas determinadas de maneira apriorística. A partir das obras de Paul Kennedy, Azar Gat, Andrew Lambert e John Hattendorf<sup>31</sup>, apresentaremos a influência de Stephen B. Luce e seu viés cientificista da história em Mahan e seu pensamento, e, na mesma senda, como o viés historicista britânico do início do século XX iniciado por Sir John Knox Laughton fundamentou o pensamento de Corbett. Desse modo, veremos com o contexto social darwinista e positivista de sua época contribuiu para a maneira de se produzir conhecimento acerca do mar, enquanto instrumento político e estratégico, consolidando a *realpolitik*. Esse tipo de conhecimento moldará a maneira de se pensar a estratégia até o fim do século XX.

---

<sup>30</sup> Para uma análise nesses termos, ver por exemplo: GROVE, Eric. *Big Fleet Actions: Tsushima, Jutland, Philippine Sea*. North Farnbridge: Blochampton Press, 1991; ou BLACK, Jeremy. *Naval Power: A History of Warfare and Sea From 1500*. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.

<sup>31</sup> KENNEDY, Op cit; HATTENDORF, Op cit; e GAT Op cit.

Com isso, ao analisar a mudança para o século XXI, não proporemos instaurar um paradigma prestes a substituir o anterior, como se uma revolução científica estivesse em curso, em termos estritamente kuhnianos. Ou ainda, não estamos nos referindo à perspectiva popperiana no sentido de entender que as teorias do poder marítimo esposadas por Mahan e Corbett, houvessem sido refutadas, ou falsificadas, de modo que somente uma nova teoria poderia dar conta dos fenômenos estratégicos contemporâneos. Por esse motivo, também o formalismo lógico de Lakatos não se enquadraria em nossa análise, motivo pelo qual estamos mais próximos a visão de Feyerabend, embora não nos coloquemos “contra o método científico”. Essa suposta aproximação diz respeito tão somente a não considerar a ciência como fiadora do progresso ou de regras fixas e universais que tendem a uma Verdade insofismável. Desse modo, consideraremos que o pensamento estratégico de Mahan e Corbett, em sua dimensão competitiva, militarizada e voltada para os Estados, em sua *realpolitik* e *hard power*, *coexistirá* com uma produção de conhecimento político e estratégico do mar diferente.

Nesse sentido, ao tratar do processo de globalização, abordaremos a tecnologia enquanto o um fenômeno social, capaz de suscitar um conhecimento universal, nos termos de Domicio Proença Jr.<sup>32</sup> Com isso, para além do mero desenvolvimento de um ciberespaço, exploraremos o conceito de *noosfera*, trazido por Arquilla e Ronfelt<sup>33</sup>. A palavra vem do grego *Noos* que significa mente, de modo que a esfera da mente, de forma literal, estaria se formando e coexistindo com a biosfera e a geosfera, em virtude da relevância da informação.

Nesse sentido, demonstraremos como ela se enquadra em uma perspectiva construtivista das relações internacionais, em especial a partir das obras de Ruggie, Adler e Peter Haas<sup>34</sup>. Trataremos a noosfera enquanto intensa produção discursiva operando em um

---

<sup>32</sup> “Tecnologia é, antes de tudo, um fenômeno social: por ser um fenômeno social pervasivo em nosso tempo, tendemos a perder essa perspectiva e enxerga-la em suas materializações. (...) A tecnologia decorre de um entendimento científico de sua causalidade, o que faz com que as tecnologias sejam passíveis de um entendimento racionalmente instruído e, nesse sentido, universal. (...) De maneira geral, tecnologia é percebida como materializada em produtos e processos. No primeiro caso, trata-se de artefatos que atendem ou criam determinadas necessidades humanas socialmente estabelecidas: um televisor a cores, um remédio para artrite ou novo míssil antimíssil. No segundo caso, trata-se da forma pela qual artefatos ou serviços que atendem ou criam determinadas necessidades humanas são produzidos: a linha de montagem, o moderno sistema de granjas, ou a Blietzkrieg.” PROENÇA JR, Domicio *et al.* *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999. p. 174.

<sup>33</sup> ARQUILLA, John; RONFELT, David. *Noopolitik and Noosphere*. RAND corporations, 1999; e ARQUILLA, John; RONFELT, David. *The continuing promising of noopolitik*, 2018.

<sup>34</sup> Cf. RUGGIE, John G. What Makes the World Hang Together? Neo-utilitarianism and the Social Constructivist Challenge. *International Organization*. Número 52, pp 855-885. 1998; ADLER, Emmanuel. Imagined (Security) Communities: Cognitive Regions in International Relations. *Millenium Journal of*

regime diferente, em virtude da tecnologia. Regime esse que muitas vezes sequer é acessado pela consciência do sujeito, pois operará em outra linguagem; a linguagem do computador. Desse modo, utilizaremos a obra de Foucault em sua perspectiva nietzschiana dita genealógica – influenciada pela obra *A genealogia da Moral* do filósofo alemão<sup>35</sup> – levando em consideração a as ‘vontades de verdade’<sup>36</sup> e seu regime de aparição nos dispositivos de poder que engendram os discursos.

Foucault nos parece oportuno, na medida em que para o filósofo são os discursos que constroem saberes que vão induzir práticas diretamente no corpo e no desejo do sujeito. Para o filósofo, no entanto, esse processo ocorre não necessariamente em uma dinâmica consciente, como se um ‘eu’ ontológico estivesse pré-concebido e imutável. Ruggie denomina tal abordagem como um *construtivismo pós-moderno*<sup>37</sup> e tal será a visão empreendida neste trabalho.

É por conta da noosfera que Arquilla e Ronfelt sugerem uma postura política a altura, uma *noopolitik* como alternativa à *realpolitik* que Kissinger descreve no século XX. A *noopolitik* será uma política colaborativa, pautada pelo *soft power*<sup>38</sup> e por isso alinhada a prática discursiva porque opera na noosfera. A lógica é que, se os global commons são, de certa forma, bem comuns ao sistema internacional, então, aos diversos atores importa mantê-los enquanto tal. Isto é, os global commons suscitam uma postura igualmente descentrada e colaborativa pelos diversos atores internacionais. É justamente essa a perspectiva com ambiente marítimo, o global common mais complexo de todos, para Susan Buck. Com isso, demonstraremos que a *noopolitik* é uma postura política adequada para engendrar o pensamento estratégico marítimo contemporâneo.

É esse o aspecto que se diferencia da visão de inúmeros autores sobre o tema, que centram sua análise estratégica fundamentalmente nos Estados, como se a globalização e a

---

*International Studies*. Londres, Vol 26 n. 2, p. 249-277, 1997; e HAAS, Peter M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. *International Organization*. Vol. 46. dezembro. 1992

<sup>35</sup> Ver FOUCAULT, Michel. Nietzsche a Genealogia e a História. In. *Microfísica do Poder*. Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1970. p. 15-38.

<sup>36</sup> FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*: Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970. Paris: Galimard, 1971.

<sup>37</sup> RUGGIE, Op cit.

<sup>38</sup> Soft Power “é a habilidade de se conseguir o que quer através da atração em vez de coerção ou pagamentos. Advém da atratividade da cultura de um país, ideais políticos e políticas. Quando nossas políticas são vistas como legítimas aos olhos dos outros, nosso soft power é aumentado.” Nye, Joseph. *Soft Power: The Means do Success in World Politics*. Nova Iorque: Public Affairs, 2004. Trad. nossa. Cumpre ressaltar que já em *The Future of Power* empreende uma versão atualizada desse conceito, em especial alertando para a necessidade de sua coexistência com o hard power, configurando, pois, o chamado *smart power*. Ver NYE, Joseph. *The Future of Power*. Nova Iorque: Public Affairs, 2011.

tecnologia não houvessem mudado nada além de seus aspectos formais. Eric Grove, por exemplo, em uma excelente análise descritiva, demonstra ainda o pensamento estratégico naval em tempos de paz ainda como sumariamente calcado pela força, sem endereçar-lhe a postura colaborativa que se coadunaria com o *soft power*. Ademais, coloca a tecnologia como relevante, mas ainda instrumental, como se as Marinhas se expressassem como a soma das conjunturas bélicas dos países, materializadas por suas capacidades de ir para guerra com outro Estado<sup>39</sup>. Não que isso seja desimportante, no entanto, o uso da força não alcança, por si só, as construções ideacionais que se dão na noosfera.

Da mesma forma, Jeremy Black ao discutir a mudança da natureza do poder naval, associa tal mudança diretamente a capacidade tecnológica dos estados, ainda em uma perspectiva inteiramente militarizada e voltada para conflitos interestatais. Ao analisar a China e a Índia, sua arguta análise ainda se volta para chaves de entendimento da Guerra Fria, focando na capacidade nuclear de empreender um segundo ataque, ou mesmo sua capacidade dissuasória. Semelhante análise é feita com relação à Rússia, ainda sem considerar os global commons e a perspectiva colaborativa inerente à noosfera.

Desse modo, a maneira como tais autores constroem conhecimento acerca do mar enquanto instrumento político e estratégico é bastante semelhante ao que Mahan e Corbett propugnavam, não acessando as transformações que a globalização e a noosfera trarão. De outro modo, Geoffrey Till, apesar de destacar o papel das guerras e do poder naval nos moldes do pensamento marítimo tradicional, acena para as mudanças trazidas no século XXI e um mundo globalizado.

Com efeito, para Till, a estratégia marítima não é um elemento apriorístico e imutável. Em outras palavras ela tem que conter perspectivas para maximizar os chamados constituintes do poder marítimo, estes que por sua vez encontram-se sempre em mutação por conta de fatores sociais, econômicos e políticos. Desse modo, em Till o poder marítimo é ao mesmo tempo *input* e *output*. Significa dizer, respectivamente, que o poder marítimo se define a partir das capacidades domésticas de determinado Estado – como marinha guarda costeira, indústria marítima e, quando for o caso, até mesmo as forças aéreas e de terra. Da mesma maneira, como *output*, significa também a capacidade de influenciar o comportamento de outros Estados pelo mar. Nesse escopo, alguns elementos constituem o poder marítimo e

---

<sup>39</sup>GROVE, Eric. *The Future of Sea Power*. Anapolis: USNI Press, 1990.

articulam-se para configurar essa estrutura de *inputs* e *outputs*, são eles: população, sociedade e governo; geografia marítima; recursos; economia marítima e tecnologia.<sup>40</sup>

Mais ainda, o poder marítimo de um país faz parte de um sistema e isso significa que, para atingir seus interesses, os estados necessitam colaborar mais do que competir. Para o autor, de modo algum isso significaria diminuir o peso do Estado e sua relevância no cenário internacional, menos ainda supor que seus interesses serão menosprezados. Estados ajustados a essa realidade noopolítica, Till denomina de pós-modernos e ressalta que eles precisam servir ao sistema como um todo<sup>41</sup>, de forma colaborativa. Sem dúvida, isso também influencia no papel das Marinhas, as quais Till também endereça funções pós-modernas como: Controle marítimo, operações expedicionárias, operações de estabilidade/assistência humanitária, garantia da boa ordem no mar e diplomacia naval cooperativa<sup>42</sup>.

Desse modo, em uma perspectiva pós-moderna das relações internacionais, proporemos a atuação de marinhas pós-modernas, com o fito de deslindar o tipo de emprego estratégico que, segundo Till, propugna manter a boa ordem no mar, ou *Maritime Security (MARSEC)*. No entanto, tal conceito ainda não está consolidado na comunidade acadêmica, especialmente do ponto de vista das relações internacionais. Christian Bueger publicou dois importantes artigos justamente demonstrando a pluralidade de significados que podem lhes ser associado<sup>43</sup>. Em um deles, Bueger aponta para a possível associação à teoria da Securitização, como esposado por Barry Buzan, Ole Weaver e de Jaap de Wilde, viés que adotaremos neste trabalho.

A teoria da securitização é também um viés construtivista, na medida em que se propõe a analisar a dinâmica que constitui a formação de discursos que legitimam ameaças a determinados objetos de referência que se encontram ameaçados de existir. Não à toa, é justamente em Foucault que os autores buscam tal perspectiva e é nesse sentido que pretendemos demonstrar como as marinhas contemporâneas vêm construindo discursos sobre as novas ameaças e tais discursos vêm suscitando práticas colaborativas.<sup>44</sup>

Com isso, proporemos o conceito de *securitização marítima* como viés estratégico construtivista equivalente ao de *Maritime Security* engendrado por uma visão política calcada na noopolitik. Demonstraremos como os Estados se articulam em torno de discursos que

---

<sup>40</sup> TILL, 2018. Op cit.

<sup>41</sup> Ibid. p. 29.

<sup>42</sup> Ibid. p. 35.

<sup>43</sup> BUEGER, Christian. What is Maritime Security? *Marine Policy*. Londres, Vol 53, p.159-164, 2015.

<sup>44</sup> BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: a new framework for analysis*. Londres: Lynne Rienner Publisher, 1998.



constroem ameaças estratégicas comuns, estas que poderiam ameaçar o ambiente marítimo enquanto global common. É em construindo essas noções de ameaças, consolidando-as em suas doutrinas, que os Estados adotam práticas estratégicas colaborativas mais holísticas, sistêmicas e em uma dinâmica de construção contínua.

Desse modo, analisar o pensamento estratégico marítimo contemporâneo em sua contemporaneidade mostra-se algo não muito debatido no campo das Ciências Políticas e das Relações Internacionais. Em geral, os estudos não consideram a parte do pensamento que engendra a estratégia e giram em torno de uma perspectiva ainda calcada na *realpolitik*, sem considerar a dinâmica ideacional por detrás dos interesses dos Estados. É nesse sentido que, embora existam inúmeras obras sobre Mahan e Corbett, nenhuma mobiliza seu pensamento em um ponto de vista amplo, levando em consideração não somente a guerra, mas a própria dinâmica dos sistemas de pensamento que cria as condições para a proliferação de suas obras.

É justamente por não considerar essa dinâmica ideacional, que se poderia correr o risco de analisar os problemas do presente com perspectivas do passado, como se a tecnologia fosse um fenômeno isolável da sociedade onde se encontra. Desse modo, uma visão estratégica construtivista demonstra-se importante para se dar conta dos desafios do presente livre de anacronismos e, da mesma forma, lidar com o presente com ferramentas do presente.

Tal é a necessidade de um conceito novo, como a noosfera, este que, por sua vez, ainda está timidamente explorado, sobretudo no campo das relações internacionais. A noosfera induzindo uma noopolitik pode ser capaz de engendrar um pensamento estratégico marítimo a altura dos desafios do presente, como a securitização do mar. Ampliar esse conceito se mostra relevante na medida em que diversos países já possuem documentos nesse sentido.

Em especial, do ponto de vista brasileiro o conceito de securitização marítima ainda não está totalmente consolidado em uma doutrina específica para tal. De outro modo aparece de forma esparsa na Política Nacional de Defesa (PND), na Estratégia Nacional de Defesa (END) e na Doutrina Militar Naval (DMN). Tendo em vista a ameaça recente ao litoral brasileiro como a mancha de óleo que se estende ao longo do nordeste brasileiro, um conceito de securitização marítima poderia induzir uma postura estratégica mais eficiente.

Desse modo, no capítulo 01 apresentaremos as condições de possibilidade para que as obras de Mahan e Corbett acontecessem. Com isso, demonstraremos como o ambiente epistêmico e político influenciou e foi influenciado pelo seu pensamento estratégico marítimo. A seguir, no capítulo 02 estudaremos o pensamento estratégico marítimo dos Estados na

prática, levando em conta as principais batalhas navais do século XX. Por fim no capítulo 03 analisaremos as mudanças na política internacional trazida pela globalização e pela relevância da informação. Terminaremos o capítulo com uma breve exposição das doutrinas de alguns países, dentre eles o Brasil, para esboçar como, na prática, o pensamento estratégico marítimo se dá.

# CAPÍTULO 1: A GÊNESE DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO MARÍTIMO

## 1.1 CONDIÇÕES EPISTÊMICAS

Localizar a estratégia no espaço e no tempo não é uma tarefa trivial. Lawrence Freedman sustenta a tese de que os principais atributos do que conhecemos como estratégia, como a capacidade de enganar, de formar coalizões e o uso instrumental da violência, está ordinariamente presente em toda a história conhecida da humanidade<sup>45</sup>. Mesmo uma definição de estratégia para Freedman é uma tarefa dificultosa, considerando-a uma espécie de ajuste entre finalidade e os meios para se atingi-la.

De todo modo, o autor argumenta que atributos estratégicos se fazem presente já nos chimpanzés; demonstra-se na Bíblia; na Antiguidade Grega; nas Guerras Mundiais e desdobra-se até mundo dos negócios contemporâneo. No entanto, a reflexão e a construção de conhecimento a partir desses atributos, Freedman coloca<sup>46</sup>, é resultado do amadurecimento das ciências naturais, que inserem uma espécie de racionalidade à guerra. É nesses termos que para Antoine Bousquet podemos mesmo falar de uma cientificidade da guerra (*scientific way of warfare*) uma vez que, “conceitos e referenciais teóricos científicos tem influenciado o pensamento militar e sua prática desde o advento da Revolução Científica no século XVI”<sup>47</sup>, não somente para se aperfeiçoar os equipamentos tecnológicos, mas para “sistematicamente serem recrutadas para se informar a natureza mesma do combate e as formas de organização militar que melhores se encaixariam para tal”<sup>48</sup> com a ideia central de encontrar uma espécie de certeza, ou de ordem, em meio ao caos do conflito.<sup>49</sup>

Em especial tal aspecto se dá a partir da publicação da obra “Princípios Matemáticos de Filosofia Natural” de Isaac Newton<sup>50</sup> em 1687. A obra de Newton suscitou no imaginário científico a ideia de “um instante qualquer”, isto é, de posse das posições e velocidades de

---

<sup>45</sup> FREEDMAN, Lawrence. *Strategy: A History*. Londres: Oxford University Press. p. 04.

<sup>46</sup> Op cit. p.72.

<sup>47</sup> BOUSQUET, Antoine. *The Scientific Way of Warfare: Order and Chaos on the Battlefield*. Nova Iorque: Columbia Press, 2009. Trad nossa.

<sup>48</sup> Ibid. p. 03.

<sup>49</sup> Ibid.

<sup>50</sup> Ressaltamos, pois, que diversas obras também contribuem para a perspectiva ora exposta, tais como o “Discurso do Método” e as “Meditações” Cartesianas, o *Novum Organum* de Francis Bacon, as Leis de Kepler, as descobertas de Galileu entre outros. Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. “Um discurso sobre as Ciências”. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

cada corpo no Sistema Solar, seria possível determinar seu movimento em um período genérico no tempo pois que o universo inteiro obedeceria a uma “única e pré-determinada direção dinâmica”<sup>51</sup>. Assim, dada as condições iniciais de um sistema, o comportamento inerente a seus elementos seria previsível e passível de ser inserido em uma ordem pré-determinada em qualquer instante que se queira.

É nesse escopo que o matemático Pierre Simon de Laplace, já no final século XVIII, tratando dos fundamentos e princípios das probabilidades, descreve como seria uma suposta ‘super entidade’ intelectual que conhecesse todas as condições iniciais de todas as variáveis do universo. Eis o controverso Demônio de Laplace:

Nós devemos, pois, enxergar o presente estado do universo como um efeito de seu estado anterior e como a causa do que se sucederá. Um ser inteligente que, em um instante dado, conhecesse todas as forças que sob as quais a natureza é animada e as respectivas posições dos seres que a compõe; fosse vasto o suficiente para submeter esses dados a uma análise; se pudesse condensá-los em uma única fórmula e pudesse calcular o movimento dos grandes corpos do universo e do mais leve dos átomos: a tal intelecto nada poderia ser incerto; o futuro seria exatamente como o passado é para o presente diante de seus olhos <sup>52</sup>.

Laplace busca exaltar as descobertas matemáticas da humanidade, como a geometria e a astronomia, colocando que sua principal vantagem é aplicar os mesmos métodos a uma variedade de fenômenos, encontrar leis gerais e prever as circunstâncias futuras. Tal seria o futuro da humanidade animada pela sua entidade superior.<sup>53</sup> Laplace corrobora a audácia do homem moderno em supor ser capaz de entender a totalidade do funcionamento do universo, tal qual um imenso relógio de corda, com todas as partes organicamente encaixadas harmoniosamente. É nesses termos que poderemos falar de um pensamento estratégico.

Não à toa, Azar Gat, em seu seminal *The Origins of Military Thought*, também nos traz argumentos semelhantes e que corroboram as visões epistemológicas ora esposadas. Gat demonstra que a influência dos sistemas de pensamento filosófico-científico no mundo militar vigora justamente a partir do início do século XVIII, em especial na França, pois que, nessa época, “a realidade estava sujeita a ordem universal e ao domínio da razão que os evangelhos newtonianos científicos acrescentaram” <sup>54</sup>. Além da revolução científica do século XVII, o Iluminismo francês e o Romantismo alemão foram os movimentos filosóficos que

---

<sup>51</sup> STEWART, Ian. *Does God Play Dice? The New Mathematics of Chaos*. Londres: Penguin Books, 1997. p. 35.

<sup>52</sup> Cf. LAPLACE, Pierre-Simon. *Essai Philosophique Sur Les Probabilités*. 55ª. Ed. Paris: Libraire pour les mathématiques, 1825. p. 03. Trad. nossa.

<sup>53</sup> Ibid.

<sup>54</sup> GAT, 1991. Op cit. p. 26.

legitimaram a mudança de uma perspectiva puramente combativa, racionalizando a guerra em si para conectá-la aos fins políticos, encetando um discurso onde o Estado vai figurar como o portador do monopólio da violência.<sup>55</sup>

É nesse sentido que Beatrice Heuser recorta o pensamento estratégico enquanto conexão entre os objetivos políticos do Estado e o uso da força, argumentando que tal seria um fenômeno especialmente consolidado nos oitocentos<sup>56</sup>. Em abordagem distinta, mas com um argumento semelhante, Samuel Huntington afirma que:

a deficiência mais gritante no pensamento militar antes de 1800 era a ausência de qualquer conceito de uma ciência militar como um ramo distinto do pensamento, suscetível de uma análise lógica nos seus elementos componentes, e ainda, possuindo uma relação definida com outros campos do conhecimento<sup>57</sup>.

Portanto, o pensamento estratégico torna-se consistente a partir do século XVIII. É bem verdade que tal fenômeno articula-se às mudanças políticas da época. O século XVII e o surgimento do Estado moderno a partir dos acordos de Westphalia não ocorrem descolados de uma *raison d'état*. Nas palavras de Henry Kissinger, uma razão de estado trata-se de uma visão política onde “o bem estar do Estado justificava quaisquer meios empregados para incrementá-los”, porque “o interesse nacional suplantara a noção medieval nostálgica de uma universalidade moral.”<sup>58</sup> Kissinger aponta o cardinal Richelieu, primeiro ministro francês entre 1624-1642 o grande portador de tal visão. Só assim havia sido possível suplantar a pretensa universalidade moral promulgado pelo Sacro Império Romano Germânico de Ferdinand II.

Para Kissinger a Revolução Francesa (1789) viria clamar por tais categorias universais novamente, mas a reconfiguração política advinda das Guerras Napoleônicas traz para a Europa as condições para que os Estados passem a funcionar sob o princípio comum do *equilíbrio de poder* – isto é, “cada estado em perseguindo seus próprios interesses, de alguma forma contribuiria para o progresso dos demais”.<sup>59</sup>

---

<sup>55</sup> Ibid.

<sup>56</sup> HEUSER, Beatrice. *The Evolution of Strategy: Thinking War from Antiquity to the Present*. Cambridge: University Press, Cambridge.

<sup>57</sup> HUNTINGTON, Samuel P. *The Soldier and the State: The theory and Politics of Civil-Military Relations*. Cambridge: Harvard University Press, 2003. p. 28. Trad nossa.

<sup>58</sup> KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Nova Iorque: Simon&Schuster, 1994. p. 58. Trad. nossa. É bem verdade que Maquiavel já no século XVI pensava a política enquanto dotada de uma época própria. Entretanto, no campo das relações entre Estados, o argumento de Kissinger parece relevante ao trazer Richelieu como um dos precursores da razão de Estado.

<sup>59</sup> Ibid.

Ademais, a guerra passa a figurar como instrumento efetivo de deposição de monarcas e destruição de Estados. Com Napoleão, o foco na batalha é também a possibilidade de infligir uma derrota ao inimigo objetivando que este se encontre em uma posição política indefensável<sup>60</sup>. Esses elementos de nível político e epistêmico criam as condições para pensadores como o Barão Henri de Jomini e o General Prussiano Carl Von Clausewitz a escreverem suas obras.

No que diz respeito a Jomini, banqueiro nascido na Suíça que em 1797 alistou-se no exército francês, destacamos seu livro *A Arte da Guerra* de 1838. Essa obra baseia-se na análise das campanhas de Frederico o Grande, bem como é também produto do tempo em que serviu junto a Napoleão, ocasião em que pode explicitar a cinemática adotada pelo general francês em conduzir suas batalhas. A abordagem estratégica por ele defendida não passa pela sua relação com a política, pois Jomini a enxergava como uma atividade localizável entre a tática – que se referia ao combate propriamente dito – e a própria política – que definia com quem se deveria lutar<sup>61</sup>.

A estratégia, portanto, era a arte de fazer a guerra no mapa e basicamente calcava-se na figura de grandes comandantes, estes responsáveis por conduzir seus exércitos, isto é, “massas sem rosto armadas e alimentadas de maneira misteriosa”<sup>62</sup> e emprega-las contra um inimigo mais fraco em um momento decisivo<sup>63</sup>. Dessa maneira, tal qual fizera Napoleão, a estratégia mais efetiva baseava-se em atacar diretamente o ponto de maior vulnerabilidade de seu contendor, aceitando os riscos implicados nessa empreitada. Assim, o tirocínio e habilidade do general deveriam girar em torno dessa manobra. Essa espécie de otimismo principiológico culminando em soluções prescritíveis ajuda a entender o motivo pelo qual a obra de Jomini foi mais legitimada ao longo do século XIX. Para Gat, Jomini é ainda resultado do Iluminismo francês, motivo pelo qual sua obra segue certo formalismo teleológico.<sup>64</sup>

Em Clausewitz, por outro lado, vemos uma conceituação filosófica mais contundente a respeito das vicissitudes da guerra e, por conseguinte, da estratégia. Em sua obra *Da Guerra*, vemos uma influência mais presente do romantismo alemão, em especial ao reconhecer que

---

<sup>60</sup> FREEDMAN. Op cit. p. 71.

<sup>61</sup> Ibid. p. 84.

<sup>62</sup> Ibid.

<sup>63</sup> FREEDMAN, Lawrence. *The future of war: a history*. Londres: Penguin Books, 2017. p. 08

<sup>64</sup> GAT, 1992. Op cit.

existiria uma dimensão de incerteza na guerra, trazendo a neblina partir de suas fricções<sup>65</sup>. De todo modo, em sua obra a estratégia é definida como o “uso dos engajamentos para o propósito da guerra”<sup>66</sup>, e como o “objeto da guerra varia tanto quanto seus propósitos políticos”<sup>67</sup>, em última análise, há um vínculo inextricável entre estratégia e política. Esse vínculo, portanto, é o que deve ser explorado pelo estrategista, pois, dado que a guerra é um fenômeno deveras complexo e comporta-se como um camaleão com tendências marcadas por violência, ódio e hostilidade<sup>68</sup>, é a dinâmica com a política que vai aumentar as chances de sucesso<sup>69</sup>. Ademais, a guerra destina-se a moldar a vontade política do inimigo e isso é alcançado, necessariamente, se o país adversário for completamente desarmado, isto é, sua força combatente for destruída e subordinada a uma condição que a impossibilite de lutar<sup>70</sup>.

Dessa maneira, conforme assevera Lawrence Freedman, especialmente a partir de Clausewitz e Jomini, a estruturação de um discurso estratégico torna possível a consolidação do Estado-nação enquanto portador da força para atingir seus objetivos políticos. Com isso, o fim do século XIX vai testemunhar o amadurecimento da chamada *realpolitik*, expressão originalmente cunhada pelo Chanceler Otto Von Bismarck. Para Kissinger, tal expressão significa um princípio geral, onde “a política externa baseia-se em cálculos de poder e interesses nacionais”<sup>71</sup> garantindo, do ponto de vista diplomático, a unificação alemã e perdurará em grande medida até o fim do século XX – imiscuída a outros vieses, ponto que retomaremos no próximo capítulo.

Jomini e Clausewitz, tanto quanto a *realpolitik*, estão nas bases do pensamento estratégico marítimo, consolidando-se nas obras de Mahan e de Corbett. Não é por outro motivo que tal visão é deveras associada ao viés epistêmico do período, quando o positivismo comteano, propugnando uma perspectiva teleológica e progressista da história e o Darwinismo Social, defendendo a defesa do mais adaptável ao ambiente, espriam-se pelos campos científico e humanista, atingindo seu ápice nas primeiras décadas do século XX<sup>72</sup>. Gat nos mostrar como, no bojo dessas perspectivas, as Marinhas, sua relação com o Estado e seus

---

<sup>65</sup> CLAUSEWITZ, Carl Von. *On War*. Ed. Michael Howard and Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1984. p 119-121.

<sup>66</sup> Ibid.

<sup>67</sup> Op cit. p. 90.

<sup>68</sup> Op cit. p. 89.

<sup>69</sup> FREEDMAN. Op cit. p. 87.

<sup>70</sup> CLAUSEWITZ. Op cit.

<sup>71</sup> Ibid.p. 137.

<sup>72</sup> STRACHAN, Hew Ed. *The First World War. Volume I: To the Arms*. Londres: Oxford Press, 2003; GAT, 1992. Op cit. e BERLIN, Op cit.

objetivos nacionais são colocadas em discussão. O estudo da história vem, portanto, reforçar tais questões.

É desse período também um franco desenvolvimento tecnológico, trazendo mudanças consideráveis para a política internacional. O tráfego mercante se desenvolveu sobejamente em função da transição da vela para o vapor, de modo que distâncias marítimas que antes demoravam meses, passam a levar semanas, as vezes dias. Ademais, uma série de mudanças nas condições de higiene fruto do avanço da medicina aparecem, bem como a eletricidade, o eletromagnetismo e os cabos telégrafos modificando a paisagem político do fim do século. Tudo isso resultado da ciência, conferindo assim uma espécie de confiança epistêmica em seu método.

Isaiah Berlin, oportunamente esquematiza os aspectos centrais dessa visão científica argumentando que há uma espécie de divórcio entre as ciências e as matérias humanas, corroborando a primazia da primeira sobre a segunda. Para o britânico, “é possível derivar sua estrutura [das ciências naturais] por um único e integrado conjunto de princípios claros ou regras que, se corretamente aplicados, tornam possível um indefinido progresso no futuro em desvendar os mistérios da natureza”.<sup>73</sup> Boaventura de Sousa Santos parece ir no mesmo sentido ao explicar que uma das vertentes das ciências sociais – onde se se insere o positivismo e o social darwinismo em uma espécie de “física social” – parte do mesmo pressuposto que as ciências naturais na ideia de aplicação de um modelo “universalmente válido e, de resto, o único válido”.<sup>74</sup>

Berlin endereça o ponto inicial dessa tradição, tipicamente ocidental, já em Platão, cujas aporias intermediadas pelos diálogos socráticos estruturariam mais tarde os métodos da ciência natural sob três aspectos centrais. O primeiro baseia-se em que todo problema científico genuíno tem uma e somente uma solução, de modo que todas as que com ela não se coadunam tornam-se falsas. O segundo consta no método que levaria a essa solução, que é sumariamente racional e idêntico em todos os campos, sendo puramente homogêneo, linear e proporcional. Cotejando esses dois aspectos, ao encontrar a tal solução, ela torna-se verdade universal, eterna e adquire caráter imutável<sup>75</sup>, sendo esse o terceiro aspecto.

---

<sup>73</sup> BERLIN. Op cit. p. 326. Trad. nossa.

<sup>74</sup> SANTOS. Op cit. p. 19.

<sup>75</sup> BERLIN. Op cit.



Nesses termos, nos anos de 1870-1880, os EUA passavam por uma onda de ‘profissionalização’<sup>76</sup> em diversas áreas como Direito, Medicina, Engenharia e Serviço social.<sup>77</sup> A repercussão dessa tendência na seara marítima foi captada pelo Almirante Stephen B. Luce, cuja intenção era justamente profissionalizar a Marinha norte-americana, motivo que fundamentou a criação da *U.S Naval War College* (Escola de Guerra Naval dos E.U.A) em 1884. A grande questão de Luce era produzir um discurso científico sobre a guerra naval coerente com as inovações tecnológicas trazidas pelo vapor. Nesse sentido, já na primeira aula inaugural da Escola de Guerra Naval norte-americana, em 1885, após uma longa discussão acerca do conceito de ciência – desde Hiparco de Nicea, passando por Ptolomeu, Kepler e Galileu – Luce coloca que:

Não queremos dizer que os vários problemas da guerra podem ser tratados com o rigor das ciências físicas; mas sem dúvida as batalhas navais do passado encorpam uma massa de fatos amplos o suficiente para a formulação de leis ou princípios, os quais, uma vez estabelecidos, levariam o pensamento marítimo para o nível de ciência. Estabelecendo nossos princípios por um processo indutivo, nos podemos aplicar o método dedutivo para aplicar esses princípios para a arte da guerra [...] <sup>78</sup>

Para Luce, a história era a filosofia ensinada pelo exemplo e, não à toa compartilhada da “inevitabilidade histórica” de que Berlin trata<sup>79</sup>. Portanto para ele:

O que precisamos é, primeiro, uma clara concepção do problema mesmo, e então uma solução para isso tão assentada em princípios imutáveis que não teremos dúvidas para admitir sua correteza. [...] Como podemos fazer para enxergar uma ciência na guerra naval, com todas as suas conclusões e condições complicadas?<sup>80</sup>

Não à toa, Luce vai escolher Mahan para dar continuidade a esse processo, não sem influenciá-lo com seu método histórico comparativo. De maneira semelhante, no Reino Unido o estudo da história naval torna-se uma cadeira acadêmica também por um oficial da Marinha britânica graduado em matemática em Cambridge: Sir John Knox Laughton. Como Gat ressalta, apesar da relevância da Marinha britânica para consolidação do Reino Unido – em especial após as guerras napoleônicas, período da *Pax Britannica* – o interesse pela história

---

<sup>76</sup> Aqui considerado como o “processo através do qual um grupo ocupacional adquire ou desenvolve um arcabouço de conhecimento teórico e especializado em sua área de expertise, e, assim, cria um senso identidade em seu grupo que é normalmente seguido de associações profissionais, periódicos especializados e incorpora uma série de regras e padrões que regulam seu comportamento frente ao público” In SPECTOR, Ronald. *Professor of War: The Naval War College and the Development of Naval Profession*. Newport: U.S Naval War College, 1977. p. 03. Trad. nossa.

<sup>77</sup> Ibid.

<sup>78</sup> Ibid.

<sup>79</sup> Cf. BERLIN. Op cit

<sup>80</sup> LUCE, Stephen. In HAYES, John D; HATTENDORF, John B. *The Writings of Stephen B. Luce*. US Naval War Colleges Historical Monograph Series 1975. Trad. nossa.

naval como traço distintivo da realidade britânica até 1880 em si não existia. Era como se já fosse dado de antemão e implícito<sup>81</sup>.

É contra essa tendência que Laughton vai buscar enxergar na história naval mais do que uma mera sequência de narrativas sobre as guerras navais. Em lugar, “como todas as partes da ciência, devemos entendê-la como um todo. Não podemos pegar uma parte e largar outra, tanto quanto não podemos pegar os números pares e desprezar os números ímpares em uma multiplicação”<sup>82</sup>. Em 1876 começa a lecionar história naval na *Royal Naval College* – instituição análoga à Escola de Guerra Naval norte-americana – e em 1885 torna-se professor de história moderna no King’s College London.

Tal qual Luce, Laughton utilizava o método comparativo, no entanto, conforme Almeida coloca, acreditava que o historiador não devia conjecturar o futuro, tal era a tarefa para os políticos.<sup>83</sup> Desse modo, sua contribuição deu-se ao fundar a *Navy Record Society*, em 1893 publicando artigos de interesse da história naval a partir de ampla pesquisa em fontes primárias. Foi a partir da *Navy Record Society* que Corbett construiu sua reputação partir de seu primeiro livro eminentemente histórico *Drake and the Tudor Navy: With a History of the Rise of England as a Maritime Power*<sup>84</sup> o que lhe garantiu notoriedade para escrever sobre o assunto, sobretudo nos periódicos navais da época e em favor da tônica reformista do Almirante Sir John Fisher<sup>85</sup>.

Portanto, as condições de possibilidade epistêmicas para o pensamento de Mahan e Corbett não se desconectam de um processo de amadurecimento de discurso cientificista em cujo ápice estará a história. Esta, por sua vez, será mobilizada em uma chave de entendimento que legitimará uma postura política do Estado enquanto ator central que precisa valer seus interesses pela força, calculando o jogo de poder internacional e assim sobrevivendo.

---

<sup>81</sup> GAT, 1992. Op cit. p. 204-207.

<sup>82</sup> LAUGHTON, John K. *The Study of Naval History*. Royal United Services Institution. Journal 40. p. 795-820. Londres, 1896. p. 798. Trad. nossa.

<sup>83</sup> ALMEIDA, Francisco Alves de. Horatio Lorde Nelson, o Herói Polêmico, segundo Alfred Thayer Mahan e Sir John Knox Laughton. *Revista Marítima Brasileira*. V. 139. Abril/junho 2019. p. 114-120.

<sup>84</sup> STANFORD, Peter M. *The Work of Sir Julian Corbett in the Dreadnought Era*. United States Naval Institute Proceedings, 77. p. 61-71. 1951.

<sup>85</sup> Primeiro lorde do mar da Marinha Real Britânica à época que antecedeu a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Fisher foi idealizador de diversas mudanças na Marinha britânica, dentre as quais destaca-se a construção dos *Dreadnoughts*, grandes encouraçados que representaram uma verdadeira novidade para a construção naval à época. Compunham-se de dez canhões de 12 polegadas, espessas couraças e turbinas para deslocarem-se mais rapidamente. Ver ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A Grande Guerra e o Atlântico. In ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de; SILVA, Francisco Carlos T; LEÃO, Karl Schurster de Sousa. *Atlântico: a história de um oceano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

É nesses termos que a produção de conhecimento sobre o mar vigorará ao longo de todo o século XX: articulada à *realpolitik*, em um viés historicista e matematizado, buscando ordem, previsibilidade e baseado na força. Assim, portanto que empreenderemos nossa análise geopolítica. Importa agora analisar-lhe as condições.

## 1.2 CONDIÇÕES POLÍTICAS PARA O PENSAMENTO DE MAHAN

Com efeito, plasmando a cultura norte-americana no período em comento, estava a ideia do darwinismo social, onde guerra e civilização eram conceitos correlatos – senão análogos. O poema de Rudyard Kipling, *The White Man's Burden* (O fardo do homem branco) ressoava pelo imaginário popular, como se a tarefa das nações civilizadas fosse reeducar e salvar as sociedades primitivas de seu próprio primitivismo, algo se fazia presente em Luce e estará presente no pensamento de Mahan<sup>86</sup>. Permeada também por uma intensa carga cristã, tal perspectiva conferiu uma justificativa moral para a expansão ultramarina norte-americana.<sup>87</sup>

Digno de exemplo é a controversa tese esposada pelo historiador Frederick Jackson Turner. Em 1890, o Departamento de Censo dos EUA afirmou que suas fronteiras estavam formalmente assentadas, de costa a costa. Esse fato instigou Turner a analisar-lhes o significado histórico e social. O historiador argumentava que as fronteiras marcaram tanto a política norte-americana quanto sua realidade cultural, representando os ideais do individualismo, empreendedorismo, democracia e liberdade tão marcadamente presentes na cultura de seu país:

Até os nossos dias, a história americana tem sido, em larga escala, a história da colonização do Grande Oeste. A existência de uma área de terras livres, suas recessões contínuas e o avanço do povo americano em direção ao oeste explica seu desenvolvimento. Por detrás das instituições, da constituição e suas formas e modificações, reside uma força vital que chama tais órgãos para vida e para a mudanças de condições. (...) Esse perene renascimento, essa fluidez da vida americana, essa expansão em direção ao oeste com suas novas oportunidades, seu toque frequente com a simplicidade das sociedades primitivas, constituem as forças

---

<sup>86</sup> “A opiniões darwinistas sociais, racistas e imperialistas de Mahan, harmonizavam com suas teorias navais (...) e sentimentos cristãos tinham um papel importante” GAT, 1991. Op cit. p. 188. Trad nossa. “Mahan também invocou teorias em vigor a sua época, como a física newtoniana, darwinismo social e uma visão organiza da natureza do estado-nação em sua causa para o poder marítimo” HOLMES, James. Mahan, “a Place in the Sun,” and Germany's Quest for Sea Power. New Port. *Comparative Strategy Journal*, Vol 23, p. 27-61, 2004. Trad. nossa.

<sup>87</sup> Ver GEISLER, Suzanne. *God and Sea Power: The Influence of Religion on Alfred Thayer Mahan*. Annapolis: Naval Institutue Press, 2015.

dominando o caráter americano. Nesse avanço, a fronteira é o ponto de encontro entre o selvagem e o civilizado.<sup>88</sup>

Essa motivação social implicou na necessidade de uma participação mais ativa dos EUA nos assuntos internacionais, algo que será materializado na participação do congresso de Berlim em 1884-1885 e nas articulações diplomática de Theodore Roosevelt por ocasião do fim da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905).

Do ponto de vista econômico, durante o mesmo período, os EUA encontravam-se em uma crescente evolução e atravessava uma fase de relativa estabilidade política. Com o fim de sua Guerra de Secessão (1864-1869), o país pode aproveitar seu potencial doméstico, explorando tanto a abundância de terras férteis e recursos naturais de que era dotado, quanto o franco desenvolvimento tecnológico que desenvolvia<sup>89</sup>. Era notável o estágio de evolução de suas ferrovias; o incremento do transporte fluvial e depois transoceânico a vapor - cujo início deu-se em 1807 conectando as cidades de Nova Iorque e Alabama pelo rio Hudson<sup>90</sup> – a produção intensa de carvão, de petróleo e o consumo expressivo de cobre<sup>91</sup>, os quais, em 1914 já haviam ultrapassando o Reino Unido. O resultado foi um expressivo crescimento industrial, de modo que para Paul Kennedy, os EUA “pareciam ter todas as vantagens econômicas que algumas potências possuíam em parte, mas nenhuma de suas desvantagens”<sup>92</sup>.

Assim, de um país exportador de produtos agrícolas (sobretudo algodão), os EUA passou a inundar a Europa com seus produtos manufaturados, maquinários agrícolas, ferramentas de aço e de ferro e equipamentos elétricos – segundo Kennedy, as exportações foram incrementadas em mais sete vezes de 1860 até 1914, indo de 334 milhões de dólares para 2,365 bilhões<sup>93</sup>. Acompanhando essa tendência e mesmo para dar vazão a ela, tornou-se importante a ampliação de seu mercado consumidor, já que a demanda doméstica já não mais seria suficiente. A superprodução norte-americana era apontada como uma das causas de suas crises econômicas internas. É daí que surge a necessidade premente de ampliação de seu comércio internacional, cujo meio principal de transporte era pelo os oceanos.

Nesse ponto, importa destacar o quanto do pensamento estratégico marítimo ganha tração. Ora se comércio marítimo se expande, com ele cresce a importância de uma marinha

---

<sup>88</sup> TURNER, Frederick J. *History, Frontier and Section: Three essays*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1993. p. 59-60.

<sup>89</sup> KENNEDY, 1989. Op cit. p.242-249.

<sup>90</sup> PAINE, Lincoln. *The Sea and Civilization: A maritime history of the world*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 2013.

<sup>91</sup> Ibid.

<sup>92</sup> Op cit. p. 243. Trad. nossa.

<sup>93</sup> Ibid.

vigorosa, conforme já atestava o almirante David Porter em 1881: “Uma Marinha deve ser tão grande quanto a função que dela se requeira – proteção ao comércio em todos os cantos e forte o suficiente para tomar a iniciativa”<sup>94</sup>.

A fala do almirante Porter, já antes do primeiro *Influence* de Mahan, retrata um quadro político vulgar, cuja lógica central resumia-se no seguinte ciclo: uma expansão comercial implicava em uma expansão da marinha mercante para possibilitar seu escoamento ultramarino; uma marinha mercante, por sua vez implicava na necessidade de uma Marinha de guerra para protegê-la; a Marinha de guerra por sua vez, implicava na garantia que a expansão comercial se perpetuasse e assim o ciclo recomeçaria<sup>95</sup>.

Em verdade, os anos 1880-1890 foram intensos na proliferação da lógica exposta no Congresso norte-americano, demonstrando a necessidade de investimento em uma Marinha de peso. “Que nação pode em algum momento tornar-se uma potência de primeira classe sem uma Marinha?”, perguntou-se o senador Samuel Bell Maxey em 1887<sup>96</sup>. Conforme Seager nos mostra, inúmeros políticos adotaram postura semelhante, advogando a tese de que a Marinha deveria crescer e tomar o papel internacional que sua nação advogava. Para legitimar esse argumento, alguns aludiam a ameaças de países como Chile, e até mesmo Brasil, como óbices a seu pretenso Destino Manifesto. Amadurecia, assim, a ideia de uma esquadra ofensiva, cuja defesa era antes o ataque, e a missão deveria ser “não somente encontrar e derrotar um invasor em nossas costas [norte-americanas], mas também extorquir termos de paz honráveis do inimigo, por intermédio de uma guerra agressiva em alto mar”<sup>97</sup>.

Além disso, mesmo antes da publicação do primeiro livro de sucesso de Mahan, vigoravam perspectivas estratégicas colocando o Oceano Pacífico e suas ilhas como uma área de interesse, e inclusive a ideia de um canal conectando os dois oceanos para potencializar tal perspectiva fora vislumbrada pelo almirante Henry C. Taylor – só que passando pela Nicarágua.<sup>98</sup>

Nesse escopo, após a publicação da série *Influence*, o grande evento que vem corroborar a tendência política, social e econômica ora exposta, bem como atestar o pensamento estratégico marítimo de Mahan é a Guerra Hispano-Americana de 1898. É bem verdade que, um ano antes, Theodore Roosevelt, ao assumir a pasta de assistente secretário da Marinha sob

---

<sup>94</sup> SEGAR, Robert II. Before Mahan: The Unofficial Case for the New Navy. 1880-1890. *The Mississippi Valley Historical Review*. No. 03, vol. 40, p. 491-512, 1957. Trad. nossa.

<sup>95</sup> Ibid.

<sup>96</sup> Ibid.

<sup>97</sup> Ibid. p. 509. Trad. nossa.

<sup>98</sup> Ibid. p. 507.

o governo do presidente William McKinley, em muito contribuiria para uma franca expansão militar-naval de seu país – mesmo porque Mahan fora uma de suas influências.<sup>99</sup> Roosevelt via uma Marinha grandiosa como ferramenta estratégica, de modo que só ela poderia fazer como que seu país “assumissem a posição que lhe era devida entre as nações da terra”.<sup>100</sup>

As origens da guerra hispano-americana explicam-se pela pressão que Cuba, colônia espanhola, desde 1860 havia exercendo, buscando sua independência e realizando movimentos armados para tal. Após uma série de revoltas, o governo espanhol responde com dureza, estabelecendo inclusive campos de concentração para separar os rebeldes e conter a possível separação. Os EUA, dada a conjuntura política ora esposada, resolvem intervir e McKinley, inicialmente por meios diplomáticos, exige o fim da violação dos direitos humanos pela Espanha. Entretanto, em 15 de fevereiro de 1898 o navio de batalha U.S.S Maine explode no porto de Havana. Esse evento fora associado a ataques de grupos, servindo como subterfúgio para o início do conflito. Assim, em 25 de abril de 1898 o Congresso Norte Americano declara guerra à Espanha.

A decisão norte-americana foi enfrentar a Espanha em duas frentes, isto é, no Caribe, realizando um bloqueio em Cuba; e atacando suas colônias também no Pacífico, sobretudo nas Filipinas. A ideia central era que, atacar os espanhóis simultaneamente, far-lhes-ia aceitar a derrota antes de um confronto no Caribe, região mais perigosa para os EUA. Importante destacar que, consoante ao que Mahan mesmo propugnava, Cuba representava uma posição central para o controle do mar no golfo do México. Mais ainda, as colônias espanholas no pacífico alinhavam-se à necessidade por ele demonstrada, de bases de apoio para consolidar as Linhas de Comunicação.

Não à toa, Mahan foi provavelmente o primeiro e mais lido autor a escrever um estudo sobre a guerra. Inicialmente em artigos publicados no *The Times*, o livro *Lesson of the War With Spain* foi posteriormente traduzido em holandês, francês, alemão, italiano e espanhol. Ao escrever sobre o assunto, Mahan buscava suscitar o interesse do grande público, bem como indiretamente influenciar o Congresso Norte-Americano a investir na Marinha de Guerra e no Exército<sup>101</sup>.

---

<sup>99</sup> Não custa apontar que sua “*sênior thesis*” em Harvard, publicada em 1882 (portanto oito anos antes do primeiro livro de sucesso de Mahan) chamava-se “A Guerra Naval de 1812” NELSON, Ana K. In MAROLDA, Edward J. *Ed Theodore Roosevelt, The U.S Navy, and the Spanish-American War*. Nova Iorque: Palgrave McMillan, 2004. Ver também GAT, 1991. Op cit HATTENDORF, 1988. Op cit.

<sup>100</sup> Ibid. p 03.

<sup>101</sup> HATTENDORF, John B. “*The Experience of The Spanish-American War and its Impact on Professional Naval Thought.*” In MAROLDA. Op cit.

No livro, Mahan argumentava que a guerra hispano-americana serviria para renovar o orgulho nacional e assentar o destino manifesto de seu país. Para o autor, do ponto de vista puramente naval, a guerra também provou o valor de navios de batalha e seu uso para o controle do mar. Muito por isso, a batalha da baía de Manila tornara o comandante Dewey famoso, apesar do relativo desprezo pela opinião internacional. De todo modo, Mahan, rente ao seu paradigmático ponto de vista de uma batalha decisiva, chegou mesmo a assumir que se “perdermos dez mil homens, o país poderá repô-los, mas um navio de batalha não pode ser substituído”<sup>102</sup>. A ideia de tal afirmação era sobrepujar os argumentos contrários, que defendiam a concepção estratégica da esquadra em potência. Além disso, a guerra também teria a função de reforçar as limitações de uma Marinha sem o apoio de bases para fornecer reparos, carvão e serviços gerais.

Theodore Roosevelt também participou do conflito, liderando inclusive o famigerado regimento *Rough Riders*, mais tarde assunto de livro homônimo por ele escrito. Roosevelt ficou famoso por sua atuação, e em 1900, enquanto vice-presidente de McKinley, substituiu-o à por ocasião de seu assassinato, e assim torna-se presidente. Para Kissinger, Roosevelt fora um dos principais nomes a praticar a chamada *realpolitik*.

Não à toa, Roosevelt era bastante familiarizado com as idéias de Mahan, a ponto de concretizá-las com a construção do Canal do Panamá em 1904. O papel dos EUA basicamente resumiu-se a insuflar a independência do povo panamenho ante ao controle colombiano, dada a recusa deste país em aceitar os termos de uma negociação. Apoiando a independência do Panamá, a construção do canal ocorre então em seu território.

Assim, muitas das ideias esposadas por Mahan em suas obras já se encontravam no debate político da época, o que reforça sua maestria em torná-las sistematizadas e didáticas o suficiente para se espalharem pelo mundo – e sobretudo serem quase que imediatamente aplicadas pelos EUA. Mahan mesmo tinha a intenção de incentivar os rumos políticos de seu país, assumindo que<sup>103</sup>:

Uma análise do curso dos eventos ao longo dos anos, dirigida para mostrar que a Influência do Poder Marítimo sobre história, serviria, ao menos, para imbuir seus leitores [de Mahan] com um exaltado senso de missão a que estariam sendo chamados e (...) contribuir para dar o melhor serviço ao país e uma impressão mais definida da necessidade de uma esquadra adequada para grandes feitos<sup>104</sup>

---

<sup>102</sup> MAHAN apud HATTENDORF, 1988. p. 90.

<sup>103</sup> Cf. GAT, 1992. Op cit. p. 185.

<sup>104</sup> MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon the French Revolution and Empire 1793-1812. Vol I*. Nova Iorque: Pickle Partners Publishing, 2013. p. 09. Trad. nossa.

Por outro lado, o sucesso de sua empreitada também demonstra que seu reconhecimento e notabilidade rápidos não foram episódios irruptivos. Robert Seager chega mesmo a afirmar que Mahan fora, em verdade, um codificador dos conceitos que já circulavam nos EUA há cerca de pelo menos dez anos antes da publicação do primeiro *Influence*<sup>105</sup>.

Corroboramos uma vez mais o argumento de Geoffrey Till ao atribuir o protagonismo de sua obra também ao fato de Mahan ser norte-americano, natural do país que cuja relevância faria imensa diferença nas relações internacionais daquele século.

### 1.3 O PENSAMENTO DE ALFRED THAYER MAHAN

Mahan (1840-1914) fora um oficial da Marinha dos Estados Unidos da América (EUA), que inicia oficialmente sua trajetória intelectual em 1885 na recém instituída US Naval War College (Escola de Guerra Naval dos EUA). Conforme veremos, em muito a influência de Jomini fez-se presente ao longo de sua obra, algo que pode ser entendido primeiro pela preponderância desse pensador nos círculos acadêmicos ao longo do século XIX, e, além disso, porque seu pai, Dennis Hart Mahan, fora por muito tempo instrutor da Academia Militar de West Point e um dos intérpretes de Jomini para exército dos EUA<sup>106</sup>.

Para John Hattendorf, duas foram as contribuições cruciais de Mahan para o pensamento marítimo. A primeira delas está em assegurar uma conexão entre os aspectos militares e as questões nacionais e internacionais, envolvendo o mar como protagonista. Apesar de não ter sido genuinamente pioneiro em tratar do assunto, até Mahan os estudiosos do tema deparavam-se com meras descrições das batalhas navais, carecendo de uma análise mais ampla a respeito delas. Por isso, sua obra é plasmada entre os campos da ciência política e da História<sup>107</sup>. Como sua a segunda contribuição ao pensamento marítimo, Hattendorf destaca os princípios valiosos que Mahan inaugura de modo a estimular a formulação de estratégias navais e doutrinas. É justamente nesse escopo que se pretende abordar sua obra, buscando extrair-lhe as linhas centrais que fundamentaram a produção de um pensamento estratégico consistente.

---

<sup>105</sup> SEAGER. Op cit.

<sup>106</sup> HATTENDORF. *Mahan on Naval Strategy: selections from the writings of Rear Admiral Alfred Thayer Mahan*. Annapolis: Naval Institute Press, 2015.

<sup>107</sup>HATTENDORF, Op cit.



### 1.3.1 O MÉTODO HISTÓRICO-PRINCIPIOLÓGICO DE MAHAN

Os primeiros elementos que distinguem o pensamento de Mahan encontram-se em seu primeiro *Influence*. Nesse livro é introduzido o termo *Sea Power*, ou poder marítimo, conceito que estruturará seu pensamento estratégico e permitirá tornar evidente a importância geopolítica e estratégica do mar. O problema central de Mahan consiste em demonstrar a relevância do poder marítimo enquanto elemento preponderante no curso da história. Encontra na Inglaterra o país que reuniu as condições possíveis para argumentar tal hipótese, sob a prova histórica da supremacia de seu poder marítimo frente a países como França, Espanha e Holanda. Conforme indica o próprio título, o período que compreende sua análise inicia-se em 1660, ano do retorno da monarquia Inglesa com o rei Carlos II e também a ascensão de Luís XIV na França<sup>108</sup>. Este marco escolhido por Mahan representa o momento em que tais Estados solidificam sua posição de “primeiro lugar na história marítima da América e da Europa, e mesmo do mundo”<sup>109</sup>. De outro modo, o ano de 1783 é o ano da formalização da independência dos EUA frente à Grã-Bretanha.

Nesse escopo, por intermédio de uma minuciosa análise histórica, permeada por uma narrativa direta, dogmática, determinista, e até mesmo teleológica – em uma “teoria compositiva da história”<sup>110</sup> – Mahan buscará extrair os princípios gerais da guerra no mar, princípios esses que transcenderiam até mesmo os avanços tecnológicos e científicos<sup>111</sup>:

(...) existe um consenso entre os estudiosos que, enquanto muitas das condições em que se encontra a guerra variam de tempos em tempos com o progresso das armas, existem certos ensinamentos na escola da história que permanecem constantes sendo, por isso, de aplicação universal e podem ser elevados para o grau de princípios gerais.<sup>112</sup>

---

<sup>108</sup> Apesar de claramente Mahan tomar a Inglaterra como parâmetro para apoiar sua análise histórica, seu livro não se trata unicamente de uma história da Inglaterra. Assim, apesar das críticas ao modelo francês que, para Mahan historicamente falhou em gerenciar seu poder marítimo, a ascensão de Luís XIV foi ao menos uma tentativa bem-sucedida de estrutura-lo, em muito devido a ação de um de seus ministros à época Jean-Bapiste Colbert. Andrew Lambert, acrescenta que a abordagem mahanina é desprovida da dimensão identitária e cultural que o mar propiciou a nações como Cártago, Holanda e a Inglaterra. Segundo Lambert, Mahan tomou a perspectiva da Inglaterra ao avesso, isto é, em vez de explicar o que é o sea power, explicou o que *não é*, usando a França como contra-exemplo. Desse modo, sequer considera os EUA como uma potência naval nesses termos, de modo que sugere mesmo uma grafia diferente para tratar de um poder marítimo afirmativo: *seapower*. Ver LAMBERT, Andrew. *Seapower States: Maritime Culture, Continental Empires and the Conflict that Made de Modern World*. Londres: Yale University Press, 2018.

<sup>109</sup> MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon History (1660 to 1783)* Boston: Little, Brown and Company, 1918.

<sup>110</sup> MAHAN, Alfred Thayer. In ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Os Gigantes da Estratégia Naval: Alfred Thayer Mahan e Herbert William Richmond*. Curitiba: Editora Prismas, 2015

<sup>111</sup> HATTENDORF, 1989. Op cit.

<sup>112</sup> MAHAN. Op cit. p.02.

Vemos aí uma evidente influência do metodológica de Luce, que iria se estender pelo resto da vida acadêmica de Mahan.<sup>113</sup> Por princípios, Mahan entendia uma espécie de padrão a ser seguido, mesmo com algumas diferenças de escala e de grau em sua concepção prática. Se era preciso identificá-los na guerra, era também porque a função histórica desta apresentava-se como um dos vetores do progresso da humanidade. Em outras palavras, Mahan atribuía à guerra um papel moral<sup>114</sup>, consoante ao viés darwinista social da época. Mais tarde, esse traço distintivo de Mahan ira se mostrar presente ao discutir, por exemplo, a partilha da Ásia pelas potências europeias ao fim do século XX, alegando que “o movimento ‘para frente’ do mundo precisa ser aceito como um fato”<sup>115</sup>, justificando a competição entre os Estados pelas porções de terra chinesas.<sup>116</sup>

Apesar de tratar majoritariamente sobre a guerra naval, o que chama atenção na obra de Mahan será como ela será encaixada a luz das conjunturas geopolíticas, mais precisamente, sobre como tais conjunturas podem ser aproveitadas pelos interesses de seu país. É justamente nessa seara que surgirá a necessidade de se construir conhecimentos sobre o mar. Assim, a própria concepção de uma Marinha de Guerra está intimamente associada a tais fatores:

a necessidade de uma marinha de guerra, no sentido restrito da palavra, resulta da existência de um comércio marítimo e desaparece com ele, excetuando-se os casos em que uma nação tenha tendências agressivas e mantenha uma marinha de guerra meramente como um braço de sua instituição militar <sup>117</sup>.

Vejamos como a tese de Mahan já é bastante coerente com o discurso político vigente no congresso americano. De todo modo, isso não quer dizer que a Marinha de Guerra está condicionada unicamente ao comércio marítimo, e é Mahan mesmo que assevera: “É razoável dizer que, onde navios mercantes existem, tende-se logicamente ao desenvolvimento de uma forma de proteção que é chamada de poder naval; mas é perfeitamente evidente (...) que uma marinha possa existir onde não há comércio” <sup>118</sup>.

---

<sup>113</sup> GAT, 1992. Op cit.

<sup>114</sup> Almeida associa a função da guerra em Mahan com o conceito de Guerra Justa em Santo Agostinho, algo fortemente presente no ideário expansionista norte-americano de sua época (Op cit. p. 77). Conforme Hattendorf nos mostra, tal postura pode ser entendida pela forte influência dos valores cristãos europeus, chegando Mahan a admitir que “(..) a paz não é adequada para o progresso. Algumas resistências só podem ser transpostas pela explosão.” In. Hattendorf, 1989. Op cit. p. 84. Trad. nossa.

<sup>115</sup> MAHAN, Alfred Thayer. *The Problem of Asia and Its Effect upon International Policies*. Boston: Little, Brown and Company, 1900. p. 29-30.

<sup>116</sup> Ibid.

<sup>117</sup> MAHAN. Op cit. p. 69.

<sup>118</sup> MAHAN apud HATTENDORF, 2015. Op cit. p.34. (grifo nosso). Doravante, vamos trataremos o poder naval como sinônimo de Marinha de guerra. Trad nossa.

De todo modo, a relação entre comércio marítimo e Marinha é tamanha que é este o ponto que suscita a importância do conceito de poder marítimo (*Sea Power*). Apesar de Mahan não o definir em nenhum momento, é certo que ele não se resume unicamente a sua aplicação militar, isto é, ao poder naval. De outro modo, a capacidade do poder marítimo em condicionar a prosperidade de um Estado está justamente na estrutura política, social e geográfica – além da militar é claro – que embasa o uso efetivo do mar naquilo que lhe é mais expressivo: o comércio. Isso se explica porque, segundo Mahan, apesar das intempéries naturais, o tráfego marítimo é relativamente mais barato, seguro e relativamente mais fácil do que por terra<sup>119</sup>.

Dessa maneira, é incontornável conceber o pensamento estratégico marítimo mahariano sem discutir no que consiste o poder marítimo, uma vez que “a estratégia naval tem por sua finalidade, encontrar, auxiliar e incrementar, tanto na paz quando na guerra, o poder marítimo de um país.”<sup>120</sup>

### 1.3.2 OS ELEMENTOS DO PODER MARÍTIMO

Se por um lado Mahan não define o que é poder marítimo – em verdade, já na segunda linha do prefácio do *Influence* há a referência a este conceito sem qualquer definição ou análise ontológica<sup>121</sup> – por outro, discute minuciosamente seus impactos geopolíticos e estratégicos. Ao assumir que a história das nações marítimas “está menos relacionada ao descortino e astúcia de seus governantes do que às condições de sua posição geográfica, extensão, configuração da costa, quantidade e caráter da população”<sup>122</sup>, Mahan reforça sua concepção principiológica da história, bem como demonstra a necessidade prática de estabelecer os elementos do poder marítimo de modo a constituir uma estratégia a sua altura. Importa, dessa forma, analisá-los.

#### *Posição Geográfica*

A posição geográfica de um país precisa não somente favorecer a concentração de suas forças, mas proporcionar uma vantagem estratégica por sua posição central e uma boa base para operações hostis contra seus potenciais inimigos.<sup>123</sup>

---

<sup>119</sup> Ibid.

<sup>120</sup> MAHAN. Op cit. p.70. Trad. nossa.

<sup>121</sup> “O objeto definido proposto nesse trabalho é um exame da história geral da Europa e América, com particular referência ao efeito do poder marítimo sobre o curso da história”. Ibid. p. 02.

<sup>122</sup> Ibid. pag. 35. Trad. nossa.

<sup>123</sup> Ibid. p.86. Trad. nossa.

A localização geográfica de um Estado deverá favorecer a concentração de sua esquadra em um local específico ou facilmente dispersa-la se for o caso. Em verdade, o *princípio da concentração* é um conceito estratégico de fundamental relevância e atravessa toda sua obra. Basicamente, sua concepção serve para orientar as ações de uma esquadra concentrando-a no centro de massa, ou ponto de maior importância das tropas adversárias, para assim poder atacá-las ofensivamente e tempestivamente, aniquilando-as através de uma batalha decisiva – conceito que será analisado em detalhes na próxima seção. Não à toa, Mahan trata do princípio da concentração de maneira equivalente às ações militares em terra, sobretudo em virtude da influência de Jomini – que propugnava conceito semelhante – chegando mesmo a afirmar que tal seria o “lugar comum da guerra e é seu primeiro princípio”.<sup>124</sup>

A centralidade da posição geográfica também favorece o escoamento do comércio marítimo, sendo também importante por possibilitar a construção de portos seguros. Fica então evidente a preponderância comercial vislumbrada pelo mar e a necessidade de propiciar as condições necessárias para estabelecê-la, reafirmando o papel do poder naval para tal.

Nesse sentido, a posição em que um país se encontra no mapa poderá ter um impacto estratégico crítico, tomando-se como exemplo o caso da França. Com efeito, sua costa toca ao mesmo tempo o Mediterrâneo e o Oceano Atlântico, o que implica em uma evidente vulnerabilidade a uma suposta concentração de sua esquadra, dado o risco envolvido na passagem pelo estreito de Gibraltar de posse inglesa. Tal questão é análoga ao dos Estados Unidos da América (EUA), cuja posição contemplada por dois oceanos, à época de Mahan, não contava com qualquer passagem que os conectasse.<sup>125</sup>

Além disso, no que diz respeito ainda à França, sua dimensão continental fronteiriça a diversos países da Europa faz com que seus gastos em exército possam potencialmente prevalecer em detrimento de gastos com o poder naval, dificultando, pois, medidas defensivas efetivas, por dividir seus esforços. Para Mahan, tal aspecto também ocasionou a falta de unidade dos objetivos políticos e estratégicos franceses, ora expandindo-se pelo mar, ora pelo continente.

Em contrapartida, a Inglaterra figura como um bom exemplo de como uma posição geográfica pode ser vantajosa. Sendo uma ilha, sua necessidade estratégica em defender-se foi direcionada inteiramente para o ambiente marítimo. Além disso, posicionada na intersecção entre o Oceano Atlântico e Mar do Norte, bem como dotada de localidades abrigadas para

---

<sup>124</sup> Ibid. p. 94. Trad nossa.

<sup>125</sup> Ibid.

portos e bases navais, é capaz tanto de mobilizar seu comércio com o resto da Europa quanto fazer frente a possíveis adversários. Mahan destaca que, por vezes, quando a Inglaterra fora ameaçada por coalizões formadas pela França e pela Holanda, facilmente conseguia concentrar sua esquadra em posições interiores como Portsmouth ou Plymouth e interpor sua força naval contra o inimigo. Nesse escopo, a própria proximidade com a França é também uma vantagem relevante, porém, na mesma medida, poderá ser uma ameaça; algo historicamente comprovado por ocasião das chamadas guerras de corso empreendidas pelos franceses.

### *Conformação Física.*

A costa marítima de um país é também uma de suas fronteiras; e quanto mais fácil o acesso por essa fronteira para a região além dela, nesse caso o próprio mar, tanto melhor será a tendência do povo no sentido de relacionar-se com o resto do mundo através dela.<sup>126</sup>

Por conformação física Mahan trata aqui sobretudo do contorno da costa, cuja vantagem estaria em facilitar o acesso ao mar através de rios navegáveis, conectando o interior do país ao oceano. Entretanto, essa vantagem poderá também ser uma potencial vulnerabilidade fazendo com que o inimigo possa facilmente adentrar o território. Mahan nos traz um precioso exemplo extraído da história da Inglaterra: o Rio Tâmisa é altamente estratégico, mas, por ocasião da Segunda Guerra Anglo-Holandesa (1665-1667) permitiu que a esquadra holandesa incendiasse a inglesa já nas proximidades de Londres. No caso dos EUA, o rio Mississippi também apresenta situação semelhante, pois, por ocasião da Guerra de Secessão Norte-Americana (1861-1865), foi justamente a defesa incipiente de sua foz pelos Confederados que em grande medida – mas não apenas – condicionou a vitória por parte da União.

Nesse sentido, Mahan trata também da conformação física da Itália, responsável por dividir seu território em dois: “uma longa península, como uma cadeia de montanhas centrais dividindo-a em duas faixas estreitas, por onde as estradas que conectam os portos necessariamente passam”<sup>127</sup>. Numa situação dessas, somente um controle absoluto do mar poderia assegurar a segurança completa das comunicações. Para tanto, a saída, segundo Mahan, seria estabelecer o poder naval numa posição central para conseguir destruir totalmente o inimigo. Além disso, na Itália há também uma divisão do país pelo mar, no caso

---

<sup>126</sup> MAHAN, 1918. Op cit. p.103. Trad. nossa.

<sup>127</sup> Ibid. Trad. nossa.

dos territórios da Sardenha e da Sicília. Tal aspecto impõe novamente a necessidade de uma esquadra para impedir a vulnerabilidade dessa fragmentação.

Além da conformação da costa, Mahan também destaca as condições físicas que favorecem o incremento do poder marítimo. A Inglaterra, por exemplo, é desprovida de recursos naturais em seu território, o que a fez naturalmente buscar no mar sua prosperidade econômica. Em pior situação ainda, a Holanda, segundo destaca Mahan, é dotada de uma pobreza de solo tal que “não poderia suportar mais que um oitavo de seus habitantes”<sup>128</sup>. Assim, os holandeses voltaram-se para a pesca, desenvolveram um processo específico de preservação dos peixes e tornaram-se exímios comerciantes. O resultado é que “o trigo e a estocagem naval do Báltico, o comércio espanhol com suas colônias no novo mundo, os vinhos da França, e o comércio costeiro francês foram (...) transportados em navios holandeses”<sup>129</sup>. Em contrapartida, a França, por possuir abundância de recursos naturais, não adotou postura semelhante.

Nesse escopo, Mahan também demonstra preocupação com o caso dos EUA, uma vez que os recursos naturais do interior do país poderiam mobilizar a população para o interior, rumo ao oeste, e desviá-las do mar.

### *Extensão do território*

No que concerne o desenvolvimento do poder marítimo, não se trata do total de milhas quadradas que um país possa ter, mas o comprimento de sua linha costeira e a qualidade dos seus portos que devem ser considerados.<sup>130</sup>

Assim, o que realmente importa para Mahan do ponto de vista da extensão do território de um Estado deverá ser propriamente o tamanho de sua costa litorânea. Nesse sentido, em se mantendo a posição geográfica e a conformação física constantes, a extensão do território poderá ser uma fonte de força ou de fraqueza de acordo com a população mobilizada para salvaguardá-la.

Vejamos, portanto, que os três elementos do poder marítimo acima explicitados relacionam-se unicamente com os aspectos geográficos dos Estados, como se, inexoravelmente, estivessem submetidos a condicionantes imutáveis e que se situam para além de seu alcance político ou estratégico. Embora em certa medida esta seja uma visão

---

<sup>128</sup> Ibid. p.97. Trad. nossa.

<sup>129</sup> Ibid. p.98. Trad. nossa.

<sup>130</sup> Ibid. p.122. Trad. nossa.

pragmática e determinista, Mahan nos mostra que é justamente a capacidade dos Estados em sobrepujá-las que explica a prosperidade de países como a Inglaterra, por exemplo. Em outras palavras, o poder marítimo traduz-se em uma vantagem na medida em que Estados conseguem usufruir de suas condições naturais fazendo do mar um ambiente propício: as condições naturais são imutáveis, mas os efeitos que dela advém não o são. Essa é também compartilhada por Sumida, indicando em Mahan a singularidade não em tratar da geografia, mas sim na necessidade de um poder político atuante para poder fazer dela uma vantagem.<sup>131</sup>

Com efeito, Mahan nos demonstra tal aspecto ao discutir as condições de que dependem o valor estratégico das posições geográficas, sejam elas o território dos Estados mesmos ou possíveis porções de terra a serem conquistadas<sup>132</sup>. Almeida considera este o *princípio da posição central* e sua vantagem se expressa, segundo Mahan, na medida em que a posição a ser ocupada esteja situada próxima às linhas estratégicas; caso sejam dotadas de poderio militar ofensivo e defensivo, e também se foram constituídas de recursos em si ou nas proximidades<sup>133</sup>.

Das três condições esposadas, a primeira é a mais indispensável, pois “o poderio militar e os recursos podem ser artificialmente supridos ou incrementados, mas está para além do poder do homem mudar a posição de um porto que se situa fora dos limites de um efeito estratégico”<sup>134</sup>. Mahan acrescenta que tal condição é ainda mais proeminentemente estratégica se o local em questão se encontra próximo a rotas comerciais ou mares estreitos, dada a inevitabilidade do tráfego marítimo passar por lá. Tal aspecto é análogo com relação às *linhas de comunicação*, que, do ponto de vista militar, não se tratam de linhas geográficas propriamente, mas do fluxo marítimo de suprimentos necessários ao esforço de guerra, ou “o material de abastecimento que os navios não podem carregar nos seus próprios cascos senão por um tempo limitado.”<sup>135</sup> Tais materiais consistem em combustível, munição e comida, respectivamente nessa ordem de prioridade, segundo Mahan<sup>136</sup>. Portanto, explicitando de outro modo, uma posição geográfica situada estrategicamente precisa estar o mais

---

<sup>131</sup> Ver SUMIDA, Jon Tetsuo. Alfred Thayer Mahan, Geopolitician. *Journal of Strategic Studies*. Londres. No. 22, Vol. 2-3. p 39-62, 1999.

<sup>132</sup> Ressaltamos que tais ideias não constam explicitamente no primeiro *Influence*, contudo, com certo cuidado, podemos considera-las nela implícita. Mahan só as sistematiza em um livro publicado posteriormente em 1915, chamado *Naval Strategy compared and contrasted with principles and practices of military operations on Land* de 1911.

<sup>133</sup> MAHAN, Alfred In HATTENDORF. Op cit. Trad. nossa.

<sup>134</sup> Ibid. p.196.

<sup>135</sup> Ibid. p. 240. Trad. nossa.

<sup>136</sup> Ibid.

equidistante possível dessas linhas ditas estratégicas. Conforme Almeida bem explica<sup>137</sup>, é tal como se considerássemos um ponto no interior do triângulo cuja distância a um de seus lados, é menor do que o tamanho dos lados do triângulo em si.

Nesse escopo, conforme exposto, Gibraltar – embora com a ressalva de não possuir recursos naturais relevantes<sup>138</sup> - é um exemplo do *princípio da posição central*, na medida em que também permite o controle do acesso às linhas de comunicações do Atlântico para o mar mediterrâneo. Mahan também fala sobre a então ilha de Malta – hoje República de Malta – chegando a compara-la com Porto Arthur, respectivamente, por ocasião da Batalha do Nilo (1798) no contexto das guerras napoleônicas e da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Igualmente, cita a posição estratégica do Havaí no que diz respeito ao esquema estratégico do pacífico.

Vemos então que os elementos do poder marítimo que dizem respeito as características geográficas possibilitam vantagens estratégicas de extrema importância, mas é preciso do esforço dos Estados para uma apropriação efetiva da situação natural em que se encontram. Os princípios estratégicos universais de que Mahan trata somente fazem sentido na medida em que se coadunam com a realidade prática apresentada pela própria geografia dos Estados. Os elementos do poder marítimo são justamente a interface lógica entre estas concepções. Nesse sentido, importa destacar aqueles que se relacionam com o governo e seu povo.

### *Tamanho da População*

Foi exposto que, no que diz respeito às dimensões [de um Estado], não é meramente o total de milhas quadradas, mas a extensão da linha costeira que será considerada com relação ao poder marítimo; e, da mesma forma, do ponto de vista da população, não é somente seu número total, mas o número daqueles que se seguem ao mar, ou, ao menos, aqueles dispostos a serem empregados a bordo ou na criação de material naval, que devem ser contados.<sup>139</sup>

Dessa maneira, Mahan nos mostra que é preciso uma espécie de engajamento da população para que o poder marítimo seja incrementado. Ou seja, sua quantidade deverá ser intimamente conectada a seu potencial de mobilização para as atividades relacionadas ao mar. O principal exemplo extraído da história será novamente o francês em comparação ao inglês. Por ocasião das guerras de independência dos EUA (1775-1783), em 1778 quando a França

---

<sup>137</sup> ALMEIDA, 2015. Op cit. p.126.

<sup>138</sup> Ibid.

<sup>139</sup> MAHAN, 1918. Op cit. p. 126. Trad. nossa.



apoia o movimento norte americano, Mahan nos mostra que a Marinha francesa era capaz de mobilizar cinquenta navios de linha tripulados. Em contrapartida, a Inglaterra encontrava-se em sérias dificuldades para prontificar seus meios em virtude da dispersão de seu poder naval ao redor do mundo. Entretanto, tal fato reverte-se, de modo que em 1782, a Marinha inglesa já dispunha de cento e vinte navios, prontos para operar ou em efetiva operação; enquanto a França não excedia setenta e um.

O fator chave para entender esse processo será o que Mahan denomina ‘força reserva’. Além da tripulação dos navios em si, é necessário também um aporte logístico proporcionado por um “grande número de pessoas engajadas nos inúmeros trabalhos manuais que facilitam o reparo e a confecção dos materiais navais, ou que atendam a outras necessidades mais ou menos relacionadas ao ambiente marítimo”<sup>140</sup>. Dessa maneira, tal aspecto permite à população atender prontamente às demandas suscitadas em um esforço de guerra, tal qual o exemplo inglês.

Mahan não esquece de apontar a relevância desse tema mesmo na época em que escreve sua obra, época essa marcada pela transição da Marinha de vela para a Marinha a vapor. Argumenta que o que explica a Inglaterra ainda permanecer solidamente na dianteira de tal desenvolvimento é justamente dispor de uma Força Reserva extremamente capacitada nas “artes mecânicas”. Tal exemplo nos parece deveras pertinente, afinal não podemos esquecer o protagonismo inglês durante a chamada Segunda Revolução Industrial. Ademais, a lógica de Mahan não poderia ser mais acertada: é justamente o engenheiro responsável pela construção da maior estrada de ferro da Grã-Bretanha (*Great Western Railway*), Isambard Kingdom Brunel (1806-1859), um dos principais responsáveis pela introdução do vapor a bordo dos navios e concilia-lo com o uso do Hélice<sup>141</sup>.

Em verdade, Mahan nos mostra a importância da complementaridade entre os setores produtivos e o naval. O exemplo acima descrito apresenta claramente esse aspecto, pois foi o domínio da tecnologia do ferro e do vapor impulsionados pela indústria inglesa que proporcionou o papel de destaque de sua marinha a vapor. Assim, é essa relação complementar, articulada pela população de um Estado, que permite maximizar o poder marítimo. O poderio militar-naval não nasce do zero, de modo que é mais importante uma

---

<sup>140</sup> MAHAN, In HATTENDOR. Op cit. p. 110. Trad. nossa.

<sup>141</sup> Ver BITTENCOURT, Armando de Senna. *O Atlântico: ciência e tecnologia naval e oceânica nos séculos XIX e XX*. In. ALMEIDA *et al*, 2013. Op cit. p. 300-305.

estrutura prospectiva que confira sua perenidade, do que aparatos reativos, voltados a episódios específicos.

### *Caráter Nacional*

Se o poder marítimo é realmente baseado em um pacífico e extensivo comércio, a aptidão por objetivos comerciais deve ser um atributo distintivo das nações que foram uma vez ou outra grandiosas no mar. (...) Todos os homens procuram riquezas e, em maior ou menor grau, amam dinheiro; mas a maneira em que tal ganho é procurado é que terá um efeito marcante nas fortunas comerciais e na história do povo que habita um país.<sup>142</sup>

Ao tratar do caráter nacional, Mahan discute um aspecto quase que administrativo do poder marítimo, provando uma vez mais a necessidade de uma abordagem ampla a esse respeito. A questão aqui será a análise de uma espécie de impulso natural, ou uma predisposição cultural do povo de alguns Estados em gerenciar com eficiência a riqueza alcançada por intermédio do mar. Não custa ressaltar a abordagem prática esposada por Mahan, não tão calcada em discutir em que medida tal impulso houvera nascido, mas em como sua dinâmica exerceu influência econômica, política e estratégica.

Dessa maneira, é em Portugal e Espanha, nações que figuraram na vanguarda da expansão marítima do século XVI, que encontraremos um claro exemplo do malogro em dar conta desse elemento do poder marítimo. Ocorre que ambos os Estados não conseguiram manter a qualidade de seu comércio marítimo a partir das colônias conquistadas no início de sua expansão, dado que dependiam economicamente da Holanda e da Inglaterra para a gestão dos produtos que de lá extraíam – como o açúcar no caso do Brasil e ouro no caso do México, Peru e nas minas brasileiras também. No fim das contas, eram os batavos e britânicos, a partir de suas vigorosas marinhas que lucrariam com tais recursos.

Assim, Mahan salienta que os governos português e espanhol eram desprovidos da característica natural que os fariam exímios comerciantes, porque seu próprio povo assim era. Apesar de destemidos, temperantes e entusiastas, não possuíam os traços culturais que os transformariam em negociantes, produtores ou homens de negócio, tal qual os ingleses e holandeses.

### *Caráter do Governo*

---

<sup>142</sup> MAHAN, 1918. Op cit. p. 116. Trad. nossa.

Mas em um governo representativo, qualquer despesa militar deve ter forte representação de interesses por trás, capaz de convencer de sua necessidade. Tal interesse no poder marítimo não pode existir sem uma ação do governo.<sup>143</sup>

Ao tratar do caráter do governo, Mahan nos mostra a necessária complementaridade com o caráter da população, uma vez que este é um dos fundamentos para aquele. A ideia, portanto, será o advento de um governo forte capaz de espriar a mentalidade marítima de sua nação por todo o corpo social. Tal qual o impulso natural de um povo em inclinar-se para atividades empreendedoras no mar, o caráter do governo deverá ser tendência análoga, isto é, pautar-se-á por uma postura política intrinsecamente orientada para fortalecer o poder marítimo.

No caso dos ingleses, tal aspecto é deveras emblemático, figurando como um exemplo de como esse elemento do poder marítimo funciona em sua plenitude. Mahan nos mostra que desde Elizabeth I os estadistas ingleses sucessivamente orientaram sua política externa firmemente voltada para o mar: “O governo inglês mais e mais fortemente, e com o propósito consciente, pressionou a extensão de seu domínio no mar e fomentou o crescimento de seu poder marítimo”<sup>144</sup>. Como exemplo, pode-se citar os Atos de Navegação estabelecidos por Cromwell em 1651, que propugnava que todas as importações para a Inglaterra ou suas colônias deveriam se dar exclusivamente em navios pertencentes a própria Inglaterra, medida essa que impactou diretamente os interesses da Holanda. Mesmo Carlos II, inimigo político de Cromwell e derrotado por suas tropas na Batalha de Worcester (1651) durante a Guerra Civil Inglesa, ao assumir o trono inglês em 1660, enfatizava a mesma soberania inglesa nos mares de seu adversário. Por ocasião da união com a França para atacar a Holanda, Carlos II fora peremptório ao decidir que seria a Inglaterra que comandaria a coalizão das duas esquadras, pois “é costume dos ingleses comandar no mar”.

Assim, levando em conta os três últimos elementos descritos, expusemos que um poder marítimo pujante precisa ser dotado de uma população engajada em assuntos marítimos (tamanho da população), dotada de impulso natural para tais assuntos (caráter nacional) e com um governo que consiga captar tal impulso e traduzi-lo em uma política externa capaz de ampliar os interesses do Estado (caráter do governo). Vejamos que a concepção desses elementos não passa necessariamente pela representação popular. Em verdade, Mahan

---

<sup>143</sup> Ibid. p.169. Trad. nossa.

<sup>144</sup> Ibid. p.133.

acreditava inclusive ser difícil concilia-los democraticamente, pensando ser mais exitosa a ação de um déspota esclarecido com uma boa visão estratégica<sup>145</sup>.

Vemos, portanto, que os elementos do poder marítimo são correlatos a uma estratégia marítima capaz de articulá-los. Para além dos princípios explicitados, cumpre destacar de que maneira se fundamentava o paradigma estratégico propugnado por Mahan.

### 1.3.3 CONCEPÇÕES ESTRATÉGICAS E O CONTROLE DO MAR

Podemos admitir que, do ponto de vista mahaniano, uma estratégia marítima efetiva deverá correlacionar princípios estratégicos (concentração, linhas estratégicas, posição central) e elementos do poder marítimo – lembremos uma vez mais que, conforme citamos, Mahan creditava à estratégia marítima a maximização do poder marítimo.

Apesar de aludir à importância do comércio marítimo nesse processo, é sobretudo por intermédio de uma Marinha de guerra que se poderá garantir sua perenidade, porque:

O embate de interesses, os sentimentos hostis originados pelas tentativas conflituosas para se apropriar de uma parte maior, senão de todas, as vantagens do comércio, e das distantes e não exploradas áreas comerciais, leva à guerra.<sup>146</sup>

Ou seja, para Mahan, a dinâmica comercial é essencialmente conflituosa, precisando, por isso, de uma esquadra justamente para fornecer-lhe o esteio necessário diante da possibilidade concreta de guerra. Logo, está contido na concepção de uma estratégia marítima o uso do poder naval. Convém, assim, esclarecer as concepções estratégicas voltadas para tal uso.

Conforme Almeida ressalta<sup>147</sup>, as considerações políticas e estratégicas de Mahan encontram-se espalhadas por toda sua obra. Entretanto, já no *Influence* especial ênfase é dada ao chamado *controle do mar*<sup>148</sup>. Trata-se de um conceito simples que se apresenta como uma expressão da própria lógica de Mahan. Com efeito, controlar o mar significa assegurar em grau absoluto a proteção das linhas de comunicação e do fluxo comercial marítimo. Mesmo

---

<sup>145</sup> ALMEIDA, 2013. Op cit. p.113.

<sup>146</sup> MAHAN, Op cit. p.93. Trad. nossa.

<sup>147</sup> ALMEIDA, 2015. Op cit. p. 119.

<sup>148</sup> Esse conceito aparece também como *comando do mar* em muitas obras de Mahan e nas obras de comentadores como John Hattendorf e Geoffrey Till. Estaremos tratando ambas as acepções como sinônimas, mas preferimos controle à comando, consoante à pesquisa de Almeida que destaca que o próprio Mahan assim o preferia. Ver ALMEIDA, 2015. Op cit.

porque “as comunicações dominam a guerra; geralmente considerada, ela é o elemento importante estrategicamente, politicamente e militarmente.”<sup>149</sup>

Dessa maneira, o controle do mar somente poderá ser alcançado na medida em que se elimine qualquer possibilidade de a esquadra inimiga trafegar pelos mares e oferecer risco, algo somente possível ao exterminá-la por completo por intermédio de uma *batalha decisiva*. Ora, como são essas mesmas esquadras que garantem proteção às linhas de comunicação e ao fluxo comercial marítimo inimigo, ao controlar os mares tanto se consegue proteger-se absolutamente e impedir qualquer ataque adversário, como ter total acesso ao comércio marítimo.

De tal modo, se uma estratégia marítima objetiva maximizar o poder marítimo, então é por intermédio de uma batalha decisiva que o risco de malogro dessa empreitada é neutralizado. Assim, com certo cuidado, o que podemos perceber é que toda argumentação mahaniana quando discute os elementos do poder marítimo e também quando elenca seus princípios acaba convergindo para o paradigma estratégico ora exposto: Uma posição estratégica favorece a concentração de uma esquadra condicionando o êxito em destruir a adversária; a conformação física permite a construção de portos estrategicamente concebidos para possibilitar o alcance ao adversário e igualmente eliminá-lo; a extensão do território implica em usos efetivos das linhas estratégicas visando a destruição da esquadra contendora; o tamanho da população e seu caráter deverá dar conta das demandas navais tanto quanto poderá facilitar a administração de colônias que por sua vez facilitariam uma eventual busca à Marinha inimiga para aniquilá-la; por fim, o caráter do governo deverá ser favorável a uma política externa pujante orientada para a supremacia e controle dos mares.

Assim, se, como vimos, para Mahan a guerra é dotada de uma função moral, rumo ao progresso, o ponto culminante de sua ética dar-se-á a partir de uma batalha decisiva. Ademais, podemos perceber a flagrante influência do pensamento jominiano e seu ataque ao ponto decisivo. Com isso, ressaltamos o viés ofensivo propugnado por Mahan, algo que se confirma na seguinte passagem:

Toda guerra tem dois aspectos, o defensivo e o ofensivo, e para cada um deles há um fator correspondente de atividade. Se há alguma coisa a ganhar, o ofensivo; se há alguma coisa a perder, o defensivo. (...) O elemento ofensivo na guerra é uma superestrutura, para o qual a finalidade e objetivo do [elemento] defensivo existe, e

---

<sup>149</sup> MAHAN, Op cit. p. 15.

fora isso qualquer propósito da guerra será inútil. (...) A vitória somente poderá ser buscada por medidas ofensivas, e somente assim ela poderá ser assegurada<sup>150</sup>

Nesse escopo, o que se depreende do pensamento estratégico de Mahan é uma espécie de manutenção do *status quo*, uma vez que, do ponto de vista de uma Marinha que não disponha de meios capazes de adotar táticas ofensivas, a ela só restaria acostumar-se com a derrota. Em outras palavras, incapazes de suscitar uma batalha decisiva e, por isso, inabilitados para controlar os mares, o Estado cujo poder naval é inferior não teria escolha senão a rendição.

Entretanto, tal visão não parece de todo acertada. Para Geoffrey Till, Mahan não enxergava as Marinhas menores como impotentes, pois sempre haveria opção de distribuir seus meios de maneira estratégica. Ademais, é também dentro desse sentido que advogava em favor da chamada *esquadra em potência*, concepção estratégica que propõe uma distribuição da esquadra inferior em águas interiores em local abrigado visando induzir o adversário a uma cautela vigilante que o impediria de atacar. Mahan enxerga essa estratégia como dotada de um efeito moral e até mesmo físico, e poderia oferecer perigo às LCM inimigas. Porém, muito por ser uma medida defensiva, em alguns momentos Mahan tende a desacreditá-la, considerando-a errônea<sup>151</sup>.

Além disso, Till também ressalta que Mahan não necessariamente se apoia na força para obter êxito na guerra, pois enxerga-lhe no bloqueio econômico uma concepção mais viável. Till sustenta que seria essa a maneira de sufocar o inimigo e alcançar um efeito estratégico decisivo<sup>152</sup>. Como veremos, acreditamos que essa seja a visão mais adequada para o pensamento estratégico de Corbett. De outro modo, é o próprio Mahan que diz:

A grande finalidade de uma guerra entre esquadras (...) não é encontrar, nem voar, mas controlar os mares (...) não a velocidade, mas o poder de ação ofensiva é o fator dominante na guerra. A força não existe para mobilidade, mas a mobilidade para a força.<sup>153</sup>

Apesar de reconhecer a dificuldade de fomentar uma batalha decisiva – afinal uma esquadra inferior tenderia a negá-la sempre – segundo Almeida, para Mahan, o propósito do

---

<sup>150</sup> MAHAN, Alfred Thayer. In HATTENDORF, 2015. Op cit. p. 433-434.

<sup>151</sup> “O conceito de esquadra em potência exalta o aspecto defensivo e é errôneo” Ver MAHAN, Alfred Thayer *The Major Operations of the Navies in the War of American Independence*, 1913 pg. 174. In HATTENDORF. Op cit.

<sup>152</sup> TILL, Geoffrey, 2018. Op cit. p. 58.

<sup>153</sup> MAHAN, Alfred Thayer. In HATTENDORF, 2015. pTrad. nossa.

bloqueio seria justamente obrigar a esquadra bloqueada a fazer-se ao mar, fomentando assim uma batalha decisiva.

#### 1.4 A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO MAHANIANO NO IMPÉRIO ALEMÃO

O impacto do pensamento estratégico marítimo de Mahan foi tamanho que logo o recém unificado Império Alemão lançaria mão de suas ideias. Importante analisar o percurso expansionista alemão para entender como a produção de conhecimento do mar enquanto instrumento político e estratégico torna-se o centro de gravidade da política externa das potências. A entrada do Império Alemão no cenário internacional após sua unificação em 1871 contribuirá para uma modificação na dinâmica geopolítica europeia.

Com efeito, até 1890 o chanceler Otto Von Bismarck buscara consolidar a posição política do Estado Alemão insistindo em enxergá-lo como uma potência ‘saturada’, cujo objetivo principal seria manter o *status quo* europeu, desincumbindo-se da aquisição de novos territórios, inclusive os ultramarinos<sup>154</sup>. Considerando a vulnerabilidade geográfica alemã, praticamente situando-se no centro do continente europeu, Bismarck procurou antes pelas vias diplomáticas neutralizar as ameaças que a Rússia e a França significavam ao acelerado crescimento industrial de seu país.

Assim, no intuito de isolar os franceses – estes ainda sob o clima revanchista fruto das perdas dos territórios da Alsácia e Lorena oriundos da Guerra Franco-Prussiana (1870) –, garantir uma frente dissuasória consistente contra a Rússia<sup>155</sup> e obter uma saída estratégica para a região dos Balcãs, Bismarck e sua realpolitik vislumbra a aliança com o Império Austro-Húngaro.

Entretanto, após a demissão de Bismarck, a política externa alemã torna-se mais incisiva no sentido de orientar-se para um viés mais expansionista<sup>156</sup>. Nas palavras do Kaiser Wilhelm II, após assumir o trono em 1888: “a Alemanha tem grandes tarefas a serem realizadas fora do território da velha Europa”<sup>157</sup>; com discurso análogo, o novo chanceler alemão Bernhard Von Bülow asseverava “ A questão não é se vamos colonizar ou não, mas

---

<sup>154</sup> KENNEDY, 1989. Op cit. p. 211.

<sup>155</sup> É relativamente conhecida a fama de Bismarck como o grande “mestre das intrigas diplomáticas”. Em 1887, o chanceler chegou a ler o texto exato de sua aliança junto ao Império Austro-Húngaro para o embaixador da Rússia, no intuito de persuadir os russos a concordarem em um tratado em cujos termos estaria simplesmente a neutralidade russa por ocasião de uma guerra entre Alemanha e França, sem qualquer tipo de comprometimento por parte da Alemanha. JOLL, Op cit. p. 34.

<sup>156</sup> KENNEDY, 1988. Op cit. p. 211.

<sup>157</sup> Ibid.

que precisamos colonizar, queiramos ou não”<sup>158</sup>. Em parte, tal postura explica-se pela tendência mais marcadamente nacionalista do novo Kaiser, mas, como Hew Strachan aponta, em muito a linha de pensamento esposada pelo Darwinismo social então em mote na Europa contribuíra para tal.<sup>159</sup>

Entretanto, fruto de sua chegada tardia nas disputas coloniais em comparação a França e à Inglaterra, ao Império Alemão era primordial superar as deficiências estruturais e transformar sua grandeza militar em grandeza colonial. Destarte, a solução seria congregar seu profícuo desenvolvimento industrial em uma Marinha poderosa, capaz de tornar efetiva a saída para o Mar do Norte e defender os interesses ultramarinos alemães ao redor do globo. Até a gestão de Bismarck, o Império Alemão não passava de um poder naval de “segunda categoria”<sup>160</sup>. Oriunda do exército, a Marinha, inicialmente comandada por generais, houvera sido concebida apenas enquanto instrumento de defesa costeira. Antes de Bülow, a concepção estratégica dominante era a *Jeune École*<sup>161</sup> e, assim, buscava construir navios baratos, em geral torpedeiras<sup>162</sup>, assumindo uma posição inferior frente a Marinhas mais grandiosas – como a francesa e, sobretudo, a Inglesa. A ascensão de Wilhelm II, então, propiciou à Marinha Alemã um franco desenvolvimento.

O kaiser, neto da Rainha Vitória, fora criado sob a sombra da Marinha Inglesa, admirava suas tradições e até mesmo enciumava-se por sua reputação.<sup>163</sup> Sob tais conjunturas, começamos a entender as condições que pavimentaram a proliferação de Mahan no imaginário militar naval e político alemão. Como Mahan demonstrou que, ao bem explorar os elementos do poder marítimo e utilizar de forma efetiva as concepções estratégicas navais a Inglaterra construiu uma narrativa histórica de sucesso, dentro da realidade alemã, a intenção de Wilhelm II era expandir seu poderio em medida análoga. Não à toa, a política externa esposada por Bülow foi norteadada pela criação de uma esquadra expressiva, buscando colônias além do território europeu tal como sua posterior rival Inglaterra fizera; tal como Mahan prescrevera.<sup>164</sup>

---

<sup>158</sup> Ibid.

<sup>159</sup> STRACHAN, 2003. Op cit. p.09

<sup>160</sup> KEEGAN, John. *Battle at Sea: From Man-of-War to Submarine*. Londres: Pimlico, 2004. p.112.

<sup>161</sup> Não custa apontar que a concepção estratégica alemã não era inteiramente similar à escola francesa. Conforme David Oliver destaca, enquanto para a *Jeune école* francesa, o ataque às Linhas de Comunicações representava apenas um meio para se atingir o objetivo de sufocar o inimigo pelo impacto psicológico, para os alemães era realmente um ato puramente físico, para negar ao inimigo o financiamento do conflito. OLIVER David H. *German Naval Strategy 1856-1888: Forerunners of Tirpitz*. Londres: Frank Cass, 2004.

<sup>162</sup> Ibid.

<sup>163</sup> Ibid.

<sup>164</sup> STRACHAN, 2003. Op cit. p.11.



Não obstante o malogro alemão em consolidar uma *Pax Germanica* a partir de um vasto império ultramarino<sup>165</sup>, o pensamento mahaniano serviu para incrementar as “fantasias navais”<sup>166</sup> do Kaiser<sup>167</sup> e, mais importante, para estruturar as concepções estratégicas alemãs, sobretudo mais tarde durante Primeira Guerra Mundial. Mahan e Wilhelm chegaram a jantar juntos em um evento com a Rainha Vitória e em 1894, em um depoimento para o New York Herald, declarou:

Eu não estou apenas lendo, mas devorando o livro do Comandante Mahan e tentando aprende-lo de cor. É um livro de primeira classe, é um clássico em todos os sentidos. Está a bordo dos meus navios e é constantemente citado pelos meus comandantes e oficiais <sup>168</sup>.

Ressaltamos que não se trata de atribuir a Mahan a causa única para a orientação política e estratégica do Império Alemão, mas entender a conjuntura política em que se insere, tornando sua obra deveras tempestiva. Em verdade, Keegan<sup>169</sup> e Gat reforçam tal argumento, sobretudo quando da indicação do Contra-Almirante Alfred Tirpitz como Secretário de Estado da Marinha em junho de 1897. Com efeito, mesmo antes de ler Mahan, Tirpitz já advogava a ideia de uma esquadra formada por navios de batalha a ser concentrada nos portos nacionais, como se vê em seu *Memorandum IX* de 1894<sup>170</sup>. Para Tirpitz, a obra mahaniana tornou-se, ademais, um instrumento publicitário, usado para persuadir o parlamento alemão da importância em um investimento naval maciço.

Entretanto, o impacto do pensamento mahaniano na expansão alemã é significativo. Como James Holmes coloca, havia três escolas de pensamento que legitimavam tal expansão com discursos divergentes – histórico-positivista; necessidade geográfica e partição do mundo entre nações competidoras – mas que carregavam em comum uma espécie de apropriação seletiva da teoria de Mahan, transformando-a em uma virtude absoluta.<sup>171</sup> Nesse sentido, o papel Tirpitz foi crucial, uma vez que soube fundir essas três escolas e transformá-las em uma estrutura conceitual coesa.<sup>172</sup>

---

<sup>165</sup> Ibid.

<sup>166</sup> KEEGAN, Op cit. p.101. Também em STRECHAN, Op cit. p.11: “A paixão pessoal de Wilhem pela sua esquadra era costumeiramente uma mistura de absurdo com entusiasmo energético”

<sup>167</sup> Wilhelm inclusive gostava de utilizar um uniforme naval de *Grossadmiral*, posto que criou para si. Keegan relata que entre 1893 e 1914, o kaiser passou 1600 dias no mar e era obsessivo por grandes navios de batalha.

<sup>168</sup> In GAT. Op cit. p.187. Trad. nossa.

<sup>169</sup> “Tirpitz (...) era realista e não era dado a fantasias. Ainda que não tivesse lido Mahan (que de fato ele traduziu para o alemão), teria chegado ao mesmo ponto que Mahan – qual seja, o uso único da Marinha para uma política de Estado racional (...)” KEEGAN. Op cit. p. 102. Trad. nossa.

<sup>170</sup> Ibid.

<sup>171</sup> HOLMES, 2004. Op cit.

<sup>172</sup> Ibid.

O almirante também compartilhava o perfil anglofóbico do Kaiser<sup>173</sup>, encarando o Reino Unido como o principal inimigo a ser combatido. Vemos, uma vez mais, que a visão competitiva esposada por ambos, encontra influência não somente nas idéias de Mahan, mas também na ortodoxia reinante<sup>174</sup> do social darwinismo na Europa. A sobrevivência dos Estados mais aptos deveria preponderar sobre os decadentes, respectivamente seriam estes os casos do Império Alemão e o Reino Unido<sup>175</sup>.

Na prática, Tirpitz adaptou a necessidade de aquisição de colônias à realidade alemã, incentivando Bulow a adquirir, por exemplo, as ilhas Samoa para servir de posto avançado e garantir as Linhas de Comunicações para o Kiao-chau.<sup>176</sup> Mais ainda, baseado no princípio mahariano em se controlar os pontos focais, Tirpitz também voltou os olhos do Kaiser e do chanceler para o Mar no Norte, atestando a necessidade de construir grandiosos encouraçados e fazer frente à hegemonia britânica naquela região.

Desse modo, a chamada ‘teoria do risco’ de Tirpitz propugnava uma esquadra em potência tão poderosa que “mesmo para a maior potência marítima, uma guerra envolveria perigos que poderiam ameaçar sua supremacia global”<sup>177</sup>. Dito de outro modo, nas palavras de Holmes, a “teoria do risco” foi em verdade uma forma ainda primária de dissuasão, visando incutir na marinha britânica a ideia de que um combate naval seria tão arriscado que a medida mais prudente seria dele abster-se<sup>178</sup>.

De fato, apesar de não conseguir ultrapassar a *Royal Navy*, a chamada *High Seas Fleet* (esquadra de alto-mar) cresceu em um ritmo bastante intenso: sua tonelagem de navios de guerra passou de 190.000 em 1890 para 1.305.000 em 1914<sup>179</sup>. Convém destacar que, para Strachan, a consolidação da Marinha funcionou também como solução para os problemas domésticos alemães, fortalecendo a indústria e servindo como identidade nacional:

A Marinha, acima de tudo, era uma criação da nova Alemanha, não da antiga Prússia: diferentemente do exército, era produto da unificação, uma força armada que pertencia a toda nação(...)<sup>180</sup>

---

<sup>173</sup> STRACHAN, 2003. Op cit. p.13.

<sup>174</sup> HOLMES, ibid.

<sup>175</sup> Ibid.

<sup>176</sup> Este foi um território que se localiza na China e foi adquirido pelos alemães em 1897 na primeira empreitada da Weltpolitik de Bulow. Cf. HOLMES. Ibid.

<sup>177</sup> TIRPITZ apud HOLMES. Op cit. p 48.

<sup>178</sup> Ibid.

<sup>179</sup> KENNEDY, Op cit. p. 203.

<sup>180</sup> STRECHAN, Op cit. p. 11.

Como podemos ver, a tendência política encetada para legitimar a estratégia naval vislumbrada por Tirpitz, Bulow e Wilhelm II em muito se imiscui ao pensamento mahaniano, embora de certo modo distorcido<sup>181</sup>. A principal consequência dessa postura deu-se na deflagração de uma corrida armamentista naval contra o Reino Unido, cujo ponto alto ocorrerá na Primeira Guerra Mundial, na batalha naval da Jutlândia, analisada no capítulo a seguir.

### 1.5 CONDIÇÕES POLÍTICAS PARA O PENSAMENTO DE CORBETT

Desse modo, se em Mahan as condições geopolíticas internacionais e domésticas relativas aos EUA contribuíram para seu pensamento, dinâmica semelhante ocorrerá com Corbett. Com efeito, o começo do século XX marca o início do declínio do poder marítimo britânico. A causa imediata para tal processo pode em parte ser associada ao recrudescimento de sua força industrial, traduzido em perdas de produtividade e competição internacionais<sup>182</sup>. Com efeito, o amadurecimento da Revolução Industrial contribuiu para o fortalecimento de uma postura navalista também nas potências emergentes. Além da Alemanha, Japão e os EUA canalizaram seus esforços nacionais para a construção de esquadras poderosas.

Digno de nota é que, enquanto em 1883, os navios de batalha britânicos praticamente se igualavam à soma dos navios de todos os outros atores internacionais de peso – 38 da *Royal Navy* contra 40 resultantes das marinhas da França, Alemanha, Rússia, Itália, EUA e Japão – em 1897 essa vantagem havia claramente desaparecido – 62 contra 96, respectivamente.<sup>183</sup> Além disso, apesar de dispor de bases navais distribuídas em pontos focais extremamente estratégicos – Dover, Gibraltar, Cabo da Boa Esperança, Alexandria e Cingapura – o Império britânico encontrava-se deveras extenso. Poderia a Marinha Real fazer frente a todo esse escopo geográfico?

A configuração política internacional daquele período demonstrou que não. No lado ocidental, do ponto de vista da influência britânica no continente americano, a expansão dos EUA mostrava-se peremptória, sobretudo em virtude de seu poder naval cada vez mais

---

<sup>181</sup> HOLMES. Op cit.

<sup>182</sup> “A diminuição da produtividade britânica e declínio em competitividade no final do século XIX tem sido um dos temas mais investigados em história econômica. Envolveu aspectos complexos como caráter nacional, diferenças de geração, o ethos social, o sistema educacional bem como fatores mais especificamente econômicos, como baixo investimento, más relações (...)” KENNEDY. Op cit. p. 228. Trad. nossa.

<sup>183</sup> KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of British Naval Mastery*. Londres: Fontana Press, 1991. p.209.

crescente<sup>184</sup>. A influência da obra de Mahan acompanhou a onda expansionista daquele país e, após a guerra contra a Espanha em 1898, o entusiasmo navalista incrementou o número de navios de batalha, tornando uma vitória britânica em um eventual combate improvável, dada a impossibilidade logística de enviar uma esquadra considerável além do atlântico<sup>185</sup>. A saída foi enxergar nos EUA um futuro aliado, especialmente após o arrefecimento das hostilidades entre os dois Estados, sendo, em lugar, preenchido por uma espécie de afinidade racial e admiração mútua.<sup>186</sup>

Do lado oriental, a *entente* firmada entre França – por muito tempo inimigo da Inglaterra – e Rússia em 1894 representava agora um risco aos interesses britânicos na China, dado o avanço oriundo, respectivamente, da Indochina e da Sibéria. Nesse sentido, um eventual conflito naval naquela região mostrar-se-ia infrutífero, uma vez que, enquanto a *Royal Navy* contava com 4 encouraçados de primeira classe mais 16 cruzadores em águas chinesas, a aliança Franco-Russa compunha-se de 7 encouraçados de primeira classe, 2 de segunda classe, mais 20 cruzadores<sup>187</sup>. A saída encontrada pelos britânicos materializa-se em 30 de janeiro de 1902, firmando uma aliança com o Japão, este que, ao final do século XIX havia iniciado sua expansão política no leste asiático, e cujos interesses geopolíticos situavam-se na região da Manchúria e do mar amarelo, atual território da Coreia – o que mais tarde contribuirá para a guerra contra a Rússia.

Mais ainda, a aliança Franco-Russa impactava também a geopolítica do Mediterrâneo, região permeada por intenso fervor nacionalista desde as épocas de Nelson e de elevado valor estratégico, como fica claro nas palavras do Visconde Escher: “A Grã-Bretanha é ou não é uma das grandes potências mundiais. Tal posição depende somente no comando no mar no Mediterrâneo”.<sup>188</sup>

Assim, face ao quadro internacional exposto, ameaçado no ocidente, no oriente, Mediterrâneo e alarmado com o crescimento da Marinha Alemã no Mar do Norte, o Reino Unido, viu-se na necessidade premente em rever suas orientações políticas e sua postura estratégica marítima.

---

<sup>184</sup> SEGAR. Op. cit.

<sup>185</sup> KENNEDY, 1988. Op cit.

<sup>186</sup> Ibid. Pág. 222 Segundo Jon Tetsuo Sumida, Mahan inclusive vislumbrava uma aliança informal entre EUA e Reino Unido para obterem a supremacia nos mares. Ver SUMIDA, Jon Tetsuo. *New Insights from Old Books: The Case of Alfred Thayer Mahan*. Naval War College Review. Newport., Vol. 54, No. 3, p. 100-111, 2001.

<sup>187</sup> KENNEDY, Op cit. p. 213.

<sup>188</sup> Ibid. Trad. nossa.

É nesse contexto que o Almirante Sir John “Jack” Fisher é promovido a primeiro lorde do mar em outubro de 1904. Assim sendo, dentre as diversas modificações que Fisher empreendeu – de estaleiros ao pagamento de pessoal, formação dos oficiais, condições de serviço e etc – do ponto de vista estratégico, ressaltamos, primeiramente, o enxugamento das bases navais espalhadas pelo globo substituídas pela centralização de esquadrões em águas pátrias<sup>189</sup>.

A título de exemplo, a credibilidade advinda da vitória japonesa sobre os russos em Tsushima permitiu a transferência de cinco navios de batalha para a região do Canal da Mancha, pois a aliança com o Japão garantiria os interesses britânicos na Ásia, deixando espaço para a Marinha Britânica ser mobilizada para proteção nacional. Com isso, a ideia principal será concentrar forças nas proximidades do Mar do Norte, donde a principal base naval será em Scapa Flow, na Escócia.

É Fisher que também põe em prática<sup>190</sup> a construção dos *Dreadnoughts*. De 3 de janeiro a 22 de fevereiro de 1905, estabelece um comitê para seu planejamento e desenvolvimento, ressaltando as duas condições que governariam o projeto: o armamento e a velocidade<sup>191</sup>.

Absolutamente nada poderá ficar no caminho do praticamente perfeito poder e alcance do armamento [...] sendo um navio de batalha, ele [o *Dreadnought*] deverá combater outros navios de batalha. Dotado de velocidade, ele poderá escolher o alcance em que vai atirar<sup>192</sup>

Fisher, particularmente, era um defensor assíduo das inovações tecnológicas. Além dos *Dreadnoughts*, durante a sua gestão foram construídos os chamados cruzadores de batalha, navios com menores deslocamentos, com menos armamento – 8 canhões de 12 polegadas – e que obtinham sua vantagem pela alta velocidade empreendida – 25.5 nós em comparação aos 20.5 dos *Dreadnoughts*. Também acreditava que os submarinos eram os navios de guerra do futuro<sup>193</sup> incentivando a Marinha britânica a construí-los.<sup>194</sup>

---

<sup>189</sup> Ver KENNEDY, 1991. p. 216-217.

<sup>190</sup> Em verdade, o possível idealizador dos *Dreadnoughts*, foi o arquiteto italiano Vittorio Cuniberti, que em 1903 publica um artigo na revista *Jane's Fighting Ship* intitulado “*An ideal Battleship for the British Fleet*”. Cuniberti houvera planejado 4 encouraçados leves, os classe “*Vittorio Emanuele*” para marinha italiana, nos mesmos moldes, mas ao ser por ela rejeitado, resolve publicar na revista *Jane's*. Fisher, contudo, jamais assumiu tal influência, tendo revelado em suas memórias que concebera os *Dreadnoughts* em 1900 em Malta. Cf. MASSIE, Robert K. *Dreadnoughts: Britain, Germany and the Coming of the Great War*. Londres: Head of Zeus, E-Book, 2013.

<sup>191</sup> *Ibid.*

<sup>192</sup> *Ibid.* Pág. 621.

<sup>193</sup> MASSIE. *Op cit.*

<sup>194</sup> Não custa apontar, entretanto, que mesmo a preponderância de Fisher enquanto elemento chave da mudança tecnológica e administrativa da *Royal Navy* tem sido alvo de um intenso debate historiográfico desde 1960. Isso

Nesse escopo é oportuno ressaltar que, apesar da ameaça cada vez mais factível que o Império Alemão representava aquela altura, os *Dreadnoughts* não foram concebidos especificamente como resposta para conter a *High Seas Fleet*. Nas palavras de Keegan, eles “representaram um passo tecnológico para o futuro”, visando sobrepujar qualquer competidor<sup>195</sup>, sendo parte de um longo processo de amadurecimento político e estratégico. Além disso, mesmo a tentativa de persuadir o almirantado britânico na construção dos *Dreadnoughts*, foi embasada em argumentos políticos a partir das lições colhidas na Guerra Russo Japonesa, sobretudo a batalha naval de Tsushima, em vez de referir-se abertamente à ameaça alemã.<sup>196</sup> Assim, a corrida armamentista é resultado não de um plano deliberado entre o Império Alemão e o Reino Unido, mas resultado da conjuntura geopolítica de então

Entretanto, mesmo com o projeto inovador de Fisher, mostrava-se ainda evidente a necessidade de uma racionalização administrativa da *Royal Navy*, “não podemos ter tudo ou ser fortes em todos os lugares”<sup>197</sup>, ele mesmo admitira. O famigerado padrão de duplapotência – viés político que propugnava que quantidade de navios britânicos deveria superar no mínimo os das duas potências que se seguissem, como vimos acima – não mais conseguiria vigorar, dado o volumoso dispêndio orçamentário requerido. Além disso, tal questão era especificamente problemática diante das crises políticas domésticas (Irlanda, movimento sufragista, crise constitucional) e inexorável descontentamento da população com uma possível sobretaxação para incrementar o orçamento de defesa<sup>198</sup>, bem como controversa diante dos desgastes da política externa após a dispendiosa Guerra dos Boeres (1899 -1902) , e a crise de Fashoda<sup>199</sup>.

Mais do que isso, a expansão do Império Alemão por terra poderia ocasionar problemas sérios à defesa da ilha britânica em uma eventual conquista da França pelos alemães, o que reforçaria o enxugamento dos navios de territórios ultramarinos em prol da

---

se dá após o lançamento da obra de Arthur J. Marder sobre a Primeira Guerra Mundial, as visões revisionistas de Jon Sumida. Ver MARDER, Arthur J. *From the Dreadnoughts to Scapa Flow: The Royal Navy in the Fisher Era, 1904-1919*. Vol I The Road to War. Londres: Oxford University Press, 1960 e SUMIDA, Jon Tetsuo. *In Defense of Naval Supremacy: Finance, Technology, and British Naval Policy 1889-1914*. Annapolis: Naval Institute Press, 2014. eBook.

<sup>195</sup> KEEGAN. Op cit 105.

<sup>196</sup> “Por anos a Rússia vem remendando e renovando esses navios inúteis sob custos exorbitantes e agora vemos [depois de Tsushima] quais valores práticos tais navios tem quando comparados cara a cara com uma esquadra moderna [no caso a do Japão]” FISHER apud TOWLE, P.A. The Effect of the Russo-Japanese War on British Naval Policy. *The Mariner's Mirror*. Londres. Vol 60, No. 4. p. 383-394, 2013. Trad. nossa.

<sup>197</sup> Ibid.

<sup>198</sup> Ibid. p. 227.

<sup>199</sup> A crise de Fashoda foi o clímax entre França e Reino Unido à época da chamada partilha da África, no que diz respeito a parte leste do continente. Uma expedição francesa fora enviada à a Fashoda região próxima ao rio Nilo visando excluir os britânicos da região do Sudão. Cf. KENNEDY, 1988. Op cit.

defesa pátria. A ameaça alemã, pois, estava alertando para a necessidade uma articulação do poder naval britânico com uma força em terra, como coloca Michael Howard:

(...) o domínio do continente europeu por uma potência estranha e hostil faria quase impossível a manutenção da nossa independência nacional [do Reino Unido], para não falar da nossa capacidade de sustentar um sistema de defesa capaz de proteger qualquer interesse extra-europeu que nós tenhamos<sup>200</sup>

Com isso, diante dos desafios geopolíticos expostos, uma aproximação diplomática com a *entente* tornou-se necessária. A aproximação com a França significaria um apoio expressivo no Mediterrâneo fornecendo as condições para concentração da esquadra britânica em águas pátrias. Em outras palavras, fora a presença de alguns pequenos cruzadores de batalha em Malta, os britânicos abandonariam o controle do Mediterrâneo, mas assumiriam o comando dos dois lados do canal da Mancha.<sup>201</sup>

Evidentemente, essa estratégia tornou-se alvo de inúmeras críticas, tanto pela aliança com a França quanto pelo aparente descaso com o Mediterrâneo. De todo modo, podemos ressaltar que a reformulação estratégica da esquadra britânica caminhou rente a uma flagrante guinada na sua política externa, isolacionista desde 1815. Dessa maneira, em 1904 e 1907 as alianças com a França e a Rússia são firmadas. Assim, do ponto de vista estritamente político, o processo de alianças estabelecido desde o final do século XIX, culminou para o Reino Unido em uma mudança na condução de sua estratégia marítima, algo que seria capaz de dar conta do conflito com o Império Alemão na Primeira Guerra Mundial. É desse modo que o enxugamento da Marinha britânica ocorre em consonância com a ampliação de sua articulação política. Além disso, dada a necessidade de reforço em terra, demonstra também sua conexão com o exército.

É todo esse complexo ambiente político que cria as condições para a proliferação do pensamento estratégico marítimo de Corbett. Os efeitos da postura diplomáticas alemã, passando pela promoção de Fisher e a formalização da Tríplice *Entente*, convergiram na necessidade de que a estratégia naval britânica fosse depositária de uma estratégia marítima capaz de assegurar os objetivos políticos nacionais a que a Marinha se destinaria seguir. Podemos perceber também uma postura estratégica de cunho mais defensivo, diferentemente do que ocorria no Império Alemão – algo que, inclusive, reflete algumas diferenças entre Corbett e Mahan.

---

<sup>200</sup> HOWARD apud KENNEDY. Op cit. p. 230. Trad nossa.

<sup>201</sup> Ibid.

## 1.6 O PENSAMENTO DE SIR JULIAN CORBETT

Diferentemente de Mahan, Julian Stafford Corbett não era oficial da Marinha. Nascido na Inglaterra em 1854, Corbett formou-se em direito em Cambridge, mas nunca exerceu efetivamente tal formação. De outro modo, por ser privilegiado financeiramente, pode viajar e concentrar-se em escrever sobre aquilo que realmente lhe interessava: história naval.

Tal qual Mahan, Corbett procurará destacar princípios gerais que possam auxiliar na condução da guerra naval. Todavia, conforme destacam Barry Hunt e Geoffrey Till, a principal questão de Corbett era não tanto por em evidência o poder marítimo como a peça chave para a prosperidade de uma nação, mas analisa-lo em correlação ao contexto diplomático, em uma acepção mais articulada aos objetivos de nível estatal, até porque para ele “a estratégia naval não existe como um campo separado do conhecimento”<sup>202</sup>. Para Andrew Lambert, Corbett conseguiu abordar os estudos sobre os assuntos navais em um contexto mais amplo, em termos de política nacional, encaixando os acontecimentos históricos dentro do contexto do desenvolvimento dos objetivos nacionais<sup>203</sup>.

Contudo, não queremos com isso supor que o advogado britânico desmerecesse o peso do processo histórico – para Hunt, Corbett inclusive era superior como historiador em relação a Mahan <sup>204</sup>. De outro modo, cumpre destacar que para ele a história não seria capaz de fornecer exemplos prescritivos, mas dar subsídios para uma reflexão apurada acerca dos acontecimentos do passado, de modo a entender quais efetivamente foram relevantes. Ademais, essa necessidade tornava-se premente em uma época onde as inovações tecnológicas induziam os oficiais britânicos – seus alunos em Greenwich – a menosprezarem os eventos passados, sob a hipótese de que a transformação das armas e dos navios haveria tornado os exemplos históricos inúteis<sup>205</sup>.

Assim, foi nesse contexto que Corbett procurou tornar suas aulas mais didáticas e, a partir delas, consignou sua obra mais impactante do ponto de vista estratégico: *Some*

---

<sup>202</sup> CORBETT, Julian S. *Apud* HUNT, Barry D. *The strategic thought of Julian Corbett*. In HATTENDORF, 1989. Op cit.

<sup>203</sup> LAMBERT, Andrew. *The Naval War Course, Some Principles of Maritime Strategy and the Origins of “The British Way in Warfare”*. In NELSON, Keith; KENNEDY Greg. *The British Way in Warfare Power and the International System 1856 1956*. Londres: Ashgate, 2010. p. 220.

<sup>204</sup> HUNT, Barry. In HATTENDORF. Op cit. p. 110.

<sup>205</sup> RANFT, Bryan. *Sir Julian Corbett*. In TILL, Geoffrey “*Maritime Strategy and the Nuclear Age*”. Londres: Macmillan, 1990. p. 40.



*Principles of Maritime Strategy*, de 1911, obra que analisaremos a seguir com maiores detalhes.

#### 1.6.1 A NECESSIDADE DE UMA ABORDAGEM TEÓRICA DA GUERRA

A verdade é que as inverdades da teoria advêm de uma falta de percepção do que a teoria precisa fazer. Ela não pretende dar o poder de conduzir as ações no campo de batalha; ela reivindica não mais do que aumentar o poder efetivo da conduta. Seu principal valor prático é que pode auxiliar um homem capacitado a adquirir uma visão larga, de modo que ele possa assegurar que seu plano possa cobrir todo o campo de batalha<sup>206</sup>

De uma maneira geral, em Corbett fica bastante evidente uma maior influência e predileção pelo pensamento de Clausewitz em relação a Jomini. Era flagrante seu esforço em trabalhar teoricamente tanto a estratégia como a guerra, buscando compreender sua natureza mesmo. Corbett achava que considerar a guerra uma arte seria um problema, pois ela assim não poderia ser entendida e amplificada para uso em situações futuras. Em verdade, toda a primeira parte de *Some Principles* destina-se esse intento, mormente analisando as peculiaridades do conceito clausewitiano ‘guerra limitada’ dentro do ambiente marítimo. Vejamos, portanto um primeiro traço de crucial diferença com relação a abordagem prático-histórica de Mahan.

Do ponto de vista tático, para Corbett, uma teoria seria importante para produzir uma espécie de ‘solidariedade mental’<sup>207</sup>, ou um referencial comum e padronizado, no intuito de suscitar um maior grau de prontidão entre oficiais e praças. Ademais, no nível político e estratégico, seu esforço justificar-se-ia na medida em que seria capaz de auxiliar os estadistas tomadores de decisão a enxergarem com maior clareza os problemas que a eles se apresentam. A teoria, portanto é necessária na medida em que subsidia a prática, concedendo-lhe a orientação necessária: “A lei das tempestades e marés, dos ventos e das correntes e toda a meteorologia são objetos de infinitas e incalculáveis deflexões, mas mesmo assim, quem poderá negar que é pelo seu estudo teórico que o marinheiro adquirira coerência e força?”<sup>208</sup>

Nesse sentido, como seu primeiro marco teórico, torna-se incontornável a peculiar definição de estratégia marítima, diferenciando-se de estratégia naval:

---

<sup>206</sup> CORBETT, 1911. p.06. Trad. nossa.

<sup>207</sup> Ibid. p. 07.

<sup>208</sup> Ibid. p.15. Trad. nossa.

Por estratégia marítima queremos dizer os princípios que governam a guerra nos quais o mar é um fator substancial. Estratégia naval é a parte desta que determina os movimentos da esquadra quando a estratégia marítima já determinou qual papel essa mesma esquadra deveria exercer em relação com as forças de terra.<sup>209</sup>

Para Corbett, portanto, o que se entende por estratégia marítima relaciona-se diretamente com as forças de terra, isso porque “a guerra em seu senso fundamental é a continuação da política por outros meios”<sup>210</sup> e a política é feita em terra, porque “é em terra que o homem vive”. Ademais, em uma clara alusão à Clausewitz, sempre destacada ao longo de sua obra, Corbett introduz uma crítica implícita a Jomini e até mesmo a Mahan, pois descredita o paradigma estratégico vigente, basicamente orientado pelas campanhas napoleônicas sempre em um viés ofensivo e plasmado por princípios apriorísticos desprovidos de reflexão. Corbett ressalva que, no fim das contas, Napoleão havia perdido<sup>211</sup>, e, por isso, argumenta que qualquer planejamento de guerra deverá sempre ser um meio para os fins políticos a que se destina aquela mesma guerra, eis o motivo de uma teoria consistente que consiga revelar-lhe a natureza. Primeiro entender a natureza da guerra, para depois decidir sobre qual estratégia utilizar.

Assim, o pensamento de Corbett entendia a guerra naval como parte de um esforço político norteando o uso de uma esquadra no mar<sup>212</sup>, ou seja, a estratégia marítima deveria servir aos interesses do Estado. Para Andrew Lambert:

Corbett quebrou os moldes do pensamento estratégico insistindo na preponderância de uma estratégia nacional que deveria ser amplamente articulada na teoria e integrar todos os aspectos do poder nacional sob a direção civil: Marinha, exército, comunicações, comércio marítimo, economia, aspectos legais e a cultura<sup>213</sup>

#### 1.6.2 A NATUREZA DA GUERRA

Como seria então a natureza da guerra? Em um primeiro momento, Corbett ressalta uma perspectiva complementar no que concerne a seu viés ofensivo e defensivo. Diferentemente de Mahan, sustenta que uma postura defensiva tem também grandes vantagens estratégicas, algo que seria evidentemente intuitivo, afinal “É mais fácil manter

---

<sup>209</sup>Ibid. p.22. Trad. nossa. Grifo nosso. Ressaltamos que ao longo deste trabalho não faremos tal distinção, considerando unicamente o conceito de estratégia marítima.

<sup>210</sup> Ibid. p.25.

<sup>211</sup> A crítica a Jomini reside no fato de ter sido em Napoleão que Jomini largamente baseou sua teoria; esta que, como dissemos, vigorara ao longo do século XIX como o grande paradigma estratégico, sendo também uma das referências de Mahan.

<sup>212</sup> Corbett chega a parafrasear Clausewitz dizendo que “a teoria que sustenta essa obra é que a guerra em um sentido fundamental é a continuação da política por outros meios.” Op cit. p. 24.

<sup>213</sup> LAMBERT, Andrew, 2017. Op cit

dinheiro em nosso bolso do que roubar de outro homem”<sup>214</sup>. Em outras palavras, adotar uma postura defensiva é uma escolha racional, que se baseia na disponibilidade de força que se tem. Por isso, “nós escolhemos nosso próprio campo para o teste de forças. Estamos escondidos em nosso próprio campo; ele [o inimigo] está exposto em um local que lhe é menos familiar. Nós podemos preparar armadilhas e surpresas no contra-ataque.”<sup>215</sup>

Corbett reforça a defesa como uma condição de atividades restritas e não de fraqueza. Ademais, endereça o mal-entendido a esse respeito à denominação – erroneamente ofensiva, segundo ele – dada a contra-ataques oriundos de atitudes defensivas como as de Frederico, O grande; do Almirante Tegetthof na batalha de Lisa, ou até mesmo da Marinha Inglesa contra a armada espanhola em 1588. Em verdade, a ideia de Corbett é mostrar que tanto o ataque quanto a defesa são indissociáveis, e complementares algo que se vê em Clausewitz:

Então segue-se que todo ataque deve levar em conta a defesa que lhe é necessariamente inerente, de modo a clarificar e entender suas desvantagens e antecipá-las.<sup>216</sup>

Entretanto, apesar das semelhanças, Corbett ressalva uma particular necessidade de postura defensiva no ambiente naval. Restringir-se às suas próprias águas interiores confere uma vantajosa impossibilidade de ataque pelo inimigo, de modo que um encontro decisivo se torna uma vantagem frente a ele. Vejamos que, nesse sentido, Corbett opõe-se ao que propugnava Mahan.

Em uma segunda análise sobre a natureza da guerra, agora sob um viés mais ontológico, Corbett analisa a classificação de Clausewitz em guerras limitadas e guerras ilimitadas. A questão aqui tratará do objetivo político como critério para definição da natureza guerra, de tal maneira que em algum momento haveria um limite de ação política após o qual, seria imprudente prosseguir com o confronto. Para delimitar a diferença entre ambas as classificações, cita Clausewitz:

Primeiro, aquelas [guerras] em que o objetivo é arruinar o Estado inimigo, seja buscando sua destruição política ou meramente desarma-lo para forçá-lo a buscar a paz nos nossos termos; em segundo lugar, aquelas [guerras] na qual o objeto é meramente conquistar as fronteiras de seu país.<sup>217</sup>

---

<sup>214</sup> Ibid. p. 59. Trad. nossa.

<sup>215</sup> Ibid. Trad. nossa.

<sup>216</sup> CLAUSEWITZ. Op cit. p.525. Trad. nossa.

<sup>217</sup> CLAUSEWITZ apud CORBETT. Ibid. p. 101. Trad. nossa.

Assim, na primeira situação (caso das guerras ilimitadas), os objetivos políticos são também ilimitados, o que requereria todo o esforço de guerra dos contendores. Ao passo que nas guerras limitadas, destruir a força armada do inimigo estaria além do necessário, pois trata-se de ganhos relativos. Um exemplo desta última, segundo Corbett, foi mesmo a Guerra Russo-Japonesa.

O propósito de Corbett em lançar mão dessa classificação é trazê-la para o ambiente marítimo, onde o objetivo político é obrigatório e naturalmente limitado fisicamente pela barreira que o oceano representa, pois, o “mar pode fazer presente um obstáculo físico insuperável para toda a força nacional que for mobilizada. É dizer, uma guerra pode ser limitada fisicamente pelo isolamento estratégico de seu objeto”<sup>218</sup>. Portanto, do ponto de vista puramente geográfico, o que obrigatoriamente limita o objetivo político de uma guerra será uma fronteira fisicamente intransponível, no caso em questão, o mar. Para um Estado que é inteiramente cercado pelo oceano, isso poderá se configurar como uma vantagem, pois uma postura estratégica defensiva poderá limitar em muito a ação inimiga. Corbett chega mesmo a dizer que tal é o segredo do sucesso inglês contra inimigos militarmente superiores.

Assim, “as guerras limitadas permitem o uso de posturas defensivas sem sua desvantagem usual, de uma maneira que seria impossível nas guerras ilimitadas”<sup>219</sup>, ou seja Corbett sustenta uma potencialidade nas guerras limitadas, algo capaz, inclusive, de possibilitar o início de um conflito por países mais fracos, aspecto que, em um primeiro momento, o pensamento de Mahan, como vimos tende a desconsiderar.

### 1.6.3 O COMANDO NO MAR

O objetivo da guerra naval deverá ser sempre, direta ou indiretamente, ou assegurar o comando no mar ou impedir o inimigo de fazê-lo <sup>220</sup>

Diferentemente da terminologia de Mahan, Corbett faz menção ao conceito de Comando do Mar – em vez de controle – procurando discuti-lo ao longo de sua obra. Atravessando toda sua argumentação, há um flagrante esforço em dotar o ambiente naval das suas próprias nuances, isto é, de ressaltar as peculiaridades que o tornam diferente do ambiente terrestre. Nesse sentido, um primeiro ponto a ser destacado é que o mar, antes de tudo, é uma grande barreira; mas uma grande barreira comum, tanto a aliados quanto a

---

<sup>218</sup> Ibid. p. 106. Trad. nossa

<sup>219</sup> Ibid. p. 129. Trad. nossa

<sup>220</sup> Ibid. p. 159. Trad. nossa

eventuais inimigos. Isso ocorre, naturalmente, pela vastidão da área que cobre e a consequente impossibilidade de se manter nele uma presença permanente. Portanto, a relação de posse não faz tanto sentido se entendida da mesma maneira que uma situação análoga em terra implicaria. Assim, conquistar um território marítimo é uma expressão vazia de sentido e, da mesma forma, a necessidade premente de se destruir o inimigo também o é – afinal não há presença física do inimigo a ser eliminada, exatamente porque é essa presença que supõe a posse de seu território.

Entretanto, é essa mesma impossibilidade de conquista propriamente dita que condiciona a inexistência de fronteiras demarcáveis nos oceanos, implicando na inexecutabilidade de impedir definitivamente o trânsito inocente de navios. Também nesse escopo, o mar é um espaço comum e, não à toa, é dessa maneira que servirá como meio de comunicação. Do mesmo modo, Corbett afirma que o único valor positivo do ambiente marítimo, enquanto um direito universalmente válido, será servir como meio de comunicação. Logo, se este é um direito universal, a maneira de comandar o mar residirá na tendência em controlar esse direito, embaraçando, ou negando outro Estado a desfrutar de tal universalidade, de modo que:

Comandar o mar, então, significa nada além de controlar as comunicações marítimas, seja para um propósito comercial ou militar. O objeto da guerra no mar é controlar as comunicações, e não, como na guerra terrestre, conquistar o território [...]encontra-se em último lugar a caputra ou destruição da propriedade marítima <sup>221</sup>

Vemos, portanto, uma clara semelhança com o pensamento mahariano pelo peso fundamental endereçado às comunicações. Entretanto, Corbett explora esse problema sob outros vieses. Primeiramente destaca que o comando no mar não é um objetivo estratégico que estará sempre em disputa. Em verdade, afirma que a condição mais natural da guerra no mar é precisamente a ausência de comando no mar, logo, colocar o ponto fulcral de uma estratégia naval em tal objetivo pode relevar-se um erro. Vejamos aqui a sutileza com a qual Corbett desenvolve seu pensamento: embora o objeto da guerra seja sempre obter o comando no mar, nem sempre será possível assegurá-lo e, igualmente, impedir que o inimigo assim o faça não significa que se comande os mares previamente. Corbett atenta, uma vez mais, para a importância de uma estratégia defensiva, sobretudo quando não se tem poderio suficiente para controlar as linhas de comunicação, mas somente evitar que o adversário o faça.

---

<sup>221</sup> Ibid. p. 165. Trad. nossa.

Outro ponto de clara distinção com a teoria mahaniana está na relativização que Corbett endereça ao próprio advento do comando no mar, que poderá variar em graus e em estados: será, pois, geral ou local; permanente ou temporário:

“O comando geral pode ser permanente ou temporário, mas o mero comando local, exceto em condições geográficas muito favoráveis, pode raramente ser considerado mais do que temporário, pois normalmente é sempre possível uma interrupção [do inimigo] em outros teatros de operação, desde que o inimigo possua uma força naval efetiva”<sup>222</sup>.

Isso significa que o comando no mar jamais poderá ser absoluto, pois nenhum grau de superioridade naval poderá dar a certeza de não se ter ataques do inimigo no futuro. Isso se explica pelo próprio conceito de comando no mar, indicando tão somente que “o inimigo não poderá atacar nossas linhas de passagem e comunicação com efetividade e ele não poderá usar ou defender as suas”, ou seja, se trata de uma condição em aberto, longe de qualquer pretensão prescritiva.

Assim, pela sua própria impossibilidade prática, a desnecessidade mesmo de buscar um comando no mar absoluto induz a outra dessemelhança em relação ao que propugnava Mahan. Com efeito, enquanto o norte-americano pautava sua teoria para um confronto definitivo e terminal entre esquadras, em Corbett tal imperativo é relativizado, da mesma forma e na mesma medida em que o comando no mar também o é. Ocorre que Corbett não cessa de destacar o propósito político da guerra, em uma perspectiva que insere a estratégia naval dentro de uma estratégia marítima. Assim, as batalhas navais nada mais eram do que um meio para atingir o objetivo político que orienta e explica a guerra; inverter tal ordem seria tomar o efeito como causa. Ademais, o pensamento corbettiano supunha até mesmo um comando no mar por intermédio de uma esquadra em potência, desde que os objetivos de se controlar as linhas de comunicações, mesmo momentaneamente, fossem atingidos.

Entretanto, não devemos com isso supor que Corbett desprezava as batalhas navais, apenas considerava que “a delicada interação entre terra e fatores do mar produzem condições muito confusas para tamanha dureza de solução”<sup>223</sup>. Nesse ponto, não é demais destacar o caráter orgânico do pensamento corbettiano, onde cada elemento se conecta e se explica, articulando-se em diferentes pontos. À possível desnecessidade de uma batalha decisiva, Corbett está suscitando de outro modo a prova de que a guerra naval é naturalmente limitada

---

<sup>222</sup> *ibid.* p. 188. Trad. nossa.

<sup>223</sup> *Ibid.* p.37. Trad. nossa.

nos termos de Clausewitz, mas agora por um condicionante político mais do que geográfico: se sequer é possível exterminar o risco de ataque por uma esquadra adversária (mesmo derrotada) às linhas de comunicações, tampouco é factível a hipótese de, através do mar, buscar-se a destituição de um Estado<sup>224</sup>.

Apesar disso, Corbett não descarta a importância de um comando no mar que consiga influenciar efetiva e diretamente os eventos em terra, donde a chamada *projeção de poder marítimo*<sup>225</sup> seria uma atividade crucial. Daí a relevância das operações anfíbias, isto é, operações que utilizem de maneira conjunta e complementar as forças navais e, à época, o exército<sup>226</sup>. Tomando o exemplo da Guerra da Criméia (1853-1856), Corbett argumenta que uma operação anfíbia realizada com sucesso poderia definir o futuro do conflito, pois a supremacia marítima estrategicamente mobilizada e articulada a forças em terra pode fazer com que se atinja o inimigo em seus pontos fracos.

Além disso, Corbett também destacava que o êxito de uma estratégia naval e o comando no mar que lhe é inerente não dependerá tanto da força ou da moral de uma esquadra, mas principalmente de seu posicionamento estratégico propiciado por bases navais e controle de linhas de comunicações estratégicas como Gibraltar e Suez. Algo correlacionado a sua peculiar noção do princípio da concentração, a qual destacamos a seguir.

#### 1.6.4 PRINCÍPIO DA CONCENTRAÇÃO

O mérito da concentração é, nesse sentido, seu poder de nos permitir formar um centro de massa em tempo suficiente nos melhores pontos onde tal massa é requerida.<sup>227</sup>

Ainda pautado pela ideia de destacar as peculiaridades do ambiente marítimo e seus impactos estratégicos, Corbett trata aqui da flexibilidade e mobilidade intrínsecos ao mar. Em contrapartida ao que ocorre em terra, onde concentrar um exército significa aglomera-lo em uma massa rígida e em um ponto fixo no território, as esquadras conseguem – e precisam –

---

<sup>224</sup> Apontamos aqui a insuficiência dessa lógica para o contexto da guerra naval pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), algo que será tratado no próximo capítulo. A título de exemplo, mísseis balísticos lançados por submarinos nucleares são instrumentos efetivos para o escalonamento para uma guerra ilimitada.

<sup>225</sup> De acordo com Ian Speller, projeção de poder marítimo “pode ser definido como a habilidade de projetar poder do mar com o intuito de influenciar o comportamento de um povo e o curso dos eventos.” SPELLER. Op cit. p.130.

<sup>226</sup> Ressaltamos que Corbett não foi o primeiro a tratar desse tema e já em meados dos séculos XVIII, Thomas More Molyneux em 1759 já vislumbrava a ação conjunta do Exército de Marinha. HEUSE, Beatrice. Op cit.

<sup>227</sup> Ibid. p. 244.

locomoverem-se a longas distâncias e, da mesma forma, podem facilmente engajarem-se para um uso beligerante, sem, contudo, demonstrar inicialmente essa intenção.

Por isso, será preciso pensar no princípio da concentração levando em conta as potencialidades do mar e não tanto inserindo-o no paradigma terrestre. Desse modo, já a própria ideia de um ponto central em torno do qual a esquadra deverá estar agregada ganha outra denotação. Ora, se o espaço marítimo é caracterizado por não ser fisicamente conquistável; pela impossibilidade de manter tropas em caráter permanente e, conseqüentemente, por propiciar flexibilidade e mobilidade aos navios, como então considerar um ponto fixo a servir de centro?

Eis porque Corbett assevera:

Se, então, excluirmos o sentido de uma mera aglomeração e o de uma massa, nos sobra um significado que expressa uma disposição coerente sobre um centro estratégico, e isso (...) permite à guerra naval o trabalho de definição que queremos em contrapartida ao desenvolvimento estratégico em terra.<sup>228</sup>

Dessa forma, devemos entender a ‘disposição coerente’ de que trata Corbett como essencialmente relacionada ao alcance e a área a ser coberta pelo poder naval. Portanto, o centro de massa que orientará o princípio da concentração não será um ponto fixo imutável a ser pré-determinado. Pelo contrário, deverá ser tão estratégico quanto o objetivo a que se destina, de modo que “a formação final da massa” que lhe é suposta, “pode não suscitar nenhuma semelhança às de movimentos prévios e será deveras distinta”. Portanto, a concentração aqui é muito menos a forma, do que o processo; em outras palavras, incrementar a capacidade de concentração de uma esquadra será dota-la de uma capacidade de ‘rápida condensação’, pois para Corbett, a ideia de divisão é tão essencial quanto a de conexão.

Faz-se necessário esquematizar, uma vez mais, outro traço de distinção com relação a Mahan. Conforme exposto, enquanto para o norte-americano uma estratégia naval deveria calcar-se no controle no mar, onde o princípio da concentração favoreceria o papel do poder naval em suscitar uma batalha decisiva, em Corbett, apesar da semelhança em também pensar em uma estratégia naval engendrando o comando no mar (evidentemente levando em conta a diferença conceitual entre ambos), a concentração é dotada de um sentido antagônico a Mahan, pois ela jamais observará um objetivo fixo aprioristicamente determinado – no caso destruir esquadra inimiga. Não que um momento decisivo seja desnecessário, mas é que “claramente, então, a máxima de buscar o inimigo, não obstante por toda a moral que

---

<sup>228</sup> Ibid. p. 247. Trad. nossa.



envolve, por todos os seus valores enquanto expressão de um alto espírito naval, não pode permitir-se ser substituída por um bom julgamento racional”<sup>229</sup>.

Assim, Corbett afirma que a concentração é um conflito entre coesão e alcance, de tal maneira que, do ponto de vista prático, será a justa medida entre tais aspectos que permitirá uma estratégia naval efetiva. O centro de massa, portanto, funcionará como um centro de gravidade, fomentando a aproximação do poder naval prontamente, não obstante fisicamente estejam distantes. Ademais, Corbett não se esquece de ressaltar a mobilidade requerida pela concentração como um de seus fatores limitantes, pois, no fim das contas, o grande objetivo da guerra naval é o controle das linhas de comunicação e a proteção do comércio marítimo. Entretanto, o inimigo também disporá da mesma prerrogativa – afinal, o mar é um terreno comum, não custa lembrar – de tal maneira será necessário lidar com esse tipo de contingência.

#### 1.6.5 O BLOQUEIO E SUAS NUANCES

Por intermédio do bloqueio, buscamos ou evitar que o as forças armadas do inimigo deixem seu porto, ou assegurarmo-nos que ela possa ser trazida para ação antes de seu propósito posterior para o qual será lançada ao mar <sup>230</sup>

O comando no mar, apesar de ser o objeto da guerra no mar, não será algo absoluto e estabelece-lo como objetivo estratégico naval não é algo trivial e requer uma análise racional e equilibrada. Ao inicialmente deixar claro a importância de uma estratégia defensiva; ao inserir a batalha decisiva dentro de um contexto igualmente relativo e ao conceituar um princípio da concentração mais estratégico do que tático, Corbett procura lançar as bases para explicitar a importância do bloqueio.

Dessa maneira, o objeto imediato do bloqueio será sufocar o fluxo do comércio marítimo inimigo, negando-lhe suas comunicações, donde Corbett assinala duas categorias: o bloqueio naval e o bloqueio comercial. O primeiro destina-se lidar com a dificuldade em suscitar uma batalha decisiva diante de uma esquadra inferior, dado que esta não se predisporia a um conflito. A ideia, portanto, será localizar-se nas proximidades do porto do inimigo visando sua saída e conseqüente engajamento. Todavia, mesmo essa categoria ainda poderá ser subdividida em duas espécies, o bloqueio naval cerrado e o bloqueio naval aberto.

---

<sup>229</sup> Ibid.

<sup>230</sup> Ibid. p. 304. Trad. nossa.

Corbett trata do bloqueio naval *cerrado* como um método de assegurar o comando no mar local e temporário, localizando a esquadra mais rente ao porto do adversário. Com isso, seu propósito principal será evitar a esquadra inimiga de agir em determinado ponto e para um propósito específico. A escolha por esse tipo de bloqueio requer uma série de análises estratégicas, e não se baseia somente no espírito aventureiro, na moral da tripulação ou no tirocínio dos comandantes. Em verdade “raramente, se nunca, fomos convidados a comparar suas decisões [dos comandantes] com sua intenção estratégica requerida, com os riscos e as condições justificadas (...)”<sup>231</sup>. Assim, é preciso levar em conta a intensidade requerida nesse tipo de bloqueio, pois demanda-se uma capacidade de força maior, bem como de aprestamento de marinheiros, material e organização. Além disso, Corbett atenta para o risco intrínseco desse tipo de bloqueio naval, pois a conjuntura reinante à época das marinhas a vela houvera mudado, de modo que os torpedos e as minas representavam perigos reais.

Ligeiramente diferente, o bloqueio naval *aberto* já significa um passo definitivo em direção ao comando no mar permanente. Isso porque prevê uma capacidade de mobilidade maior à esquadra adversária. Nesse sentido, Corbett levanta alguns postulados. Primeiramente, ele assinala que será preciso um posicionamento estratégico tal que condicione ao inimigo a oportunidade factível de ir para o mar. A seguir, é preciso considerar que, devido ao fato de se desejar proximidade para uma batalha decisiva, a posição não deverá ser muito longe do porto mais do que o possível para trazê-lo para ação antes que ele possa efetivar seu propósito. Em terceiro lugar é preciso realizar tal esforço de uma maneira econômica, para que não desgaste a esquadra e consiga mantê-la suficientemente aprestada para a batalha que se busca.

O que percebemos, portanto, é que o bloqueio naval ainda busca empreender o comando no mar, supondo que ainda não se possua. Em contrapartida, com o bloqueio comercial a ideia será reforçar o comando no mar já alcançado. Essa medida estratégica visa a um sufocamento da vida nacional de um Estado, tentando asfixia-lo financeiramente, muito em virtude da dependência do mar para o transporte de seu suprimento, de modo a estagná-lo de maneira equivalente ao que a ocupação e conquista de um território em terra faria.

Embora haja diferença entre os tipos de bloqueios categorizados por Corbett, isso não significa que exista total independência entre ambos, ou que se tenha que escolher sempre um em detrimento do outro. O bloqueio comercial, por exemplo, é deveras tributário do bloqueio

---

<sup>231</sup> Ibid. p. 307.

naval, uma vez que é indubitável a vantagem em se definir os rumos políticos da guerra através de uma batalha naval. Aqui, podemos perceber uma vez mais que Corbett não despreza a batalha decisiva, entretanto, a medida de seu sucesso estará relacionada a sua inserção dentro de uma abordagem estratégica correlata ao objetivo político da guerra. Para além, vemos outra prova do caráter crítico-reflexivo da obra corbettiana, pois, como vimos, a batalha decisiva tanto poderia ser favorável ao adotar-se uma postura defensiva em águas interiores, quanto ao efetuar um bloqueio.

Por fim, o que Corbett deixa claro é que ainda que se disponha de uma vantagem bélica evidente, o bloqueio jamais poderá ser empreendido sem deixar um grau de vulnerabilidade mesmo para a esquadra bloqueante. Tal aspecto é algo bastante peculiar ao ambiente marítimo e é justamente por isso que uma estratégia defensiva torna-se necessária, sobretudo se respaldada por uma concentração estratégica bastante eficiente.

Desse modo, o que se nota no alvorecer do século XX é uma prática política induzida por um discurso de preponderância nos interesses estatais. A realpolitik amadurece legitimada pela produção de um conhecimento que vai inserir o Estado em um ambiente internacional naturalmente competitivo e potencialmente beligerante. É nesses termos que o pensamento estratégico marítimo vai se articular ao longo do século seguinte.

## CAPÍTULO 2: O PENSAMENTO ESTRATÉGICO MARÍTIMO NO SÉCULO XX

### 2.1 A GUERRA RUSSO-JAPONESA E A BATALHA NAVAL DE TSUSHIMA

A Guerra Russo Japonesa é o episódio que marca a abertura do século XX e o amadurecimento do pensamento estratégico marítimo enquanto tendência global. Foi nesse conflito que se deu uma das maiores batalhas navais da história, nas proximidades do estreito de Tsushima. Tal batalha foi objeto de análise tanto de Mahan quanto de Corbett. As hostilidades entre Rússia e Japão explicam-se em geral pela colisão de seus interesses geopolíticos na região da Manchúria e onde hoje se localizam as Coreias.

O Japão até 1854 adotava uma política externa tipicamente isolacionista, com exceção de um limitado comércio com coreanos, chineses e, esporadicamente, com a companhia de comércio holandesa, em Nagasaki.<sup>232</sup> Com a abertura dos portos e a Revolução Meiji em 1868, inicia-se então um período de intensa industrialização e “ocidentalização”: uma nova constituição aos moldes prussiano-alemão é adotada, o sistema legal é modificado, bem como o próprio calendário e também as vestimentas.<sup>233</sup> Além disso, a Marinha japonesa adéqua-se ao modelo Britânico, importando encouraçados e sua doutrina.

Para Paul Kennedy dois fatores contribuíram em peso para o conseqüente desenvolvimento japonês a partir de então. O primeiro era o fator geográfico, colocando o Japão distante das ameaças expansionistas das potências mais poderosas, sendo, em lugar, a China sua maior ameaça. O segundo fator era o moral, isto é, uma espécie de herança cultural baseada no *ethos* militar, cuja veneração do estado e dos samurais era a marca distintiva. Contudo, a diplomacia estabelecida imediatamente após a Revolução Meiji não seguiu um rumo abruptamente expansionista<sup>234</sup>. Em verdade as relações com a própria Rússia seguiram-se estáveis, reconhecendo inclusive limites territoriais mútuos em 1875.

Após 1880, no entanto, com a intensificação da presença das potências ocidentais na região do sudeste asiático, a política externa japonesa sentiu-se na necessidade de adotar uma postura mais agressiva, incorporando mesmo o discurso ocidental social darwinista

---

<sup>232</sup> KOWNER, Rottem. *Historical Dictionary of the Russo Japanese War*. The Scarecrow Press, 2006.

<sup>233</sup> KENNEDY, 1988. Op cit.

<sup>234</sup> DUSS, Peter. *The Rise of Modern Japan*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1976.

civilizatório<sup>235</sup> para resguardar sua zona regional de interesse no leste asiático. Tal postura translada-se de um viés oportunista para um ponto de vista ideológico, objetivando estrategicamente a região da Manchúria e da Coréia<sup>236</sup>. Assim, já no fim da década de 1880 vislumbra-se uma invasão à China objetivando manter a independência coreana frente às pressões dos países ocidentais – que mais tarde ocorrerá na guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e no prelúdio da entrada dos norte-americanos na Segunda Guerra Mundial, analisado no capítulo seguinte<sup>237</sup>.

Na esteira desse processo, encontra-se a consolidação da Marinha Imperial Japonesa mormente a partir de 1887, período em que se começa a adotar as táticas navais modernas e traços de profissionalismo naval.<sup>238</sup> Em geral, o período de “ocidentalização” japonês coincide também com as inovações tecnológicas em curso, em especial as relativas ao casco, armamento e propulsão dos navios. Tais inovações são apropriadas e traduzidas em treinamento e educação aos oficiais e praças, de modo que em 1888 a rigorosa academia militar naval é restabelecida em Etajima, bem como é criada também a Escola de Guerra Naval japonesa<sup>239</sup>.

A transição da vela para o vapor também ressoa em território japonês, tal qual o aspecto doutrinário, com grande influência dos britânicos. Já em 1870 a Marinha japonesa houvera adquirido corvetas encouraçadas inglesas, de modo que, imediatamente antes da primeira guerra Sino-Japonesa em 1894, dominam a construção de pequenas embarcações. A *Jeune École* também alcança o imaginário japonês, suscitando a construção de torpedeiros. Mas o que efetivamente legitima o emprego estratégico da Marinha Imperial foi a influência de Mahan. O primeiro *Influence* fora traduzido para o japonês em 1896, provendo uma sofisticada teoria racional capaz de incrementar a eminência da Marinha, que disputava com o Exército sua própria independência administrativa.<sup>240</sup>

Vemos, portanto, a associação de Mahan uma vez mais a um discurso estatal expansionista, tal qual o fora com o Império Alemão. Assim, o investimento em grandiosos navios de batalha, tipicamente mahanianos, ganha fôlego pelo almirante Yamamoto Gombei de tal maneira que em 1896 propõe um ambicioso programa de reaparelhamento da Marinha

---

<sup>235</sup> Ibid. p. 124.

<sup>236</sup> O tratado de Kangwha em 1876 houvera reconhecido a soberania da Coreia em relação a dinastia Qing chinesa, em troca da abertura comercial e alguns direitos japoneses extraterritoriais. cf. DUSS, Op cit.

<sup>237</sup> Ibid.

<sup>238</sup> EVANS, David C.; PEATTIE, Mark R. *Kaigun: Strategy, Tactis and Tecnhology in the Imperial Japanese Navy*. Annapolis: Naval Institute Press, 1997

<sup>239</sup> Ibid.

<sup>240</sup> Ibid.

Japonesa para que esta atingisse o total de 260.000 toneladas de deslocamento. A ideia seria construir uma esquadra balanceada e poderosa em termos quantitativos e qualitativos. O maior produto desse projeto seria o pré-Dreadnought *Mikasa*.<sup>241</sup>

A Rússia, ao longo da segunda metade do século XIX continuava aumentando sua expansão em direção ao Pacífico. Em 1860 funda a cidade de Vladivostok e em 1871, estabelece ali sua esquadra no Pacífico. Digno de destaque é sua delicada situação estratégica do ponto de vista naval. As esquadras russas concentravam-se majoritariamente no Mar Negro e no Mar Báltico, tornando uma possível concentração – seja nos termos de Mahan ou de Corbett – deveras dificultosa, conforme se demonstrará na Batalha de Tsushima. Vladivostok não era um local propriamente adequado para manter uma esquadra, tendo vista seu congelamento em alguns períodos do ano. Em outras palavras, faltava ao Império Russo um porto de ‘águas quentes’ no leste asiático.

Adicionalmente, ressalta-se que aliança com a França em 1894 não proporcionou nenhum benefício estratégico marítimo naquela região, uma vez que os interesses marítimos franceses concentravam-se no Atlântico e no Mediterrâneo.<sup>242</sup> Desse modo, de uma forma geral, três fatores contribuiriam para o desenvolvimento da esquadra russa na região onde mais tarde ocorrerá a Guerra Russo Japonesa: a ascensão de Nicholas II em 1894, um czar com visão expansionista; a construção da ferrovia transiberiana entre 1891-1903 conectando as extremidades geográficas Leste-Oeste russas e, mais tarde em 1898 a aquisição de Porto Arthur, um porto de águas quentes.

Nesse sentido, as relações com o Japão eram relativamente estáveis, de tal maneira que nem o atentado contra a vida do futuro Czar Nicholas II em 1891 em visita ao Japão causaria maiores desequilíbrios<sup>243</sup>. O crescimento industrial russo, entre 1860 e 1913 ocorria a taxa de 5% ao ano, e em 1890 houvera chegado perto de 8%<sup>244</sup>. Entretanto, tal crescimento era sustentado basicamente por capital externo e calcado um modelo econômico atrasado, com 80% da população vivendo do setor agrário<sup>245</sup>.

Desse modo, a tendência da política externa russa, visando contornar seu atraso econômico, direcionou-se no sentido de explorar o território chinês. Somado a isso,

---

<sup>241</sup> Ibid.

<sup>242</sup> STEINBERG, John W.; MENNING, Bruce W.; VAN DER OYE, David S; WOLFF, David; YOKOTE, Shinji. *The Russo-Japanese War in Global Perspective: World War Zero*. Leiden: Brill, 2005.

<sup>243</sup> WELLS, David; WILSON, Sandra. *The Russo Japanese War in Cultural Perspective, 1904-1905*. Nova Iorque: Palgrave McMillan, 2004.

<sup>244</sup> KENNEDY. Op cit. p. 233.

<sup>245</sup> Ibid.

materializa-se a ideia de melhorar a infraestrutura russa e em 1891 dá-se início a ferrovia transiberiana que conectaria Vladivostok e sua esquadra no Pacífico à Rússia europeia, em Moscou. Tal empreitada levantou suspeitas por parte dos japoneses, que, como expusemos, agora preocupavam-se com a influência ocidental em sua área de interesse geopolítico.

As relações entre estes Estados tornam-se mais delicada após o fim da Guerra Sino-Japonesa. Apesar da vitória japonesa, França, Rússia e Alemanha, intervêm diplomaticamente compelindo o Japão a devolver a Península de Liaotung – onde se encontra Porto Arthur – para a China, território este conquistado juntamente com Taiwan.<sup>246</sup> Contrariado, mas sem capacidade militar suficiente para fazer frente ao acordado, o Japão acaba aceitando. Do ponto de vista estratégico, Porto Arthur era uma região de imensa importância para os japoneses, uma vez que seu domínio significaria o controle das linhas de comunicação ao redor do território coreano.

Entretanto, os japoneses veem seus interesses políticos e estratégicos mais uma vez ameaçados quando em 1898 a China acaba arrendando justamente o território de Porto Arthur à Rússia para que sua esquadra do Pacífico fosse para lá transferida<sup>247</sup>. Após Revolta dos Boxers em 1900 a presença russa incrementa-se na região da Manchúria. Como resposta, em 1901 o Japão transforma a Coreia em seu protetorado e em 1902, como vimos, firma uma aliança com o Reino Unido. Em 1903, os russos expandem seus interesses na foz do rio Yaulu, penetrando cada vez mais no território coreano. A essa altura, a Marinha Japonesa já conta um esquadrão na região de Sasebo, próximo a Nagasaki, preparando-se para o conflito que em fevereiro do ano seguinte começaria.

#### 2.1.1 OS DESDOBRAMENTOS DO CONFLITO

Nos termos de Clausewitz – como logo após Corbett mesmo ressaltaria – a Guerra Russo-Japonesa configurou-se como uma Guerra limitada, na medida em que o objetivo político japonês não passava por destronar o czar Nicholas II e aniquilar o Império Russo, mas tão somente defender seus interesses no leste asiático. Alguns fatores também contribuíram para que a guerra fosse tipicamente regional. Primeiramente, as regiões do Mar Amarelo e Mar do Japão eram distantes das demais potências mundiais, contendo geograficamente o teatro de operações.

---

<sup>246</sup> SPRANCE, Willian R. The Russo-Japanese War: The Emerge of Japanese Power. *The Journal of Military and Strategic Studies*. Vol. 06, artigo 03, 2004.

<sup>247</sup> WELLS, *et al.* Op cit.

Um segundo fator consiste no isolamento diplomático da Rússia. Com a aliança japonesa junto ao Reino Unido em 1902, a França, embora fizesse parte da *entente*, por possuir colônias na Ásia – a época região da Indochina, que se encontrava cercada por colônias alemãs e britânicas na região mar do sul da China, bem como pelas Filipinas, colônia norte-americana, como vimos – não arriscaria atritar-se com o poderoso império Britânico. Postura análoga fora adotada pelo Império Alemão, a essa época fortalecendo sua Marinha e voltado para a região do Mar do Norte.

Como um terceiro fator, ressaltamos que nem o Japão e nem a Rússia possuíam colônias ultramarinas, o que não conduziria a uma guerra de curso estrategicamente importante e que implicasse em um espalhamento do conflito fora da região do leste asiático<sup>248</sup>.

O conflito tem início efetivamente após o ataque da esquadra japonesa à esquadra russa em Porto Arthur na madrugada do dia 08 para o dia 09 de fevereiro de 1904, seguido do desembarque de tropas na atual região de Inchon na Coreia. O comandante em chefe da esquadra japonesa, Almirante Togo, vislumbrava infligir danos irreparáveis à esquadra inimiga, ciente de sua dificuldade logística em concentrar a esquadra do Báltico e do Mar Negro no teatro de operações em tempo hábil. O ataque a Porto Arthur houvera sido planejado para ser executado antes mesmo da declaração de guerra. A estratégia de Togo era aniquilar a esquadra inimiga, para assegurar as Linhas de Comunicações com a região da Coréia, empreender um ataque em terra e conquistar a região.

A 10 de agosto de 1904, após determinação direta do czar Nicolas II, a esquadra russa insiste em seguir para Vladivostok. Togo os intercepta, ocorrendo a Batalha do Mar Amarelo. Com a vitória de Togo, os russos são obrigados retornar, e em dezembro são encurralados pelas tropas japonesas em terra. Em janeiro a esquadra do pacífico é destruída e Porto Arthur é conquistada pelo Japão.

Diante do impasse estratégico, meses antes o czar Nicholas II decidira enviar também sua esquadra do Báltico para o teatro de operações. Em 19 de abril o Vice-Almirante Rozhensvensky é designado o comandante-em-chefe do que seria a Segunda Esquadra do Pacífico, entretanto, devido a uma série de problemas logísticos só conseguem suspender em outubro daquele ano<sup>249</sup>. Em verdade, tal deficiência logística contribuía diretamente para vulnerabilidade das forças russas, uma vez que a longa jornada a ser navegada pela Segunda

---

<sup>248</sup> Ibid.

<sup>249</sup> GROVE, 1991. Op cit.



Esquadra do Pacífico não contava sequer com bases de apoio russas ao longo do percurso. O abastecimento a carvão tornar-se-ia complicado e precisou contar com a contratação de companhias alemãs para fornecer 340.000 toneladas de carvão em vários pontos de ancoragem.<sup>250</sup>

Rozhenstvensky resolveu dividir sua esquadra, designando os navios mais leves para cruzarem o canal de Suez, seguindo pelo Mar Vermelho até Madagascar sob o comando do Contra-Almirante Fel'kerzam, enquanto os restantes dos navios cruzariam Gibraltar passando pelo Cabo da Boa Esperança, tendo Madagascar como ponto de encontro. A saga da Segunda Esquadra do Pacífico mostrar-se-ia no mínimo problemática, colecionando inúmeros episódios dramáticos que vão desde o afundamento errôneo de seus próprios navios e de barcos pesqueiros britânicos perto de Dogger Bank na Grã-Bretanha, até a coleção de animais exóticos levados a bordo pela tripulação quando atracados em Madagascar <sup>251</sup>.

Em dezembro de 1904 Rozhenstvensky, tem notícia da citada derrota da esquadra russa em Porto Arthur, de modo que a esquadra do pacífico não mais existia. Tal fato funcionou como um golpe certo para o moral da tripulação e resultou inclusive em episódios de insubordinação. De todo modo, a orientação estratégica inicial da Segunda Esquadra era um confronto decisivo com as forças japonesas, concentrando nelas a totalidade do poderio naval russo. Muito dessa visão advinha da influência do Comandante Nikolai Lavrentevich, teórico naval e tradutor de Mahan, bem como de almirantes próximos ao Czar.

Assim, com os princípios mahanianos em mente, Nicholas II determina a incorporação de uma Terceira Esquadra do Pacífico às forças de Rozhenstvensky, composta basicamente de navios remanescente da antiga esquadra do Báltico.<sup>252</sup> A essa altura, Rozhenstvensky sabia que a melhor estratégia não se encontrava no confronto direto com as forças japonesas – uma vez que a essa altura, Togo ganharia tempo para se recuperar das perdas advindas da campanha em Porto Arthur – mas sim chegar a salvo em Vladvostok e operar enquanto esquadra em potência.<sup>253</sup> Togo, por outro lado, estava certo de que não haveria necessidade de ir ao encontro da esquadra russa, pois sua passagem pelo estreito de Tsushima era inexorável. O encontro das esquadras russas ocorre próximo a Indochina no começo de maio de 1905, e

---

<sup>250</sup> Ibid. p. 11

<sup>251</sup> STEINBERG *et al.* *Op cit* Para mais detalhes sobre a travessia da segunda esquadra do pacífico ver PLESHAKOV, Constantine. *The Tsar's Last Armada: The Epic Journey to the Battle of Tsushima*. Basic Books, 2002.

<sup>252</sup> Ibid.

<sup>253</sup> GROVE, *Op cit.*

nos dias 27 e 28 do mesmo mês, ao serem interceptadas pela esquadra de Togo, a Batalha de Tsushima acontece.

#### 2.1.2 A BATALHA NAVAL DE TSUSHIMA E SUA REPERCUSSÃO

Os efeitos da Batalha de Tsushima determinaram também os rumos da guerra. A vitória japonesa fora inquestionável: trinta e cinco navios russos afundados ou capturados, mais cerca de 4.830 mortes, 5.930 prisioneiros e 1.862 baixados, enquanto do lado do Japão, três torpedeiros afundados mais 117 homens mortos e 587 feridos.<sup>254</sup> Desse modo, Nicholas II fora obrigado a dar um ponto final a Guerra e, sob as negociações diplomáticas de Roosevelt, em 5 de Setembro de 1905 o tratado de Portsmouth formalmente encerra o conflito.

Uma das razões para a vitória de Togo foi sua vantagem em termos de velocidade e homogeneidade de sua esquadra, algo que proporcionou uma melhor aplicação do princípio da concentração. Além disso, o adestramento da esquadra japonesa mostrou-se superior, bem como o alcance e taxa de tiro de seu armamento.<sup>255</sup>

Em um artigo para a *Royal United Services Institution* Mahan argumenta que a Guerra Russo Japonesa seria o caso típico de guerra naval a prevalecer no futuro. A ideia de dois Estados confrontando-se por objetivos limitados favoreceria o emprego de navios de batalha a serem usados em um engajamento decisivo<sup>256</sup>. De uma maneira geral, as críticas mahanianas dirigiam-se à esquadra russa em manter a defensiva buscando escapar de Porto Arthur em direção à Vladvostok em vez de fomentar um encontro com a esquadra japonesa visando aniquila-la.<sup>257</sup>

Essencialmente, a esquadra russa na guerra em questão [Guerra Russo-Japonesa] estava assentada e conformada com uma postura defensiva. A batalha do Mar do Japão [Tsushima], é um exemplo disso, pois os russos objetivavam não destruir o inimigo, mas escapar para Vladivostok.<sup>258</sup>

Além disso, Mahan criticou também a ineficiência da concentração da esquadra russa, que, embora superior em termos absolutos, por encontrar-se dividida e distante geograficamente, encontrava-se inferiorizar em termos individuais.<sup>259</sup>

---

<sup>254</sup> Ibid.

<sup>255</sup> EVANS et al. Op cit.

<sup>256</sup> Cf. HATENDORF, 1989. Op cit.

<sup>257</sup> Ibid.

<sup>258</sup> MAHAN, Alfred Thayer. Reflections, Historic and Other, Suggested by the Battle of the Japan Sea. *Royal United Services Institution*. Londres, Vol. 50, p. 1327-1346, 1906.

<sup>259</sup> Ibid.

Por outro lado, a postura estratégica ofensiva de Togo, após ter eliminado a esquadra russa do pacífico dominando Porto Arthur, fora favorecida pela posição geográfica estabelecida, controlando o estreito de Tsushima. Assim, Togo não precisou ir ao encontro da esquadra russa, mas escolher o melhor local para interceptá-la, por isso ele “concentrou sua inteira força combativa na linha em que esperava que o inimigo fosse cruzar”<sup>260</sup>. Nesse sentido Mahan também traça uma comparação entre a Batalha de Tsushima e a Batalha do Nilo (1798), uma vez que ambos os almirantes – Nelson e Togo – tiveram que inferir o rumo do inimigo a ser interceptado e lidar com a ansiedade e o suspense da incerteza em se ter uma resposta imediata.<sup>261</sup>

Para Corbett, a Guerra Russo Japonesa demonstrou a dificuldade em se assegurar regras peremptórias no que diz respeito a uma postura ofensiva, como se esta fosse sempre ser vantajosa. Corbett segue a linha argumentativa de Mahan, mas em uma abordagem oposta, sustenta que a posição defensiva do Japão em aguardar as forças russas penetrarem as águas interiores japonesas suscitou “o maior encontro decisivo naval documentado até o momento”<sup>262</sup> e serviu positivamente para a estratégia de Togo.

De uma maneira geral, Corbett acreditava que “sair procurando a esquadra inimiga” (“*seeking out the enemy’s fleet*”) não é um princípio previamente dado, especialmente porque mesmo na hipótese de se possuir uma esquadra superior o inimigo poderá guiá-lo a um local onde não seja possível destruí-lo sem um alto custo para isso.<sup>263</sup> Além disso, pelo exemplo do conflito em questão, Corbett também demonstra como as guerras limitadas são favoráveis às peculiaridades do ambiente naval.

Como um todo, deve-se ressaltar que, apesar do sucesso que nós [os britânicos] alcançamos em nossa longa série de guerras com objetivo limitado, em nenhuma delas as condições encontravam-se tão favoráveis como neste caso para o Japão <sup>264</sup>

Ademais, convém lembrar a relatividade no conceito de comando no mar esposada pelos britânicos. O comando no mar *permanente* é aquele alcançado quando a vitória sobre a esquadra inimiga resulta na impossibilidade prática em sua recomposição, considerando os

---

<sup>260</sup> MAHAN *In.* HATTENDORF, 1989. Op cit. p. 204.

<sup>261</sup> *Ibid.*

<sup>262</sup> CORBETT, Op cit

<sup>263</sup> *Ibid.*

<sup>264</sup> *Ibid.* Trad. nossa.

danos a ela infligidos. Portanto, é uma condição que se baseia na variável *tempo* e Corbett é explícito ao considerar que tal condição existiu depois de Tsushima.<sup>265</sup>

## 2.2 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918)

Até agora, portanto, vemos como o pensamento estratégico marítimo configurou o a política externa dos Estados. Embrulhando uma postura política expansionista as ideias de Mahan acoplaram-se às principais potências daquele período, causando o que Kissinger vai chamar da falência diplomática, resultando, pois na Primeira Guerra Mundial.

### 2.2.1 CONSIDERAÇÕES ESTRATÉGICAS INICIAIS

Do ponto de vista estratégico, a declaração de guerra entre Reino Unido e Império Alemão pode ser considerada, de saída, uma derrota para os alemães<sup>266</sup>. Isso porque a corrida armamentista naval impulsionada durante a administração de Tirpitz, baseava-se não tanto em derrotar a esquadra britânica em um confronto decisivo, mas – pela sua teoria do risco – em infligir um efeito dissuasório por intermédio de sua *High Sea Fleet* efetivo o suficiente para manter o Reino Unido fora de um conflito entre Alemanha e seus adversários.

Nesse sentido, para o cálculo estratégico alemão, era inexorável a incapacidade do Reino Unido em manter um poder naval consistente no mar do Mar do Norte ao mesmo tempo em que suportava seu império global ultramarino. No entanto, de outro modo, a competição naval com os alemães fez os britânicos reabilitarem seus laços diplomáticos com aqueles que, até 1900, seriam seus possíveis adversários em um eventual conflito – França e Rússia<sup>267</sup> – mantendo sua supremacia naval.

Ao longo de toda a guerra a concepção estratégica predominante contra a marinha alemã fora o bloqueio e mesmo a batalha naval da Jutlandia reforçaria tal paradigma. Tal escolha, em parte, explica-se pela favorável posição geográfica da Grã-Bretanha, deveras tributária à discussão de Mahan sobre os elementos do poder marítimo. Ocupando uma posição geográfica central, a *Grand Fleet* fora mobilizada de modo a controlar as Linhas de

---

<sup>265</sup> Ibid. p. 363.

<sup>266</sup> MORAN, Daniel; RUSSEL, James A. Ed. *Maritime Strategy and Global Order: Markets, Resources, Security*. Washington: Georgetown University Press, 2016.

<sup>267</sup> “Se, em 1900, um estadista britânico fosse perguntado a descrever a ameaça mais relevante a posição global do Reino Unido, ele teria apontado a rivalidade entre seu país em relação à França e a Rússia, que recentemente houveram assinado um acordo mútuo de defesa...” MORAN. Op cit. p. 36. Trad. nossa.

Comunicações no teatro de operações marítimo controlando os acessos ao Mar do Norte em Dover, Gibraltar e próximo à costa norte da Escócia<sup>268</sup>.

Entretanto, o bloqueio britânico não se destinava a uma aproximação à costa inimiga visando suscitar uma batalha decisiva – como até então o pensamento mahaniano propugnava mesmo entre os ingleses<sup>269</sup>. Em outras palavras, no lugar de um bloqueio cerrado, buscou-se um bloqueio a distância, principalmente porque, diferentemente da época das Marinhas à vela, invenções tecnológicas como as minas, os torpedos e os submarinos tornavam os custosos *Dreadnoughts* vulneráveis a ataques inimigos. Ademais, como constam nas palavras do almirante sir John Jellicoe, comandante em chefe da *Grand Fleet* desde a declaração de guerra contra o Império Alemão: “nossa esquadra foi o único e exclusivo fator vital para a existência do Império [britânico], como também para a causa dos aliados”<sup>270</sup>.

De outro modo, os alemães, conscientes de que não poderiam derrotar a esquadra britânica em um confronto direto, mantiveram uma postura estratégica defensiva semelhante com sua *High Seas Fleet*, mantendo-a em grande parte no porto sem a intenção de um confronto direto com seus adversários. É bem verdade que tal consciência se solidifica após os engajamentos entre ambas as esquadras nas batalhas navais de Heligoland Bight e Dogger Banks<sup>271</sup>, servindo como uma “devastadora desgraça para o moral, confirmando o maior medo do kaiser e desacreditando sua marinha frente à opinião pública”<sup>272</sup>

Assim, a saída encontrada por Wilhelm II já em fevereiro de 1915 fora atacar o comércio marítimo britânico por intermédio do uso ilimitado de seus U-Boats em uma espécie de guerra de corso moderna, o que mais tarde traria os EUA para o conflito. É a partir desse momento que se vê o início da relevância do ambiente submarino para os conflitos navais, algo que seria imensamente explorado na Segunda Guerra Mundial.

Assim, do ponto de vista tático, com a *High Seas Fleet* e a *Grand Fleet* evitando arriscarem seus preciosos navios no Mar do Norte o que se constitui é em um verdadeiro

---

<sup>268</sup> KEENNEDY, 1991. Op cit

<sup>269</sup> TILL, 2013. Op cit.

<sup>270</sup> JELICOE *apud* MARDER. Op cit. p. 23.

<sup>271</sup> Em Heligoland Bight, 28 de agosto de 1914, a Força-Tarefa do almirante David Beatty composta por poderosos cruzadores de batalha buscou interceptar os *destroyers* alemães enviados para patrulhar a costa inglesa, afundando-lhes total três cruzadores e um *destroyer*. Em Dogger Banks, 24 de janeiro de 1915, são os alemães que enviam uma força-tarefa à costa inglesa no intuito de destruir embarcações que supostamente estariam realizando serviço de espionagem aos britânicos. Contudo, em verdade, a Royal Navy houvera quebrado seu sistema de criptografia, donde o descrédito de tal possibilidade pelos alemães servira como vantagem estratégica para os britânicos. Cf. KENNEDY. Op cit e KEEGAN. Op cit.

<sup>272</sup> KENNEDY. Op cit. p. 291. No entanto, especificamente em Dogger Banks, diversas falhas táticas do ponto de vista profissional e de liderança também fizeram-se presente no lado dos britânicos, algo que não fora percebido em um primeiro momento.

impasse.<sup>273</sup> Para Kennedy, a imprecisão desse impasse e sua conseqüente imobilidade assemelha-se à guerra de trincheiras que toma conta do cenário continental do conflito, afirmando a centralidade do bloqueio como estratégia marítima predominante.

Por outro lado, do ponto de vista estratégico, a Marinha britânica obtinha a vantagem, uma vez que, conforme exposto, controlava as LCM do teatro de operações. Com isso, eventuais tentativas de ataques por parte dos alemães ocorreriam em condições controladas<sup>274</sup>, consoante a perspectiva corbettiana das vantagens em um bloqueio defensivo. É bem nesses termos que ocorre o maior engajamento do conflito: a batalha naval da Jutlândia em 31 de maio de 1916.

### 2.2.2 JUTLÂNDIA E O PENSAMENTO MARÍTIMO

A batalha da Jutlândia<sup>275</sup> é o ponto máximo de uma postura estratégica mais ofensiva alemã, momento em que Wilhem II decide arriscar mais seus navios. Sob o comando do Vice-Almirante Reinhard Scheer, a ideia do kaiser era enfraquecer os britânicos mobilizando toda a *High Seas Fleets* contra somente uma porção da *Grand Fleet* britânica, mas visando a endereçar-lhes danos significativos<sup>276</sup>. Scheer inicialmente planejava que seus navios realizassem ataques pontuais junto à costa leste inglesa, atraindo a seguir os britânicos para uma emboscada junto a seus U-Boats estrategicamente posicionados. Usaria zeppelins para empreender o reconhecimento aéreo e não ser pego de surpresa, mas no dia em que planejava suspender, as condições climáticas desfavoráveis impedem seu uso. Isso fez com que fosse necessário um plano alternativo, que se deu no ataque às LCM britânicas nas proximidades da costa dinamarquesa, com o mesmo fim de trazer a *Grand Fleet* para o raio de ação de seus U-Boats.<sup>277</sup>

Entretanto, a chamada ‘sala 40’ em Londres – o centro de criptografia do almirantado – tal qual fizera já em Dogger Bank, havia tomado conhecimento antecipado das

---

<sup>273</sup> “O Mar do Norte não é comandado nem pela esquadra britânica e nem pela alemã, mas pelos submarinos de ambos os lados”. Declaração do Conde de Balfour, primeiro Lorde do Almirantado, substituindo Churchill. In KENNEDY. Op cit. p. 290. Trad. nossa.

<sup>274</sup> MORAN et al, 2016. Op cit

<sup>275</sup> Destaca-se que outros engajamentos navais também se revelam importantes, como por exemplo a batalha naval de Coronel (1914), onde a esquadra britânica sofre sua primeira derrota após séculos de invencibilidade. Igualmente, há a campanha do estreito de Dardanelos para a conquista da península de Galípoli, em uma tentativa da Entente de isolar o império Turco Otomano, que houvera entrado na guerra ao lado dos alemães. Com relação a esta última, apesar expressar a perspectiva de Corbett no que diz respeito à importância de operações conjuntas, sua complexidade requereria um capítulo a parte, o que foge ao nosso objetivo.

<sup>276</sup> GROVE. Op cit.

<sup>277</sup> Ibid.

comunicações alemãs e detectado a movimentação da *High Seas Fleet*. Apesar de saber que os alemães haviam suspenso, não se sabia exatamente para onde se destinavam. Coincidentemente, Jellicoe resolve patrulhar justamente a região onde Sheer houvera se posicionado. Ambos os lados confundem um navio pesqueiro dinamarquês com seu inimigo e nesse momento o confronto se inicia.

A batalha naval da Jutlândia foi um confronto de proporções bastante expressivas, cuja dimensão em termos de material e pessoal não se repetiria mais no curso da história naval. Ao todo foram cerca de 250 embarcações envolvidas e 70.000 homens.<sup>278</sup> Embora com poder fogo e quantidade de meios inferior, poder-se-ia admitir que, em termos quantitativos, os alemães saíram vitoriosos: ao todo 3.058 de seus homens foram mortos ou feridos em combate, contra 6.768 do lado britânico<sup>279</sup>; do ponto de vista material, as perdas da *Grand Fleet* superam as de seu adversário na proporção de 3 para 1.<sup>280</sup>

Mas a suposta vitória baseada unicamente em números não se traduziu em uma vantagem para os alemães. Doze horas após o engajamento, Jellicoe já havia reunido vinte seis *Dreadnoughts* e seis cruzadores de batalha, prontos para um novo combate.<sup>281</sup> Em contrapartida, Sheer precisaria aguardar até agosto para que seus navios danificados pela *Grand Fleet* pudessem estar combativos novamente.<sup>282</sup> Ademais, a frustração dos objetivos estratégicos alemães materializou-se no relatório enviado por Sheer ao Kaiser:

Não há dúvidas que nem o sucesso do resultado da ação de nossa esquadra nessa guerra não vai forçar a Inglaterra a pedir paz. As desvantagens da nossa posição geográfica-militar em relação às ilhas britânicas e a superioridade de material do inimigo, não podem ser compensadas por nossa esquadra em qualquer medida que nos permita macular o bloqueio ou as ilhas britânicas mesmo.<sup>283</sup>

Assim, embora para os britânicos, a batalha da Jutlandia tenha sido desfavorável do ponto de vista tático, sob a perspectiva estratégica, o bloqueio naval e o consequente controle das LCM por eles empreendido ainda se perpetuariam. Um jornal da época havia imortalizado o episódio: “Alemanha fere seu carcereiro, mas permanece na cadeia”. Igualmente, Daniel

---

<sup>278</sup> BANKS, Arthur. *A Military Atlas of the First World War*. Londres: Pen&Sword, 2002.

<sup>279</sup> BROOKS, John. *The Battle of Jutland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. Tabela 11.1 .p. 515.

<sup>280</sup> KEEGAN. Op cit.

<sup>281</sup> Ibid.

<sup>282</sup> MORAN et al. Op cit.

<sup>283</sup> KENNEDY. Op cit. p. 292.

Moran coloca que: “a questão mais surpreendente, não é como os alemães escaparam [do poder de fogo britânico na batalha], mas porque isso significou tão pouco”.<sup>284</sup>

Em verdade, na própria fala de Sheer podemos perceber alguns aspectos elaborados por Mahan que percebemos cruciais no entendimento da batalha. Ao discutir os elementos do poder marítimo e tratar do tamanho da população, como vimos, Mahan não se refere unicamente a quantidade absoluta da população de um Estado, mas sua capacidade de mobilização como força reserva e mão de obra necessária para incrementar o poder marítimo. Assim, na conjuntura imediata ao conflito, tal elemento, juntamente com a posição geográfica, pode ser considerados os fundamentais na vantagem estratégica britânica.

Entretanto, em termos mahanianos, podemos perceber que aniquilar a esquadra inimiga por si só, não transforma necessariamente uma batalha em decisiva, de modo que o controle do mar é tarefa deveras complexa e dificilmente acontece em termos absolutos. É evidente que os alemães não chegaram perto de destruir por completo a *Grand Fleet* - embora os danos tenham sido consideráveis – mas o tanto que chegaram perto desse objetivo não se traduziu em uma vantagem estratégica equivalente.

Do ponto de vista oposto, lógica análoga pode ser endereçada à marinha alemã, que historicamente não investiu nos elementos do poder marítimo tal qual seu rival. Como vimos, foi somente a partir da gestão de Tirpitz em pouco mais de vinte anos, que o poder marítimo alemão se torna consistente. Assim, sua “vitória” quantitativa tática não significou uma vitória qualitativa estratégica. Além disso, se Mahan propugnava que o bloqueio na costa do inimigo poderia forçá-lo a uma batalha decisiva, no conflito em comento, ocorre o inverso: após o engajamento, o bloqueio naval à distância voltou ao *status quo*. Ou seja, a *contrario senso*, um vultuoso combate naval desencadeou um bloqueio.

O que pode sim ser admitido é que, quanto mais um Estado incrementa seus elementos do poder marítimo, mais difícil torna-se sua derrota política a partir de uma derrota tática. Assumindo a tese de Mahan, não tivessem os britânicos ao longo de sua história marítima explorado sua posição geográfica, extensão do território, tamanho da população e conformação física favoráveis; bem como incrementado o caráter da população e do governo para o desenvolvimento do poder marítimo, os danos sofridos na batalha da Jutlândia provavelmente teriam sido mais graves.

---

<sup>284</sup> MORAN. Op cit.



De todo modo, as expectativas levantadas por Tsushima e a esperança de um engajamento épico, tal qual Trafalgar, foram evidentemente frustradas<sup>285</sup>. Para os britânicos, o questionamento em jogo era: haveria uma falha na *Royal Navy* em não alcançar uma vitória decisiva, ou a própria busca por uma vitória decisiva seria a falha? A obra Corbett, nesse sentido, seria deveras oportuna.

Com efeito, as preocupações particulares de Corbett iriam além do conflito no mar, e expressavam o risco de que uma estratégia nacional, articulada à política externa britânica clássica e bem articulada entre marinha e exército, malograsse. Como Lambert destaca, Corbett, assim com Fisher, era afeto a uma estratégia marítima dissuasória e de guerra limitada, a partir do tradicional bloqueio naval. A dificuldade em empreende-la, bem como os horrores da guerra e a maneira como ela era conduzida, matando milhões de pessoas e acabando com a economia de seu país seriam preocupações que iriam lhe perseguir pelo resto da vida.<sup>286</sup>

Ademais, a inexpressividade estratégica da vantagem material alemã na batalha naval da Jutlândia ratifica a argumentação sob a qual o comando no mar será relativo, variando espacialmente – podendo ser local ou geral – ou temporalmente – sendo temporário ou permanente. Diferentemente de Tsushima, onde a esquadra Japonesa obteve a vitória tática e adquiriu a correlata supremacia estratégica, adquirindo o comando no mar permanente, na batalha da Jutlândia acontece o oposto: a esquadra alemã ao mesmo tempo em que “vencedora” no nível tático, é derrotada no nível estratégico. Após a batalha, dada a incapacidade de perseguir um segundo confronto com os britânicos, a estratégia alemã empreendida visou quebrar o bloqueio naval que lhe houvera sido imprimido novamente. Assim, novamente o kaiser alemão emprega seus U-boats em uma guerra submarina irrestrita, causando sérios danos às Linhas de Comunicações da Entente e colocando-os a beira da derrota.

Do ponto de vista político, essa postura estratégica resultou na entrada dos EUA na guerra em abril de 1917. Esse passo político, no entanto, não foi puramente reativo, resultou, em lugar, de uma minuciosa análise da conjuntura internacional esposada por Woodrow

---

<sup>285</sup> HARDING, 1999. Op cit.

<sup>286</sup> Ressaltamos aqui que Corbett falece em 1922, fruto de um ataque do coração. Cf. SCHURMAN Op cit. Mahan, por outro lado, falece em 1914 não acompanhando os fatos que se sucederam durante a Primeira Guerra Mundial.

Wilson<sup>287</sup>, presidente dos EUA naquele momento. Ademais, o crescimento industrial da Marinha norte-americana vinha crescendo, após o volumoso programa de construção iniciado em 1916. A entrada na guerra voltou os olhos da construção naval para os *destroyeres*, visando auxiliar na guerra anti-submarino. Assim, imediatamente após a declaração de guerra um esquadrão de seis *destroyeres* foi enviado para a Irlanda para ser comandada pela força-tarefa britânica.<sup>288</sup>

Com isso, a entrada dos EUA, junto ao reestabelecimento do sistema de comboios, até então desprezado pelos ingleses, a derrota da Tríplice Aliança põe fim à Primeira Guerra Mundial em 1918. Em janeiro do ano seguinte começam as tratativas de paz a que se seguiria o Tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho pela Alemanha, República de Weimar.

### **2.3 O PERÍODO ENTRE-GUERRAS E A POLÍTICA INTERNACIONAL**

Terminada a Primeira Guerra Mundial, como Paul Kennedy destaca, as expectativas levantadas no fim do século anterior sobre a política internacional são frustradas. Isso porque as três maiores potências que, supunha-se, iriam ditar os termos das relações entre os estados encontram-se isoladas. A Rússia fechava-se em si mesma em virtude da Revolução Bolshhevik; a Alemanha derrotada no conflito buscava reerguer-se, e os EUA, ao longo da década de 1920 preferia retirar-se do cenário diplomático internacional<sup>289</sup>.

De fato, a grande mudança se dá na transposição do maior centro financeiro do mundo para além do Atlântico, nos EUA. Após a guerra, os norte-americanos surgem como o maior credor e a grande potência mundial em ascensão. Mais do que a seara econômica, é importante destacar nesse período a entrada dos EUA como pretense portador dos novos rumos para a política internacional. Isso porque a visão de Woodrow Wilson sobre a política internacional trar-lhe-ia marcas indeléveis.

Com efeito, nas palavras de Kissinger, até o momento, as relações interestatais em grande medida eram ainda encetadas pela *realpolitik*, enxergando os interesses dos Estados

---

<sup>287</sup> Para David Trask, o ‘grand design’ de Wilson assentava-se no interesse nacional em um sistema internacional estável. Para tanto, seria necessário introduzir de maneira progressiva elementos ideológicos baseados em valores democráticos anti-militaristas e anti-imperialistas. Assim, a escolha mais acertada seria apoiar a entente. TRASK, David. In STRACHAN Op cit.

<sup>288</sup> Ibid.

<sup>289</sup> KENNEDY, 1989. Op cit.

em termos de poder em vias de se obter o equilíbrio. Tal aspecto fora levado em consideração por Bismarck, e pela Inglaterra ao longo de todo século XIX.<sup>290</sup>

Nos EUA, essas visões haviam sido incorporadas por Roosevelt, contudo, os horrores da guerra e seu imenso custo econômico geraram críticas ao modelo político da *realpolitik* e em seu consequente estilo diplomático calcado em acordos secretos e inúmeros comportamentos agora considerados imorais:

América desmereceu o conceito de balanço de poder e considerou a prática *realpolitik* imoral (...) A ideia de Wilson sobre a ordem mundial derivou-se na fé americana da essência pacífica da natureza humana e a subjacente harmonia mundial. Seguiu-se, pois, que nações democráticas são naturalmente pacíficas.<sup>291</sup>

Com isso, do ponto de vista epistêmico, o fim da Primeira Guerra Mundial suscitou certa urgência em se estudar de fato as relações entre os Estados. Não foi por outro motivo que a primeira cadeira de Relações Internacionais é estabelecida na Universidade de Wales, Aberystwyth.<sup>292</sup> Assim, ressaltam-se nesse período os contrastes entre uma visão dita progressista e idealizada do sistema internacional e a visão pautada pelo anarquismo, isto é, a ausência de hierarquias, que posteriormente será denominada realista.

Convém ressaltar que o ineditismo desse suposto ‘primeiro debate’ das Relações Internacionais é creditado a E.H Carr em sua obra *The Twenty Years’ Crisis*. Influenciado pelo marxismo em seu materialismo histórico, Carr criticou a visão ideológica liberal, considerando-os utópicos e ingênuos.

Com efeito, a visão liberal-idealista assenta-se na tradição kantiana, onde a razão é um instrumento epistêmico e ético, aprioristicamente concebido a partir de categorias transcendentais<sup>293</sup>. A análise de Kant quando aplicada ao cenário internacional, tende a uma abordagem moral, onde os Estados, de uma maneira geral, comportar-se-iam como indivíduos que, no bom uso de suas faculdades racionais, tendem ao imperativo categórico. Em um texto chamado ‘A Paz Perpétua’ tal questão se demonstra evidente, na medida em que “a Paz perpétua (...) é a condição para uma ação *ética*”<sup>294</sup> de sorte que ela será a maneira pela qual “todos homens poderão tratar-se como finalidade, no lugar de tratar-se como meio”<sup>295</sup>.

---

<sup>290</sup> KISSINGER, 1994. Op cit.

<sup>291</sup> Ibid. p. 222. Trad. nossa.

<sup>292</sup> BURCHILL, Scott; LINKLATER, Andrew; DEVETAK, Richard; DONNELLY, Jack; PATERSON, Mathew; REUS-SMITH, Christian; TRUE, Jacqui. *Theories of International Relations*. Londres: Palgrave Macmillan, 2005.

<sup>293</sup> Cf. KANT, Immanuel. A crítica da Razão Pura; Crítica da Razão Prática.

<sup>294</sup> DOYLE, 1986. Op. cit.

<sup>295</sup> KANT. Op. cit.

Ou seja, é *pelo* os indivíduos que as instituições são possíveis e *para* os indivíduos que elas existem. Nesse sentido, o cálculo racional do sujeito é plasmado para os Estados, que em uma visão utilitária buscam a melhor maneira de cooperar, em uma espécie de otimismo moral e também fundado no comércio.

Norman Angell, por exemplo, apresentava tal aspecto a partir de uma dupla premissa: a primeira, considerando que a guerra seria desarrazoada em um mundo conectado pelo comércio e a segunda ao assumir que a natureza humana estaria, naturalmente, evoluindo para uma tendência mais pacífica<sup>296</sup>. Como tais pressupostos não se verificaram por ocasião da Segunda Guerra, Mahan fora um dos principais críticos de Angell<sup>297</sup>. Leonard Woolf, de modo semelhante havia atentado para o surgimento de diversas organizações internacionais surgidas ao final do século XIX. Para o teórico liberal, a ideia de uma suposta governança internacional seria retirar a carga política de alguns temas, padroniza-los e assim evitar que se transformem em um imbróglia internacional.<sup>298</sup>

De outro modo, no que se seguirá como a escola realista da relações internacionais<sup>299</sup> a natureza humana é considerada como que uma realidade ontológica imutável que, assentada nas visões maquiavélicas e hobesianas, projeta-se no cenário internacional, sem contudo afeta-lo. Morgenthau e toda a tradição realista<sup>300</sup>, enxergam que o ambiente internacional será como que o estado de natureza de Hobbes, isto é desprovido de qualquer *arkhé*<sup>301</sup>; anárquico e, assim, potencialmente conflitivo: “Entre os homens e os Estados anarquia, ou a ausência de governo é associada a ocorrência de violência”<sup>302</sup>. Os Estados se comportariam, pois, como indivíduos que, buscando sobreviver, definem seus interesses em termos de poder.<sup>303</sup> Com isso, o sistema internacional seria regido por leis objetivas, amorais, a que não se teria acesso,

---

<sup>296</sup> Ver. ANGELL, Norman. *The Great Illusion: A Study of the Relations of Military Power in Nations to their Economic and Social Advantage*. Londres: G.P. Putman Sons, 1910. p. 242-278.

<sup>297</sup> Cf. GAT, 1992. Op cit.

<sup>298</sup> Cf. WOOLF, Leonard. *International Government*. Nova Iorque: Brentano's, 1916.

<sup>299</sup> Para uma análise pormenorizada do realismo e suas variações, ver por exemplo DONNELLY, Jack. *Realism and International Politics*. 2000

<sup>300</sup> Ver WALTZ, Kenneth. *Man the State and War: a Theoretical Analysis*. Columbia: Columbia University Press, 2001. Para uma visão ampla e didática do tema, ver DONNELLY, Jack: *Realism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p 43-80.

<sup>301</sup> Palavra grega que é associada a uma espécie princípio originário que governa as coisas. Os filósofos pré-socráticos concebiam uma *arkhé* diferente para os fenômenos do mundo. Tales de Mileto, por exemplo, julgava ser a água, enquanto Heráclito o Fogo.

<sup>302</sup> WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. Illinois: Waveland Press, 2010. p.102.

<sup>303</sup> “A essência da política internacional é idêntica a sua dimensão doméstica. Ambos são uma luta por poder modificados apenas pelas diferentes condições sob as quais essa luta toma espaço nas esferas domésticas e internacionais. Esse desejo de domínio, em particular, é elemento constitutivo de todas as associações humanas[...]” MORGENTHAU, Hans J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1948. p. 17. Trad. nossa.

mas que seriam ao menos inteligíveis ao tenderem para um equilíbrio de poder.<sup>304</sup> Daí a vantagem epistêmica justamente ao se compreender o sistema internacional como um jogo de soma zero, onde cálculos em termos de poder preveem o comportamento dos Estados.

Nesse sentido, Woodrow Wilson é uma das principais expressões da escola dita liberal idealista. Já nas negociações de paz da Primeira Guerra, elenca os controversos ‘quatorze pontos’, encetando teses em favor do que seriam as condições para um cenário político livre de guerras. Dentre as teses, a décima quarta aponta a necessidade de criação da Liga das Nações. Contudo, Wilson mesmo não consegue aprovação do Senado para que seu país dela participe, corroborando a postura isolacionista dos EUA.

Além disso, digno de destaque é o segundo ponto que tratava justamente da Liberdade dos Mares. Conforme Andrew Lambert destaca, Wilson já em 1917 defendia o mar enquanto um espaço de livre navegação incondicional, onde os Estados não teriam direito de utilizar o uso da força para coibir o tráfego marítimo de países inimigos, pavimentando assim o caminho para a paz mundial. Esse argumento foi frontalmente combatido por Corbett, preocupado com a ascensão do poder naval norte-americano desde o programa por eles iniciado em 1916. Mais que isso, Corbett também achava que tal medida causaria um tremendo impacto na estratégia marítima clássica empregada pelo Reino Unido, pois não haveria mais a vantagem de se empreender pressões econômicas apresando navios. Ao invés de se alcançar a paz, deixar-se-ia o mar ao sabor do inimigo.

A verdade é que nem o mais devoto e sanguinário defensor da Liga da Paz percebeu que uma completa extinção da guerra por esses meios [a completa liberdade dos mares] pode ser esperada. É mais do que pode ser acreditado – pelo menos enquanto a natureza humana não amadurece – que todas as nações da Terra vão se unir para jamais ir a guerra por qualquer motivo que seja, ou que vão abandonar totalmente a força como meios de se defenderem contra algum ataque.<sup>305</sup>

Ocorre que ao apresentar suas teses ao Congresso norte-americano em janeiro de 1918, Wilson, ao defender a absoluta liberdade de navegação nos mares, acrescenta um adendo: “exceto quando os mares podem ser bloqueados no todo ou em parte por ação internacional por decisão dos membros internacionais conveniados”<sup>306</sup>. Lambert destaca tal adendo como a influência da argumentação de Cobertt.

---

<sup>304</sup> Cf. DONNELLY, 2000. Op cit.

<sup>305</sup> CORBETT apud LAMBERT. 2017. Op cit. p. 120. Trad. nossa.

<sup>306</sup> [https://wwi.lib.byu.edu/index.php/President\\_Wilson's\\_Fourteen\\_Points](https://wwi.lib.byu.edu/index.php/President_Wilson's_Fourteen_Points)

O que se pode verificar, portanto, é aproximação do pensamento estratégico marítimo a *realpolitik*. Se nas bases do pensamento marítimo estavam justamente, ao lado de Mahan, a guerra enquanto fundamento moral (o oposto de Wilson), e, ao lado de Corbett, a guerra enquanto instrumento político, então podemos em parte entender certa incompatibilidade com a visão liberal. O conflito de idéias com Angell e Wilson, respectivamente demonstrou essa questão. Essa tendência se perpetuará ao longo da Guerra Fria, quando se tornará mais categórico em função do surgimento dos estudos estratégicos.

#### 2.4 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)

Na visão de Kissinger, ao afastar-se de uma perspectiva comum ordem política europeia e propo-la em termos morais, no lugar de julgamentos geopolíticos, Wilson afastava-se da *realpolitik* tradicionalmente levada pelos países europeus. Para Wilson, a causa dos conflitos era um pensamento embaçado sobre como aplicar os princípios universais que regem a harmonia de interesses. Evidentemente que tal aspecto não deu conta dos acontecimentos que se seguiram no período entre-guerras, sobretudo pela expansão alemã, muito em resposta ao Tratado de Versailles.

O começo da guerra, em especial com Hitler desconsiderando os acordos que firmara, após invadir a Polônia<sup>307</sup>, fez a visão liberal parecer ingênua. Morgenthau mesmo sustenta que, se menos otimismo moral fosse utilizado para analisar os movimentos de Hitler, talvez fosse possível prever seu comportamento.<sup>308</sup>

Com isso, durante o início da Segunda Guerra Mundial, o processo de produção de conhecimento do mar enquanto instrumento político e estratégico era essencialmente o mesmo, em especial calcado nos conceitos Mahanianos. Não à toa, Bernard Brodie escreve ainda em 1946 que, na Segunda Guerra Mundial, o poder marítimo alcançara o paroxismo de sua influência histórica, pois foi nessa ocasião em que se “viu as mais titânicas batalhas de todos os tempos (...) e também os maiores conflitos navais – não somente pela magnitude das operações navais, mas também no quanto tais operações contribuíram para a vitória final.”<sup>309</sup>

---

<sup>307</sup> De uma maneira geral, a historiografia contemporânea considera o começo formal da Segunda Guerra Mundial em setembro de 1939, após a invasão da Polônia pelas tropas de Hitler, seguida da declaração de guerra pelo Reino Unido e França dias depois. Cf GILBERT, Martin. “The Second World War: A Complete History” Londres: RosettaBooks, 2014.

<sup>308</sup> MORGENTHAU, 1948. Op cit

<sup>309</sup> BRODIE, Bernard. *New Tactics in Naval Warfare*. *Foreign Affairs*, Vol 24, Numero 2, 1946.

Dessa maneira, do ponto de vista puramente estratégico é forçoso admitir uma maior complexidade no conflito em comento se comparado a Primeira Guerra. Em especial, tal constatação justifica-se pelo caráter tecnológico em ascensão, incrementando as táticas submarinas e o uso da aviação e também devido aos diferentes teatros de operações que tomaram lugar – o Atlântico e o Mediterrâneo de um lado e o Pacífico, literalmente, de outro. Conforme John Hattendorf assevera para os EUA, potencial mundial emergente após a Primeira Guerra, “a Segunda Guerra Mundial em dois hemisférios separados trouxe para casa igualmente duas lições separadas”<sup>310</sup>.

#### 2.4.1 O TEATRO DE OPERAÇÕES NO ATLÂNTICO

Como dito, do ponto de vista europeu, a guerra começa após a invasão da Polônia pelas tropas de Hitler. Tomando por base a experiência da Primeira Guerra, os alemães não vislumbravam um combate em duas frentes, de modo que um conflito contra um oponente em terra simultaneamente a um embate naval, especialmente contra o Reino Unido, seria uma estratégia fadada ao fracasso. Por isso, Hitler tinha em mente que primeiramente seria preciso derrotar a França rapidamente para posteriormente forçar um acordo com os britânicos<sup>311</sup>. Sua política externa estruturou-se em postergar ao máximo um eventual conflito, no entanto, o pacto com Stalin, cujo efeito dissuasório visava garantir tal delonga, malogra diante da declaração de guerra dos aliados<sup>312</sup>.

Nesse escopo, as intenções do ditador alemão refletem-se também na sua política naval, esta que se baseava numa estimativa de conflito com a *Royal Navy* somente por volta de 1940<sup>313</sup>. Assim, durante o período de rearmamento entre as duas guerras, a Marinha alemã ficou “no banco de trás”<sup>314</sup> se comparada com as forças de terra, de modo que Hitler enfatizou a construção de navios menores – em geral navios de batalha de bolso (*pocket battleships*) com algumas exceções, como o *Bismark*. Com isso, a estratégia marítima mais efetiva mostrar-se-á no emprego de seus submarinos de modo a atacar o comércio marítimo dos aliados – muito embora mesmo o planejamento de Doenitz, vislumbrava seu emprego somente em 1942<sup>315</sup> - com a chamada tática de matilha.

---

<sup>310</sup> HATTENDORF. Op cit. p.136. Trad. nossa.

<sup>311</sup> BLACK. Op cit

<sup>312</sup> MORAN. Op cit

<sup>313</sup> Ibid.

<sup>314</sup> Ibid.

<sup>315</sup> KEEGAN, 1989.

Com o início do conflito, do lado dos aliados, a confiança em um bloqueio naval enquanto instrumento político e estratégico efetivo ainda era dominante. Da mesma maneira que na Primeira Guerra, a ideia era sufocar os alemães, isolando-os econômica e politicamente do mundo não europeu e forçando Hitler a negociar os termos de paz ou ser deposto.<sup>316</sup>

Entretanto, para Paul Kennedy, tal houvera sido um cálculo estratégico mal feito, especialmente por parte dos britânicos, subestimando as capacidades militares e econômicas dos alemães. Com efeito, após 1933, Hitler aos poucos houvera estabelecido uma política de autonomia econômica, substituindo uma série de produtos naturais e adquirindo matéria prima para indústria pesada por vias de terra – conforme o pacto de não agressão mútua com os soviéticos havia propugnado, por exemplo – minimizando os efeitos de um bloqueio naval<sup>317</sup>. Em outras palavras, embora a Alemanha estivesse suscetível aos efeitos de um bloqueio, as premissas pelas quais partiram os britânicos para estabelecê-lo “só seriam justificadas se a Alemanha fosse uma ilha”<sup>318</sup>

Por outro lado, tal era o caso clássico do Reino Unido, encontrando-se, pois, em flagrante vulnerabilidade. Apesar de ter auto-suficiência em sua indústria pesada, dependia enormemente de importações de produtos naturais. Disponha, para isso, da maior frota mercante do mundo: cerca 3.000 navios de navegação oceânica e 1.000 embarcações de cabotagem para importar 55 milhões de toneladas de alimento necessários para manter seu estilo de vida<sup>319</sup>. Nesse escopo, um ataque ao seu comércio marítimo mostrar-se-ia grave, o que de fato confirmou-se na chamada Batalha do Atlântico, sobretudo entre 1940 a 1943 com os *U-Boats*.

Se nos primeiros meses da guerra os submarinos alemães encontravam-se geograficamente ‘aprisionados’ no Mar do Norte, após a rendição da França em junho 1940, o Atlântico tornar-se-ia seu amplo teatro de operações. Portos importantes como Brest permitiram que a tática de matilha de Doenitz infligisse severos danos às diversas Linhas de Comunicações marítimas aliada– do Ártico ao cabo da boa esperança na África do Sul – com uma intensidade coerente ao conceito de *Blietzkrieg* (guerra relâmpago). Além disso, a

---

<sup>316</sup> BLACK. Op cit.

<sup>317</sup> KENNEDY. Op cit.

<sup>318</sup> Ibid. p. 363.

<sup>319</sup> Cf. KEEGAN, 1989. Pág. 105.



conquista de tais portos dificultou a efetividade do bloqueio naval vislumbrado por parte dos britânicos<sup>320</sup>.

Convém apontar também a entrada da Itália na guerra em 1940 ao lado da Alemanha. 32 submarinos italianos auxiliaram os U-Boats alemães, operando do porto de Bordeaux, alcançando, contudo, sucesso limitado.<sup>321</sup> Os comboios foram então mobilizados com apoio das Marinhas do Canadá e, sobretudo dos EUA a partir de junho de 1941. Além disso, o poder aéreo também desempenhou importante papel atacando os submarinos enquanto estavam na superfície – inalcançáveis pelo ASDIC, protótipo de sonar à época. Em 1943, após a entrada dos EUA no conflito, os aliados construía mais navios que eram afundados o que contribuiu para o arrefecimento dos ataques por U-Boats.

#### 2.4.2 A CAMPANHA DO PACÍFICO

Desse modo, durante a Batalha do Atlântico, de uma maneira geral, a estratégia marítima de ambos os lados não havia mudado muito se comparada à Primeira Guerra: girava em torno da defesa ou ataque das LCM<sup>322</sup>. Para John Hattendorf, isso demonstra dois aspectos importantes. Primeiro que nem a Itália ou a Alemanha compartilhavam o conceito de poder marítimo esposado pela aliança Anglo-Americana, pois a estratégia de puramente enfraquecer as Linhas de Comunicações afastava-se da necessidade de um engajamento decisivo entre esquadras para exercer o comando no mar. Contudo, tal constatação nos leva ao segundo aspecto, que justamente demonstra a validade do pensamento de Mahan ao colocar a importância das esquadras para proteção do comércio marítimo.<sup>323</sup>

Contudo, ainda mais do que na Batalha do Atlântico, a preponderância da influência teórica de Mahan e Corbett no século XX alcança vigorosa expressividade no outro lado do hemisfério, durante a campanha do Pacífico. Com efeito, a perenidade do pensamento marítimo tradicional é corroborando na medida que subsiste mesmo em meio ao Teatro de Operações Navais do Pacífico, separando Japão e EUA por oceano. Além disso, a própria configuração geográfica em questão distinguia-se por ser marcada por arquipélagos dispersamente distribuídos<sup>324</sup>. Nas palavras de Jeremy Black:

---

<sup>320</sup> BLACK, 2016. Op. cit.

<sup>321</sup> Ibid.

<sup>322</sup> MORAN. Op cit

<sup>323</sup> HATTENDORF, 1989. Op cit. p. 136.

<sup>324</sup> BRODIE. Op cit

A Segunda Guerra Mundial testemunhou a guerra naval em sua maior escala na história mais notadamente a partir de dezembro de 1941, quando os japoneses atacam a base naval americana de Pearl Harbor e a subsequente declaração de guerra aos EUA.<sup>325</sup>

A campanha no Pacífico não nasce diretamente de uma disputa marítima entre EUA e Japão. No lugar, o ataque a Pearl Harbor é resultado da expansão continental japonesa no leste asiático cujas raízes encontram-se no fim do século XIX, passando pela vitória sobre os russos após Tsushima, anexação da Coreia em 1910 e culminando na invasão da região da Manchúria em 1931 e a posterior Guerra contra a China e na anexação da Indochina.

Tal postura não segue um percurso linear, destacando-se a década de 1920 como o período em que o Japão encontrava-se imensamente alinhado à política liberal esposada pela visão anglo-americana – sobretudo no que diz respeito a seara naval com os tratados de Washington, como vimos.<sup>326</sup> Contudo, quando a crise mundial de 1929 coloca o país cheque, a invasão a China em 1937 torna-se o subterfúgio tanto para restabelecer a coesão política interna, quanto para servir de fonte de recursos naturais – aos moldes clássicos da *realpolitik*. Porém, ao longo do conflito, o objetivo de uma rápida vitória mostra-se ilusório e a resistência dos chineses, somada às derrotas frente ao Exército Vermelho russo quando da expansão em direção a Mongólia já em 1939, ocasionam um impasse estratégico, drenando os recursos japoneses necessários para o prosseguimento da campanha.<sup>327</sup>

Desse modo, se a estratégia nacional japonesa baseou-se em um viés tipicamente continental em direção ao território chinês, mostrava-se premente agora a necessidade de um aporte logístico para sustenta-la, o que seria alcançado a partir do mar. Assim, embora dotados de um poder naval expressivo<sup>328</sup> a estratégia para mobiliza-lo estruturou-se em servir de auxílio para as forças de terra, provendo-lhes os suprimentos necessários.<sup>329</sup>

Tal perspectiva, em uma rápida análise, pareceria assemelhar-se com o que Corbett propugnava, especialmente pelo seu argumento de que é em terra que as decisões políticas são

---

<sup>325</sup> BLACK, Jeremy. Op cit, 2016. p. 117 Trad. nossa.

<sup>326</sup> Na década de 1920 o Japão era o único país não ocidental na Liga das Nações, adotava as tendências liberais esposadas pela articulação Anglo-Americana e estava totalmente integrado no sistema capitalista. Cf. IRIYE, Akira. *Power and Culture: The Japanese American War 1941-1945* Massachusetts: Harvard University Press, 1989. p. 17.

<sup>327</sup> JAMES, D. Clayton. *American and Japanese Strategies in the Pacific War* In. PARET, Peter (Ed). *Makers of Modern Strategy: From Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton University Press, 1984.

<sup>328</sup> “Nos anos que antecederam a guerra no pacífico, a Marinha Imperial Japonesa era não somente formidável nas suas capacidades materiais, mas também mais comprometida a “singrar os mares” do que os seus competidores. A nenhum grupo de japoneses isso seria mais verdadeiro do que com os seus oficiais. Seu treinamento e estilo de vida era mais rigoroso do que em qualquer lugar no mundo.” Trad. Nossa. KEEGAN, 2004. Op cit. p.165.

<sup>329</sup> Ibid.

tomadas. Contudo, a perspectiva corbettiana destacava a importância de operações *conjuntas* entre as forças, o que não se confunde com a *subordinação* de uma pela outra, como era o caso com o Japão<sup>330</sup>.

Além disso, rente aos princípios mahanianos que dizem respeito aos pontos focais, posição estratégica e posição central, os japoneses objetivaram assegurar as Linhas de Comunicações marítimas no sudeste asiático – região com colônias dos britânicos, holandeses, franceses e norte-americanos – angariando recursos como petróleo, borracha, bauxita e alimentos. Com isso, a ideia de sustentar sua estratégia continental japonesa, estaria materializada ao se estabelecer um perímetro de segurança em torno do sudeste asiático. Criar-se-ia uma zona de influência regional, a chamada Esfera de prosperidade conjunta da Grande Ásia Oriental (“*Greater East Asia Co-Prosperity Sphere*”), uma espécie de cordão de defesa contra intervenções das potências ocidentais.<sup>331</sup>

Evidentemente, dominar o Sudeste Asiático significaria também declarar guerra aos aliados, motivo pelo qual em 27 de setembro de 1940 o Japão se junta à Itália e a Alemanha, concluindo também um pacto de neutralidade com a União Soviética.<sup>332</sup> Os japoneses tinham em mente que os aliados estariam demasiadamente mobilizados no teatro de operações europeu para envidarem esforços significativos no Pacífico. É bem nesse sentido que a derrota dos franceses em 1940 coage o governo de Vichy, no ano seguinte, a conceder o direito de passagem e guarnição militar japonês na Indochina, então colônia da França – região hoje onde se encontram o Camboja, Vietnã e Laos.

Ademais, esse cálculo estratégico se aplicaria também aos Estados Unidos, sob a hipótese de que a Marinha norte-americana estaria majoritariamente concentrada no Atlântico<sup>333</sup>, e, uma vez que o avanço japonês no Sudeste Asiático inexoravelmente traria os EUA para o conflito, o ataque a Pearl Harbour seria oportuno. Convém ressaltar que em grande parte tal estratégia credita-se ao almirante Yamamoto Isoruko – comandante em

---

<sup>330</sup> Andrew Lambert destaca nas cartas de Corbett sua preocupação durante a Primeira Guerra Mundial em uma subordinação semelhante por parte dos britânicos. Ver. LAMBERT, 2017. Op cit. p.11- 17.

<sup>331</sup> Ibid.

<sup>332</sup> Ibid.

<sup>333</sup> Nesse sentido, a percepção japonesa mostrou-se acertada. O chamado “*Plan Dog*” elaborado pelo Chefe de Operações Navais norte americano Harold Rainsford Stark em 1940 previa cenários para o conflito e preocupava-se especialmente com o Atlântico:

“Devido ao fato da América Latina ser rica em recursos naturais e a única área importante do mundo que agora não está sob o jugo de poderosas potências militares, não podemos dispensar a possibilidade de, cedo ou tarde, nações poderosas do eixo possam moverem-se firmemente naquela direção”. Trad. Nossa.

O plano também previa uma postura defensiva por parte dos americanos na região do Pacífico, justamente para poderem conter o avanço alemão na frente europeia. A íntegra do documento encontra-se disponível em <http://docs.fdrlibrary.marist.edu/psf/box4/a48b04.html> . Acesso em 13 de jul. de 2019 as 21:45.

chefe da esquadra combinada japonesa a partir de agosto de 1939 – profundo conhecedor do *modus operandi* norte-americano<sup>334</sup>. Em linhas gerais, a ideia seria aniquilar a esquadra norte-americana o quanto antes, nos moldes do que acontecera em Porto Arthur, durante a Guerra Russo-Japonesa.

Yamamoto sabia dos riscos envolvidos, pois conhecia o potencial norte-americano para um eventual contra-ataque, especialmente pela sua produção industrial – “as fábricas automotivas de Detroit e os campos de petróleo do Texas”<sup>335</sup>. Por isso, tinha igual consciência de que a chave para lograr êxito em sua estratégia seria valer-se do elemento surpresa. Assim, conquanto fosse um ferrenho defensor da inovação tecnológica trazida pela aviação naval, recorre a tal instrumento para empreender o ataque à base naval na ilha do Havaí. Convém ressaltar que, mesmo assim, Yamamoto assumira: “[podemos] obter sucesso durante os primeiros seis meses ou um ano, mas eu não tenho confiança no segundo ou terceiro [ano] (...)”<sup>336</sup>.

Nesse escopo, os EUA, desde a conquista das Filipinas, vislumbravam o Japão como potencial inimigo. Dentre os planos coloridos elaborados para prever cenários de guerra com eventuais Estados inimigos, o plano de cor laranja (*Orange Plan*) – que dizia respeito ao cenário com os japoneses – desde o fim da Primeira Guerra, vinha sendo revisado e atualizado, em especial após a aquisição pelo Japão das ilhas Marianas, Marshall e Carolinas<sup>337</sup>. Tais aquisições representavam potenciais óbices aos interesses estratégicos norte-americanos na região, que por sua vez, resumiam-se a basicamente quatro objetivos: preparar as Filipinas para sua independência; sustentar o fluxo de matéria prima do Sudeste Asiático, importante para indústria americana e barrar a expansão dos japoneses<sup>338</sup>.

Até o ataque a Pearl Harbour, as hostilidades mantinham-se na dimensão econômica, e seu ápice deu-se logo após a tomada da Indochina pelos japoneses. Nessa ocasião, um dia após a tomada dos japoneses, Franklin Roosevelt determina o congelamento de seus dólares, e igualmente, revoga as licenças para o comércio marítimo de petróleo, medida seguida pela

---

<sup>334</sup> Yamamoto estivera nos EUA em 1917 para estudar em Harvard; em 1921 formou-se como aviador naval pela escola de aviação norte-americana e de 1923 a 1927 serviu como oficial de ligação e depois adido naval em Washington. Cf. KEEGAN, 2004. Op cit. p.166.

<sup>335</sup> Ibid. p. 169.

<sup>336</sup> Ibid.

<sup>337</sup> Ibid.

<sup>338</sup> CLAYTON. Op cit

Índias Holandesas (Indonésia)<sup>339</sup>. O impacto psicológico de tal medida foi imenso, de modo que os setores militares dominantes no Japão já desconsideravam uma saída por via diplomática. Esse seria o principal motivo econômico que tornaria o ataque a Pearl Harbour uma realidade.

Em suma, a estratégia marítima japonesa, decidida em seu conselho de guerra em setembro de 1941, seguiria os seguintes passos: primeiramente, como vimos, destruir inteiramente a esquadra norte-americana no Pacífico e seu potencial aéreo na Malásia e em Luzon, nas Filipinas. Em segundo lugar, enquanto os britânicos e norte-americanos estivessem se recuperando das perdas empreendidas, conquistar as Filipinas, Guam, Wake, Hong Kong, Borneo, Singapura e Sumatra. A seguir, prosseguiriam com um desembarque anfíbio em Java, e após conquistariam as Índias holandesas e assegurariam sua posição em Burma visando cortar as Linhas de Comunicação com a Austrália.<sup>340</sup>

Vemos aqui, como a *realpolitik* é legitimada pelo discurso mahaniano, demonstrando a preponderância do pensamento estratégico marítimo. Os japoneses acreditavam que seria possível repetir a estratégia utilizada na Guerra Russo-Japonesa e, caso Pearl Harbour não fosse suficiente – como na prática não foi, sobretudo porque os Porta-Aviões norte-americanos não estavam atracados em Oahu e, portanto, não foram atingidos – acreditavam que a superioridade qualitativa de sua esquadra conseguiria vencer os norte-americanos. De fato, nos cerca de quatro meses que se seguiram a Pearl Harbour, as conquistas japonesas foram bastante expressivas: Malásia, as ilhas Wake, Guam, Hong Kong, Singapura, Burma, Tailândia, as Índias holandesas e Java extinguiram a influência das potências europeias na região do sudeste asiático.<sup>341</sup>

Além disso, de um ponto de vista mahaniano, podemos perceber, em um primeiro momento, a vantagem de uma estratégia ofensiva. Ao tomarem a iniciativa, dada dispersão de seus adversários nos diversos arquipélagos do Pacífico, os japoneses conseguiam impedir a concentração das esquadras dos aliados, já que não se sabia especificamente onde seria o novo ataque.<sup>342</sup> Entretanto, diferentemente da Guerra Russo-Japonesa, como Brodie nos lembra, o teatro de operações no Pacífico era inteiramente diferente. A vastidão da área a ser

---

<sup>339</sup> O Japão produzia cerca de 400.000 kilolitros de petróleo em um ano, mas a Marinha facilmente consumia tal quantidade em cerca de um mês. Estima-se que a reserva japonesa, de cerca de 9.400.000 kilolitros, estaria exaurida em dois anos caso não houvesse mais importação. Cf. IRIYE. Op cit. p. 28.

<sup>340</sup> MORISON, Samuel E. *The Two-Ocean War: A Short History of the United States Navy in the Second World War*. Boston: Little, Brown & Company, 1963.

<sup>341</sup> Ibid.

<sup>342</sup> BRODIE, Op cit

empreendida obrigaria os japoneses agora a dividirem sua esquadra, contradizendo o próprio princípio que os houvera favorecido.

É bem verdade que Mahan houvera influenciado o pensamento marítimo japonês, mas tal influência mostrara-se seletiva, aplicável parcialmente para caber nas peculiaridades japonesas. Conforme demonstra James Holmes, os principais pensadores navais japoneses estudaram na Escola de Guerra Naval dos EUA e “aceitaram a noção mahaniana que assegurar as comunicações era a grande condição *si ne qua non* de grandes potências marítimas e a maneira para fazê-lo era construir uma esquadra capaz de afastar o inimigo das áreas oceânicas vitais”<sup>343</sup>.

Entretanto, ao aplicar tal princípio ao sudeste asiático, a visão mahaniana japonesa mostrar-se-ia fadada ao nível operacional, muito porque seus teóricos navalistas eram homens práticos, operacionais, distantes da perspectiva teórica e de longo prazo que Mahan preconizava e defendia.<sup>344</sup> Além disso, os japoneses fecharam-se no imediatismo de sua própria história recente, aplicando Mahan para um país de influência regional e, subjungando seus princípios estratégicos aos interesses do exército.

Com o desenrolar do conflito, Yamamoto mostrar-se-ia correto ao atentar para o intenso aporte logístico dos EUA e seu potencial para uma “guerra total” em dois oceanos, algo que o Japão também não possuía naquele momento. Em outras palavras, como destaca Hattendorf, “os japoneses falharam em entender a total implicação do que eles haviam iniciado, e falharam em prever a transição de uma guerra limitada para uma guerra total”.<sup>345</sup> Nesse escopo, as Linhas de Comunicações para manter a investida japonesa tornear-se-iam demasiadamente extensas, difíceis de se sustentarem. A captura do Havaí e a ocupação da Austrália mostraram-se insustentáveis, o que mais tarde tornar-se-ia alvo para os submarinos norte-americanos.

Destaca-se também a séria falta de coordenação entre os comandos do Exército e da Marinha, sobretudo no que diz respeito ao uso da aviação<sup>346</sup>. Nesse sentido, tivessem os japoneses acessado a obra de Corbett mais a fundo e talvez o desdobramento do conflito teria seguido outros rumos.

---

<sup>343</sup> HOLMES, James. *Japanese Maritime Thought: If not Mahan, then who?!*. Naval War College Review, 2006. p. 10. Trad. nossa.

<sup>344</sup> Ibid.

<sup>345</sup> HATTENDORF, 1989. Op. p. 137

<sup>346</sup> CLAYTON. Op cit

Do lado dos aliados, a entrada nos Estados Unidos no conflito provou-se decisiva. Especificamente no teatro de operações do Pacífico, Daniel Moran coloca:

ao transformar os EUA de um ator envolidamente neutro em um ator enfurecidamente beligerante, o Japão colocou em movimento um processo de incansável mobilização econômica que virtualmente garantiu que, não importasse o tempo que levasse para os norte-americanos chegarem às águas japonesas, eles seriam implacáveis quando o fizessem.<sup>347</sup>

Sendo assim, o avanço japonês sustentou-se até abril de 1942, quando desacelera a partir das batalhas de Mar de Coral (abril) e de Midway (junho); e decai a partir de Guadalcanal. A estratégia marítima dos aliados demonstrou-se essencialmente defensiva<sup>348</sup>, mas, a nível operacional, empreendendo uma postura ofensiva quando fosse oportuno – em uma perspectiva marcadamente corbettiana.

O Plano Laranja – que tem início em 1907 com Theodore Roosevelt e custou para perceber o Japão como uma ameaça – propugnava inicialmente uma abordagem mahaniana de um possível confronto com os japoneses. Em verdade, Mahan mesmo havia previsto a possibilidade de um ataque às bases americanas nos moldes do episódio de Porto Arthur.<sup>349</sup> De todo modo, uma das razões que explicam a perspectiva de uma rápida e intensa postura ofensiva seria a possível falta de apoio popular para sustentar uma campanha de longo prazo em um conflito no Pacífico que, aparentemente, não seria vital à sobrevivência da nação – algo que Mahan mesmo acreditava.

Entretanto, para Miller, a influência de Mahan especificamente no Plano Laranja é apenas modesta. Com efeito, destaca o autor, Mahan não se apercebera do emprego estratégico dos submarinos – instrumento crucial para atacar as Linhas de Comunicações japonesas – e sob a ideia de nunca dividir a esquadra, era favorável a uma intervenção mínima do poder naval a longas distâncias. Além disso, para Miller, alguns dos princípios mahanianos de fato tiveram algum impacto, mas somente em termos genéricos, de modo que sua maior contribuição foi inserir no imaginário dos oficiais norte-americanos a confiança suficiente no poder marítimo capaz de produzir o Plano Laranja.

Por outro lado, o pensamento corbettiano parece mais presente na estratégia marítima dos aliados. Se Mahan defendia peremptoriamente a concentração física da esquadra em um centro de massa, lembremos que Corbett vislumbrava o princípio da concentração de uma

---

<sup>347</sup> MORAN, 2017. Op cit. p. 54. Trad. nossa.

<sup>348</sup> REYNOLDS, Clark G. *The Maritime Strategy of World War II: Some Implications?* *Naval War College Review*. Newport. No. 3, Vol. 39, p. 43-50, 1986.

<sup>349</sup> MILLER, Edward S. *War Plan Orange*. Annapolis: Naval Institute Press, 2007. E-Book.

maneira mais plástica, dando maior mobilidade aos navios moverem-se em torno de um centro de gravidade igualmente móvel.

Aos moldes elásticos do princípio de concentração corbettiano, a materialização do Plano Laranja, a cargo do almirante Ernest King, estabeleceu duas linhas de batalha, uma estendendo-se do Havaí para ilhas de Midway e outra na direção Samoa-Fiji-Austrália. Cada uma dessas linhas de batalha contaria com porta-aviões, que poderiam intercambiar posições de acordo com as necessidades estratégicas, no intuito de dividir a esquadra japonesa e atraí-la para um confronto que não poderia sustentar.<sup>350</sup> Nessa configuração o avanço dessas ditas linhas elásticas provocaria batalhas incrementais por um comando do mar local até enfraquecer ao máximo a esquadra japonesa.

O primeiro teste da estratégia de King deu-se na Batalha de Mar de Coral, em maio de 1942, ao impedir a empreitada japonesa de conquistar Porto Moresby e Nova Guiné com a linha de batalha operando nas proximidades de Samoa e Fiji. Nessa batalha destaca-se o engajamento quase que exclusivo entre aeronaves, o primeiro da história. No aspecto tático, os japoneses obtêm a vitória, mas no aspecto estratégico, os americanos saem vitoriosos, pois dali em diante o avanço de Yamamoto seria freado e com perdas irreparáveis em termos de aeronaves e pilotos.

Em junho do mesmo ano, ocorre a batalha de Midway, ocasião em que a esquadra japonesa, divide-se objetivando bombardear a ilha de Midway e a região norte do Alasca. Os japoneses perdem quatro porta-aviões, cerca de 250 aeronaves, além de preciosos pilotos bem treinados<sup>351</sup>. Novamente, são custos estratégicos que não estavam preparados para arcar.

Com certo cuidado, podemos assumir que tais batalhas ocorrem nos moldes que Mahan vislumbrara, especialmente pela ambição japonesa inicial em um engajamento decisivo. Ressaltamos, contudo o emprego em larga escala de aviões e porta-aviões em detrimento de navios de batalha. Para Jeremy Black a estratégia norte-americana houver sido centrada em porta-aviões por conta da falta de navios de batalha para conduzir outro viés estratégico

Contudo, em Brodie, vemos que isso não invalida a efetividade do pensamento mahaniano, uma vez que “o poder marítimo jamais consistiu unicamente em navios de guerra. Ele sempre significou a soma total de todas as armas, instalações e condições geográficas que

---

<sup>350</sup> CLAYTON. Op cit.

<sup>351</sup> KEEGAN, 1989. Op cit.



permitam a nação controlar o tráfego marítimo em tempos de guerra”.<sup>352</sup> Brodie chega mesmo a dizer que Mahan teria sido o primeiro a adotar o avião no arsenal das armas navais, argumento com o qual discordamos, pois, como vimos, o tom apologético destinado a Nelson assentava-se em suas características pessoais, marcadamente o tirocínio e liderança em combate, algo que com o avião não se poderia atingir.

O fato é que, embora com tendências mahanianas, Mar de Coral e Midway não foram batalhas que se mostraram decisivas no plano estratégico – ao menos não sob o ponto de vista de Mahan. É bem verdade que após Midway os japoneses perdem sua iniciativa ofensiva e a partir dali não mais ditaram os termos dos confrontos. No entanto, isso não significa que essa vantagem tenha se transladado para os norte-americanos: dois anos depois de Pearl Harbour o teatro de operações ainda era compreendido pelo perímetro estabelecido pelos japoneses e suas investidas.<sup>353</sup> Em outras palavras, isso nos lembra a perspectiva corbettiana de comando no mar, propugnando uma situação estratégica em permanente disputa, relativa e que sequer se pretende tornar absoluta.

Em suma, Mar de Coral e Midway foram exemplos de sucesso de uma estratégia defensiva e, no ponto de vista tático, pelo embate de porta-aviões e aeronaves. Seria preciso agora utilizar essa vantagem para prover apoio a operações anfíbias, visando conquistar as ilhas Salomão ocupadas pelos japoneses em julho de 1942. Assim, de novembro daquele ano a janeiro de 1943 os EUA conseguem desenvolver um alto grau de cooperação entre o poder naval, aéreo e terrestre, dessa vez utilizando navios de guerra para prover apoio de fogo. Assim, a campanha de Guadalcanal, apesar de inúmeras perdas para os aliados, apresenta sua primeira ofensiva com exitosa<sup>354</sup>. Apesar de nada linear, a partir de Guadalcanal os norte-americanos estabelecem uma frente de avanço no Pacífico, que iria se projetar na conquista das ilhas Gilbert, Marshall e mais tarde nas Filipinas.

É de se destacar também o emprego de submarinos. Enquanto os japoneses não o empregaram para realizar ataques às Linhas de comunicações aliadas - no lugar eram mero instrumento auxiliar da esquadra para caçar navios de guerra – os EUA castigaram severamente o comércio marítimo de diversas matérias primas japonesas resultando em um declínio de sua produção de munição.<sup>355</sup> Assim, a guerra submarina irrestrita no Pacífico

---

<sup>352</sup> BRODIE, 1961. Op cit.

<sup>353</sup> MORAN. Op cit.

<sup>354</sup> BLACK. Op cit.

<sup>355</sup> Ibid.

pelos aliados mostrou-se deveras efetiva, diferentemente do emprego análogo pelo eixo no Atlântico e Mediterrâneo.

Os japoneses continuaram a sofrer derrotas no mar, pois, com sua capacidade de construção naval prejudicada perdiam muito mais navios do que podiam construir. O desespero de sua situação é demonstrado pela ação dos Kamizes, a partir de outubro de 1944. O avanço dos aliados no Pacífico, o emprego efetivo dos submarinos e a efetiva entrada da União Soviética no teatro de operações em agosto de 1945 formavam a configuração para a derrota do Japão. Entretanto, sua rendição incondicional ocorrerá após o lançamento de duas bombas atômicas evento que forma as bases para um paradigma estratégico que vai vigorar até o fim do século.

## **2.5 A GUERRA FRIA E O PENSAMENTO ESTRATÉGICO MARÍTIMO**

Após o fim da Segunda Guerra Mundial os EUA foram o único país que conseguiu enriquecer. No imediato pós-guerra, seu crescimento econômico traduziu-se em uma potencialidade militar inigualável, destacando-se nesse caso seu poder naval. Com efeito, a *US Navy* era composta de cerca de 1200 navios de guerra – a essa altura centrada em dezenas de porta aviões em vez de navios de batalha – e já era consideravelmente maior que a Marinha do Reino Unido. A campanha no Pacífico havia mostrado sua efetiva capacidade de projetar poder sobre terra em qualquer região acessível pelo mar e, mais ainda, até 1949 teriam o monopólio da confecção do armamento nuclear.<sup>356</sup>

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no entanto, sob o comando de Stalin, encontrava-se em uma situação ambígua: por um lado poderosa na seara militar, por outro economicamente pobre e desequilibrada. Expandido consideravelmente seu território pelo continente asiático e europeu oriental, a base econômica soviética houvera sido pesadamente danificada pela guerra, sobretudo pela perda populacional, majoritariamente de homens.<sup>357</sup> Contudo, apesar da redução de dois terços do Exército Vermelho, os soviéticos dispunham de cerca de 25.000 blindados e 19.000 aeronaves, justamente para manter o controle dos territórios satélites recém adquiridos, bem como para dissuadir possíveis agressores.

---

<sup>356</sup> KENNEDY, 1989. Op cit.

<sup>357</sup> Ibid.

Com relação ao poder naval soviético, Stalin, já em meados de 1930, havia iniciado um considerável investimento em grandes navios de batalha. Acredita-se que suas motivações políticas se deviam à necessidade de elevar a URSS à condição de potência mundial<sup>358</sup> e, como vimos, nessa época a construção de grandiosos navios de batalha ainda era o paradigma central para isso. Entretanto, esse programa não consegue prosperar, tendo em vista o começo da Segunda Guerra Mundial<sup>359</sup>. Assim o objetivo inicial transforma-se na possibilidade de entregar 699 navios de combate, torpedeiros e navios escolta até o final de 1948.<sup>360</sup> Nesse escopo, a estratégia de Stalin centrava-se na defesa costeira de seu país, contradizendo suas próprias motivações iniciais e negligenciando o investimento em grandiosos navios de batalha e porta-aviões.<sup>361</sup>

#### 2.5.1 TAREFAS ANTIGAS PARA NOVAS MARINHAS

Desse modo, entre 1946 e 1967, há uma flagrante predominância do poder naval norte-americano em comparação ao soviético<sup>362</sup>. A mudança desse cenário, contudo, ocorre após a morte de Stalin em 1953 e posterior atuação do Ministro da Marinha Soviética, almirante Sergei Gorshkov, entre 1956 e 1985.<sup>363</sup> Com Gorshkov, a estratégia marítima soviética modifica-se e passa a contar com submarinos dotados de mísseis balísticos, desencadeando, uma vez mais na história, uma verdadeira corrida armamentista naval entre EUA e URSS.<sup>364</sup>

Portanto, conter a expansão do comunismo soviético tornou-se a principal questão da política externa dos EUA<sup>365</sup>, de modo que o embate entre esses blocos marcaria a segunda

---

<sup>358</sup> HAUNER, Milan. Stalin's Big-Fleet Program. *Naval War College Review*. Newport. Vol. 57. No. 2. Artigo 6. 2004.

<sup>359</sup> Para Hauner, o planejamento de Stalin não era realista, de maneira que mesmo se a guerra não tivesse ocorrido o objetivo inicial vislumbrado não teria sido alcançado. Cf HAUNER. Op cit

<sup>360</sup> YEGOROVA, Natalia. Stalin's Conception of Maritime Power: Revelations from the Russian Archives. *Journal of Strategic Studies*. Londres, Vol 28, No. 2, 157-186, 2005.

<sup>361</sup> Ibid.

<sup>362</sup> BLACK. Op cit

<sup>363</sup> HARDING. Op cit

<sup>364</sup> Op cit

<sup>365</sup> Tal aspecto fica evidente com o artigo publicado na revista "*Foreign Affairs*" em julho de 1947 pelo diplomata norte-americano George Kennan, quando se encontrava em Moscou. Kennan apontou o perigo que a URSS apresentava: "o Kremlin tem continuado a ser predominante absorvido pela luta em assegurar o poder absoluto que tomou em novembro de 1917(...) Eles também se esforçaram em garantir (o poder absoluto) no mundo que os cercam. Porque a ideologia, como vimos, ensinaram-lhes que o mundo que os cerca era hostil e que era seu dever derrubar as forças políticas em suas fronteiras". KENNAN George (Mr X.) The Sources of Soviet Conduct. *Foreign Affairs*. Vol 25, No. 04, 1947. Isso também se deu pela ação de Harry Truman, 33º. presidente dos EUA. Truman aprova o "*National Security Council Paper Number 68*", orientando a política externa norte-americana na direção de combater a URSS e para tal, seria necessário um consistente

metade do século XX. A clivagem política resultante irradiou pelo cenário internacional, fazendo com que os Estados tivessem que se configurar para se encaixarem em uma das duas perspectivas. É nesse contexto que surgem a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)<sup>366</sup> no bloco capitalista Oriental e o Pacto de Varsóvia<sup>367</sup> no bloco oposto.

A criação desses organismos internacionais, bem como da Organização das Nações Unidas (ONU), lança as bases para uma tendência que se tornará mais consistente no século seguinte: o maior protagonismo de atores não estatais na política internacional. Entretanto, ainda naquele momento, a OTAN e o Pacto de Varsóvia, com certo cuidado, não se diferenciavam das alianças políticas firmadas no final do século anterior. Como vimos, tal quais as articulações que levaram à Entente Cordiale e a Tríplice Aliança na Primeira Guerra; e o Aliados e o Eixo na Segunda Guerra Mundial, durante a Guerra Fria, os organismos firmados fomentaram uma assustadora corrida armamentista, polarizada e voltada exclusivamente a confrontar um inimigo estatal.

Acentuando a polarização político-ideológica, a tecnologia figurou como fator crucial nessa questão. O desenvolvimento do armamento nuclear fizera com que um conflito direto entre as duas potências se tornasse potencialmente devastador. Impossibilitados de entrar em confronto diretamente, os dois blocos antagônicos passaram a confrontarem-se através das chamadas guerras de procuração, cujo ponto alto foi a guerras da Coreia (1950 -1953) e do Vietnã (1955-1975).<sup>368</sup>

É bem nesse escopo que do ponto de vista estratégico, a era nuclear passa a ofuscar, e mais ainda, reduzir a relevância do poder naval. Ora, como o emprego estratégico da guerra no mar poderia ser útil em um contexto próximo ao de guerra absoluta, nos termos de Clausewitz? As palavras do almirante Gorshkov ilustram bem essa questão:

Parece que infelizmente tivemos algumas “autoridades” deveras influentes que consideraram que, com o aparecimento das armas atômicas, a Marinha perdera completamente seu valor como um braço das Forças Armadas. De acordo com sua

---

fortalecimento militar. Cf HOFF, Joan. *A Faustian Foreign Policy: From Woodrow Wilson to George W. Bush*. Cambridge: Londres, 2007.

<sup>366</sup> Os objetivos da OTAN eram “conter a expansão soviética, impedir o ressurgimento do nacionalismo militarista na Europa por intermédio de uma forte presença dos EUA no continente e encorajar a integração política europeia” e contava inicialmente com 12 países: Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Reino Unido e os Estados Unidos da América Cf <[https://www.nato.int/cps/en/natohq/declassified\\_139339.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/declassified_139339.htm)> acesso em 07/07/2019 as 18:00

<sup>367</sup> [https://www.nato.int/cps/en/natohq/declassified\\_139339.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/declassified_139339.htm) acesso em 07/07/2019 as 18:09.

<sup>368</sup> FREEDMAN, Lawrence. “The Cold War: A Military History”. Londres: Cassel&Co, 2001.

visão, todas as missões básicas da guerra no futuro poderiam supostamente serem completamente resolvidas sem a participação da Marinha<sup>369</sup>

Tornou-se consistente a ideia que mesmo investir em esquadras poderia ser um erro, na medida em que navios de superfície seriam alvos fáceis para as armas nucleares.<sup>370</sup> Com isso, a concepção mahaniana de batalha decisiva cada vez mais entraria em descrédito<sup>371</sup>. Curiosamente, no entanto, segundo Geoffrey Till, a doutrina das duas grandes potências navais ainda vislumbrava “tarefas antigas para novas marinhas”. Com isso, a construção de grandiosos navios de guerra visando um engajamento decisivo ainda vigorava, embora a concepção de controle do mar em termos absolutos, tal qual Mahan concebera, é revisitada.<sup>372</sup>

Ademais, especialmente para a OTAN – por ser uma organização transatlântica – a tradicional tarefa de defesa das Linhas de Comunicações ainda figurava enquanto relevante perspectiva estratégica. Era importante, pois, manter a articulação dos EUA com o continente europeu, caso contrário a “Europa iria rapidamente cair frente à influência do poder soviético”<sup>373</sup>. Um bom exemplo de tal aplicação era a patrulha realizada pelos submarinos nucleares de ataque britânicos no eixo GIUK, Groelândia, Islandia e Reino Unido (*United Kingdom*) objetivando interceptar os submarinos balísticos e de ataque soviéticos.<sup>374</sup>

Projeção de poder sobre terra foi também uma relevante concepção esposada na Guerra Fria, tanto pela capacidade de ataque à costa adquirida pelos navios e submarinos, quanto pelo amadurecimento das operações anfíbias – como a guerra das Coreias e o desembarque em Inchon demonstraram.<sup>375</sup> Além disso, a aplicação do poder naval pode também impedir que o inimigo logre êxito em tentar projetar suas tropas em terra.

---

<sup>369</sup> GORSHKOV apud TILL. Op cit. p. 183.

<sup>370</sup> Como Freedman destaca, as armas nucleares foram inicialmente desenvolvidas pela sua precisão e não necessariamente pelo seu poder de destruição irrestrito. Cf. FREEDMAN, 2013. Nesse escopo, parece oportuna a fala de Edward Teller, um dos desenvolvedores da bomba de Hidrogênio, no sentido de não se investir em esquadras: “Me parecem (os navios de superfície) um excelente alvo. Na verdade, se eu puder projetar minha mente para um tempo em que não somente nós, mas também um potencial inimigo, tenha inúmeras bombas atômicas, eu não colocaria tanto dinheiro e pessoal em um excelente alvo. Pensando melhor, eu não colocaria coisa alguma na superfície do oceano – são excelentes avlós” Trad. nossa apud TILL. Ibid.

<sup>371</sup> HEUSER. Op cit.

<sup>372</sup> Till e diversos autores – como Speller, Gray, Grove entre outros – usam o termo comando no mar para se referirem à perspectiva mahaniana de domínio absoluto dos mares. Como vimos, Mahan mesmo utiliza o termo “controle” e assim o estamos utilizando ao longo do presente trabalho. Ocorre que ao longo da guerra fria, Till cita dois almirantes norte-americanos que buscaram conceituar o termo “comando no mar” do ponto de vista mahaniano de forma mais relativizada, trocando-o por controle do mar: “O novo termo *Controle do Mar* procura dar uma conotação mais realista, indicando controle em áreas limitadas e por períodos limitados de tempo”. In TILL. Op cit. p.189. Vemos aqui a influência de Corbett se fazendo presente.

<sup>373</sup> TILL. Op cit. p.196.

<sup>374</sup> STRACHAN, Hew. *The Direction of War: Contemporary Strategy in Historical Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

<sup>375</sup> TILL. Ibid.

## 2.5.2 DIPLOMACIA E DISSUAÇÃO

O que vemos, portanto, é que ao longo da Guerra Fria a iminência do uso de armamentos nucleares configurou um quadro bem particular. Para Colin Gray, a singularidade das armas nucleares estava em sucumbir a estrutura de qualquer projeto estratégico, tornando inócua e sem sentido suas dimensões política (objetivo); estratégica (maneira de atingir os objetivos) e militar (meios empregados). “Tamanho são os danos que podem ser causados, que nenhuma finalidade política em sã consciência poderia ser alcançada pelo uso de armas nucleares”.<sup>376</sup>

Como resultado, na seara tática, a ideia de um confronto aberto entre USA e URSS tornou-se quimérica, forjando uma percepção de paz que na dimensão estratégica não havia. Assim, as Marinhas precisariam ser mobilizadas para funções que não diziam respeito unicamente a engajamentos navais como até então o pensamento mahariano, sobretudo, propugnava. Mas mesmo essas funções deveriam contar com o risco de uma escalada conflituosa e o inaceitável risco do emprego de armas nucleares. Assim, o pensamento marítimo deveria ser mobilizado como que em uma dinâmica tautológica: o risco de uma guerra nuclear absoluta contribuiu para o emprego das Marinhas em guerras limitadas na intenção de prevenir a escalada para uma guerra nuclear absoluta.

Muito por isso, conforme Hattendorf aponta, ao longo das décadas de 1950 e 1960 ressurgiu o pensamento corbettiano – que como vimos já propugnava o emprego do poder naval em guerras limitadas – após duras críticas a Mahan, de modo que muito dos trabalhos de Corbett foram impressos novamente.<sup>377</sup> Ocorre que a perspectiva clausewitiana encetada por Corbett jamais pudera prever o risco factível de uma escalada para uma guerra absoluta com magnitude das armas nucleares, embora já em sua época tivesse aludido ao uso das Marinhas para dissuadir ou coagir inimigos ou aliados. Mesmo assim, segundo Speller, Corbett não alertou para tal emprego em situações ‘de paz’, como vimos.<sup>378</sup>

De todo modo, a ênfase clausewitiana na relação entre assuntos de cunho militar e político encontra no pensamento marítimo uma nova área para desenvolver-se. Do ponto de vista diplomático destaca-se, por exemplo, a obra de Kenneth Booth *Navies and Foreign Policy* que, segundo Hattendorf, é de longe o trabalho mais completo nesse sentido. Booth

---

<sup>376</sup> GRAY, Collin. *The Future of Strategy*. Londres: Polity Press, 2015. Trad. nossa.

<sup>377</sup> HATTENDORF, 1989. Op cit.

<sup>378</sup> SPELLER, 2013. Op cit.

divide os usos do mar em três vieses: para a passagem de bens e pessoal; para a passagem de forças militares com fins diplomáticos ou para uso contra alvos em terra ou no mar e, por último, para exploração dos recursos no fundo do mar.<sup>379</sup>

Assim, a Marinha serviria para alcançar os fins políticos a que esses usos do mar destinar-se-iam, desdobrando seu traço militar em um potencial emprego diplomático – utilizando a força para mudar o cálculo político de outros estados – e como instrumento de polícia – estendendo a soberania do Estado defendendo os recursos naturais próximos a costa.

Outra variante da articulação entre guerra e política encontra-se nas teorias que tratam do poder naval enquanto instrumento dissuasório. Com efeito, desde o final da Segunda Guerra Mundial, havia um movimento, sobretudo nos EUA, de se reestruturar o pensamento estratégico. Bernard Brodie, por exemplo, argumentava que a estratégia deveria ser levada mais a sério, da mesma forma que a ciência econômica e, por isso, ser mais conectada com o mundo civil – Brodie considerava, ostensivamente, que o treinamento militar era anti-intelectual e, portanto, prejudicial ao próprio pensamento estratégico<sup>380</sup>. Além de Brodie, outros civis debruçaram-se sobre o tema, destacando-se Thomas Schelling e Edward Lutwak. De uma maneira geral a dissuasão buscará mudar a postura estratégica do inimigo através do uso da força e do emprego estratégico de uma ameaça – sobretudo de ataque nuclear.

Segundo Till, a dissuasão enquanto estratégia marítima não se configurou como algo *sui generis*, mas meramente uma variação das tarefas tradicionais do poder naval. “Navios de guerra não podem ser designados unicamente para fomentar a dissuasão: um efeito dissuasório geral em potenciais adversários somente pode ser alcançado por intermédio de uma evidente habilidade em realizar as tarefas marítimas convencionais”<sup>381</sup>. Isto é, ao se preparar para o combate, por exemplo, automaticamente lida-se com a dissuasão, demonstrando a credibilidade da capacidade do uso da força de um navio de guerra.

No entanto, quando se coloca o armamento nuclear dentro dessa lógica a abordagem encetada pode parecer contraditória, uma vez que seu objetivo militar não se situa no oceano, combatendo outros navios ou protegendo as Linhas de Comunicações, mas sim em alvos em terra. Em verdade, no caso dos submarinos com os mísseis balísticos *Polaris*<sup>382</sup> a ideia era

---

<sup>379</sup> HATTENDOR. Op cit.

<sup>380</sup> FREEDMAN, 2013. Op cit.

<sup>381</sup> TILL, 1984. Ibid. p.316.

<sup>382</sup> Tal armamento foi desenvolvido a partir de um projeto iniciado pela US Navy em 1956 sob a liderança política do então Chefe de Operações Navais Arley A. Burke. O *Polaris* surge quando da intenção de lançar os mísseis balísticos Júpiter – inicialmente lançados em terra –por mar, algo que ocorre em 15 de novembro de

mesmo afastar-se de contatos com outras embarcações, justamente para evitar o risco de se denunciar sua posição e eliminar sua vantagem estratégica dissuasória.

Levado ao extremo, esse ponto de vista chega mesmo a retirar os submarinos balísticos do escopo da estratégia marítima, como o almirante Gretton destacou, “submarinos Polaris não representam o poder marítimo em seu senso tradicional, eles representam a dissuasão”<sup>383</sup>. Todavia, ainda na linha argumentativa de Till, essa visão pode ser falaciosa na medida em que não há como dar credibilidade ao lançamento de um míssil balístico de um submarino sem o emprego do poder naval para controlar a área marítima envolvida<sup>384</sup>, rente ao que Corbett destacava no que diz respeito à interoperabilidade das forças.

Assim, Till sugere inserir a dissuasão marítima dentro de um espectro ofensivo de ações estratégicas marítimas como projeção de poder sobre terra ou operações contra a costa inimiga. Desse modo, os submarinos nucleares, dada sua capacidade de ocultação, serviriam de valioso instrumento dissuasório para assegurar um segundo ataque. Assim, mesmo com as inovações trazidas pela lógica da dissuasão, o pensamento de Mahan e, em maior medida, de Corbett ainda vigoram nesse período.

### 2.5.3 UM PENSAMENTO ESTRATÉGICO MARÍTIMO AINDA REALISTA

Como podemos perceber, até agora, nossa análise desde o final do século XIX permanece coerente aos fundamentos da teoria realista e da prática da *realpolitik*: os Estados, únicos atores de peso em um ambiente internacional anárquico e competitivo, buscando sua sobrevivência, agem em função de seus próprios interesses, os quais potencialmente entram em colisão desencadeando conflitos – algo especialmente delicado quando da ameaça de escalada nuclear.

Desse modo, não nos parece exagero assumir que a escola realista estabeleceu um modelo epistêmico predominante ao longo do século XX, como Donnelly mesmo destaca: “Por grande parte do período pós-Segunda Guerra, o realismo foi o paradigma dominante nos estudos Anglo-Americanos de Relações Internacionais”.<sup>385</sup> É de se ressaltar o começo dos chamados estudos estratégicos, como disciplina independente também a partir de 1950, para Buzan:

---

1960 com o submarino balístico George Washington. POLMAR, Norman. *Polaris: A true Revolution* U.S Navy Proceedings. Vol. 132. Junho de 2006.

<sup>383</sup> Apud Till. Op cit. p. 217

<sup>384</sup> Ibid.

<sup>385</sup> DONNELLY, 2000. Op cit. p. 03.



O caráter significativo da dos estudos estratégicos dentro das relações internacionais é semelhante a um órgão dentro de um corpo. Alguém pode até estudar o coração e o sistema circulatório como um objeto distinto [...] mas muitas outras partes do corpo influenciam o sistema circulatório de maneiras importantes. [...] Os estudos estratégicos assemelham-se a um componente vital das relações internacionais [a um órgão].<sup>386</sup>

Entranto, Buzan mesmo destaca que de uma maneira geral, os Estudos estratégicos ainda se tratam de estudar as tomadas de decisões políticas a partir do uso da força entre Estados, estes, por sua vez, os únicos atores do sistema internacional.<sup>387</sup> Portanto, se não é devidamente preciso considerar que o pensamento estratégico em geral esteja totalmente inserido no viés teórico do realismo, não seria exagero ao menos assumir que as bases epistêmicas, *mutatis mutandi*, seriam as mesmas do começo do século.

Para Antoine Bousquet, se há um cientificismo da guerra, cujo modelo nasce da necessidade de encontrar ordem, afastar o caos e examinar sistemas que tendam ao equilíbrio, tal modelo encontra seu zênite na Guerra Fria, em geral por conta da necessidade de uma estratégia que beirasse quase uma onipresença e total controle para se tratar das ameaças nucleares. Era como o se o “Demônio de Laplace” estivesse cada vez mais próximo de se concretizar.

É nesses termos que, ao longo da Guerra Fria, como Brodie mesmo ressalta<sup>388</sup>, a palavra ‘segurança’ torna-se mais frequente no vocabulário estratégico, de modo que a segurança dos Estados estava ameaçada pelas próprias ferramentas que visavam garanti-la. Os avanços tecnológicos permitiram que os dois blocos antagônicos se armassem tanto para se protegerem, que a própria intenção de garantirem sua sobrevivência ameaçava a sobrevivência de seu contendor. Dessa forma a tentativa de se escapar de um viés competitivo era impossível. A perspectiva clássica desse verdadeiro dilema dentro da visão realista era, portanto, oportuna, pois nas palavras de Barry Posen: “a teoria realista coloca que a condição de anarquia faz a segurança tornar-se a primeira preocupação dos Estados”.<sup>389</sup>

E é justamente esse viés que se esgota de acordo com sua própria lógica: Ora, se durante a Guerra Fria o pensamento estratégico propugnava que a guerra enquanto *meio* para se alcançar um objetivo político era ao mesmo tempo *objetivo* enquanto destino a ser evitado,

---

<sup>386</sup> BUZAN, 1987. Op cit. p.03.

<sup>387</sup>Ibid.

<sup>388</sup> apud HEUSER. Op cit. p. 447.

<sup>389</sup> POSEN, Barry. The Security Dilemma and ethnic conflict. *Survival: Global Politics and Strategy*. Londres.No.35, volume 1, p. 27-47, 1993.

então o problema em si tornava-se o próprio pensamento estratégico<sup>390</sup>. Trazendo para a seara marítima, era como se o paradigma da batalha decisiva houvesse alcançado seu paroxismo, tornando-se vítima de sua própria exacerbação. Se na Primeira Guerra Mundial o receio de colocar em jogo os *Dreadnoughts* das esquadras britânicas e alemãs ocasionou um impasse naval após Jutlândia, agora o que estava em jogo era talvez a própria aniquilação dos Estados com os submarinos nucleares e seus mísseis balísticos. A guerra enquanto instrumento político impossibilitaria a vitória (batalha decisiva) e mesmo a vitória não garantiriam a paz, menos ainda o êxito de uma estratégia efetiva.

Toda essa dinâmica é bem esquematizada por Till ao tratar dos Estados e Marinhas Modernos. Com efeito, os Estados ‘modernos’ pautam-se pela lógica westfaliana clássica e estão mais associados ao paradigma exposto por Corbett e Mahan, buscando definir seus interesses dentro de uma perspectiva mais realista das teorias de Relações Internacionais. Suas Marinhas pautam-se por operações que visam o combate interestatal, tais como controle marítimo, dissuasão nuclear e defesa antimísseis balísticos, além de buscarem projetar seu poder marítimo. Till também destaca que as Marinhas modernas fomentam alcançar uma ordem no mar ‘exclusiva’, que significa operar somente para atingir interesses próprios a seu Estado. Por fim, o emprego diplomático desse tipo de Marinha opera em um viés competitivo mais do que cooperativo.<sup>391</sup>

Ressaltamos, contudo que, conforme o autor mesmo coloca, tal categoria é muito mais de direito do que de fato, isto é, na prática os Estados empregam suas Marinhas em um em um continuum com as chamadas Marinhas pós-modernas – que trataremos a seguir.

De todo modo, com o fim da URSS em 1991 novas perspectivas geopolíticas vêm à tona e, tal qual o fim do século anterior, demonstrarão, uma vez mais, que o pensamento estratégico não se descola dos aspectos políticos e epistêmicos em mote. A competição imediata gerada pela clivagem de dois blocos antagônicos moldados pela soberania e diretrizes políticas dos Estados dilui-se em um mundo onde as fronteiras sócio-culturais e geográficas igualmente estreitam-se, fruto do amadurecimento da globalização e o intenso desenvolvimento da tecnologia.

Contudo, se a dissolução da URSS elimina um dos polos da competição encetada pela Guerra Fria, o quadro político internacional não será idêntico ao anterior, como propugna Kissinger. Isso porque as mudanças tecnológicas associadas à política internacional não serão

---

<sup>390</sup> BUZAN, 1987. Op cit.

<sup>391</sup> Ibid. p.32-34.

apenas de grau e, de outro modo, afetarão os Estados, darão margem a novos atores internacionais e precisarão de um novo discurso capaz de dar conta disso. Para além das imutabilidades ontológicas das duas principais teorias – seja a natureza humana para sempre egoísta e beligerante; ou potencialmente racional e pacífica – será preciso uma perspectiva política alinhada às mudanças e as contínuas transformações que tecnologia vai oferecer.

Se as transformações geopolíticas no último quarto do século XIX, juntamente com o caráter epistêmico positivista e social darwinista, coincidiram também com o amadurecimento do pensamento estratégico marítimo, no século XXI dinâmica análoga ocorrerá. A *realpolitik* como visão política não mais se adéqua a realidade contemporânea, motivo pelo qual o pensamento estratégico marítimo modificar-se-á.

## **CAPÍTULO 3: O PENSAMENTO ESTRATÉGICO MARÍTIMO DO SÉCULO XXI**

### **3.1 NOOSFERA, NOOPOLITIK E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

O século XXI é marcado por um acelerado desenvolvimento tecnológico, intensificando a rapidez dos fluxos de informação e conexão global em uma escala sem precedentes. As relações entre os Estados e a política internacional apresentarão uma nova dinâmica, afetando o pensamento estratégico marítimo. Se, como vimos, o pensamento esboçado por Mahan e Corbett surge em meio às configurações geopolíticas do começo do século anterior, embrulhado em uma perspectiva de competição entre as grandes potências, com a globalização, tal paradigma precisará reformular-se.

Com efeito, os dois paradigmas para se compreender as Relações internacionais – liberalismo/institucionalismo e realismo/neorrealismo – ainda carregam suas divergências a respeito desse fenômeno e, em geral, centram a discussão em torno do impacto das tecnologias de informação e o papel da soberania do Estado.

Para Stephen Krasner, argumentar que, com a passagem para o século XXI, a soberania dos Estados diminuiu é no mínimo uma perspectiva imprecisa. Krasner afirma que, em primeiro lugar, o que se entende pelo conceito de soberania estatal é uma ‘hipocrosia odernada’<sup>392</sup>, uma vez que os elementos que a constituem não condizem com o que se verificou no mundo real ao longo da história<sup>393</sup>. Nesse sentido, desde os tratados de Westfalia, jamais teria existido uma ‘era dourada’ da soberania. A globalização, portanto, não haveria de macular uma ordem que sequer houvera tomado lugar. De outro modo, ela desafiaria a efetividade do controle estatal e sua autoridade – conceitos que diferem de soberania – não trazendo quaisquer dessemelhanças qualitativas no cenário atual. Mais ainda, a globalização,

---

<sup>392</sup> Ver KRASNER, 2001. Op cit.

<sup>393</sup> Krasner empreende uma arguta discussão a respeito do que ele denomina quatro modelos de soberania: interdependente, doméstica, “Vatteliana” e legal internacional. Tais modelos baseiam-se no princípio da não-intervenção e do reconhecimento mútuo de entidades jurídicas e territoriais independentes e, assim, instigaram a maioria das escolas de RI; do neorrealismo ao construtivismo, passando pela Escola Inglesa e seu conceito de sociedade internacional. O autor afirma, contudo, que antes da globalização, outros compromissos internacionais como convenções, contratos e coerções colocariam em risco a soberania estatal. Desse modo, ao longo da história, desde Westfalia, os Estados mesmos agiram de maneira inconsistente aos próprios princípios que os definiram. Cf. KRASNER, 2001. Op cit.

em verdade, incrementa a soberania estatal na medida em que fortalece o reconhecimento mútuo dos países.<sup>394</sup>

Linda Weiss espousa argumento parecido, colocando que as instituições domésticas dos Estados é que conformam o mercado global, em vez do contrário.<sup>395</sup> Giovanni Arrighi defende a tese de que o que chamamos de globalização é algo recorrente na história do capitalismo e, ao tentar cunhar novos termos, “colocamos cuidadosamente vinho velho em garrafas novas”<sup>396</sup>. Arrighi argumenta que as mudanças no século XXI são muito mais de grau do que de natureza, demonstrando já na virada do século XX, transformações muito mais impactantes tomaram lugar - como os cabos de telégrafo e os investimentos financeiros internacionais, por exemplo.

Por outro lado, Susan Strange sublinha que ao fim do século XX o ritmo das inovações tecnológicas – as quais, para a pesquisadora, nos últimos 100 ocorreram de forma nunca antes vista na humanidade – aumentou a efetividade e integração dos grandes conglomerados financeiros, diminuindo a autoridade política dos Estados<sup>397</sup>.

Kenichi Ohmae<sup>398</sup> vai mais além e sustenta a tese de que o estado-nação sequer seria o ator de peso na política internacional pós-guerra fria, uma vez que os 4 I's – investimento, indústria, tecnologia da informação (“*information technology*”) e indivíduos consumidores – tornaram-se fluxos globais. Ohmae chega mesmo a dizer que o estado-nação se tornou uma “ficção nostálgica” e que basicamente reduzem-se a oferecer quatro tipos de proteção: territorial, aos recursos, das indústrias e da ideologia. O autor traz a emergência dos chamados estados-região que “em um mundo sem fronteiras, seriam as zonas econômicas naturais”<sup>399</sup>.

Joseph Nye e Robert Keohane procuram diferenciar os termos globalização e globalismo, de modo que o primeiro seria uma espécie de incremento de extrema intensidade do segundo. Desse modo, globalismo seria um estado mundial de interdependência em rede e em escala multicontinental<sup>400</sup>, onde os Estados permaneceriam como o principal ator, porém

---

<sup>394</sup> KRASNER, Stephen In. SMITH, David A; SOLINGER, Dorothy; TOPIK, Steven C. Ed. *States and Sovereignty in the Global Economy*. Londres: Routledge, 1999.

<sup>395</sup> WEISS, Linda Ed. *States in the Global Economy: Bringing Domestic Institutions Back* In. Cambridge Studies. Cambridge University Press. 2004.

<sup>396</sup> ARRIGHI, Giovanni. In SMITH, David A; SOLINGER, Dorothy; TOPIK, Steven C. Op cit .p. 53.

<sup>397</sup> STRANGE, Susan. *The Retreat of the State: The Difusion of Power in the World Economy*. Cambridge Studies. Cambridge University Press, 1996.

<sup>398</sup> OHMAE, Kenichi. *End of the Nation State: The Rise of Regional Economies*. Glasgow: Harper Collins Publishers, 1994.

<sup>399</sup> Ibid. p 80.

<sup>400</sup> “Interdependência refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países. Então, globalismo é um tipo de interdependência, mas com duas características especiais.

empreenderiam um tipo de relacionamento diferente. Algo que, de fato, não é totalmente inovador, como os próprios autores reforçam. No entanto, no século XXI o que realmente se modifica é a densidade de conexões em redes:

a densidade das redes de independência não é somente uma mudança de grau. Tal aumento de densidade significa que diferentes relações de interdependência interceptam mais profundamente em mais pontos. Portanto, os efeitos de determinados eventos em uma determinada área geográfica e dimensão, podem ter efeitos profundos em outras áreas geográficas e em outras dimensões. Como na teoria científica do caos [...] pequenos eventos em um lugar podem gerar efeitos catalíticos em outros, de tal maneira que suas consequências mais tarde e em outros lugares são vastas. [...] Como resultado, o globalismo será impregnado de incertezas<sup>401</sup>

Com isso, a ideia de um sistema caótico, para os autores, advirá, não na velocidade da informação em si, mas em seus impactos no sistema total quando um de seus elementos é afetado – o que os autores denominam de “velocidade institucional”. Nye e Keohane sustentam que isso ocorre em virtude de uma suposta “pluralização das comunicações” devido a seu baixo custo, trazendo à baila atores de diferentes naturezas para o ambiente internacional, estes se relacionando de maneira múltipla em um arranjo não hierárquico e disforme; isto é, em uma interdependência complexa.

Entretanto, para os autores, tal fenômeno significaria, acima de tudo, uma transformação nas relações políticas internacionais, dado que a ameaça militar entraria em declínio e cederia lugar a interações marcadas por uma interdependência econômica.<sup>402</sup>

Com isso, podemos ver que, em essência as duas escolas de relações internacionais ainda permanecem atreladas aos mesmos preceitos trazidos pelo debate iniciado no século XX. Desse modo, não levam em consideração o papel do imaginário social na construção das relações entre os Estados, algo que através da internet e as redes sociais ganha tração com a globalização.

Desse modo, a grande questão não será decretar o fim do Estado e para consolidação de intuições transnacionais para substituí-lo; tampouco argumentar que as mudanças tecnológicas ocorrem em meio a uma sólida constituição ontológica da ordem estatal westfaliana. De outro modo, tratar-se-á de entender como a informação ganha peso no cenário

---

Primeiro globalismo refere-se à redes de conexões (relações múltiplas) e não a conexões simples [...]. Segundo, para uma rede de conexões ser considerada “global” precisa incluir distâncias multicontinentais e não simplesmente redes regionais” In. NYE, Joseph Jr; KEOHANE, Robert. Power and Interdependence: World Politics in Transition. Nova Iorque: Longman, 2000. p 105. Trad. nossa.

<sup>401</sup> Ibid. p. 112.

<sup>402</sup> Ibid.

atual, de modo que, diferentemente do século XX, a participação social na política internacional não poderá ser mais ser irrisório.

Nesse sentido, para Manuel de Castells a singularidade do processo de globalização diz respeito à forma como a informação é tratada. Em vez de instrumento a ser aplicado em um processo – como houvera sido com o vapor e a eletricidade na Primeira e Segunda Revolução Industrial – a informação passa, ela mesma, a ser o próprio processo a ser desenvolvido. Usuários e desenvolvedores confundem-se nas chamadas *sociedade em rede*.<sup>403</sup>

Esse modo de organização em rede traz desafios à política internacional na medida em que se articula segundo uma dinâmica descentralizada, horizontal e ascendente (*bottom up*) desafiando a organização wetsphaliana tradicional, cujas raízes remontam a tempos pré-modernos e pauta-se, de maneira geral, em uma estrutura organizacional hierárquica, centralizadora e descendente (*top-down*) em termos de comando e controle.<sup>404</sup>

Desde 1970 com o desenvolvimento dos microchips – para Castells o marco simbólico para a consolidação das sociedades em rede – e a série de transformações que transformaram a ARPANET em internet<sup>405</sup>, fala-se muito a respeito de uma suposta dimensão cibernética criando as condições para o amadurecimento das sociedades em rede. É como se, tal qual a água, a terra e o ar, um novo ‘espaço’ compreendesse a própria internet, só que sem a materialidade de que os últimos são compostos. Ciberespaço e internet seriam praticamente sinônimos. Para Aaron Brantly:

O que define a internet não são as suas características intrinsecamente físicas, tal qual a terra é definida pela sua natureza terrestre, o mar pela sua vasta quantidade de água e o ar pelas suas propriedades fluidas. De outro modo, a internet é definida pelos links entre computadores e criação de um espaço virtual que se desenvolveria em um termo de ficção científica cunhado nos anos de 1980 como ‘Cyberespaço’.<sup>406</sup>

---

<sup>403</sup> O autor define ‘sociedade em rede’ como uma estrutura social, isto é “arranjos organizacionais humanos nas relações de produção, consumo, reprodução, experiência e poder expressos pela comunicação e codificados pela cultura”, compostas por nós – estes somente regiões de maior consistência, sequer pontos em si – que processam fluxos de informação desprovido as redes de centros. Com isso, as sociedades em rede são sistemas abertos, apropriados, pois, para uma “cultura de infinita desconstrução e reconstrução e para uma política de movida pelo processamento instantâneo de novos valores” Cf. CASTELLS, Manuel. *The Rise of the Network Society*. Londres: Wiley – Blackwell, 2010.

<sup>404</sup> FERGUSON, Niall. *The Square and the Tower: Networks, Hierarchies and the Struggle for Global Power*. Londres: Penguin Books, 2013.

<sup>405</sup> Não somente em termos de hardware, mas também a nível de software, uma série de desenvolvimentos ocorreram a partir de 1970 que possibilitaram o amadurecimento da internet. Dentre os quais destaca-se a invenção de protocolos comuns de comunicação TCP/IP (*TransmissionControl Protocol/Internet Protocol*) e também o desenvolvimento em 1990 do formato “*worldwideweb*”(www); o “*Hypertext mark-up language*” (HTML) e o *uniform resource location* (URL) no “*Centre Européen pour Recherche Nucleaire*” (CERNE) na Suíça. Cf. Castells. Op cit

<sup>406</sup> BRANTLY, Aaron Franklin. *The Decision to Attack: Military Intelligence Cyber Decision-Making*. Georgia: Univerisity of Georgia Press, 2016. p.10.

Sem dúvidas, o ciberespaço é a grande novidade do século XXI, trazendo inúmeras modificações para as relações entre os Estados. Se, no início do século XX, a consolidação da transição das marinhas a vela para a marinha a vapor reconfigurou a importância do mar e consequentemente da política internacional, onde o ‘navalismo’ tornou-se a materialização da *realpolitik*; e na Guerra Fria o mesmo ocorre com o espaço aéreo, culminando na corrida espacial; poderíamos supor o mesmo com o ciberespaço. No entanto, é possível reduzi-lo meramente a um espaço onde a política acontece sob as mesmas regras?

### 3.1.1 CIBERESPAÇO, INFOSFERA E NOOSFERA

Apesar da tecnologia ser um fator indubitavelmente relevante no século XXI, ela não existe de forma isolada. Nesse sentido, coerente ao argumento de Castells, o que importa para a política internacional não será a tecnologia em si mesma, mas em que medida ela transforma a informação em um valioso instrumento político e estratégico. Desse modo, pensar somente no ciberespaço como, literalmente, um ‘espaço’ não daria conta das novidades do século XXI. Nesse sentido, John Arquilla e David Ronsfelt, em um livro de 1999, dão um passo além, argumentando que em verdade, o fenômeno da globalização induz a constituição de uma nova camada na terra, a noosfera. A palavra vem do grego *Noos* que significa mente, de modo que a ‘esfera da mente’, de forma literal, estaria se formando e coexistindo com a biosfera e a geosfera.

Para os autores, à época analistas da *RAND corporation*, no século XXI, a informação “importará mais do que nunca, por razões que não existiam no fim do século passado”<sup>407</sup>, devendo ser entendida pelos seus efeitos tecnológicos, organizacionais e ideacionais. Nesse sentido, não negam a existência do ciberespaço, mas sustentam que ele se limita ao aparato tecnológico necessário resultante da internet e das comunicações e sua decorrente interconexão – consoante à definição esposada por Brantly.

Do ponto de vista organizacional, para além, tal interconectividade cria também novos arranjos entre estados e atores não-estatais, criando uma verdadeira infraestrutura informacional global, reduzindo a escala de espaço e tempo. Arquilla e Ronsfelt chamam essa dimensão de ‘infoesfera’, de modo que “definida de maneira distinta, a infoesfera contém o ciberespaço, mais uma série de sistemas de informação que não fazem parte da rede.”<sup>408</sup> A

---

<sup>407</sup> ARQUILLA et. al, 1999. p 07.

<sup>408</sup> Ibid. p.11.



infosfera, portanto, engloba as estruturas necessárias para guardar os dados coletados da rede<sup>409</sup>, e também para fazê-la funcionar, como por exemplos os cabos submarinos de fibra óptica que conectam o mundo inteiro.<sup>410</sup>

Nesse escopo, ciberespaço e a infosfera ainda seriam capazes de induzir um nível de abstração maior, isto é, no campo sociológico ideacional. É aí que se situa a noosfera, palavra que já transitava nos círculos acadêmicos no início do século XX. Na França, foi introduzida pelo teólogo-paleontólogo Pierre de Telliard e o matemático Edouard LeRoy; na Rússia pelo geoquímico Vladimir Vernadsky. Enquanto Telliard e Vernadsky associavam o conceito a evolução natural do planeta, como se a geosfera se transformasse em biosfera e a seguir em noosfera, Le Roy cunha o conceito como um evento irruptivo, metaforicamente em um processo hidrodinâmico.<sup>411</sup> Portanto, tratava-se de uma ideia metafísica e coerente ao viés social darwinista de seu tempo.

Já no século XXI, o conceito de noosfera foi apropriado novamente em uma série de vieses – exceto do ponto de vista da política internacional – como por exemplo nas palavras de John Perry Barlow, da revista *Wired* advogando um “organismo coletivo da mente”, ou a ativista Elise Boulding, que entende a noosfera como a “soma de todos os pensamentos gerados na sociosfera”. Agências como a DARPA, trabalha com a ideia da noosfera, nos seguintes termos:

A noosfera é um termo que descreve a fábrica do pensamento humano, tanto nos níveis individuais como sociais. Sob esse tópico, estamos interessados em criar, medir e modelar questões fundamentais a respeito dos humanos, interações homem-máquina e a sociedade<sup>412</sup>

Assim, a noosfera trata-se de uma camada ontologicamente independente, uma espécie de tessitura coletiva imanente à geosfera e a biosfera, consequência da atividade sociológica

---

<sup>409</sup> Um exemplo nesse sentido é, por exemplo, é a *National Security Agency* (NSA), que através de um programa chamado “Prism” permite que se colete dados diretamente dos usuários do facebook, Apple e Google dos EUA. Para tanto, a empresa financiou uma área capaz de armazenar dados da ordem de 5 zettabytes em Utah nos EUA. As dimensões desse complexo são enormes, cerca de 1 milhão pés quadrados (cerca de 300 milhões de metros quadrados) e que custaram 1.2 bilhão de dólares. Para manter o complexo funcionando são necessários serem armazenados necessitam de 65 megawatts de eletricidade por ano e 1.5 milhões de galões de água para resfriar os equipamentos diariamente. The Guardian. *NSA Prism program taps in to user data of Apple, Google and others* disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/us-tech-giants-nsa-data>> acesso em 25/10/2019; National Geographic. *The NSA Data: Where Does It Go?* Disponível em <https://www.nationalgeographic.com/news/2013/6/130612-nsa-utah-data-center-storage-zettabyte-snowden/> acesso em 25/10/2019.

<sup>410</sup> Ver <https://www.submarinecablemap.com>

<sup>411</sup> ARQUILLA, 2018.

<sup>412</sup> Ver < <https://www.darpa.mil/about-us/offices/dso/more> >

humana no mundo possibilitada pela tecnologia. Para esclarecer justamente o seu caráter ontológico, importa inseri-la no contexto da política internacional.

### 3.1.2 A NOOSFERA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

A noosfera apresenta uma maneira tempestiva de se pensar a política internacional, pois ressalta a importância da informação como fenômeno intersubjetivo e ideacional, ultrapassando as fronteiras dos Estados, sem, no entanto, reduzir-lhes a importância. A informação adquire particular relevância não enquanto derivação primeira da tecnologia, mas como instrumento de conexão social. A globalização, portanto, será dotada de uma particularidade que não permitirá que as relações políticas sejam entendidas somente como um jogo de interesses dos Estados, com base no equilíbrio de poder, tal particularidade será a noosfera. Será preciso então uma abordagem alternativa da política internacional contemporânea, uma vez que “as duas maiores teorias de relações internacionais hoje, neorrealismo e neoliberal-institucionalismo são sobejamente sobre “circunstâncias” que os estados “encontram” no mundo objetivo que os cerca e que conforma seu comportamento”<sup>413</sup>.

Nesse sentido, importa acessar como a natureza humana é capaz de construir relações sociais que transcendem as fronteiras dos Estados, sem, contudo, impingir-lhes qualquer espécie de imperativo categórico kantiano. É nesses termos que poderemos compreender a noosfera. Arquilla e Ronfelt não empreendem essa tarefa conceitual, referindo-se a noosfera mais em como a ‘esfera da mente’, em consonância com as definições dos autores que citamos. No livro lançado em 1999 e nos artigos onde empreendem um balanço geral dessa obra em 2007 e em 2018 também não há essa inserção conceitual teórica no âmbito das relações internacionais. Em parte, isso se explica pois os próprios autores indicam sua intenção meramente exemplificativa e não exaustiva, mais no intuito de esboçar políticas que possam dar conta da informação enquanto estratégia<sup>414</sup>.

Arquilla e Ronfelt, no entanto, expressam seu alinhamento à visão construtivista de John Ruggie e não será por outro motivo que a noosfera é coerente com a ideia de se “entender por completo o papel que as ideias representam na política internacional, no lugar de especificar papéis apriorísticos calcados em premissas teóricas”<sup>415</sup> tendo em vista sua dinâmica social estruturando as relações entre os Estados. A visão de Ruggie também é

---

<sup>413</sup> RUGGIE, 1998 Trad. nossa

<sup>414</sup> ARQUILLA et al, 1999. p. 56.

<sup>415</sup> RUGGIE. Op cit.

oportuna ao sugerir uma abordagem qualitativa das noções de espaço de tempo para se acessar as mudanças no sistema internacional e escapar dos binarismos trazidos pelos debates acerca da globalização acima ressaltados.

Para Ruggie, uma abordagem construtivista das relações internacionais implicaria em uma temporalidade nos termos da escola dos *Annales*, isto é, uma história de longa duração (*longue duree*) que se diferencia de uma mera descrição quantitativa dos eventos de maneira sucessiva e crescente no tempo. Ou mesmo na ideia de Koselleck que empreendendo argumento semelhante, advoga em favor de um tempo histórico povoado de significado.<sup>416</sup> Em outras palavras, o tempo não é uma linha reta que se move inexoravelmente para o futuro, ou para o progresso da civilização. Desse modo, não basta projetar a natureza humana desde Maquiavel e Hobbes até o dia de hoje como constante, e tampouco a considerar a racionalidade humana operando em uma escala temporal linear, onde cálculos racionais aprioristicamente levariam a paz universal.

Com relação ao espaço, Ruggie também argumenta que ele não está dado de antemão, e também se conecta a uma construção social, servindo “não somente como um container inerte aos efeitos da estrutura. Ele gera propriedades emergentes inerentes ao seu caráter”. A noção do espaço territorial dos estados não é a mesma desde Westphalia. Um exemplo evidente são os Estados que se situam no Oriente Médio e foram, literalmente, desenhados<sup>417</sup> pela Inglaterra e França, a despeito da população local, e cujas fronteiras, até recentemente, causam conflitos diplomáticos alarmantes.<sup>418</sup>

Tal visão, portanto, se distanciaria das imutabilidades ontológicas das duas principais escolas de relações internacionais acima descritas. Isso importa, pois a noosfera enquanto

---

<sup>416</sup> A expressividade do tempo histórico fica materializada em Koselleck especialmente no momento da sedimentação linguística do conceito. O autor parece considera-lo o ente que costura a coexistência de um tempo histórico, qualitativamente amalgamado por diversos estamentos temporais sobrepostos, e um tempo natural, cronologicamente orientado para uma progressão sucessiva de eventos: “Na multiplicidade cronológica do aspecto semântico reside, portanto, a força expressiva da história”. Ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed PUC-Rio, 2006.

<sup>417</sup> Com efeito, em 1916, próximo ao colapso do Império Turco Otomano, o coronel britânico Sir Mark Syes juntamente ao francês François Georges-Picot traçou uma linha conectando de Israel até a região de Kikuk hoje no Iraque, o que ficou conhecido como a linha Seyes-Picot. Pretendia-se distribuir as terras da região entre as tribos locais após o fim do Império Otomano, e isso seria feito efetivamente desenhando as regiões no mapa, muitas vezes desconsiderando a cultura local. A linha Seyes-Picot ficou o termo conhecido para designar as diversas decisões nesse sentido. Dinâmica semelhante ocorreu entre a Índia e o Paquistão em meados do século XX. Ver MARSHALL, Tim. *Prisoners of Geography: Ten Maps that Tell you Everything You Need to Know about Global Politics*. Londres: eandtbooks, 2015. p.146-152.

<sup>418</sup> Ver por exemplo a recente tensão pela região da Kashmira, entre Paquistão e Índia. GANGULY, Sumit. Modi Crosses the Rubicon in Kashmir: New Delhi Upends the Status Quo in the disputed Territory. *Foreign Affairs*. Agosto, 2019.

consciência global surge no bojo das mudanças trazidas pelo século XXI, onde as noções de espaço e tempo são transformadas em virtude das mudanças tecnológicas. Assim, a ideia de uma consciência global plasmando as relações entre os estados torna-se mais consistente.

Nesse sentido, poder-se-ia argumentar que a noosfera se assemelha ao que Benedict Anderson entende por Comunidades Imaginadas, na medida em que, para Anderson:

o que tornou possível imaginar novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana.<sup>419</sup>

A noosfera também poderia estar ligada ao conceito de *comunidades epistêmicas* trazida por Peter Haas, pois na mesma gramática política, “novas ideias e informação podem levar a novos padrões de comportamento, provando ser importante determinantes da coordenação política internacional”<sup>420</sup>. E da mesma forma, possivelmente Emmanuel Adler e as chamadas *comunidades de segurança* guardam ampla ressonância com a noosfera e seu peso na política internacional, dado que para Adler:

as condições para uma comunidade se desenvolver são socialmente construídas – pelos indivíduos e, mais genericamente, os estados que formam a comunidade, bem como organizações internacionais [...] O que une comunidades de segurança em uma unidade não é sobretudo um sentimento (emoções subjetivas) mas conhecimento intersubjetivo e identidades compartilhadas.<sup>421</sup>

Contudo, tais aspectos ainda associam a construção ideacional a um conhecimento formal e processado pela racionalidade. Acreditamos que, com o século XXI e a ubiquidade de dados e informações espalhados pelo mundo, somado ao amplo desenvolvimento tecnológico capaz de processá-los, a construção de ideias se dá também de maneira não cognitiva, para além do conhecimento formal do sujeito, como traria Haas, Adler, Ruggie e também Searle<sup>422</sup>. Seria estranho falar de uma consciência global “inconsciente”, mas se assim o for, seria o caso de tratar de uma consciência global que opera por *fora* da consciência, mas nela se sintetiza.

---

<sup>419</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p.78.

<sup>420</sup> HAAS, 1992.

<sup>421</sup> ADLER, 1997.

<sup>422</sup> SEARLE, John. *The Construction of Social Reality*. Nova Iorque: The Free Press, 1995.

Por isso, estendendo a ideia de Arquilla e Ronfelt, propomos a noosfera mais alinhada a Foucault, o que na visão de Ruggie, seria uma perspectiva construtivista *pos-moderna*.<sup>423</sup> Em Foucault, nos basta entender a relevância das práticas discursivas enquanto dispositivos de poder que induzem determinadas práticas. Desse modo, todo o trabalho do filósofo assentado na genealogia nietzschiana<sup>424</sup> está nas descontinuidades e nas rupturas que os discursos produzem. Nem mesmo a categoria jurídico-social do sujeito trazida pela filosofia de Descartes Foucault reconhece como dada, inserindo sua própria constituição às práticas discursivas, uma “rarefação do sujeito”.

um princípio de descontinuidade: [...] não se trata de imaginar percorrer o mundo inteiro e entrelaçar todas as formas e todos os seus eventos [dos discursos]; um não dito ou um impensado que seria articulado ou pensado, enfim. Os discursos devem ser tratados como descontínuos, que se cruzam e se justapõem as vezes, mas mesmo assim se ignoram e se excluem.<sup>425</sup>

A importância dessa perspectiva será tratar de uma perspectiva construtivista a partir das diferenças e não das identidades; para além da consciência, os discursos agem nos *corpos* dos indivíduos<sup>426</sup>, conformando-lhes comportamentos, não necessariamente a partir de um conhecimento formal, mas sim pela própria dinâmica de forças onde se inserem. É evidente que não se está aqui negando que a busca por identidades aconteça – afinal Foucault não cansa de dizer que não se propõe a fazer uma teoria. Trata-se, pois, de utilizar o ponto de vista foucaultiano para entender uma dinâmica de uma produção discursiva que no século XXI não acontece somente pela fala ou pela ação humana consciente.

Desse modo, em um mundo globalizado e operacionalizado cada vez mais por Inteligências Artificiais, falar de uma noosfera nesses termos torna-se factível e menos abstrato e metafísico do que pareceria. Com efeito, enquanto nos anos 2000, somente um quarto de toda informação armazenada era digital, atualmente menos de 2% é não-digital<sup>427</sup>. Além disso, com o chamada *Big Data*, o próprio armazenamento dessas informações torna-se

---

<sup>423</sup> RUGGIE. Op cit.

<sup>424</sup> Ver FOUCAULT, 1970. p. 15-38.

<sup>425</sup> FOUCAULT, 1971.

<sup>426</sup> Foucault empreende várias obras nesse sentido. Sobre o corpo, mais ao que importa a política internacional, cumpre destacar a série de cursos que empreende, tratando do poder soberano, disciplinar e sobre o biopoder. Em especial ver FOUCAULT, Michel. *Securité, Territoire, Population. Cours au College de France. 1977-1978*. Paris: Gallimard, 2004 e FOUCAULT, Michel. *The Birth of Biopolitics*. Londres: Palgrave Macmillan, 2008.

<sup>427</sup> CUKIER, Kenneth N.;SCHOENBERGER, Viktor. The Rise of Big Data: How It’s Changing the Way We Think About the World. *Foreign Affairs*. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/2013-04-03/rise-big-data>. Acesso em 20/03/2019.

desnecessário e, mesmo contraproducente, donde os dados mesmos seria processados como que *in media res*, ao longo do processo. Destacam-se nesse caso, técnicas como *Machine Learning* e a extração de informações de dados não estruturados<sup>428</sup>.

São esses dados que traduzem o planeta em códigos binários, indo desde os comportamentos humanos até objetos inanimados, com as chamadas Internet das Coisas (*Internet of Things –IoT*). Assim, a noosfera toma espessura na medida em esse verdadeiro ecossistema de bits sedimenta-se em uma espécie de dimensão alternativa, mas ao mesmo tempo imanente à biosfera e à geosfera. Operando nesse amálgama de bits, narrativas e discursos são construídos, consolidados e inseridos por fora da cognição dos indivíduos. Reproduzindo discursos prontos sem sequer deles ter consciência, ‘Bombas Informativas’ como coloca Paul Virillo, modificam a relação entre os Estados na medida em que versões alternativas são criadas e recriadas, em uma vulgarização das fake news. Não à toa o twitter tornou-se o ambiente oficial de divulgação de medidas oficiais da política externa de todos os países; e mesmo o Facebook tornou-se palco para disputas entre chefes de Estado.

O problema não estará tanto nas informações erradas, mas no excesso de informações que se propõem a ser certas. Julgar uma ou outra informação como verdadeira, tornou-se um falso problema e mais ainda, reprimi-las resultará justamente no efeito inverso: na proliferação discursiva obtusa que dela resulta. Como Foucault demonstra com a disciplina, a loucura e a sexualidade.

O caso recente da *Cambridge Analytica* – que, após coletar dados de mais de 50 milhões de usuários, é acusada de servir de instrumento para as campanhas políticas do *Brexit* e para eleição de Trump nos EUA<sup>429</sup> - talvez seja o exemplo mais famoso de como a noosfera opera, mobilizando a opinião pública a partir de um vínculo ideacional global, mas não inteiramente consciente. Isso porque são necessárias informações do mundo inteiro para afetar as opiniões individuais, de modo que, a racionalidade humana não consegue processá-las por inteiro.

---

<sup>428</sup> O *Machine Learning* condiciona os algoritmos a extrair informações a partir de padrões reconhecidos *na medida em que* os dados são acessados e coletados. Ou seja, a informação é armazenada, enquanto – e por enquanto – é extraída no momento em que “atravessa” os algoritmos específicos para tal. Com isso, torna-se demasiadamente difícil apropriar-se inteiramente de uma determinada informação, pois ela mesma será um fluxo contínuo, somente inteligível enquanto tal e dependente de uma multiplicidade de dados não estruturados coletados no mundo inteiro simultaneamente.

<sup>429</sup> The Guardian. *Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach*. Disponível em <<https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/cambridge-analytica-facebook-influence-us-election>> acesso em 03/10/2019.

Os interesses dos estados, portanto, não são mais facilmente discerníveis por leis objetivas, e mais, coexistem cada vez mais imiscuídos ao de grandes empresas e organizações internacionais. Como seria possível calcular os interesses nacionais se eles não mais estão dados e se constroem enquanto discurso na noosfera? É justamente por essa pluralidade de dados que grandes bancos de investimento, por exemplo, já utilizam inteligência artificial para organizar suas carteiras e escolher as melhores ações<sup>430</sup>. É como se os discursos estivessem sendo produzidos em uma linguagem binária que opera diretamente no mundo material. Decisões como essa afetam o sistema internacional como um todo, na medida em que movem a economia global.

Em um artigo no *The Economist*, há uma curiosa análise sobre como a Microsoft – diferentemente das outras empresas de tecnologia que por vezes cedem aos apelos de alguns Estados, como a Apple na China e o Google que se recusou a fazê-lo mas abrirá um escritório no Egito – suscita mudanças na política internacional, contrariando muitos países. Em 2013 a empresa recusou-se a liberar dados particulares de e-mails aparentemente relacionados a tráficos de drogas entre usuários da Irlanda e EUA e forçou a legislação internacional a adaptar-se. O advogado chefe da Microsoft chegou mesmo a propor uma “Convenção de Genebra Digital”.<sup>431</sup>

Atravessando as esferas políticas domésticas e internacionais, a noosfera enquanto essa espécie de tessitura coletiva, produzida a partir de discursos que operam também na linguagem computacional, demonstra como a informação modifica o *milieu* político entre os Estados, congregando diversos atores de natureza diferente e em uma lógica que não pode ser reduzida a um cálculo racional utilitarista. Ademais, coloca em evidência a tecnologia para além da constituição de um ciberespaço, na medida em que cria as condições – justamente pelo ciberespaço e infosfera – para modificar dimensão ontológica construtivista das relações internacionais.

### 3.1.3 A NOOPOLITIK E A DINAMICA DA POLÍTICA INTERNACIONAL

Com efeito, podemos perceber que a *realpolitik* não condiz inteiramente com a dinâmica do século XXI. Nas palavras de Arquilla e Ronfelt ela “funciona melhor onde os

---

<sup>430</sup> The Economist. *Masters of the Universe: Forget Gekko. Computers increasingly call the shots in financial markets.* Disponível em <https://www.economist.com/leaders/2019/10/03/the-rise-of-the-financial-machines> acesso em 28/10/2019.

<sup>431</sup> The Economist. *The Redmond Doctrine: Lessons from Microsoft's corporate foreign policy.* Disponível em <https://www.economist.com/business/2019/09/12/the-redmond-doctrine> acesso em 25/10/2019.

Estados dominam totalmente o sistema internacional, mas atores não estatais do mundo comercial e da sociedade civil estão ganhando cada vez mais força e reformulando o ambiente internacional”<sup>432</sup>.

Seria um erro, no entanto, desprezar tal perspectiva e desconsiderá-la. Primeiramente porque, como Henry Kissinger nos mostra, fora esse modelo político que, desde Richelieu no século XVII, contribuiu para a consolidação do modelo estatal Westphaliano, impedindo um eventual universalismo moral do Sacro Império Romano Germânico. Em segundo lugar, não podemos perder de vista a crescente onda contemporânea de movimentos nacionalistas induzindo as práticas tradicionais da *realpolitik*. Cabe ressaltar, pois, que mesmo por dentro dessa perspectiva tradicional, a noosfera modifica o regime da competição, uma vez que a produção de narrativas entre estados rivais torna-se um instrumento diplomático poderoso. Retomaremos esse tema mais abaixo.

De todo modo, uma visão puramente competitiva e voltada para a lógica do ‘hard power’ pode não alcançar a novidade trazida pela noosfera. Como o traço distintivo da noosfera dá-se em seu caráter global, onde o sistema internacional abriga atores de diversas naturezas com seus interesses amalgamados, torna-se necessária uma postura cooperativa entre os Estados visando dar conta de sua própria existência e mesmo para alcançarem seus interesses. O que se quer ultrapassar aqui é a redução o comportamento dos Estados no cenário internacional como que plasmados em uma estrutura pré-ordenada. Se a noosfera procurar desfazer-se de uma noção de natureza humana já dada, então seria impreciso projetá-la direta e linearmente no cenário internacional supondo um impulso de competição inato aos Estados, em busca de sobrevivência e auto-ajuda.

Contudo, para Arquilla e Ronfelt, a alternativa à *realpolitik* em uma perspectiva liberal institucionalista não seria inteiramente adequada. Embora mais inclinada à colaboração reconhecendo sua efetividade através do conceito de *soft power*, por exemplo, ainda há uma espécie de otimismo, ao se supor, de uma forma geral, que a guerra iria naturalmente recrudescer em virtude do aumento do comércio proporcionado pelas mudanças trazidas pela globalização<sup>433</sup>. Tal seria uma espécie de convergência natural a um imperativo moral cunhado pela racionalidade econômica dessa escola; como se a racionalidade fosse tender uma moral ontologicamente dada. Ora, como vimos, a noosfera pode mesmo operar por fora da cognição do sujeito. Ademais, os ex-analistas da RAND argumentam que, o conceito de

---

<sup>432</sup> ARQUILLA et al. Op cit.p. 30.

<sup>433</sup> NYE; KEOHANE, 2000.



“interdependência complexa” merece reparos, uma vez que denota, primordialmente, um viés econômico, além de aduzir à ideia, por vezes negativa, de uma dependência.

Com isso, visando transformar a informação em um instrumento estratégico, Arquilla e Ronfelt, aludindo uma vez mais ao construtivismo, trazem o conceito de uma *noopolitik*, como uma prática política que se pretende dar conta da noosfera e empregar a informação enquanto estratégia, não em um sistema internacional interdependente, mas em uma perspectiva de *interconexão* global. Desse modo:

Em suma, noopolitik é uma abordagem diplomática e estratégica para a era da informação que enfatiza a conformação e compartilhamento de ideias, valores, normas, leis e ética por intermédio do chamado ‘soft power’ [...] Tanto estados quanto atores não-estatais devem ser guiados pela noopolitik; mas em vez de ser estado-centrica, sua força virá em estabelecer atores estatais e não estatais para agir em conjunto. A força motriz da noopolitik não pode ser nacional e definida em termos estatistas. Os interesses nacionais ainda desempenham um papel importante, mas devem ser definidos em uma perspectiva mais ampla [...] global e incrementando a “fábrica” transnacionalmente enredada na qual os atores estão inseridos. Enquanto a realpolitik tende a empoderar os estados, a noopolitik vai, da mesma forma, incrementar as redes de atores estatais e não-estatais. A Realpolitik coloca um estado contra o outro, mas a noopolitik encoraja os estados a cooperarem em coalizão e sob uma estrutura comum <sup>434</sup>

Assim, se os de discursos baseados em poder e competição induziram a *realpolitik* enquanto prática política ao longo do século XX; no século XXI a informação e a construção da noosfera induzirão a noopolitik como prática política colaborativa. Convém ressaltar, pois, que uma noopolitik não se propõe dispensar o papel preponderante do Estado enquanto principal ator no cenário internacional. “A revolução da informação trouxe mudanças na natureza do estado, mas certamente não para apagá-lo por completo”<sup>435</sup>. Ao contrário, pela noopolitik, seu fortalecimento político estará justamente em inseri-los na teia de interconexão global, de modo que sua força “deve, pois, emanar menos do Estado em si, do que do sistema como um todo”<sup>436</sup>. Tal é a importância do *soft power*, uma vez que articula o Estado a agentes não estatais, estes que podem disseminar ideias rapidamente e agir como nós de uma rede, prevendo, antecipando e resolvendo conflitos.

Portanto, na era das chamadas ‘guerras híbridas’, onde há a evidente mobilização de aspectos cognitivos e cinéticos; elementos transnacionais misturam atores estatais e não-estatais e mesmo os inimigos são dotados de traços globais uma postura noopolítica no cenário intencional se mostra coerente para engendrar uma estratégia efetiva. Isso não

---

<sup>434</sup> ARQUILLA et. al, 2018. Trad. nossa.

<sup>435</sup> Ibid. p.12

<sup>436</sup> Ibid. p. 13.

significa perder de vista a *realpolitik* e a relevância do *hard power*, mas tão somente enxergar-lhe uma via alternativa, buscando a “arte de cooperar com seus competidores”. Em outras palavras, embora por vezes incompatíveis – e até mesmo contraditórias – “um pouco de *noopolitik* pode existir no coração da *realpolitik*”<sup>437</sup> e vice-versa, de maneira que a complementaridade entre ambos, representa uma vantagem.

### 3.1.4 UMA NOOPOLITIK PARA OS GLOBAL COMMONS: A RELAÇÃO COM O MAR.

Portanto, como a *noopolitik* se poderia engengrar o pensamento estratégico marítimo? Com efeito, desde sua publicação em 1999, o conceito de *noopolitik* não ganhou aderência nos círculos acadêmicos, sendo ainda pouco explorado nas relações internacionais. Desse modo, visando dar conta dos desafios contemporâneos, os autores colocam que a *noopolitik*, a prática, está intimamente associada aos *global commons* – as partes do planeta que estão para além do das jurisdições dos Estados, não pertencem a nenhum deles, mas que de que todos dependem, uma vez que são a “estrutura que sustenta o sistema global”<sup>438</sup> – uma vez que suscitariam uma agenda em comum entre os setores civis e militares da sociedade.

A importância dos *global commons* reside no fato de que são “áreas que não pertencem a Estado algum e que permitem acesso a grande parte do globo terrestre”<sup>439</sup>. Tão grande é sua interconexão que, para além da soma das partes, podem mesmo ser considerados uma totalidade em si. A relevância estratégica que seu acesso fornece aos atores internacionais é crucial, mesmo porque a própria existência do planeta deles depende. Por isso, colocar em risco um desses domínios impacta diretamente o sistema internacional como um todo.

Nesse sentido, importa lembrar que os oceanos se enquadram nessa categoria, para Susan Buck, são os *global commons* cujo regime é o mais complexo<sup>440</sup>. A discussão acerca do tema origina-se já no Império Romano, e ganha tração no século XV, em especial por conta da disputa entre Portugal e Espanha pelas terras recém descobertas nas Américas. A controvérsia jurídico-política girava em torno do direito da posse ou da total liberdade dos mares – *mare clausum* ou *mare liberum*. No século XVII, a ascensão da Inglaterra como potência marítima, sobretudo após a derrota da invencível armada espanhola em 1588, e sua

---

<sup>437</sup> Ibid. p 14.

<sup>438</sup> JASPER, Scott; GIARRA, Paul. *Securing Freedom in the Global Commons*. California: Stanford University Press, 2010. De uma maneira geral, são quatro os *global commons* comumente considerados: o espaço aéreo, o espaço marítimo (o alto mar), o espaço sideral e, em particular para os EUA, o ciberespaço.

<sup>439</sup> ARQUILLA, et. al. 2018.

<sup>440</sup> BUCK, Susan. *The Global Commons: An introduction*. California: Island Press, 1998.

contenda política com a Holanda, refletiu-se nas obras dos juristas John Selden e Hugo Grotius. O primeiro representava os interesses ingleses, na medida em que advogava o direito legal de dispor do espaço marítimo, enquanto o segundo, escorado nos interesses batavos, argumentava pela total liberdade dos mares.<sup>441</sup>

Para Carl Schmitt, a entrada dos oceanos nas disputas geopolíticas a partir do século XVI representou um passo político crucial para a consolidação do modelo estatal westfaliano europeu, o *jus publicum europaeum*. Na medida em que o mar trouxe a necessidade de repensar a noção do “direito internacional” articulando a soberania a um novo tipo de espaço, antes baseada somente na terra, serviu como elemento chave para que os Estados se organizassem em torno de um ordenamento jurídico e político comum e, pela primeira vez, com dimensões globais: o primeiro “*Nomos da Terra*.”<sup>442</sup> A obra de Schmitt demonstra o ambiente marítimo como um global common e sua função política enquanto condição de possibilidade para que os Estados operassem sob um ordenamento em comum, ainda que inteiramente eurocêntrico.

Em 1994 entrou em vigor a Convenção das Nações Unidas para o Uso do Mar (CNUDM), estabelecida em 1982. Sua própria concepção pode ser entendida como um esforço colaborativo singular, na medida em que mais de 150 Estados são signatários do documento, que cobre a maioria das questões relativas à soberania e ao uso do mar. Para Susan Buck seu resultado é que:

Os oceanos não mais são vistos como um recurso infinito e renovável ou que é dotado de uma capacidade infinita de absorver danos. A velha noção de liberdade dos mares cedeu lugar para uma nova perspectiva baseada em escassez, que, por conseguinte, impulsionou a evolução do direito de propriedade.<sup>443</sup>

Nesse sentido, estabelece que a soberania dos Estados se estende ao longo de seu mar territorial, Zona Contígua e Zona Econômica Exclusiva (ZEE) até 200 milhas da costa, dando direito aos Estados para explorar os recursos vivos e não vivos do solo e subsolo marinho. Para além das ZEE encontra-se o alto mar, este considerado patrimônio da humanidade carecendo de jurisdição própria aos Estados, tratando-se, pois, de um global common.

---

<sup>441</sup> Ibid.

<sup>442</sup> SCHMITT, Carl. “*O nomos da Terra no direito das gentes do jus publicum europeu*”. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, PUC RJ, 2014

<sup>443</sup> BUCK, 1998. Ibid. p.100.

### 3.2 O MAR ENQUANTO *GLOBAL COMMON*

De que maneira então os oceanos enquanto global commons funcionam como verdadeiro elemento de coesão em um sistema internacional globalizado? Nesse sentido, as palavras de Till parecem deveras tempestivas:

No lugar de se pensar em soberania enquanto controle e independência de outras jurisdições, cresce a importância em repensa-la em termos relativos em vez de absolutos; inclusive em vez de exclusivo e algo que possa, e que deve ser compartilhado. Isso, por sua vez, afeta a maneira como se deve pensar no alto mar enquanto *global common*. No lugar de pensa-lo como algo fora da jurisdição dos Estados e, portanto, livre para ser utilizado, é preciso enxerga-los como um domínio comum que pertence a todos, incluindo as futuras gerações que ainda não nasceram. No lugar de um objeto que possa ser explorado por todos, de modo que se possa fazer o que bem entender, o alto mar deverá ser enxergado como um lugar de soberania compartilhada<sup>444</sup>

#### 3.2.1 OS QUATRO ATRIBUTOS DO MAR

Como se vê, para Till a importância dos oceanos como Global Common é tamanha que propõe uma inversão de perspectiva: em vez de não pertencer a país algum, o alto mar pertence a todos e, por isso mesmo, precisa ser preservado em um esforço de soberania compartilhada. Till esquematiza tal protagonismo por intermédio de quatro atributos. O primeiro se refere ao mar como *meio de recursos*, não somente em virtude da quantidade de alimento fornecido – como por exemplo os cerca de 20 % do consumo diário de proteína pela humanidade que vem da pesca – mas também pelos inúmeros recursos energéticos e econômicos de que é dotado, como petróleo e gás.

O segundo atributo é a capacidade de servir como *meio de transporte*, algo que cria as condições para própria globalização em si. Em verdade, “não somente a indústria mercante tornou a globalização possível, como ela mesma é profundamente globalizada. Mais de 60% dos navios mercantes içam bandeiras diferentes da nacionalidade de seus proprietários”. Isto é, “o comércio marítimo produz uma intrincada dependência mútua de produção industrial e consumo”<sup>445</sup>.

A tecnologia entra como fator substancial, seja para modificar os próprios navios mercantes, seja para reformular a maneira como o comércio é neles realizado. A invenção dos

---

<sup>444</sup> TILL, 2018. Op cit.p. 30. Trad. nossa. Grifo nosso.

<sup>445</sup> Ibid. p. 09.

contêineres na década de 1950 revolucionou o comércio marítimo, na medida em que o tornou mais barato e eficiente, não tanto pelo objeto em si, mas pela cadeia produtiva que com ele ganha tração. “O container está no centro de um sistema altamente automatizado para se movimentar bens de consumo de qualquer lugar, para qualquer lugar com o mínimo de custo e complicação no caminho”<sup>446</sup>. Com isso, a globalização do século XXI encontra no mar o instrumento crucial não somente para se comercializar bens, mas para intermediar uma complexa cadeia produtiva, onde insumos produtivos, ou bens intermediários, fazem parte de sistema logístico complexo, onde tudo e todos estão conectados.

Em um estudo para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) James J. Corbett nos mostra que as mudanças tecnológicas na propulsão e construção dos navios mercantes, aumentaram a quantidade de carga transportada em especial a partir de 1970<sup>447</sup>. Com isso, desde 2001, a frota mercante mais do que dobrou<sup>448</sup>, de modo que 80% do comércio mundial é atualmente realizado pelo mar<sup>449</sup>.

O terceiro atributo é servir como *meio de informação*, de modo que, se no passado isso ocorria pela troca de ideias proporcionada pelo mar, no século XXI, podemos dizer o mesmo em razão dos cabos de fibra ótica. Isto é, se por um lado as tecnologias de informação abreviaram a fronteira que o mar representava, por outro, é o solo marítimo que permite seu incremento, dada a quantidade de fibra ótica nele se encontra. Ademais, o mar em si é capaz de fornecer informações cruciais para o próprio desenvolvimento da humanidade, possibilitado pelas pesquisas científicas em sua fauna e flora, bem como aspectos geodésicos.

O quarto atributo atribui ao espaço marítimo o *exercício de domínio e de soberania*, paradigma encetado pelo pensamento estratégico marítimo de Mahan e Corbett<sup>450</sup> e que, com a CNUDM, ganhou uma nova significação. Na medida em que o espaço marítimo se torna uma espécie de território virtual e que, enquanto fonte de recurso, seu valor é ainda mais incrementado, novas disputas vêm ganhando espaço. A questão do Mar do Sul da China é um exemplo nesse sentido, onde um contexto complexo de disputas de cunho histórico,

---

<sup>446</sup> LEVINSON, Marc. *The Box: How the Shipping Container Made the World Smaller and the World Economy Bigger*. Princeton: Princeton University Press, 2006. p. 02.

<sup>447</sup> CORBETT, J. *International Maritime Shipping: The Impact of Globalisation on Activity Levels*. *Globalisation, Transport and the Environment*, OECD. Paris, 2010.

<sup>448</sup> TILL, et al, 2016. p.03.

<sup>449</sup> UNCTAD disponível em < [https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/dom2018\\_en.pdf](https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/dom2018_en.pdf) > acessado em 25/09/2019.

<sup>450</sup> TILL, et al, 2016. Op cit.

nacionalista e econômico divide a China e os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)<sup>451</sup>.

Portanto, se o pensamento estratégico marítimo do século XX articulou-se à *realpolitik* com as obras de Mahan e de Corbett, no século XXI, uma dinâmica diferente tomara lugar com a *noopolitik*. A paradigmática noção de conflito interestatal que vigorou até o fim da Guerra Fria coexistirá com ameaças de cunho global, transnacional e que operam na noosfera. Se, nas palavras de Till, ao longo do século XX, o mar enquanto instrumento de domínio foi o atributo mais explorado para o pensamento marítimo, no século XXI tratar-se-á de dar conta dos três primeiros, dentre os quais, destaca-se servir como meio de transporte e fonte de recurso<sup>452</sup>.

Isso se explica porque a política internacional em termos de *noopolitik*, com seus traços diplomáticos e cooperativos, coloca uma ênfase fundamental no sistema e seu funcionamento a partir do *soft power*. Com isso, não somente os estados deverão imiscuir-se ao sistema internacional para incrementar seus próprios interesses, mas precisarão evitar que essa dinâmica não seja afetada, isto é, precisam assegurar-se de que não haja ameaças ao equilíbrio do sistema internacional e sua fluidez. Com isso, os *global commons* redobram sua importância, e no caso do mar, essa tarefa contará com uma postura estratégica holística e que vai requerer novas tarefas das Marinhas.

Na medida em que pequenas variações no sistema internacional propagam-se resultando em efeitos globais e imprevisíveis, torna-se dificultoso isolar um inimigo enquanto ameaça única e de um país específico. De outro modo, as ameaças passam a ser globais, dotadas de narrativas que assim a enquadrem e que sejam capazes de mobilizar a humanidade inteira contra elas. Convém expô-las brevemente, para então destacar as mudanças estratégicas em que elas implicam.

### 3.2.2 AMEAÇAS NÃO ESTATAIS AO AMBIENTE MARÍTIMO

Till realiza uma divisão esquemática deveras didática, colocando as principais ameaças ao ambiente marítimo. Essa ameaças podem ser divididas didaticamente entre ameaças estatais e não estatais. Entre as ameaças não-estatais, consideraremos a pirataria e roubo armado, terrorismo e poluição ambiental. Quanto às ameaças estatais, mesmo a maneira

---

<sup>451</sup> Ibid.

<sup>452</sup> TILL, 2018. Op cit. p. 306.

de compreende-las será diferente, uma vez que o foco de análise será não o interesse dos estados somente, mas o sistema internacional.

### *Pirataria e roubo armado*

Ação de piratas seja talvez a ameaça contemporânea de maior destaque para o atributo do mar como meio de transporte. Em geral, sua maior incidência se dá em três regiões de imenso interesse para o tráfego marítimo: no Sudeste Asiático nas proximidades do estreito de Málaca; no Golfo de Áden em especial próximo a costa da Somália; e no Golfo da Guiné. O relativo destaque à ação de piratas pode ser explicado pelos expressivos prejuízos causados para economia global - fora os danos à segurança humana e ao meio ambiente, evidentemente. Um estudo da fundação *One Earth Future*, calculou em 2010 o valor de 7 a 12 bilhões de dólares anuais <sup>453</sup> como prejuízo causado pela pirataria na costa da Somália.

É particularmente difícil uma definição precisa do fenômeno, uma vez que engloba aspectos políticos, culturais e legais.<sup>454</sup> Em geral, adota-se para a pirataria a definição esposada na CNUDM, qual seja:

- a) Todo ato ilícito de violência ou de detenção ou todo ato de depredação cometidos, para fins privados, pela tripulação ou pelos passageiros de um navio ou de uma aeronave privados, e dirigidos contra:
  - i) um navio ou uma aeronave em alto mar ou pessoas ou bens a bordo dos mesmos;
  - ii) um navio ou uma aeronave, pessoas ou bens em lugar não submetido à jurisdição de algum Estado;
- b) todo ato de participação voluntária na utilização de um navio ou de uma aeronave, quando aquele que o pratica tenha conhecimento de fatos que dêem a esse navio ou a essa aeronave o caráter de navio ou aeronave pirata;
- c) toda a ação que tenha por fim incitar ou ajudar intencionalmente a cometer um dos atos enunciados nas alíneas a) ou b).<sup>455</sup>

Desse modo, para que um ataque se configure como ato de pirataria é preciso que ocorra tanto em alto mar, quanto suscitado por outro navio. Contudo, muitos episódios não se enquadram nessa dinâmica, pois acontecem nas proximidades dos portos – ou seja, no mar territorial dos Estados – e por embarcações pequenas, não consideradas propriamente navios. Há, portanto uma diferenciação formal de modo que esse tipo de ato é denominado *roubo armado* e encontra-se definido na resolução A.1025(26) da *International Maritime*

---

<sup>453</sup> BOWDEN, Ana. The Economic Cost of Maritime Piracy. Relatório da One Earth Future Foundation 2010. Disponível em <http://oceansbeyondpiracy.org/sites/default/files/attachments/The%20Economic%20Cost%20of%20Piracy%20Full%20Report.pdf>. Acesso em 18/09/2019.

<sup>454</sup> LISS, Caroline; BIGGS, Ted. Ed. *Piracy in Southeast Asia: Trends, Hot Spots and Responses*. Londres: Routledge, 2016. p. 1-31.

<sup>455</sup> DECRETO Nº 99.165, DE 12 DE MARÇO DE 1990, Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do mar; artigo 101. Grifo nosso.

Organization (IMO) no “Code of Practice for the Investigation of Crimes of Piracy and Armed Robbery Against Ships”.

A pirataria e o roubo armado não são um fenômeno recente, tendo sido um instrumento de política externa famoso durante os séculos XVI e XVII<sup>456</sup>. Carl Schmitt ressalta que os piratas, juntamente aos baleeiros, foram justamente aqueles que alcançaram a peculiaridade do mar, explorando suas intensidades e intempéries, de modo que, graças a eles, o espaço marítimo tornou-se um território político capaz de mudar a ordem internacional.<sup>457</sup>

No entanto, é particularmente no século XXI que sua manifestação se torna notória de uma maneira completamente distinta. Diferentemente de um inimigo estatal, que, dotado de um território, declara a guerra e é localizável no espaço e no tempo, a pirataria e o roubo armado ocorrem de maneira descentrada, por grupos cujos interesses não se conhece ao certo, misturando aspectos ideológicos, religiosos e econômicos. Por ocorrerem com maior frequência em importantes pontos focais, apresentam danos para o sistema internacional.

Com relação à pirataria no sudeste asiático, sua localização é de importância central para o comércio marítimo: o estreito de Malaca e o porto de Cingapura constituem a LCM que vislumbrou a passagem de 74.000 navios mercantes entre 1999 e 2008. A pirataria na região encontrou seu ápice entre os anos 2000 e 2006. Para alguns autores<sup>458</sup> isso está associado à crise asiática de 1998<sup>459</sup>, que, deteriorando a situação econômica da região, forçou a população litorânea a apelar para a pirataria como modo de vida alternativo. No entanto, não há como se chegar a maiores detalhes. Até 2006, um quarto do total dos ataques ocorria na Indonésia, sobretudo em virtude das condições geográficas e sociais. O arquipélago, formado por mais de 17.000 pequenas ilhas dotadas de elevada concentração demográfica litorânea<sup>460</sup>, constituía o ambiente propício para ação dos piratas. Entretanto, segundo o relatório mais recente da *Regional Cooperation Agreement on Combating Piracy and Armed Robbery against*

---

<sup>456</sup> Para uma análise histórica precisa, ver ELLEMAN, Bruce A; FORBES, Andrew; ROSEMBERG, David. *Piracy and Maritime Crime: Historical and Modern Case Study*. Newport: Naval War College Press, 2010.

<sup>457</sup> Ver SCHMITT, 2014.

<sup>458</sup> KRASKA, James. *Contemporary Maritime Piracy: International Law, Strategy and Diplomacy at Sea*. California: PRAEGER, 2011. Ver também RAYMOND, Catherine Zara. *Piracy and Armed Robbery in the Malacca Strait: Problem Solved?* In. ELLEMAN, Bruce et al. Op cit. p.116-127.

<sup>459</sup> Crise financeira que se iniciou em 1997 na Tailândia, após a ausência de lastro financeiro de sua moeda para manter a quantidade de dólar investido no país. Com a saída de capital externo, Indonésia e Coreia do Sul foram fortemente afetados, bem como, em menor medida, Hong Kong, Laos, Malásia e as Filipinas. Não se sabe ao certo a causa específica da crise, que ocorreu de maneira abrupta e inesperada, no entanto, de acordo com o Fundo Monetário Internacional, que emprestou uma quantia de 40 bilhões de dólares para estabilizar a economia global, associa a fraqueza do mercado financeiro do sudeste asiático. <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/1998/06/imfstaff.htm>> acesso em 28/10/2019 as 18:40.

<sup>460</sup> KRASKA, Op cit



*Ship in Asia* (ReCAAP), o número de ataques na região vem decrescendo: 54 tentativas ou ataques em 2019 contra 169 no ano de 2015<sup>461</sup>.

Já a pirataria na costa da Somália tornou-se um problema grave a partir de 2008. A costa somaliana e do Iêmen conectam o comércio marítimo entre Europa e Ásia, interligando o Mediterrâneo ao Oceano Índico por intermédio do Canal de Suez e o mar vermelho. Embora tenha se incrementado na esteira da recessão mundial de 2008-2009, a pirataria na Somália é um desdobramento de sua crise política endêmica, sendo muito mais “um sintoma da instabilidade local do que sua causa”<sup>462</sup>. Desde 1991 o país encontra-se fragmentado, ao sabor de disputas de clãs locais que competem em nome de questões religiosas e ideológicas em um ambiente de extrema pobreza. A pirataria, portanto, é somente um dos aspectos que compõe a miríade de problemas domésticos tais como tráfico humano e contrabando<sup>463</sup>. Os piratas somalianos são de difícil distinção, já que são compostos por mais de 50 líderes e 300 ‘comandantes’ que contam com mais de 2500 ‘marinheiros’<sup>464</sup>, operando em rede e em uma lógica difusa e imprevisível.

Nos últimos anos, contudo, a ação de piratas na Somália diminuiu e, no lugar, o Golfo da Guiné tornou-se o maior foco de ataques. Em 2018, dos 201 ataques ou tentativas de ataques piratas, 48 ocorreram na região da Nigéria, enquanto somente 03 foram realizadas por piratas somalianos<sup>465</sup>. A área representa importante LCM, na medida em que Nigéria e Angola estão entre os 10 principais exportadores de petróleo, de modo que cerca de 40% da importação europeia e aproximadamente 30% da norte-americana passam pela região.<sup>466</sup> Ademais, cumpre ressaltar que a região faz parte do entorno estratégico brasileiro, como consta na nossa Estratégia Nacional de Defesa.<sup>467</sup>

As ameaças que os piratas apresentam colocam desafios prementes, uma vez que seu *modus operandi* varia no espaço e no tempo. No estreito de Malaca a ameaça inicial dizia respeito ao roubo de carga, em escalas menores e com uso limitado da violência. Todavia, mais recentemente, na mesma região, o problema voltou-se a ação de piratas mais

---

<sup>461</sup> ReCAAP. *Piracy and Armed Robbery Against Ships in Asia. 3<sup>rd</sup> Quarter Report*. January-September 2019. Disponível em <http://www.recaap.org/resources/ck/files/reports/quarterly/ReCAAP%20ISC%203rd%20Quarter%202019%20Report.pdf> acesso em 28/10/2019.

<sup>462</sup> MURPHY, Martin. *Somali Piracy*. The RUSI Journal, 156:6, 4-11, 2011.

<sup>463</sup> KRASKA. Op cit.

<sup>464</sup> TILL, 2018. Op cit.

<sup>465</sup> ICC IMB. *Piracy and Armed Robbery Against Ships*. Relatório do ano de 2018.

<sup>466</sup> ANYIMADU, Adjoa. *Maritime Security in the Gulf of Guinea: Lessons Learned from the Indian Ocean*. Chatam House. Londres, julho de 2013.

<sup>467</sup> BRASIL, 2012. *Estratégia Nacional de Defesa*.

especializados roubando petróleo.<sup>468</sup> De maneira análoga, em um estudo de 2013 realizado pelo *Think Tank* britânico *Chatam House*, constava que a pirataria/roubo armado na Somália diferia da realizada no Golfo da Guiné, na medida em que nesta as ações envolvendo sequestro dos tripulantes dos navios era menos frequente, de acordo com dados do *International Maritime Bureau* (IMB). No entanto, em 2019, de acordo com o mesmo instituto, 86% dos ataques piratas/roubo armado envolvendo reféns, e 82% dos que envolvem sequestro ocorreram justamente no Golfo da Guiné.<sup>469</sup>

### *Terrorismo*

Outro ator não-estatal danoso para o ambiente marítimo e seu atributo de meio de transporte são os terroristas. Igualmente de difícil categorização, para alguns autores, a principal diferença em relação aos piratas está em suas motivações, que pretendem impactar psicologicamente a sociedade em que se inserem. Apesar de ficar em evidência após o ataque às torres gêmeas em 11 de Setembro de 2001, na seara marítima, os terroristas chamaram atenção no após o ataque ao *destroyer* norte-americano *USS Cole* em 2000<sup>470</sup> e ao navio francês *Limburg*, em 2002<sup>471</sup>, ambos no Golfo de Áden.

No entanto, no ambiente marítimo sua ocorrência é menos frequente – cerca de 2% da totalidade dos ataques marítimos realizados entre 1970 e 2005, de acordo com o banco de dados da *RAND Corporation* – uma vez que requer habilidades peculiares da vida de bordo, bem como embarcações e equipamentos específicos para tal. Ademais, uma empreitada terrorista no mar, mesmo que bem-sucedida, não traria a visibilidade e impacto psicológico que se alcança quando ocorre em terra<sup>472</sup>.

Por isso, como Till bem ressalta, os maiores riscos de uma ação terrorista residem no ambiente cibernético. Com efeito, um ataque hacker com motivação terrorista poderia comprometer a complexa cadeia logística que compreende a rede intermodal de distribuição e

---

<sup>468</sup> TILL, 2018. Op cit. p.320.

<sup>469</sup> *Maritime piracy incidents down in Q3, yet Gulf of Guinea remains a hot spot*. Disponível em <<https://www.icc-ccs.org/index.php/1282-maritime-piracy-incidents-down-in-q3-yet-gulf-of-guinea-remains-a-hot-spot>> acesso em 31/10/2019.

<sup>470</sup> Maritime Executive. *Airstrike Kills Al Qaeda Operative Behind USS Cole Attack*. Disponível em <<https://www.maritime-executive.com/article/airstrike-kills-al-qaeda-operative-behind-uss-cole-attack>> acesso em 31/10/2019.

<sup>471</sup> New York Times. *Fire on French Tanker Off Yemen Raises Terrorism Fears*. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2002/10/07/world/fire-on-french-tanker-off-yemen-raises-terrorism-fears.html>> acesso em 31/10/2019.

<sup>472</sup> CHALK, Peter. *The Maritime Dimension of International Security: Terrorism, Piracy and Challenges for the United States*. Santa Mônica: RAND Corporation, 2008. p. 20-21.

circulação do comércio marítimo, envolvendo ferrovias, estradas e a estrutura portuária adequada. No entanto, há também o risco de elementos terroristas se utilizarem de navios mercantes como armas de guerra e, por intermédio de seus contêineres, realizarem ataques em portos e construções em terra.<sup>473</sup>

### *Tráfico ilegal de mercadorias, drogas e pessoas*

Outro problema de caráter transnacional que ganha tração na passagem para o século XXI é o tráfico de drogas e de mercadorias ilegais. Tal aspecto poderá ser ainda mais alarmante quando se trata de tráfico ilegal de armas de destruição em massa, afetando em cheio o atributo do mar em servir como meio de transporte. Nesse caso, um navio quando não detectado corretamente poderá ser fatal. Em 2002, por exemplo, um navio de guerra espanhol detectou um navio de carga norte-coreano carregando 15 mísseis Scud, com 15 ogivas convencionais e 85 galões com substâncias químicas não identificadas a serem entregues no Iêmen<sup>474</sup>. À época, não houve embasamento legal da comunidade internacional para se enquadrar a atitude no navio como ilegal, motivo pelo qual em 2005 a *Convention for the Supression of Unlawful Acts against the Safety of Maritime Navigation* (SUA Convention) foi atualizada para criminalizar o transporte ou o dejetos de elementos nucleares ou radioativos no mar.

O tráfico de drogas é outra franca ameaça ao comércio marítimo e ao sistema internacional. Tratando-se de um problema global, estende-se desde o sudeste asiático, com o tráfico de ópio e heroína para a Europa; à América Latina na região caribenha com o comércio da cocaína. Estima-se que o mercado de cocaína movimente cerca de 88 bilhões de dólares<sup>475</sup>, contando as vezes com sofisticados métodos “logísticos”, como o emprego de submersíveis para o transporte da mercadoria.<sup>476</sup>

É bem verdade que as drogas em si não são um problema novo, mas com o incremento do tráfego marítimo e a crescente interconexão global, o problema tornou-se mais frequente e de difícil controle. Diversos grupos com interesses difusos, operam em rede, espalhando-se internacionalmente dificultando a ação dos governos. Em geral, tal qual a pirataria, é um

---

<sup>473</sup> TILL, 2018. Op cit

<sup>474</sup> The Guardian. *Sailing on, the ship without a hold full of Scud Missiles*. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2002/dec/12/yemen.northkorea> acesso em 31/10/2019.

<sup>475</sup> SPELLER, Ian. Op cit

<sup>476</sup> Washington Post. *Watch a Coast Guardsman leap onto a moving 'narco-submarine' full of cocaine*. Disponível em < <https://www.washingtonpost.com/national-security/2019/07/11/watch-coast-guardsman-leap-onto-moving-narco-submarine-full-cocaine/>> acesso em 31/10/2019.

problema que emana de diversos Estados em lidar com suas questões internas, estando muito associado à corrupção. Vemos aqui, uma vez mais as fronteiras domésticas e internacionais dos estados se sobrepondo, em geral por conta de organizações já internacionais. motivo pelo qual seu controle precisa ser uma tarefa conjunta.

Da mesma forma, o tráfico ilegal de pessoas apresenta problemas graves para o atributo do mar de servir como meio de transporte. Traficantes lucram ao transportar passageiros de forma completamente incongruente com a convenção internacional *Safeguard of Life at Sea* (SOLAS), pondo em risco suas vidas e colocando em xeque a própria estabilidade política dos países a que se destinam. Recentemente, o mediterrâneo tem sido a principal rota de escape para os refugiados da guerra civil em países como Líbia e Síria em resultado da Primavera árabe em 2011.

### *Poluição ambiental e pesca ilegal*

Poluição ambiental e uso excessivo dos recursos marítimo aos oceanos apresentam riscos mais relacionados ao atributo do mar enquanto fonte de recurso. Em 2010, a United Nations Environmental Programme (UNEP) registrou que em 2050 o estoque mundial de peixe pode colapsar, inviabilizado o recurso que representa um relevante instrumento econômico para diversos países. Isso demonstra a consequência óbvia que se está pescando mais do que o estoque de peixes poderia naturalmente repor. Tal aumento se dá em parte por conta da pesca ilegal, atividade que movimenta cerca de 10 a 23 bilhões de dólares anualmente; e em parte por conta da competição entre Estados por tal estoque.<sup>477</sup>

À título de exemplo, desde 2012 vem ocorrendo uma verdadeira ‘guerra de pescadores’ entre a Sri Lanka e a Índia. A disputa funda-se em uma complexa mistura de fatores regionais, mostrando a capacidade do problema em tornar-se complexo. Em parte, se dá devido à pesca excessiva de pescadores indianos; em parte por conta do tsunami de 2004 danificando os cardumes locais e, em parte, por conta da guerra civil na Sri Lanka, cujo fim em 2009 fez com que os pescadores reivindicassem seu território outrora tomado pelos indianos enquanto ocorria a guerra civil.<sup>478</sup>

A poluição ambiental é outro problema crítico ameaçando não somente a economia global, mas diversos ecossistemas e a fauna marinha. Um relatório de 2016 da *Ellen*

---

<sup>477</sup> TILL, 2018. Op cit.

<sup>478</sup> New York Times. *Two Hungry Nations Collide Overfishing*. Disponível em <https://www.nytimes.com/2012/09/05/world/asia/sri-lanka-and-india-battle-over-fishing-grounds.html> acesso em 02/11/2019.

McArthur Foundation estima que em 2050 haja mais tonelada de plástico do que de peixe nos oceanos. Além disso, cerca de 95% do plástico utilizado para embalagem é jogado fora logo após o primeiro uso, causando, ademais, uma perda de 80 a 120 bilhões de dólares anualmente.<sup>479</sup> Micropartículas de plástico já foram encontradas caindo com a chuva em locais de alta altitude como nos Pireneus. Pesquisadores Britânicos estimam que cerca de 8% de uma determinada espécie de crustáceo marinho chamada *amphipods* - cujo ecossistema são as regiões mais profundas do oceano - contém plástico em seu sistema digestivo<sup>480</sup>.

Ademais, as mudanças climáticas tornaram-se fenômenos cada vez mais estudados e diversas pesquisas alertam para seus impactos. Um deles, divulgado no *The Economist* consta que de 1850 para 2019 o mundo encontra 1°. C mais quente<sup>481</sup>, o que, embora aparentemente imperceptível, tem gerado efeitos globais, em especial para os oceanos. Em uma coleta de dados feito pela NASA consta que desde 1993 até os dias de hoje o nível dos mares tem subido 3.3mm por ano<sup>482</sup>. Um estudo divulgado na *Proceedings of the National Academy of Sciences*, baseado em uma série de modelagens matemáticas feitas em computador estima que, mesmo que os países consigam cumprir os índices estabelecidos no tratado de Paris, de 2015<sup>483</sup>, em 2300 o nível do mar subirá 20cm.<sup>484</sup> Isso pode resultar em uma série de alargamentos afetando a vida de milhões de pessoas em diversos locais do mundo como China, Tailândia e Reino Unido.<sup>485</sup>

No Brasil, recentemente um alarmante acidente ambiental tomou lugar, por ocasião de um derramamento de óleo na região nordestina. Foram recolhidas cerca de 4.5 milhões de toneladas de óleo misturando com areia, cerca de 2,7 mil barris de petróleo, atingindo 283

---

<sup>479</sup> Ellen McArthur Foundation. *The New Plastics Economy: Rethinking the Future of Plastic & catalising Action*, 2017. Disponível em < [https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/publications/NPEC-Hybrid\\_English\\_22-11-17\\_Digital.pdf](https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/publications/NPEC-Hybrid_English_22-11-17_Digital.pdf)> acesso em 01/11/2019.

<sup>480</sup> The New Yorker. *Where does all the plastic Goes?* Disponível em < [https://www.newyorker.com/news/news-desk/where-does-all-the-plastic-go?utm\\_campaign=oqel&utm\\_source=Newsletter](https://www.newyorker.com/news/news-desk/where-does-all-the-plastic-go?utm_campaign=oqel&utm_source=Newsletter)> acesso em 31/10/2019.

<sup>481</sup> The Economist. *A Warming World*. <https://www.economist.com/leaders/2019/09/19/the-climate-issue> acesso em 31/10/2019.

<sup>482</sup> <https://climate.nasa.gov/vital-signs/sea-level/> acesso em 16/11/2019 as 22:34.

<sup>483</sup> No tratado de Paris, assinado em 2015, os países signatários concordaram em reduzir o aquecimento global de 2°. C para 1.5°. C. No entanto, na prática, isso não tem ocorrido, em especial por países como Rússia e Arábia Saudita e os EUA que saíram do acordo. Ver <https://www.theguardian.com/environment/2019/nov/05/most-countries-climate-plans-totally-inadequate-experts> acesso em 31/10/2019.

<sup>484</sup> The Guardian. *Sea levels set to keep rising for centuries even if emissions targets met*. Disponível em < <https://www.theguardian.com/environment/2019/nov/06/sea-level-rise-centuries-climate-crisis>> acesso em 31/10/2019.

<sup>485</sup> KULP, S.A., STRAUSS, B.H. *New elevation data triple estimates of global vulnerability to sea-level rise and coastal flooding*. *Nat Commun* **10**, 4844 (2019).

locais, em especial na Bahia, Rio Grande do Norte e Alagoas<sup>486</sup>. Sendo considerado uma das maiores crises ambientais da história do país, acredita-se que o óleo venha de um navio de bandeira Grega, o Bourbolina. O desastre vem afetando principalmente a economia de regiões litorâneas que vivem da pesca e do turismo, bem como diversas espécies marinhas que se encontram na região. Ainda não se sabe ao certo a dimensão do desastre, mas dado o caráter sistêmico do próprio meio ambiente – como percebemos com os estudos acerca do aumento do nível do mar e do aquecimento global – é bem provável que os efeitos desse evento se desdobrem ao planeta como um todo.

### 3.2.2 AS BATALHAS NARRATIVAS NA NOOSFERA

O que se vê em todas essas ‘novas ameaças’ é, portanto, seu caráter global, isto é tanto afetam a realidade de todo o planeta a partir de sua simples ocorrência, quanto, mesmo as medidas para se combatê-las excedem a capacidade de um único Estado em fazê-lo. Um único ataque pirata na região do Golfo da Guiné espalha-se pelo pelos mercados internacionais aumentando o preço do petróleo rapidamente; da mesma maneira que o aumento de poucos milímetros por dia no nível do mar poderá impactar a vida de milhões de pessoas. De igual modo, a pesca ilegal, por exemplo, é uma ameaça dificilmente contornável pela ação de um único país, dado o caráter transnacional desse tipo de indústria<sup>487</sup>. Não é por outro motivo que as drogas e o tráfico internacional também se tornaram um problema que dificilmente são isoláveis por um único país.

Eis o motivo de a novidade de esses fenômenos em si ser menos importante do que o regime político diferenciado em que operam. Com efeito, em torno de todas essas ameaças, produz-se uma série de discursos que legitimam e ressaltam seu caráter global, e isso somente é possível devido à ubiquidade de informações que hoje são produzidas. Ou seja, porque mobilizam o sistema internacional como um todo, ultrapassando as noções de espaço – já que afetam o mundo todo – e de tempo – porque não compreendem um início e um término para seu fim – construiu-se um entendimento igualmente global sobre tais agentes, entendimento esse que se demonstrará crucial para uma abordagem estratégica efetiva.

Com relação à pirataria, a própria definição de pirata obedece a essa lógica. Sendo constantemente discutida no IMO, esse órgão da ONU é um grande responsável pela

---

<sup>486</sup> MAZZA, Luigi; ROSSI, Amanda; BUONO; Renata. *Sobre o Óleo Derramado*. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/sobre-o-oleo-derramado/> acesso em 31/10/2019.

<sup>487</sup> SPELLER, 2016. Op. Cit.

construção desses entendimentos em seus diversos grupos de trabalho e Assembleias Anuais. Em seu Comitê de Segurança Marítima (*Maritime Security Comitee –MSC*) não somente a pirataria, mas todas as ameaças que poderiam atrapalhar a estabilidade do comércio marítimo são debatidos com vistas a se construir um discurso coerente.

Além da IMO outras instituições transnacionais foram constituídas visando justamente incrementar uma consciência global sobre a ação dos piratas, universalizando as informações a seu respeito. A *International Maritime Bureau* (IMB) órgão da Câmara Internacional de Comércio existe especificamente para essa função, tal qual a *Regional Cooperation Agreement on Combating Piracy and Armed Robbery Against Ships in Asia* (ReCAAP) em uma iniciativa dos países do sudeste asiático. O que se vê, pois, é uma verdadeira construção da ideia de pirata, de modo que as informações coletadas a seu respeito são processadas e disponibilizadas diuturnamente.

Lógica análoga ocorre com o tráfico ilegal de mercadorias e de narcóticos e com o terrorismo. A IMO tem construído uma série de regulamentos que tratam do tema, especialmente em virtude dos ataques às torres gêmeas em 11 de setembro de 2011. A construção da ideia de terrorismo serviu de subterfúgio para a invasão do Afeganistão, do Iraque e mais recentemente impacta a geopolítica da guerra na Síria. Igualmente, dada sua articulação em rede e de maneira descentrada, as informações a seu respeito tornam-se deveras relevante para se empreender operações e estabelecer estratégias.

Com relação à poluição ambiental, além dos diversos regulamentos internacionais, conforme exposto, diversos estudos, levados a cabo por diversas instituições internacionais de pesquisa<sup>488</sup> só conseguem efetivamente realizar suas pesquisas na medida em que coletam informações do mar, através de equipamentos cada vez mais sofisticados em virtude da tecnologia. A informação assim torna-se um fator crucial e circula globalmente construindo um entendimento comum sobre o meio ambiente – a maioria dessas pesquisas é aberta ao público e de graça.

Mesmo o caso do derramamento de óleo na costa brasileira ainda se reveste de dúvidas. A investigação ainda está em aberto, mas, até o momento deste trabalho, as narrativas são múltiplas. O principal suspeito pela Polícia Federal e da Marinha do Brasil é um navio de bandeira grega “*Bourboulina*”, cuja empresa administradora, nega envolvimento

---

<sup>488</sup>Ver, por exemplo, o *Internacional Panel on Climate Change*, organização pertencente à ONU, que realiza pesquisas relevantes acerca das mudanças climáticas. <https://www.ipcc.ch>

embasado em consultoria feita por uma organização não governamental chamada Skytruth<sup>489</sup>. A questão leva em consideração aspectos jurídicos - a chamada “bandeira de conveniência”<sup>490</sup> - que não raro é resultado de ação de piratas. De todo modo, ambas as investigações chegaram a conclusões diferentes usando o mesmo argumento: pelas *informações* disponíveis o navio é ou não o responsável. Há, em verdade, uma abundância de informações, acessadas em tempo real, seja devido ao *Automatic Identification System* (AIS)<sup>491</sup> dos navios permitindo sua posição em tempo real, seja devido as informações gerais coletadas por satélites permitindo ainda versões alternativas.

Com isso, em resumo, podemos admitir que além de atuarem nos *global commons*, isto é, no mar, essas ditas novas ameaças operam também na consciência global, na *noosfera*, mobilizando o comportamento dos atores internacionais por intermédio do conhecimento e dos discursos gerados a partir dele. Muito por isso, na prática, essas ameaças aparecem misturadas – poluição ambiental potencialmente gerada por atos de pirataria; ataques terroristas através de tráfico de armas; pesca ilegal danificando o meio ambiente, entre outros – potencializando os danos ao sistema internacional. Vemos, desse modo, a contemporaneidade da *noopolitik*, articulando a multiplicidade de atores internacionais envolvidos em um viés diplomático por intermédio do *soft power* e, para além, a necessidade de um pensamento estratégico holístico a altura.

Contudo, não se pode olvidar que a construção global ideacional dessas novas ameaças é um processo contínuo e, como tal, não está dado. Existe, em verdade, uma disputa mesmo pela própria construção de tais significados e não raro em nome deles é que os conflitos entre estado acontecem. A disputa pela construção dessas ideias na noosfera é o que está em jogo na política internacional, conectando as dimensões diplomáticas e beligerantes. Tal aspecto aplicar-se-á a competição interestatal, e, uma vez mais, podemos perceber que a *realpolitik* não poderá ser deixada de lado. Daí o desafio às marinhas do presente. Não

---

<sup>489</sup> Disponível em <https://istoe.com.br/grupo-dos-eua-nao-ve-elo-entre-navio-bouboulina-e-oleo-no-litoral-brasileiro/> acesso em 31/10/2019.

<sup>490</sup> De acordo com a CNDUM, artigo 91, “os navios possuem a nacionalidade do Estado cuja bandeira esteja autorizada a arvorar”, isto é, os navios mercantes são registrados sob a bandeira de determinado Estado, que com o navio possua um link genuíno. Assim, as responsabilidades são impostas aos navios via o país onde é registrado, que, por sua vez, deverá fazer cumprir os regulamentos internacionais. Daí a conveniência de algumas empresas mancomunarem-se com determinados países lenientes com práticas corruptas, no que diz respeito a questões trabalhistas, ambientais ou de impostos. As bandeiras de conveniência não raro são associadas a ações de pirata que se apropriam da carga dos navios e desviam sua rota, alterando seus registros e transformando-os em “navios fantasmas”.

<sup>491</sup> Este equipamento é o responsável por emitir as informações do navio como rumo, velocidade, porto de destino, entre outros. Pode-se mesmo acessar as informações em qualquer momento pelo site [www.marinetraffic.com](http://www.marinetraffic.com)



podemos, contudo, supor um simples retorno ao século XX, ou mesmo uma permanência dos mesmos paradigmas sob o risco de um flagrante anacronismo.

### 3.2.3 O PARADIGMA DE COMPETIÇÃO ENTRE POTÊNCIAS

Com isso, analogamente à ação de agentes não estatais, a competição entre os Estados será também danosa ao ambiente marítimo e ao sistema internacional. A guerra comercial entre a China e os EUA nos fornece um exemplo dessa questão. Embora a gestão de Trump articule-se nos moldes da realpolitik, com o foco primário nos interesses estatais norte-americanos<sup>492</sup>, a justificativa para conter o avanço da China como ator hegemônico ocorre em nome de uma suposta consciência global: a China estaria ferindo os direitos humanos e burlando as regras do mercado internacional<sup>493</sup>. Poder-se-ia supor, no entanto, que esse discurso estaria como que escondendo um real interesse norte americano em manter-se como ator protagônico e defender os interesses norte-americanos. Contudo, esse suposto ‘obscurantismo’ nada tem de opaco; ao contrário, as intenções de Trump são bastante evidentes, não em nome de uma transparência internacional wilsoniana, mas porque é precisamente essa a modificação política do século XXI: os interesses nacionais não se descolam da necessidade de se manter o sistema internacional equilibrado.

O que vem ocorrendo, pois, é uma verdadeira batalha de narrativas, em cima da construção da política externa das duas potências. Pensar em uma guerra de informação parece acertado, no entanto, a questão não é tanto a desinformação gerada. Isto é, não se quer a população com a informação errada, ao contrário: a chave está em mobiliza-la com excesso de informação certa. Tal operação muitas vezes não passa pelas vias racionais. Quem saberia calcular a lógica de proliferação do Tweeter por onde trafegam os inúmeros Tweets de Trump? <sup>494</sup>

---

<sup>492</sup> Ver por exemplo o discurso do secretário de Estado norte-americano Mike Pompeo em 2018 *Restoring the Role of the Nation-State in the Liberal International Order*. Disponível em <https://www.state.gov/restoring-the-role-of-the-nation-state-in-the-liberal-international-order-2/> acesso em 31/10/2019.

<sup>493</sup> The Economist. *America's new attitude towards China is changing the countries' relationship* . Disponível em <https://www.economist.com/briefing/2018/10/18/americas-new-attitude-towards-china-is-changing-the-countries-relationship> acesso em 31/10/2019.

<sup>494</sup> O jornal New York Times chegou a categorizar os tweets de Trump em diversos assuntos que tem moldado o discurso da política internacional. Disponível em [https://www.nytimes.com/interactive/2019/11/02/us/politics/trump-twitter-disinformation.html?te=1&nl=morning-briefing&emc=edit\\_MBE\\_p\\_20191104&section=topNews?campaign\\_id=51&instance\\_id=13587&segment\\_id=18490&user\\_id=93b551825e0dc0fd8b5f0d872efbe054&regi\\_id=86484474tion=topNews](https://www.nytimes.com/interactive/2019/11/02/us/politics/trump-twitter-disinformation.html?te=1&nl=morning-briefing&emc=edit_MBE_p_20191104&section=topNews?campaign_id=51&instance_id=13587&segment_id=18490&user_id=93b551825e0dc0fd8b5f0d872efbe054&regi_id=86484474tion=topNews)

De maneira bastante simbólica, tal aspecto também se revela no embate entre os EUA e a empresa Huawei. De um lado, a construção de uma narrativa em que o 5G poderia trazer problemas à segurança internacional pelo envolvimento da empresa com o Partido Comunista Chinês; de outro a completa indiferença ao tema, por parte do presidente da empresa<sup>495</sup>. A gramática da guerra de narrativas toma consistência em uma dimensão noosférica, uma vez que se dá no campo dos discursos que vão induzir as práticas estatais. Eis o porquê de se ressaltar que, ao se dominar a infosfera e o ciberespaço<sup>496</sup>, não necessariamente a batalha estará ganha, pois a noosfera é constituída em um processo contínuo de construção de narrativas.

As práticas estatais de que falamos vem ocorrendo através de aumentos mútuos na tarifa de importações dos produtos dos dois Estados. Alíquotas de 25% em 250 bilhões de dólares em produtos de importações chinesas pelos EUA; e a tarifação de 60 bilhões de dólares em produtos americanos – incluindo uma tarifa de 25% na soja para atingir estados como Iowa que votaram por Trump<sup>497</sup>. O aumento dessas tarifas ocorre em meio a um ambiente comercial que opera também nos global commons, no mar.

Diante disso, os impactos dessa competição também são globais, afetando o sistema internacional. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) tal conflito é um dos motivos para uma possível recessão da economia global em 2019. Nas palavras da economista chefe do FMI, “essa imprevisibilidade é um problema. Não somente as altas tarifas, mas a prolongada incerteza das políticas comerciais está prejudicando a economia global.”<sup>498</sup> Ou seja, a proteção do tráfego marítimo não apenas se dá pela ação de uma esquadra poderosa, como colocava Mahan, mas também por intermédio de uma política econômica capaz de lidar com incerteza que ataca as próprias condições de existência do comércio marítimo.

Recentemente, os atritos entre Irã e Estados Unidos nos trazem exemplo semelhante. Ainda nos moldes clássicos da *realpolitik*, ao retirar-se unilateralmente do Joint Comprehensive Plan of Action, acordo firmado por seu predecessor em 2015, os EUA

---

<sup>495</sup> Ver entrevista com o presidente da Huawei, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2HA-eWwNAgM> acesso em 05/11/2019.

<sup>496</sup> MALCOMSON, Scott. The Real Fight for the Future of the 5G. *Foreign Affairs*. Novembro, 2019. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/2019-11-14/real-fight-future-5g>

<sup>497</sup> America's new attitude towards China is changing the countries' relationship <https://www.economist.com/briefing/2018/10/18/americas-new-attitude-towards-china-is-changing-the-countries-relationship>

<sup>498</sup> The Economist. *How the Twists and turns of the trade war are hurting growth*. <https://www.economist.com/finance-and-economics/2019/10/17/how-the-twists-and-turns-of-the-trade-war-are-hurting-growth?linkId=100000009024256> acesso em 31/10/2019.

contribuíram para prejudicar a economia iraniana<sup>499</sup> que, em represália, empreendeu diversos ataques a navios mercantes nas proximidades do estreito de Ormuz. A constante divulgação vídeos que sugerem ter se tratado da Guarda Revolucionária Iraniana<sup>500</sup> constitui uma verdadeira batalha narrativa, envolvendo imagens e discursos que enquadram o Irã como um país que financia o terrorismo<sup>501</sup>. Percebamos que tal constatação é evidente, mas o que importa não é a motivação escondida do Estado, como que guardando um grande segredo diplomático, mas sim, como o processo de ‘proteção’ desse segredo importa mais que o segredo em si. A mesma dinâmica se repete com o ataque dos drones à infraestrutura petrolífera da Arábia Saudita<sup>502</sup>

Desse modo, os ataques realizados nas proximidades de Ormuz também operam em um regime de impacto global: uma mera obstrução no comércio marítimo na região pode resultar no aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais, impactando a economia global.

É expressivo, igualmente, os desdobramentos da chamada Primavera Árabe iniciada em 2011. Incendiando seu próprio corpo em protesto na Tunísia, o vendedor de frutas Mohamed Bouazizi<sup>503</sup>, ao articular-se às redes sociais, conseguiu mobilizar uma série de protestos contra o ditador de seu país, desencadeando efeitos políticos inteiramente desproporcionais e imprevisíveis que se espalharam internacionalmente em Estados com realidades políticas igualmente heterogêneas. Além de Egito, Líbia, Bahrein, Iêmen e Síria, a articulação entre as redes e as ruas transbordou os limites políticos e geográficos das regiões e a lógica semelhante ocorreu também no Brasil em junho 2013 e mesmo na França ao final de

---

<sup>499</sup> IMF Says U.S. Sanctions Have Pushed Iran's Economy Into Recession. Disponível em <https://www.rferl.org/a/imf-says-us-sanctions-pushed-iran-economy-into-recession-cut-oil-exports/29533226.html> acesso em 15/11/2019.

<sup>500</sup> New York Time. U.S. Puts Iran on Notice and Weighs Response to Attack on Oil Tankers. Disponível em <https://www.nytimes.com/2019/06/14/us/politics/trump-iran-tanker-hormuz.html?module=inline> acesso em 31/10/2019.

<sup>501</sup> Ver por exemplo, o discurso do Secretário de Estado Mike Pompeo na Heritage Foundation, antes mesmo desse episódio <https://www.state.gov/after-the-deal-a-new-iran-strategy/> ou mesmo o relatório recente do Departamento de Defesa sobre o Irã, disponível em [https://www.dia.mil/Portals/27/Documents/News/Military%20Power%20Publications/Iran\\_Military\\_Power\\_V1\\_3b\\_LR.pdf](https://www.dia.mil/Portals/27/Documents/News/Military%20Power%20Publications/Iran_Military_Power_V1_3b_LR.pdf)

<sup>502</sup> NOEL, Pierre. *Saudi Oil Under Attack*. Disponível em <https://www.iiss.org/blogs/analysis/2019/09/energy-saudi-oil-under-attack> acesso em 31/10/2019.

<sup>503</sup> Ver <https://www.aljazeera.com/news/2015/12/mohamed-bouazizi-arab-spring-worth-dying-151228093743375.html> > acesso em 11/09/2019 às 22:07.

2018 com os chamados *Gillet Jaunes*.<sup>504</sup> Recentemente, dinâmica equivalente se enxerga na Bolívia, Chile, Líbano, Argélia, Iraque e mesmo o Irã.

Ora, o que mobilizou conjuntamente essa multiplicidade de atores heterogêneos foi justamente a noosfera. Seus impactos para o pensamento estratégico marítimo contemporâneo são deveras relevantes. A guerra civil em países como Síria, Iêmen e na Líbia ocasionou um problema crônico de refugiados, gerando ondas migratórias pela Europa inteira, e cuja rota principal é o mar<sup>505</sup>, aspecto diretamente relacionado ao papel das Marinhas e que já contou inclusive com navios brasileiros.<sup>506</sup>

Ademais, imiscuídos aos interesses geopolíticos dos EUA, Israel, Arábia Saudita, Rússia, Turquia e Irã encontra-se uma complexa rede de ‘micro’interesses de grupos locais como os Houthis no Iêmen, ou os curdos na Síria, amalgamados em um moisco político onde as dimensões domésticas e internacionais se sobrepõem. Não à toa, a pirataria no Golfo de Áden tem o seu ápice justamente em 2011<sup>507</sup>. O futuro do conflito está indefinido e cada movimento aos moldes dos conflitos interestatais “tradicionais” – como a retirada das tropas dos EUA no norte da Síria, e a conseqüente invasão do território por tropas turcas – resulta em impactos globais e imprevisíveis – como a fuga de diversos integrantes do ISIS<sup>508</sup>, contribuindo para o incremento do terrorismo. Diferentemente das guerras por procuração na Guerra Fria, os interesses dos Estados não encampam as questões locais, mas com ela articulam-se em rede, espraiando-se globalmente na noosfera.

Desse modo, diferentemente do século anterior, onde, de uma forma geral, os Estados definiam ao menos os termos formais da guerra e, assim, configuravam sua estratégia em uma guerra contra outros Estados, no século XXI, os inimigos são múltiplos, globais e aparecem misturados entre si e embrulhados às dinâmicas interestatais. Com isso, podemos desde já perceber que o pensamento estratégico marítimo tradicional como esposado por Corbett e

---

<sup>504</sup> GOLDHAMMER, Arthur. The Yellow Vest Protests and the Tragedy of Emmanuel Macron. *Foreign Affairs*, Jan. 2019. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/france/2018-12-12/yellow-vest-protests-and-tragedy-emmanuel-macron>. Acesso em 14/08/2018.

<sup>505</sup> SWING, Willian. *A Vast Migration Tragedy*. Disponível em <https://www.nytimes.com/2014/12/18/opinion/a-vast-migration-tragedy.html?searchResultPosition=4>, acesso em 31/10/2019.

<sup>506</sup> O Globo. Corveta da Marinha brasileira resgata 220 refugiados no Mediterrâneo. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/mundo/corveta-da-marinha-brasileira-resgata-220-refugiados-no-mediterraneo-17409605>>

<sup>507</sup> Reuters. *Somali pirates use Yemen island as fuel base*. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-yemen-somalia-pirates/exclusive-somali-pirates-use-yemen-island-as-fuel-base-idUSTRE7641VB20110705> acesso em 31/10/2019.

<sup>508</sup> New York Times. *Turkey Starts Sending Captured Foreign Fighters Home From Syria*. Disponível em <https://www.nytimes.com/2019/11/11/world/middleeast/turkey-isis-fighters.html?searchResultPosition=6> acesso em 31/10/2019.

Mahan precisará coexistir com outra perspectiva, capaz de dar conta da noosfera, resguardar os *global commons* e, por conseguinte, manter os sistema internacional equilibrado. Uma vez mais, vemos a *noopolitik* como dinâmica política contemporânea, na medida em que os estados, atores não-estatais e transnacionais operam na mesma seara.

### 3.3 A CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DO SÉCULO XXI

Desse modo, diante da complexidade e dinâmica plural do cenário internacional, o que se apresenta no século XXI é um desafio singular, na medida em que, para dar conta de ameaças globais, as Marinhas precisam ser norteadas por uma estratégia marítima sistêmica e coerente a produção de narrativas na noosfera.

Poder-se-ia advogar a preponderância do emprego do poder naval nas tarefas de policiamento ou ‘constabular’, para usar a terminologia de Eric Grove<sup>509</sup>. Para Ian Speller, contudo, esse tipo de compreensão merece reparos, uma vez que Grove, assim como Ken Booth<sup>510</sup>, de quem busca influência, enxerga somente a perspectiva clássica do *hard power*, isto é, a importância das Marinhas seria estaria em tão somente serem portadoras do uso da força. Eis o porquê da emblemática representação simbólica de um triângulo, cuja base seria justamente o papel militar que as Marinhas deveriam desempenhar (a base) e os demais lados, o papel de polícia e diplomático. Porém, para Speller:

É apropriado se perguntar também se essas ideias [de Grove e de Booth] guardam qualquer valor nas novas condições desse novo século. Talvez elas também devam ser levadas embora. A natureza do mar pode não ter mudado, mas as ideias sobre segurança evoluíram, tal qual as Marinhas.<sup>511</sup>

A crítica de Speller serve para ressaltar a necessidade de pensar nas mudanças trazidas pelo século XXI. Se a *realpolitik* por si só já não garante uma análise política inteiramente coerente com o cenário atual, o pensamento marítimo que com ela se articulava, também já não mais explica os desafios do presente. Por isso, será preciso ir além do viés estratégico pautado unicamente no uso da força e, com ela, o ímpeto tradicional em se enxergar o inimigo como um oponente a ser derrotado.

Como pudemos ver as ameaças contemporâneas não mais podem ser efetivamente vencidas ou conquistadas. Por mais que um Estado derrote outro, as consequências para o

---

<sup>509</sup> GROVE, Eric. *The Future of Sea Power*. Londres: Routledge, 1990.

<sup>510</sup> Ver BOOTH, Ken. *Navies and Foreign Policy*. Londres: Croom Helm, 1977.

<sup>511</sup> SPELLER. Op cit. p.09. Trad. nossa.

sistema internacional podem ser trágicas. Embora os princípios mahanianos em muito expliquem a geopolítica do mar ainda hoje, sobretudo a partir dos elementos do poder marítimo<sup>512</sup>; e mesmo Corbett permanece deveras atual em considerar a preponderância da política sobre a estratégia<sup>513</sup>, ambos os pensadores jamais vislumbraram as tarefas das Marinhas atuais.<sup>514</sup>

Seria inadequado, portanto, pensar em qualquer postura estratégica objetivando comandar os *global commons*; planejar uma batalha decisiva contra piratas; enviar grandiosos navios de batalha para conter desequilíbrios ambientais ou mesmo submarinos balísticos para dissuadir pescadores ilegais. Sequer seria uma medida exagerada, seria mesmo inócua, na medida em que essas próprias ameaças não se enquadram como tal pelo seu poderio bélico (pela força) e sim, pela sua atuação na noosfera e potencial danos aos *global commons*.

Como vimos, ao longo do século XX todos os cálculos estratégicos influenciados pelo pensamento de Mahan e de Corbett levaram em consideração os aspectos estatais, suas intenções, capacidades, seus elementos do poder marítimo, seus interesses políticos. Desde a Guerra Russo Japonesa à Guerra Fria, o processo de produção de conhecimento acerca do mar fundou-se em elementos de ordem, previsibilidade e, de certo modo, linearidade. Diante das ameaças expostas, tal aspecto se demonstra vazio de significado.

É bem verdade que no caso da competição entre Estados o uso da força ainda é deveras relevante e, evidentemente, deve nortear a estratégia marítima em algumas situações, sendo ainda um relevante fator estratégico. Mas não é exagero argumentar que desprovido de uma *noopolitik* que de conta da pluralidade política do século XXI, tal paradigma pode não se mostrar efetivo. Diversos autores vêm criticando a postura de Trump em tentar enveredar justamente por esse caminho, em especial no que diz respeito a retirada das tropas americanas da Síria e o abandono dos curdos<sup>515</sup>. Arquilla e Ronfelt parecem compartilhar da crítica ao presidente, em especial apontando para possíveis inimigos que, de outro modo, conseguem transitar pelos dois modelos. A China, por exemplo, contribuiu para o combate à pirataria no

---

<sup>512</sup> Ver KENNEDY, Paul, 1991. Op cit. p. 415-423; MORAN et al. p 261-281. GRAY, 2015 também traz ideias semelhantes do ponto de vista estratégico geral.

<sup>513</sup> Ver LAMBERT, Andrew, 2017. Op cit.

<sup>514</sup> TILL, 2018. Op cit.

<sup>515</sup> BROWN, Frances Why Trump's Shapeshifting Syria Policy Worked—Until It Didn't: The Limits of Strategic Ambiguity. *Foreign Affairs*, Novembro, 2019. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/turkey/2019-11-13/why-trumps-shapeshifting-syria-policy-worked-until-it-didnt> Ver também MCFAUL, Michael. Trump's Gift to Putin: The President's Privatized Foreign Policy Is a Boon for Russia. *Foreign Affairs*, Outubro de 2019. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/2019-10-23/trumps-gift-putin>

Golfo de Áden tanto quanto vem incrementando a quantidade de navios de sua esquadra, ultrapassando em números a norte-americana.<sup>516</sup> A Rússia vem operando dessa maneira faz tempo e, da mesma forma que tomou Criméia em 2014, recentemente buscou influenciar a eleição presidencial em Madagascar.<sup>517</sup>

Nesse sentido, se o combate contra as novas ameaças pauta-se antes pela própria construção de sua ideia por parte dos atores internacionais, a globalização e a noosfera trazem a necessidade de uma atuação conjunta nesse sentido. Isto é, a *noopolitik* engendra uma política internacional onde, em complemento à lógica competitiva do século XX, a cooperação e construção ideacional das ameaças induzirão práticas conjuntas entre estados, atores não-estatais, e organismos não governamentais implementando uma estratégia marítima holística. Tal aspecto mostra-se congruente ao que Till coloca:

A globalização e tudo que com ela se relaciona está criando um novo paradigma de esforço naval colaborativo que precisa ser entendido ao lado do comportamento naval competitivo do passado. Devido a esse efeito no estado e nas práticas estatais, a globalização por bem ou por mal, é o elemento central no ambiente estratégico do início do século XXI.<sup>518</sup>

Um Estado sozinho não consegue dar conta de um problema global, e nem poderia ser, uma vez que a ideia de vitória sobre tais ameaças já não é dotada do mesmo significado. De outro modo, o combate às ameaças ao mar enquanto *global common* trata-se de uma campanha contínua, “um problema a ser resolvido em vez de uma batalha a ser ganha [...] uma campanha de cooperação onde as marinhas dos estados e suas guardas costeiras se juntam em um causa comum”<sup>519</sup>. Tais práticas serão induzidas em torno de uma construção contínua de seus significados bem sua atuação conjunta.

Em outras palavras, o pensamento marítimo contemporâneo deverá buscar não apenas a vitória frente às ameaças, mas garantir que elas não constituam um empecilho ao funcionamento do sistema; não tanto o controle ou o comando do mar, mas sim manter a *Segurança Marítima (Maritime Security - MARSEC)*. Ainda nas palavras de Till, em vez de uma batalha pelo domínio dos mares, trata-se de uma ‘batalha pela segurança marítima’,

---

<sup>516</sup> New York Times. With Ships and Missiles, China Is Ready to Challenge the U.S Navy in Pacific. Disponível em <https://www.nytimes.com/2018/08/29/world/asia/china-navy-aircraft-carrier-pacific.html> acesso em 29/10/2019.

<sup>517</sup> New York Times. *How Russia Meddles Abroad for Profit: Cash, Trolls and a Cult leader*. Disponível em <https://www.nytimes.com/2019/11/11/world/africa/russia-madagascar-election.html?searchResultPosition=1> acesso em 29/10/2019.

<sup>518</sup> TILL, 2018. Op cit. p. 37.

<sup>519</sup> TILL et al, 2016. Op cit. p.181.

progendo os oceanos enquanto global commons. A MARSEC será alcançada na medida em que os estados adotem uma postura mais voltada para o sistema do que para seus próprios interesses, em uma articulação plural, colaborativa, interestatal e holística e sistêmica das Marinhas.<sup>520</sup> Só assim estaria assegurado que os inimigos não perturbem a estabilidade do sistema, isto é, mantendo a *boa ordem do mar*.

Boa ordem no mar e colaboração internacional marítima para lidar com suas ameaças devem ser concebidas holisticamente, porque tudo está conectado com tudo. Isso serve como um lembrete do fato básico de que o mar é um só e interliga o mundo inteiro<sup>521</sup>

Convém ressaltar que tal cooperação não se assenta em de um imperativo moral como que conformando o comportamento dos Estados. Eis o porquê de se tratar de uma boa ordem, e não *da ordem boa*. Quer dizer, MARSEC é uma perspectiva estratégica amoral e que não se pautará por um objetivo universalmente dado, eliminando os ‘maus’ da ordem. Isso porque na noosfera existe uma constante disputa narrativa por tais categorias, de modo que a boa ordem é um processo construtivo, ou seja, a parte ‘boa’ da ordem será mais o seu processo do que a ordem em si.

Desse modo, garantir a boa ordem á um processo gradual, em constante reformulação em virtude das diferentes conjunturas e do caráter transnacional das ameaças. Marinhas e Guardas Costeiras devem fazer da suposta sobreposição de suas tarefas uma vantagem estratégica, em vez de um entrave administrativo. É Till, portanto que ressalta:

... Isso é uma campanha de cooperação, quando as marinhas e guarda-costeiras se juntam em um causa comum contra ameaça como terrorismo internacional e pirataria. Tal narrativa cooperativa pode ser tida como o novo paradigma do poder marítimo do século XXI, que reflete e promulga novas e melhores relações interestatais, em maneira bem diferentes da antiga, narrativa que se baseava no pensamento tradicional acerca de batalhas navais.<sup>522</sup>

### 3.3.1 SECURITIZAÇÃO MARÍTIMA

Convém ressaltar, pois, que ainda não há um consenso acadêmico a respeito do conceito de MARSEC. Em português a expressão ainda é dotada de maior complexidade, uma vez que a palavra segurança traduz ao mesmo tempo *security* e *safety*, que implicam conceitos diferentes. Enquanto a primeira designa efetivamente a ideia que trouxemos ainda

---

<sup>520</sup> TILL, 2018. Op cit.

<sup>521</sup> Ibid. p. 308. Trad. nossa.

<sup>522</sup> Ibid. p.181.



acima, isto é, segurança contra ameaças para se manter a ordem no mar, a segunda está mais associada a ideia de proteção genericamente concebida.

Percebemos também como o conceito de segurança se diferenciaria do que fora esposado no período da Guerra Fria, uma vez que aqui não se trata somente de ameaças estatais. Christian Bueger, rente ao que esposamos até agora, coloca que pouca atenção é dada ao tema, em especial fora da chave de entendimento clássica que esboçamos. Para o autor “de uma forma geral, o tema de segurança vem sido teorizado e interpretado de maneira conservadora, baseado na noção tradicional realista ou liberal”<sup>523</sup>. Desse modo, Bueger esboça três perspectivas possíveis para compreender o conceito de MARSEC. A primeira se dá por intermédio de uma matriz semiótica, que define segurança marítima na medida que a relaciona com outros signos diferentes: segurança nacional, segurança marinha, desenvolvimento econômico e ambiente marítimo. Em outra abordagem o autor traz foco no viés prático, isto é, examinando o que os “diversos atores realmente fazem em nome de segurança marítima”<sup>524</sup>, buscando identificar comunidades empíricas.

Esses enfoques, embora úteis, parecem ainda não empreender uma análise afirmativa do que efetivamente se trata a segurança marítima em sua dimensão estratégia, isto é, apresentam uma definição por exclusão, tratando de se aprofundar antes no que o conceito *não* significa. Por isso, destacamos a terceira abordagem de Bueger que mobilizaria a teoria construtivista da *securitização* elaborada por Buzan, Weaver e de Wilde para enquadrar o conceito de MARSEC.

Com efeito, é relevante tratar do assunto nessa chave de entendimento por dois motivos. O primeiro seria de ordem semântica, uma vez que, na tradução para o português poder-se-ia referir especificamente ao conceito que buscamos abordar como *securitização marítima*<sup>525</sup>, em vez de Segurança Marítima. O segundo relaciona-se à relevância da dimensão intersubjetiva e sócio-política trazida por Buzan *et al*, traço que se coaduna a noosfera e a uma *noopolitik*, de modo a empreender perspectiva estratégica também construtivista.

O aparato conceitual da teoria coloca, portanto, que securitizar é uma construção de significado coletivo que “leva a política para além das regras estabelecidas do jogo e

---

<sup>523</sup> BUEGER, Christian; EDMUNDS, Timothy. Beyond Sea Blindness: a new agenda for maritime security studies. *International Affairs*. Londres, No. 93, p. 1293–1311, 2017.

<sup>524</sup> BUEGER, Christian. What is Maritime Security? *Marine Policy*. Londres, Vol 53, p.159-164, 2015.

<sup>525</sup> Doravante trataremos o conceito de MARSEC e securitização marítima como sinônimos.

enquadra determinada questão como um tipo político especial ou supra-político”<sup>526</sup>. Distinguem-se, pois, três elementos nesse processo: o objeto de referência a ser securitizado; o ator securitizador que promulga seu discurso em favor do objeto de referência, e a audiência a ser “convencida” pelo ator securitizador e que o avalia social e politicamente, por intermédio chamado *ato de securitização*. O que define um objeto de referência enquanto tal é a ameaça que poderia colocar em risco sua sobrevivência, motivo pelo qual, tradicionalmente tal objeto tem sido o Estado.<sup>527</sup>

Contudo, a peculiaridade da teoria de securitização é que nenhum desses elementos está dado de antemão. No lugar, eles se definem enquanto tal no âmago do processo que constrói a noção de uma ameaça existencial relevante o suficiente para mobilizar determinados atores a ultrapassarem as regras do jogo e securitizar o objeto de referência. Muito por isso, Buzan *et al.* chegam mesmo a dizer que uma definição precisa do que é securitização não se dá meramente no nível teórico, mas vincula-se aos usos práticos que se faz do conceito: “o significado reside não no que as pessoas conscientemente pensam que o conceito significa, mas em como elas implicitamente o utilizam em vez de outros”<sup>528</sup>.

É bem nesse sentido que reforçamos o caráter processual da securitização que, por sua vez, é instrumentalizado pelos *discursos* em torno das ameaças com relação ao objeto referência. E aqui discursos são tidos de uma maneira global, isto é, o que se fala e se entende por determinada ameaça – daí a relevância que os autores dão aos chamados *atos da fala* (*speech act*). Nesse sentido, todo o processo de securitização constrói-se em uma dinâmica coletiva, socialmente constituída e que induz efeitos estratégicos reais. O esforço ao se analisar determinado problema sob a perspectiva da securitização consiste na tarefa:

não de se tratar algumas ameaças objetivas que realmente põe em perigo algum objeto a ser defendido ou securitizado; de outro modo, é entender o processo de construção de um entendimento compartilhado do que é considerado coletivamente como resposta àquela ameaça<sup>529</sup>

Aí está, pois, o caráter intersubjetivo e sócio-político de que falamos. Vejamos, pois, como a ideia de uma noosfera contém o processo de securitização e, mais, como esse tipo de abordagem se adequa a produção de narrativas comum ao século XXI. Isto é, a noosfera engendra o processo de construção discursiva que define as ameaças. Essa chave de

---

<sup>526</sup> BUZAN, 1998. p.23.

<sup>527</sup> Ibid.

<sup>528</sup> Ibid. p.24.

<sup>529</sup> Ibid. p. 26.

entendimento é bastante coerente ao que Bueger coloca em seu artigo como pista para se compreender MARSEC enquanto securitização marítima. O autor atenta para a necessidade de se debruçar sobre o processo de entendimento coletivo que colocou os oceanos como objeto a ser securitizado:

Escrever uma genealogia será a resposta, considerando que os discursos sobre os oceanos como uma zona de perigo e incerteza pode ser datado à Antiguidade. Tal análise traz visão geral de como e porque o ambiente marítimo é uma zona de insegurança e um objeto de referência que requer ser protegido<sup>530</sup>

Ora, todo o percurso que fizemos até o presente capítulo trata-se de ilustrar essa produção discursiva, desde o final do século XIX até o fim da Guerra Fria. Se, conforme consta na obra de Till, desde a Antiguidade esse discurso encontra-se presente, em especial, é sobretudo a partir de Mahan e com Corbett que ele ganha tração. Com o *navalismo* do início do século XX a obra de Mahan induz o Império Alemão com Tirpitz a incrementar seu poder naval. Medida análoga ocorre com o Japão, ocasionando sua onda expansionista que se desdobrará na Campanha do Pacífico, na Segunda Guerra. Por fim, é Mahan que se encontra na base de Gorshov e, portanto, influencia o impulso expansionista da União Soviética durante a Guerra Fria. Em Corbett, vemos seu impacto na política externa do Reino Unido e, de maneira semelhante, na *Jeune École* Francesa a construção discursiva análoga.

Tal produção discursiva, como vimos, tratava de construir a noção de ameaça embrulhada na noção de que o Estado precisava sobreviver e minimizar a insegurança a sua existência. A *realpolitik* era justamente a prática correlata, de modo que os oceanos eram ambientes de insegurança na medida em que possibilitariam a invasão por outros Estados. Em suma, o objeto de referência era o Estado; as ameaças existenciais eram Estados inimigos, de modo que os diversos atores securitizadores produziam discursos para defini-los enquanto tal a partir do mar. Mahan fora o grande expoente dessa postura, em especial ao oferecer concepções estratégicas capazes de ir além das regras do jogo de forma definitiva através da ideia de uma batalha decisiva. Não à toa ele é o “evangelista do poder marítimo” conforme Margaret Sprout denomina<sup>531</sup>.

Até a Guerra Fria, pois, o Estado figurava como o objeto de referência, de modo que tal discurso acerca do ambiente marítimo – enquanto instrumento de dominação, como coloca Till e o quarto de seus atributos do mar – funcionava como elemento legitimador dos atores

---

<sup>530</sup> BUEGER, 2015. Op cit.

<sup>531</sup> ALMEIDA, 2013. Op cit.

securitizadores para enquadrar ameaças e proteger o objeto de referência. É esse discurso que legitimou as práticas navais nas batalhas de Tsushima, Jutlândia e Midway, bem como toda perspectiva dissuasória dos submarinos balísticos na Guerra Fria. Vejamos, pois, como o dilema da segurança trazido pelo armamento nuclear trouxe o paroxismo dessa noção, mesmo tornado-a contraditória: quanto mais segurança, mais insegurança a reboque. Em suma, o Estado deveria ser securitizado, de modo que o mar era a área de insegurança que engendrada por atores securitizadores, viam em outro Estado ameaças competitivas.

Ora, a descontinuidade desse processo dá-se no século XXI, quando, com a globalização e a noosfera, ocorre justamente o inverso: é o próprio mar o objeto a ser securitizado e os Estados e inúmeros atores internacionais é que passam que a securitizá-lo. Todas as batalhas narrativas na noosfera tratam-se, pois de convencer, não somente outros Estados, mas todos os atores do ambiente internacional sobre eventuais ameaças ao ambiente marítimo e a partir delas construir narrativas capazes, os atos de securitização.

Não à toa Bueger usa a palavra ‘genealogia’, pois é este o ‘método’ Foucaultiano de que Buzan *et al* também lançam mão<sup>532</sup>. Com isso, podemos entender securitização marítima como o processo dinâmico de construção de práticas motivadas por discursos capazes de ultrapassar as condições políticas normais de modo a afastar as ameaças ao ambiente marítimo. É nesse sentido que enquadramos o conceito MARSEC. Isto é, se indicamos que tal prática não se situa em um viés competitivo e menos ainda em uma postura moral, com a teoria da securitização, vemos como o pensamento marítimo poderia mobilizar-se através da construção do discurso, estes, por sua vez, induzindo as práticas cooperativas de que Till trata.

Desse modo, em vez de traduzirmos *Maritime Security* por segurança marítima, doravante fá-lo-emos como *securitização marítima*. Com isso garantiremos que a estratégia marítima dê conta tanto da noosfera, quanto dos global commons. A securitização marítima associa-se ao século XXI na medida em que há uma descontinuidade na narrativa estratégica, colocando o mar como objeto de referência a ser protegido pelos atores internacionais. Resgataremos esse tema na próxima seção para se compreender como isso ocorre na prática.

Eis, portanto, a importância do chamado *soft power* e, por conseguinte, da *noopolitik* engendrando tal postura. É por intermédio da colaboração diplomática, construindo discursos sobre possíveis ameaças e conjuntamente aos diversos atores estatais que os Estados e suas Marinhas consolidam as práticas para combater as ameaças globais. Assim, se do ponto de

vista político podemos compreender o século XXI em uma perspectiva construtivista, analogamente podemos admitir um pensamento estratégico alinhado a essa visão, tal é a vantagem da teoria da securitização.

### 3.3.2 MARINHAS PÓS MODERNAS E A SECURITIZAÇÃO MARÍTIMA

É oportuna, nesse sentido, a distinção categórica de Till, trazendo o conceito de marinhas pós-modernas. Essas categorias de Marinhas, resultam de Estados que “adotam uma política de defesa inclinada a produzir marinhas cujo foco é na manutenção da segurança internacional em vez da nacional”<sup>533</sup>. São cinco suas missões fundamentais: (1) controle de área marítima; (2) operações expedicionárias; (3) operações de estabilidade e assistência humanitária; (4) ordem no mar inclusiva e (5) diplomacia naval colaborativa.

A missão de controle de área marítima ainda permanece atrelada a seu viés clássico em se utilizar o mar com qualquer propósito que se queria. O que distingue seu caráter pós-moderno será seu enfoque nas proximidades litorâneas – em contraste com a visão moderna sendo empregada em alto mar – com o objetivo de influenciar os acontecimentos em terra. Ademais, nas palavras de Till, “é menos uma questão de se assegurar o mar no sentido se apropria dele para seu uso próprio, do que fazê-lo seguro [securitizá-lo] para todos, exceto seus inimigos, utilizarem-no”<sup>534</sup>.

Lógica análoga pode ser aplicada às operações expedicionárias e de assistência humanitária, onde a questão será não tanto que se faz *no* mar, mas o que se faz *do* mar para que se possa influenciar políticas em terra. A ideia por trás disso é justamente proteger as condições que ensejam a boa ordem no mar, reconhecendo seu caráter holístico – eis o porquê da influência em terra. Com isso entendemos a ideia de uma ordem no mar inclusiva, reforçando o argumento de Till em favor de uma soberania compartilhada dos global commons.

Com isso, em vez das Marinhas serem empregadas para excluir terceiros potenciais competidores, sua ênfase será em operações conjuntas, colaborando e, assim, empreendendo missões de diplomacia naval colaborativa. Sobre essa missão, Till é deveras contundente, sintetizando muito do que dissemos a esse respeito:

Uma presença marítima não apenas visa a dissuadir ou coagir malfeitores, mas também sinalizar interesse em assuntos de determinada região, monitorando eventos

---

<sup>533</sup> TILL, 2018. Op cit. p.54. Trad. nossa.

<sup>534</sup> Ibid. p 50. Trad. nossa.

no mar e em terra e contribuindo para o desenvolvimento de um senso de comunidade internacional [...]. Cooperação multinacional em um amplo escopo, desde visitas portuárias a exercícios combinados é, portanto, uma importante atividade naval [...]. Sendo assim, as atividades benignas do poder naval têm um relevante papel em operações mais amplas na ideia de se defender o sistema através da conquista dos corações e mentes das populações que dele dependem.<sup>535</sup>

Ora, essa passagem nos mostra a relevância da diplomacia em se empreender uma estratégia marítima de securitização do mar. Ao falar de ‘senso de comunidade internacional’ e conquistar corações e mente, Till demonstra visão congruente à da *noopolitik* no que diz respeito à relevância do *soft power*. Mais ainda, trata de confirmar a necessidade de se construir uma consciência global acerca do mar enquanto objeto a ser securitizado, atuando também na construção do significado de ameaças.

Assim, as marinhas pós-modernas se destacam justamente pelo seu caráter colaborativo e sistêmico, onde “a ênfase é dada na manutenção da segurança marítima geral por intermédio da proteção da boa ordem no mar”<sup>536</sup>. Retomando o argumento de Speller:

as ideias tradicionais sobre operações ‘constabulares’ ampliaram-se recentemente para incorporar um foco adicional em uma gama de atividades que embaça as fronteiras entre as tarefas ‘constabulares’, militares e diplomática. Há uma crescente ênfase em colaboração internacional e na necessidade de se encarar ameaças transnacionais globalmente e não somente nas águas territoriais.<sup>537</sup>

Assim, para nortear a postura colaborativa em nível global das marinhas, importa destacar a concepção estratégica denominada Consciência Situacional Marítima (*Maritime Domain Awareness-MDA*). Para Speller, essa concepção propugna uma efetiva compreensão sobre qualquer ameaça que possa interferir no processo de securitização do mar. Isso seria alcançado a partir do uso eficiente das informações obtidas sobre as pretensas ameaças ao ambiente marítimo, o que envolve não somente a tecnologia, mas também, alcançar as práticas discursivas sobre elas através da noosfera; isto é uma consciência situacional marítima coerente com uma consciência global (noosfera). Essa prática tem ocorrido por ações de vigilância e monitoramento conjunto, não somente entre as marinhas, mas também com órgãos não governamentais internacionais.

A IMB, como dissemos, é um exemplo desses órgãos no que diz respeito a ação de piratas. Localizado em Kuala Lumpur, seu *Piracy Report Centre* opera 24 hrs por dia, buscando “aumentar a consciência da indústria mercante sobre as áreas de alto risco com

---

<sup>535</sup> Ibid. p 305. Trad. nossa.

<sup>536</sup> Ibid.

<sup>537</sup> SPELLER, Op ci. p.164.

ataques piratas e portos/ancoradouros onde roubo armado tem ocorrido”<sup>538</sup> De maneira análoga o ReCAAP também desempenha essa função, no entanto, sendo uma organização diretamente relacionada aos governos regionais. Inicialmente compunha-se de 14 estados asiáticos, mas hoje conta com 20, incluindo países europeus, o Reino Unido, a Austrália e os Estados Unidos.<sup>539</sup>

Outros exemplos podem ser citados também por iniciativa dos Estados, como o escritório de consciência situacional marítima global, dos EUA (*Office of Global Maritime Situational Awareness – GMSA*); no Brasil há o Centro Integrado de Segurança Marítima, CISMAR; o centro europeu de análises e operações marítimas (“*Maritime Analysis and Operations Centre*” – MAOC-N), entre outros.

Desse modo é importante ressaltar a concepção estratégica de MDA enquanto coletiva, objetivando se construir um entendimento compartilhado sobre possíveis ameaças à boa ordem no mar através da informação. Em contraste com as perspectivas do século XX, não se trata de um princípio universal e peremptório. Ao contrário, constrói-se em caráter processual – afinal o tráfego marítimo é deveras intenso e modifica-se a todo momento – prestando-se a criar condições para lidar com as ameaças ao ambiente marítimo de maneira efetiva, em vez de se pautar por uma derrota em uma vitória definitiva sobre elas. Portanto, a consciência situacional marítima mostra-se congruente à produção de narrativas e discursos de que estamos tratando.

Ademais, verificamos que tal construção discursiva não se reduz unicamente ao conhecimento formal sobre as ameaças, mas passa também por ‘discursos algorítmicos’, capazes de coletar e processar todas essas informações e, assim, induzir práticas conjuntas. A MDA, portanto, é um precioso exemplo de uma concepção estratégica marítima construtivista, na medida em que articula a discursos, práticas e diplomacia.

Nessa senda, Marinhas pós-modernas, assim, estariam mais inclinadas a implementar uma consciência situacional marítima efetiva. Cumpre destacar, pois, que não se trata aqui de advogar em favor de um tipo de Marinha em detrimento de outras, especialmente porque tais categorias existem de direito, mas não de fato. Dito de outro modo, as Marinhas na prática, fazem parte de um amplo escopo, que engloba ações modernas e pós-modernas, que precisam se adequar de acordo com o caso concreto. Eis a importância de uma estratégia de

---

<sup>538</sup> <https://www.icc-ccs.org/piracy-reporting-centre>

<sup>539</sup> [http://www.recaap.org/about\\_ReCAAP-ISC](http://www.recaap.org/about_ReCAAP-ISC)

securitização justamente para se mapear possíveis atores e elaborar repostas flexíveis e adequadas de acordo com o caso concreto.

Nesse sentido, um dos desafios do século XXI é encontrar a justa medida para se empregar cada uma dessas missões. Na prática, o que ocorre com os Estados que possuem estratégias marítimas voltadas para securitização do mar é uma tentativa de se fazer funcionar uma *noopolitik* no coração da *realpolitik*, congregando aspectos do pensamento marítimo do século XXI, por dentro das premissas tradicionais do século XX e adequando missões de marinhas modernas e pós-modernas.

### 3.4 SECURITIZAÇÃO MARÍTIMA NO MUNDO

É importante, pois, considerarmos o que consta na doutrina dos países, uma vez que é justamente por elas que verificamos a produção discursiva que mais explicitamente induzirá as práticas efetivas das Marinhas. Isso ocorre na medida em que esse documento torna mais eficaz e eficiente a aplicação dos meios em conjunturas de recursos limitados, conferindo coerência, uniformidade, confiança e previsibilidade<sup>540</sup>. As doutrinas ilustram a adequação do pensamento estratégico marítimo em voga com a empiria necessária para o emprego das Marinhas, motivo pelo qual precisam ser modificadas. Nas palavras de Till, elas são “evanescentes; são ‘o que se tem para hoje’ e constantemente precisam ser modificadas à luz da experiência e da modificação das circunstâncias”<sup>541</sup>

Com efeito, os EUA já em 2007, lançaram a sua *Cooperative Strategy for the 21st century Seapower* (CS21R) com uma atualização em 2015. O documento propugna uma ação conjunta entre os Fuzileiros Navais, Guarda Costeira e a Marinha, sendo a sua edição de 2007 a primeira doutrina nesse sentido. Para Till, a CS21R de 2015 é mais ‘musculosa’ e expansionista, amortecendo o tom quanto ao caráter diplomático e baseado em soft power que expusemos.<sup>542</sup>

Isso não significa, contudo, que tal aspecto não exista, ou mesmo que tenha sido excluído. De uma maneira geral, o que há é uma constante complementaridade em se incrementar os interesses dos EUA em casa, através de uma projeção mundial embrulhada em

---

<sup>540</sup> TILL, 2018. Op cit. p.143.

<sup>541</sup> TILL, Geoffrey. The New U.S Maritime Strategy: Another View From Outside. *Naval War College Review*, Vol 68, no.4, 2015.

<sup>542</sup> Ibid.



uma postura colaborativa e multinacional. De novo, reforçarmos a coexistência das perspectivas estratégicas e não a invalidação de uma por outra.

Há também uma relevante preocupação com os *global commons*, ratificando o documento lançado em 2013 com o mesmo tema – *Joint Operational Access Concept* - especialmente no que implica em seu livre acesso. Essa questão fica evidente nos seguintes termos:

Esta estratégia marítima reafirma dois princípios fundamentais. Primeiro[...]: defender a pátria, dissuadir conflitos, responder a crises, derrotar agressões, proteger os *maritime commons*, estreitar parcerias e prover assistência humanitária e reposta a desastres. Nossa força naval autossustentável, operando nos *global commons*, garante a proteção de nossa pátria [...]. Segundo, forças navais são mais fortes quando operam conjuntamente, com aliados e parceiros. Ao juntar nossas capacidades e habilidades individuais, produzimos um efeito naval conjunto maior do que a soma das partes.<sup>543</sup>

Como se vê a ideia será de modo algum apagar a importância do Estado e sua soberania, mas sim reafirma-la enquanto inserida no sistema internacional. Dito de outro modo, em vez de opor o interesse nacional à estabilidade do sistema internacional, a questão será fazê-los operar em consonância, com suas diferenças e complementaridades. Nesse sentido, há uma evidente preocupação com o sistema internacional, na medida em que é ressaltada a necessidade de se manter o fluxo comercial funcionando.

É explícita a securitização de diversos pontos focais de interesse, em especial, o estreito de Ormuz, sobretudo com a ameaça crescente do Irã.<sup>544</sup> Ademais, há também uma expressa preocupação com organizações criminosas e questões ambientais, sobretudo o aquecimento global e o degelo do Ártico, de modo que “o Oceano Ártico será crescentemente mais acessível e mais amplamente utilizado por aqueles que procuram a abundância de recursos e rotas marítimas”. Tal aspecto reforça a importância dos *global commons* e a preocupação a seu acesso.

Os conflitos interestatais enquanto ameaça são destacados, em especial, ao se considerar a expansão da China como ambígua, pois que, por um lado, contribui para a estabilização do sistema internacional, mas, por outro, apresenta “falta de transparência nas suas intenções militares”<sup>545</sup>, referindo-se à disputa marítima no mar do sul da China. Nesse escopo, ao destacar que, por conta de tecnologias como mísseis balísticos de longo alcance,

---

<sup>543</sup> ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *A Cooperative Strategy for the 21<sup>st</sup> Century Seapower*. Março, 2015.

<sup>544</sup> Lembremos que essa estratégia é de março de 2015 e o acordo de que os EUA posteriormente se retiraram, o JCPOA, é de julho de 2015.

<sup>545</sup> CS21R. p 03.

capacidades de guerra cibernética e redes altamente integradas, potenciais adversários podem complicar “o acesso a algumas regiões marítimas, bem como nossa habilidade de operar nessas regiões, incluindo o litoral e os acessos a terra”, a perspectiva de *Anti-Acess Area Denial* (A2/AD) é mobilizada na medida em que a China avança em direção à chamada segunda camada de ilhas no Pacífico<sup>546</sup>. Não é por outro motivo que o documento enfatiza particularmente a presença norte-americana na região Indo-pacífica, objetivando já em 2020, empregar cerca de 60% de dos navios e porta-aviões na região.

O argumento chave para tais preocupação é “o livre comércio de bens e serviços podem ser impedidos por estados ou agentes não-estatais”, destacando-se aí novamente a relevância do acesso aos global commons; bem como o “estreitamento de alianças e melhoria da interoperabilidade, operações mais integradas e exercícios e treinamentos mais complexos”.<sup>547</sup> Assim, vemos a relevância de uma visão articulada com a *noopolitik* e do ponto de vista estratégico, vemos assim, uma vez mais, a construção discursiva que enquadra a China em posições antitéticas, mas ao mesmo tempo complementares. Ademais, o documento também reforça a preocupação com armas de destruição em massa e as mudanças geopolíticas em geral no século XXI, destacando o caráter interconectado da política internacional.

São elencadas as cinco funções essenciais das forças conjuntas tratadas no documento: *All Domain Access*; dissuasão; controle de área marítima; projeção de poder e securitização marítima (*maritime security*). Till destaca como, por exemplo, algumas questões mais relativas à perspectiva de securitização marítima podem ter sido menosprezadas, como, por exemplo, operações de ajuda humanitária e reposta a desastres (*Humanitarian Assistance and Disaster Response – HADR*) que na edição da CS21R de 2007 estava considerada em separado e atualmente faz parte da missão de projetar poder sobre terra.

Uma missão inovadora e digna de destaque é a *All Domain Access* – em português algo como acesso marítimo irrestrito. Tal missão é como que uma resposta a estratégia chinesa de A2/AD e, para tanto, compõe-se de inúmeros elementos que interligados garantem a “habilidade de se projetar forças em áreas contestadas pelos inimigos com suficiente liberdade de ação para operar de maneira efetiva”<sup>548</sup>. Em uma visão holística, domínio do espaço

---

<sup>546</sup> TILL, 2015. Op cit

<sup>547</sup> Ibid. p.13.

<sup>548</sup> CS21R. p. 20.

eletromagnético, operações no ciberespaço, comando e controle efetivo e consciência do campo de batalha contribuiriam para que se obtenha o All Domain Access.

Destaquemos também a última missão, securitização marítima, cujo objetivo é: garantir o livre comércio, conter proliferação de armas de destruição em massa, terrorismo, crime transnacional, pirataria, pesca ilegal, danos ao meio ambiente e imigração marítima ilegal. Tal missão poderia, sem exageros, complementar a primeira traduzindo-a em termos de soft power.

Porque todas as nações compartilham nos benefícios coletivos da segurança marítima, ela é uma área promissora para expandirmos a cooperação com nossos aliados e parceiros. Por intermédio de exercícios multinacionais e treinamento, vamos fazer com que forças de segurança marítima auxiliem no combate ao crime internacional e proteger a pesca e o comércio marítimo. Essa função ajuda as missões navais de defender nossa pátria, proteger os *maritime commons* e estreitar parcerias.<sup>549</sup>

A primeira e a última missão em conjunto confirmam a complementaridade do pensamento estratégico marítimo tradicional e as mudanças trazidas pela noosfera.

Nessa mesma linha, em maio de 2014 o Reino Unido divulgou sua estratégia nacional para a segurança marítima, *The UK National Strategy for Maritime Security*. Já na primeira seção do documento há uma discussão sobre o conceito de MARSEC, definido como:

O progresso e a proteção dos interesses nacionais do Reino Unido, internamente e internacionalmente, por intermédio da gerência de riscos e oportunidades dentro e a partir do espaço marítimo, de maneira a fortalecer e incrementar a prosperidade, segurança e resiliência do Reino Unido e ajudar na configuração de um mundo estável<sup>550</sup>

Semelhante aos EUA, vemos que interesses nacionais e estabilidade do sistema internacional não se opõem. Conforme consta no documento, os riscos esposados aos interesses nacionais aparecem a partir da construção de discursos sobre: terrorismo, incluindo ataques a carga marítima ou mesmo a passageiros; interrupção das principais Linhas de Comunicação Marítimas devido a situações de guerra, crimes internacionais ou pirataria; cyber-ataques; tráfico ilegal de drogas, armas de destruição em massa e de humanos (imigração ilegal)<sup>551</sup>.

Como se vê, os inimigos nacionais são, em verdade globais, o que justifica os dois princípios em que se baseia a estratégia marítima britânica: integração e colaboração. O

---

<sup>549</sup> Ibid. p. 26.

<sup>550</sup> REINO UNIDO. *The UK National Strategy for Maritime Security*. Maio, 2014.

<sup>551</sup> Ibid.

primeiro diz respeito a capacidade interna do país a se organizar de maneira efetiva, integrando seus órgãos e agências e o segundo trata da articulação internacional. Isto é, na medida em que “securitização marítima é uma verdadeira questão internacional”<sup>552</sup>, o princípio da colaboração propugna o trabalho em conjunto com parceiros e aliados em nível multinacional.

Com isso, as tarefas que se desdobram dos princípios ora esposados são igualmente multilaterais. Com efeito, se resumem a *entender* o ambiente marítimo e *influenciá-lo*, para assim, *prevenir* a escalada de crises e dos riscos acima expostos, *protegendo* os interesses britânicos e *respondendo* quando for necessário. Tais tarefas materializam-se em cinco objetivos que englobam desde a defesa do ambiente marítimo como um todo, cooperando e auxiliando os Estados que tem dificuldade nesse aspecto; à proteção dos territórios britânicos ultramarinos e suas LCM.

nós buscamos política externa ativa e ativista, trabalhando com outros estados para fortalecer as regras em que se baseia o sistema internacional. Estamos comprometidos com a livre navegação, comércio marítimo legal e desimpedido e resolução pacífica das disputas baseados nas leis internacionais. [...] Quando as disputas ocorrerem nos usamos a diplomacia quando possível para resolvê-las[...]<sup>553</sup>

Além do Reino Unido, seguindo vertente semelhante, a União Europeia (U.E) em junho de 2014 promulgou um documento estabelecendo sua postura estratégica calcada em securitização marítima, a *European Union Maritime Security Strategy* (EUMSS). Propõe-se, pois, a estabelecer os interesses dos Estados Membros da U.E contra as ameaças globais no ambiente marítimo, as mesmas citadas anteriormente. Fica evidente no documento a relevância de uma postura colaborativa entre Estados e organizações não-governamentais, de modo que ao garantir a boa ordem no mar e a segurança a “liberdade de navegação [...] infraestrutura, transporte e os recursos do ambiente marítimo são também protegidos”<sup>554</sup>.

Em 2011 a OTAN promulgou seu documento de segurança marítima, justamente em um esforço para estar à altura do “nível de interdependência entre os estados, organizações internacionais e não-governamentais e a crescente complexidade do comércio global e as potenciais ameaças de estados e agentes não-estatais”<sup>555</sup> Jo Gade e Paal Hilde explicam que essa doutrina é justamente o resultado da relevância estratégica endereçada à securitização

---

<sup>552</sup> Ibid. p. 21.

<sup>553</sup> Ibid. p.09.

<sup>554</sup> *European Union Maritime Security Strategy*. Bruxelas: Secretariado do Conselho Europeu, 2014.

<sup>555</sup> Alliance Maritime Strategy. Disponível em [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_75615.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_75615.htm)

marítima, tendo em vista o acesso aos global commons e a boa ordem no mar<sup>556</sup> Ademais a tendência de cooperação global, com membros extra-OTAN e com a ONU<sup>557</sup> tornou-se mais relevante para a Aliança, em especial como recentemente ocorreu com o Brasil e também com a Austrália<sup>558</sup>. É importante ressaltar que tal mudança ocorre justamente na virada do século XXI, em virtude do fim da URSS e sua suposta desnecessidade.

De todo modo, à semelhança do que se encontra nas estratégias ora citadas, o documento da OTAN através da chamada abordagem abrangente, (*Comprehensive Approach*), não buscará anular por completo o paradigma estratégico do século XX, mas sim, construir um discurso holístico para complementá-lo. Assim, a organização deverá cumprir em operações de dissuasão e defesa coletiva; gerenciamento de crise; segurança cooperativa através de parceria diálogo e cooperação; e securitização marítima.

Podemos perceber a congruência de um pensamento marítimo voltado para a securitização do mar engendrado por uma noopolitik, como consta no seguinte trecho do documento:

A OTAN deverá ser capaz de interagir de maneira flexível sobre a extensão da comunidade marítima, incluindo, de acordo com o Plano de Ação para a Abordagem Abrangente, organizações internacionais e organizações regionais, não-governamentais, agências reguladoras no campo marítimo, bem como nações parceiras e não-parceiras [...] reconhecendo que hoje no mundo nenhuma organização militar alcança os objetivos de segurança e certeza de maneira isolada

No entanto, é também de se notar a aparente fragilidade da organização no contexto geopolítico atual. O caso mais recente deu-se com a postura controversa da Turquia que, embora membro da Aliança, após a invasão da Síria, fruto da retirada das tropas americanas, aproximou-se da Rússia<sup>559</sup>, eventual inimigo da aliança. Da mesma forma, o presidente Donald Trump vem criticando países europeus em virtude de seu baixo investimento em defesa, como se, de outro modo, os EUA estivessem financiando ‘free riders’. Mas não somente os EUA, em uma recente entrevista à revista *The Economist*, o presidente da França Emanuel Macron criticou também criticou a OTAN alegando que ela já estaria sofrendo morte cerebral, em virtude das ameaças à própria existência da Europa. Dentre as ameaças,

---

<sup>556</sup> Ibid.

<sup>557</sup> Updated joint declaration on UN-NATO secretariat cooperation. [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_160004.htm?selectedLocale=en](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_160004.htm?selectedLocale=en)

<sup>558</sup> *Individual Partnership and Cooperation Programme Between Australia and The North Atlantic Treaty Organization*. Disponível em [https://www.nato.int/nato\\_static\\_fl2014/assets/pdf/pdf\\_2019\\_08/20190820\\_190807-ipc-p-australia.pdf](https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2019_08/20190820_190807-ipc-p-australia.pdf) acesso em 10/11/2019.

<sup>559</sup> Ver McFAUL. Op cit

Marcon cita a re-emergência da Turquia, da Rússia, o próprio presidente Trump que “não compartilha nossa ideia de projeto europeu” e os desdobramentos da Primavera Árabe.<sup>560</sup>

No entanto a relevância da OTAN, na prática, não parece estar com os dias contados. Em um relatório do *think tank Center for Strategic and International Studies* (CSIS) mostra que, mesmo gastando menos do que 2% de seu orçamento em defesa, somente os membros Europeus da OTAN investem 4 vezes mais do que Rússia na seara militar.<sup>561</sup> Ademais, representa um importante instrumento de defesa tanto para os interesses globais dos EUA, tendo em vista a ameaça Russa e as crescentes tensões no Oriente Médio; quanto para a Europa, com as ameaças a sua segurança trazidos por fatores como o *Brexit* e a própria Rússia.<sup>562</sup>

De todo modo, a série de documentos doutrinários construindo um discurso colaborativo acerca das ameaças ao ambiente marítimo tem se traduzido em práticas conjuntas e com resultados efetivos. A força naval da União Europeia (*EU Naval Force* – EU NAVFOR) capitaneada pela França, em 2008 tratou de envidar esforços para operar na costa da Somália para combater a pirataria. É estabelecida a Operação Atalanta, abrangendo a parte sul do Mar Vermelho, incluindo não somente o mar territorial, mas também o território somaliano, e uma extensa área do oceano Índico. Empreendendo operações de controle de área marítima, operação de assistência humanitária e patrulha naval, a operação Atalanta, prevista para durar até 2020<sup>563</sup>, almeja alcançar cinco objetivos: proteger o tráfego marítimo na região; dissuadir, prevenir e reprimir pirataria e roubo armado; monitorar a atividade pesqueira e proteger outras missões a serem realizadas, bem como estreitar os laços de segurança marítima na região.

De maneira semelhante, em 2001 a *Combined Maritime Forces* (CMF), liderada pelos EUA, é estabelecida como um esforço global na região do Índico para se conter o avanço terrorista marítimo, sobretudo após o ataque ao USS Cole e do episódio das torres gêmeas em 11 de setembro. A CMF Compõe-se de três Forças-Tarefa de coalizão (*Coalition Task Forces*

---

<sup>560</sup> The Economist. *Emmanuel Macron in his own words*. Disponível em <https://www.economist.com/europe/2019/11/07/emmanuel-macron-in-his-own-words-english> acesso em 10/11/2019.

<sup>561</sup> CORDESMAN, Anthony H; MOLOT, Max. NATO's Brain Death Burdensharing Blunders .Novembro de 2019. Disponível em [https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/191121\\_NATO\\_Brain\\_Death\\_Approach\\_Burdensharin.pdf](https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/191121_NATO_Brain_Death_Approach_Burdensharin.pdf)

<sup>562</sup> SCHREER, Benjamin. Trump, NATO and the Future of Europe's Defence. *The RUSI Journal*, no. 164, abril 2019.

<sup>563</sup> <https://eunavfor.eu>

– CTF) que se destinam a combater o terrorismo (CTF 150); a conter a pirataria e roubo armado (CTF 151) e a realizar operações de segurança marítima em geral (CTF 152). Atualmente é constituída por uma parceria de 33 países, incluindo o Brasil.

Desse modo, a atividade pirata, por exemplo, nas proximidades da costa da Somália apresentou vigorosa diminuição: se em 2010 4.185 marinheiros foram submetidos a ataques armados, 1.090 mantidos reféns e 516 utilizados como escudo humano, em 2013, nenhum ataque pirata logrou êxito na região – embora 14 marinheiros tenham sido feito reféns em junho de 2013 por piratas que desistiram do ataque após a chegada de navios da EU NAVFOR e da OTAN<sup>564</sup>. Do mesmo modo, em 2014, 08 ataques ou tentativas de ataques foram registrados, mas em 2018 somente 01 tentativa ocorreu.<sup>565</sup> Dinâmica semelhante aconteceu na pirataria do sudeste asiático quando, após ação cooperativa dos países da região a incidência de ataques também diminuiu – embora de 2013 a 2016 tenha ressurgido – de modo que no período de janeiro a setembro de 2019 foi registrada a menor incidência desde 2007.<sup>566</sup>

### 3.5 SECURITIZAÇÃO MARÍTIMA NO BRASIL

No caso brasileiro, inexistente qualquer estratégia nacional voltada unicamente para a securitização marítima. No entanto, na Estratégia Nacional Defesa (END), promulgada no ano de 2012, aparece o conceito de segurança marítima. A diretriz básica do documento é a dissuasão, com o objetivo de impedir a concentração de forças hostis no território brasileiro. Articulado a essa diretriz, consta como prioridade estratégica para a Marinha do Brasil a negação do uso do mar, definida na Doutrina Militar Naval (DMN) como a capacidade de “impedir que um oponente utilize ou controle uma área marítima para seus propósitos, por certo período de tempo, sem que seja requerido o uso por nossas próprias forças”<sup>567</sup>. Nesse sentido, da associação entre essas duas vertentes é esboçado o que se entende por uma estratégia de segurança marítima:

A constituição de uma força e de uma estratégia navais que integrem os componentes submarino, de superfície e aéreo, permitirá realçar a flexibilidade com que se resguarda o objetivo prioritário da estratégia de segurança marítima: a

<sup>564</sup> <https://eunavfor.eu/indian-sailors-safe-after-eu-navfor-warship-hswms-carlskrona-forces-pirates-to-abandon-attack-on-cargo-vessel/>

<sup>565</sup> IMB Annual Report. Op cit

<sup>566</sup> ReCAAP Report. Op cit

<sup>567</sup> BRASIL. Doutrina Militar Naval. Estado Maior da Armada, 2017. p.1- 6.

dissuasão, priorizando a negação do uso do mar ao inimigo que se aproxime do Brasil, por meio do mar.<sup>568</sup>

Desse modo, apesar de acenar para a integração da América do Sul em uma postura colaborativa e incentivar a participação das Forças Armadas junto à ONU, ao que parece, o conceito de segurança marítima na END foi tomado em consonância com a ideia genérica de segurança, conforme esposada na Política Nacional de Defesa (PND), em vez de uma minuciosa compreensão do oceano em si enquanto global common em um processo de colaboração internacional para se garantir a boa ordem no mar.

Com efeito, na PND é bastante didática no que diz respeito à dimensão holística do conceito de segurança, com especial atenção para o cenário globalizado, interdependente e multilateral. Nesse sentido há uma diferença com relação à noção de defesa nos seguintes termos:

A segurança, em linhas gerais, é a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos se sentem livres de riscos, pressões ou ameaças, inclusive de necessidades extremas. Por sua vez, defesa é a ação efetiva para se obter ou manter o grau de segurança desejado.<sup>569</sup>

É possível afirmar então que a definição de segurança pela PND está associada mais ao negativo de sua própria definição, isto é, segurança seria a ausência de insegurança, esta por sua vez associada a riscos, pressões ou ameaças. Com isso, a segurança é justamente a “condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial”. Desse modo, para implementar essa tal condição seria necessário, portanto, explicitar ao menos quais seriam ao certo os riscos, pressões ou ameaças a que a defesa enquanto “o conjunto de ações do Estado, com ênfase no campo militar” opor-se-ia.

Ocorre que na END consta que as forças armadas serão organizadas em torno de capacidades, não em torno de inimigos específicos, pois o Brasil não tem inimigos. Isto é, a própria END coloca em xeque a definição de segurança que esboça em primeiro lugar: ora na medida que não há inimigos, não há sensação de insegurança e, portanto, não haveria sequer segurança. É evidente, no entanto, que a noção de inimigo se refere a dimensão estatal, o que ainda assim não está inteiramente congruente a noção holística que se apresenta na PND e, que, ademais, impossibilita a construção de um discurso coerente em torno das ameaças globais ao ambiente marítimo, em um viés de securitização.

---

<sup>568</sup> BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa, 2012. Grifo nosso.

<sup>569</sup> BRASIL. Política Nacional de Defesa, 2012.



De todo modo, em busca de uma definição mais precisa, a DMN fora atualizada em 2017, dentre outras mudanças, justamente para inserir tal conceito. Porém, em nenhum momento o documento define segurança marítima em si – nem mesmo no Anexo A, seu glossário – sendo apresentado no capítulo 01 da seguinte maneira:

Entende-se que a segurança marítima está sempre presente, exigindo preparação e emprego permanentes. A MB, designada como “Autoridade Marítima”, pela especificidade de suas atribuições subsidiárias particulares, é responsável por prover a segurança do tráfego aquaviário, no que tange à salvaguarda da vida humana no mar e águas interiores, à segurança da navegação e ao controle da poluição ambiental, causada por embarcações, plataformas fixas ou suas instalações de apoio. Assim, o Poder Naval contribui nas atividades de emprego limitado da força (capítulo 4) e nas atividades benignas (capítulo 5), com diversas ações visando à proteção das pessoas e do patrimônio.<sup>570</sup>

Fruto disso e, à luz da definição acima esposada, ao que parece, pela DMN de 2017, estamos diante de um conceito de segurança marítima voltado para o que, em inglês seria a palavra *safety*. Ocorre que, ainda no capítulo 01, ao definir a dissuasão como tarefa básica do Poder Naval, a DMN retoma o conceito de segurança marítima esboçada na END:

No âmbito do Poder Naval, caracteriza-se por haver uma Força Naval balanceada entre os componentes de superfície, submarino, anfíbio e aéreo, dotada de alto grau de mobilidade, permitindo o aumento da flexibilidade com que se persegue o objetivo prioritário da estratégia de segurança marítima: a dissuasão contra qualquer concentração de forças hostis nas águas de interesse nacional.<sup>571</sup>

Assim, podemos inferir ou que no Brasil segurança marítima de fato engloba as noções de *Safety* e *Security*; ou que, de outro modo, haja uma desconexão do conceito na DMN e entre esta e a END. Pelo fato de não haver uma definição precisa ao longo da DMN, nem mesmo associando segurança marítima ao conceito de consciência situacional marítima; ao emprego do Poder Naval com o uso limitado da força no capítulo 04; ou mesmo às ações benignas do Poder Naval no capítulo 05 (onde sequer é mencionado o conceito) acreditamos tratar-se de uma possível desconexão. Em outras palavras, segurança marítima é utilizado como conceito para duas abordagens diferentes, na END há uma abordagem voltada para segurança associado ao *hard power*; e na DMN há uma abordagem ambígua, ora associada a DMN, ora associada a ideia de *safety* e não de *security*.

É bem verdade que no capítulo 04 onde está previsto o emprego do poder naval nas atividades de emprego limitado da força, constam a aplicação da Marinha do Brasil em

---

<sup>570</sup> BRASIL. Doutrina Militar Naval. Estado Maior da Armada, 2017. p.1-4.

<sup>571</sup> Ibid. p.1-10.

“situações distintas ou acessórias as da guerra naval, em decorrência de previsão constitucional ou legal, de atribuições precípua ou subsidiárias, permanentes ou temporárias”<sup>572</sup>. É nessa seção que constam diversas operações que dão conta das ameaças ao ambiente marítimo ora citadas, como pesca ilegal, pirataria, terrorismo entre outros.

Contudo, podemos perceber que essa visão ainda se articula a uma perspectiva estadocêntrica do pensamento estratégico naval. O conceito de “segurança do tráfego marítimo”, por exemplo, é uma aplicação clássica dos preceitos mahanianos, na medida em que “tem como propósito prover segurança às LCM à pesca e a outras atividades desenvolvidas nas águas de interesse”. Ademais, diversas operações aqui consideradas são aplicações legais da legislação brasileira. Não se quer aqui invalidar o pensamento mahaniano e, menos ainda, a adequação da DMN. Todavia, não se pode deixar de notar uma questão clara: se o Brasil é um país que não tem inimigos e pautará suas Forças Armadas pelas suas capacidades intrínsecas, por que calcar sobejamente sua doutrina em um pensamento estratégico marítimo cujo paradigma é justamente voltado para a competição entre Estados potencialmente inimigos? Se as doutrinas internacionais inserem a *noopolitik* no coração da *realpolitik*, no caso brasileiro é o inverso, mesmo com nossa inclinação diplomática multilateral, e a rotineira operação interagências – como com o CISMAR - inserimos a *realpolitik* no coração da *noopolitik*.

De todo modo, o que fica claro é a necessidade de uma formulação doutrinária precisa do conceito em questão, motivo pelo qual o emprego do termo securitização marítima, conforme definimos nesta pesquisa, parece mais apropriado. Se assim o fosse, a securitização marítima poderia ser uma das tarefas básicas do poder naval, estando associada ao emprego do poder naval nas atividades benignas e ao emprego limitado da força. Nesse sentido, poder-se-ia mesmo cunhar o termo “operação de securitização marítima” que, juntamente com os outros tipos de operações que constam no capítulo 03 e que, sem dúvida, devem permanecer - como operações antissubmarino, de ataque, de esclarecimento entre outras - daria conta da perspectiva holística do pensamento estratégico marítimo contemporâneo.

Tal aspecto mostrar-se-ia importante por motivos doutrinários, diplomáticos e operativos. Com relação ao primeiro, seria destacada a coexistência entre o pensamento marítimo tradicional e o contemporâneo. Do ponto de vista diplomático, o Brasil poderia incrementar seus laços com as nações amigas através de operações conjuntas, e pelo *soft*

---

<sup>572</sup> Ibid. p. 4-1.

*power* poderia fazer parte da construção dos discursos que tornam o ambiente marítimo um objeto a ser securitizado. Desse modo, afirmaria seus interesses imiscuídos ao sistema internacional. Ademais, atualmente o Brasil mantém uma representação junto a IMO justamente em seu comitê de segurança marítima; tal participação poderia ser mais afirmativa.

Do ponto de vista operativo, seria importante para incrementar exercícios rotineiros com robusta articulação com diversos órgãos governamentais como a Polícia Federal, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), e não-governamentais, de modo a garantir a boa ordem no mar e dar conta de ameaças, como por exemplo a que ocorreu recentemente no nordeste do país. fazendo uso de uma robusta articulação com diversos órgãos governamentais, entre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, ao demonstrar um pensamento estratégico marítimo construtivista buscando a securitização do mar, pudemos encetar uma maneira contemporânea para se enfrentar os desafios políticos e estratégicos do século XXI. Em um mundo altamente globalizado, onde as guerras ocorrem na dimensão noosférica e a política internacional é marcada pela incerteza, a estratégia de securitização do mar, dado seu escopo holístico e colaborativo, consegue lidar com tais questões justamente por articular-se a uma noopolitik.

Ademais, pudemos perceber como o conceito de securitização marítima – em lugar de segurança marítima – é oportuno na medida em que, ao enfatizar a produção de discursos enquanto algo concreto, induz práticas colaborativas para manter a boa ordem no mar, afastando ameaças como pirataria, tráfico ilegal de mercadorias, terrorismo e poluição ambiental. No caso brasileiro, em especial, tal aspecto apresenta certa particularidade, uma vez que ainda não há uma estratégia marítima voltada exclusivamente para MARSEC e poderia incrementar a ação da Marinha do Brasil em eventos como o recente desastre ambiental no nordeste do país.

Nesse sentido, constatamos que nosso objetivo geral, qual seja, compreender as transformações do pensamento estratégico marítimo, foi atingido. Se para tal, em nosso primeiro objetivo específico, buscáramos apresentar a maneira de se produzir conhecimentos acerca do mar enquanto elemento político e estratégico em suas bases tradicionais, averiguamos tal aspecto nos principais conceitos de Mahan e de Corbett. Suas obras denotam que o discurso em torno do mar se pautava sobejamente em legitimar os interesses do Estado em seu potencial bélico e como portador da soberania. Influenciados pelo caráter epistêmico e político de seu tempo, percebemos como a geopolítica dos Estados entre os anos de 1880-1914 forjou as condições para que o pensamento estratégico marítimo de ambos vigorasse ao longo do século seguinte.

Do ponto de vista epistêmico, verificamos como sua obra fora coerente à visão positivista e social darwinista da época. Ao estabelecer o advento de uma batalha decisiva como ponto de convergência natural e necessário de uma estratégia marítima, Mahan destacou a inexorabilidade de uma esquadra poderosa, composta por grandes navios de guerra e com grande capacidade de fogo para esse fim. Se Corbett submetia o poder naval à política, Mahan associava à prosperidade do Estado precisamente o movimento oposto: a postura dos estadistas de países como a Inglaterra que sempre orientaram sua política não tanto

subordinando, mas inteiramente impulsionando poder marítimo; é como se a política precisasse do poder marítimo para prosperar e não o contrário.

De outro modo, Corbett, muito por conta da sua formação jurídica, e por buscar seus fundamentos teóricos majoritariamente em Clausewitz, ainda foi capaz de produzir uma abertura teórica suficiente para teorizar acerca das peculiaridades da guerra naval, bem como reforçar a importância em sua articulação com o exército e a política. Corbett não cessou de repetir que é preciso ir além das conjunturas estabelecidas e analisar as nuances de cada decisão, justamente por acreditar que a guerra não segue uma lógica previsível.

Do ponto de vista geopolítico, vimos como a maneira de se produzir conhecimentos sobre o mar não se dissociou da maneira de se compreender a política internacional. Tal aspecto se verificou no navalismo do alvorecer do século XX, onde o poder naval reforçou o próprio *modus operandi* dos sistemas políticos nacionais, contribuindo para as articulações diplomáticas do início do século XX. A *realpolitik*, nos termos de Kissinger, esteve inteiramente articulada às obras dos pensadores. Em Mahan contribuindo para a expansão norte americana, marcando sua entrada como potência mundial; e, da mesma forma, em Corbett, nesse caso tendo em vista um Reino Unido cuja extensão imperial já se mostrava problemática, mas que ainda assim precisava defender seus interesses.

Nesse escopo, com o fito de demonstrar as práticas associadas aos discursos de Mahan e Corbett, alcançamos nosso segundo objetivo específico que fora estudar como a perspectiva dos pensadores predominou ao longo do século XX, materializada desde a Guerra Russo Japonesa até o fim da Guerra Fria. Vimos que o paradigma da batalha decisiva pautada em grandes esquadras vigorou, embora nem mesmo a flagrante indecisão da Batalha Naval da Jutlândia e a inexistência de uma batalha naval que efetivamente destruísse por completo a Esquadra inimiga ao longo do século – a despeito dos vultuosos engajamentos navais especialmente na campanha do Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial – fosse capaz de apagar essa perspectiva por completo.

Corbett tornou-se mais relevante ao longo da Guerra Fria, em especial pela sua perspectiva mais holística, atentando para importância de operações conjuntas. Com a ameaça de aniquilação nuclear, pudemos ver como as perspectivas estratégicas de diplomacia e dissuasão, tiveram a influência de Corbett, e, mesmo contando com as novidades trazidas pelo início do computador, ainda assim se baseavam pelo Estado enquanto centro do discurso estratégico.

Com a perenidade dos discursos de Mahan e de Corbett demonstramos que, mais do que lidar unicamente com o problema da guerra, seu pensamento estratégico marítimo incorporou a perspectiva política de seu tempo, a qual se desdobrou ao longo de todo o século XX. Assim, pudemos apresentar como a *realpolitik* engendrou a produção de conhecimento do mar como instrumento político e estratégico reforçando os interesses nacionais dos Estados a partir de um discurso que visou projetar seus interesses nacionais no sistema internacional.

No nosso terceiro capítulo pudemos examinar as transformações trazidas pelo intenso avanço tecnológico, demonstrando que não se encerram meramente no ciberespaço e que implicam na constituição da noosfera, na relevância dos oceanos enquanto elemento de coesão do sistema internacional e na conseqüente noopolitik. Com isso, ressaltamos a importância da dinâmica social impactando as relações internacionais, algo que só foi possível devido ao amplo desenvolvimento tecnológico. Assim, a intensa produção discursiva esteve articulada à ubiquidade de dados coletados ao redor do mundo. É assim que batalhas narrativas ocorrem coadunados aos conflitos interestatais e em conjunto com ameaças como piratas, terroristas, traficantes e desequilíbrios ambientais, ameaçam o sistema internacional, na medida que afetam o funcionamento do mar, global common por excelência.

É nesse sentido que uma *noopolitik* calcada em cooperação, *soft power* e inserindo os Estados na densa teia de interconexões múltiplas com atores de diversas naturezas mostrou-se oportuna, dado que a *realpolitik* não opera nesses termos, uma vez que não acessa a dinâmica ideacional da política internacional. Se a *realpolitik* não dá mais conta unicamente da realidade política contemporânea, o pensamento de Mahan e de Corbett, a ela articulado, também se mostraram inadequados. Dito de outro modo, reforçamos a tese de que os Estados ainda são os atores mais importantes no cenário internacional, mas com ele coexistem inúmeros outros que são capazes de utilizar o ambiente marítimo de maneira política e estratégica. Os discursos mahanianos e corbettianos não aderem totalmente a essa perspectiva, de modo que projetá-los no presente poderia resultar em uma visão anacrônica.

Explicamos que isso só foi possível porque os oceanos agora são dotados de peculiaridades não tão evidentes no século XX. A tecnologia endereçou-lhes extrema relevância, sobretudo enquanto meio de transporte e fonte de recurso, para além de meramente um instrumento de domínio como fora ao longo do século XX. É nesse sentido que sustentamos que a cooperação interestatal é adequada para manter tal relevância, postura essa deveras coerente à noopolitik. Nessa perspectiva, constatamos que o pensamento de

Geoffrey Till em muito se adéqua ao viés noopolítico, dado seu foco em *soft security*, em uma visão estratégica mais ‘sistemo-cêntrica’ e voltada para os oceanos enquanto global commons.

Pudemos estudar como Till apresenta uma estratégia voltada para Maritime Security. Porque o termo ainda se encontra em aberto, seguindo a visão esposada por Christian Bueguer, enquadrámos MARSEC na teoria da securitização. Associada a uma perspectiva construtivista das relações internacionais, nossa visão de uma estratégia de securitização mostrou-se coerente a perspectiva política contemporânea que apresentamos. Na medida em que propugnam manter a boa ordem no mar, ou seu bom funcionamento enquanto global common, marinhas pós-modernas agem em colaboração, produzindo discursos sobre ameaças globais de modo a securitizar o mar, objeto de referência cuja ameaça existencial prejudicaria o sistema internacional como um todo. Tal produção discursiva opera também na noosfera.

Desse modo, nossa hipótese de que com a globalização a tecnologia induz uma camada ideacional singular, a noosfera, foi confirmada quando analisamos os desdobramentos da Primavera Árabe, a Guerra comercial entre os EUA e a China ou os conflitos recentes entre os EUA o Irã, todos eles apresentando desdobramentos relevantes para o sistema internacional e para a estratégia marítima contemporânea, aspectos cada vez mais interconectados. A noosfera se faz presente na medida em que os conflitos interestatais contam com uma intensa guerra de narrativas, onde cada estado buscar combater seu oponente também na esfera da consciência Global.

De igual modo, quando tratamos das ameaças não estatais pudemos verificar como sua existência também se dá na noosfera; é porque ela está se constituindo que tais ameaças se proliferam e se espalham de maneira mais veloz.

Se a noosfera é o resultado dessa intensa evolução tecnológica é ela também o que contribuiu para descontinuidade do pensamento estratégico marítimo, nossa segunda hipótese. Analisamos a relevância do mar enquanto *global common*, motivo pelo qual os Estados passaram a produzir discursos em torno do mar e não somente em torno de sua própria segurança, tal qual houvera sido no século XX. As doutrinas estratégicas nos mostraram como EUA, Reino Unido, União Europeia e OTAN produzem discursos que mobilizam suas Marinhas a proteger seus interesses na medida em que defendem a boa ordem no mar, securitizando-o. Ou seja, diferentemente da realpolitik, onde os Estados projetam seu interesses no sistema internacional, baseados em cálculos de equilíbrio de poder, vimos que o sistema internacional que passa a ser tão protagonico quanto os interesse dos Estados, que agora colaboram para mantê-lo estável a partir do mar.

Essa mudança na forma de se produzir conhecimento acerca do mar enquanto instrumento político e estratégico, passando dos Estados para o sistema internacional, é que demonstrou nossa segunda hipótese. Tal aspecto também comprovou nossa terceira hipóteses, pois, como vimos, na prática isso tem se configurado em operações conjuntas e mesmo redução da incidência de ataques piratas.

Desse modo, buscando não invalidar o pensamento estratégico marítimo tradicional que, em muito ainda se mostra válido, demonstramos as transformações na maneira de se produzir conhecimento acerca do mar enquanto instrumento político e estratégico: o ambiente marítimo no século XXI é uma maneira dos Estados colaborarem a partir de uma diplomacia noopolítica e agirem em consoante a sua securitização. É essa nova concepção estratégica que, complementando o viés tradicional poderá dar conta dos problemas do presente.

De todo modo, esperamos que o trabalho em questão sirva para mobilizar a política nacional em torno de um viés noopolítico, bem como impulsionar a produção de doutrinas estratégicas marítimas alinhadas com os problemas do presente. Tal aspecto seria bastante adequado à realidade do Brasil, um país marcado por uma política externa multilateral e cooperativa. Assim, securitizar o mar pode servir como um trunfo diplomático relevante para afirmar os interesses do país no cenário internacional.

Utilizar esse trabalho como subterfúgio para uma minuciosa análise da política externa brasileira, ressaltando justamente seu viés plural e singular poderia demonstra a inclinação do país a esse viés estratégico. Poucos trabalhos se debruçaram sobre como a diplomacia brasileira utilizou o mar como instrumento político e estratégico. Desse modo, poder-se-ia mesmo elaborar uma perspectiva estratégica de securitização do mar tipicamente brasileira. Desse modo, em vez de importar conceitos de outros países, o Brasil poderia plasmar sua própria contribuição para o cenário internacional e poder-se-ia falar de um pensamento estratégico marítimo brasileiro.



## BIBLIOGRAFIA

- ADLER, Emmanuel. Imagined (Security) Communities: Cognitive Regions in International Relations. *Millenium Journal of International Studies*. Londres, Vol 26, No, 2, p. 249-277, 1997.
- ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de; SILVA, Francisco Carlos T; LEÃO, Karl Schurster de Sousa. Org. *Atlântico: a história de um oceano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Os Gigantes da Estratégia Naval: Alfred Thayer Mahan e Herbert William Richmond*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.
- ALMEIDA, Francisco Alves de. Horatio Lorde Nelson, o Herói Polêmico, segundo Alfred Thayer Mahan e Sir John Knox Laughton. *Revista Marítima Brasileira*. V. 139. Abril/junho, p. 114-120, 2019.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ANYIMADU, Adjoa. Maritime Security in the Gulf of Guinea: Lessons Learned from the Indian Ocean. *Chatam House*. Londres, julho de 2013.
- ANGELL, Norman. *The Great Illusion: A Study of the Relations of Military Power in Nations to their Economic and Social Advantage*. Londres: G.P. Putman Sons, 1910.
- ARQUILLA, John. *Insurgents, Raiders and Bandits: How Masters of Irregular Warfare Have Shaped Our World*. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishing Group, Inc, 2011.
- ARQUILLA, John; RONFELT, David. *Networks and Netwars: The Future of Terror, Crime and Militancy*. Santa Mônica: RAND corporations, 2001.
- ARQUILLA, John; RONFELT, David. *The Emergence of Noopolitik: Toward an American Information Strategy*. Santa Mônica: RAND corporations, 2001.
- ARQUILLA, John; RONFELT, David. *The continuing promising of noopolitik: Twenty Years After*, 2018. Disponível em [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3259425](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3259425)
- AUBE, Theophile. L'Avenir de La Marine Francaise: Le Décuirassement, La Guerre de Course, Le Réduction du Personnel. *Revue des Deux Mondes* (1829-1971). Paris Vol. 4, No.1 p.175-196, 1874.
- BANKS, Arthur. *A Military Atlas of the First World War*. Londres: Pen&Sword, 2002.
- BEGARIE, Hervé Coutau. *Castex: Le Stratege Inconnu*. Paris: Ed. Economica, 1985.
- BERLIN, Isaiah. *A Proper Study of Mankind*. Londres: Vintage Books, 2013.
- BLACK, Jeremy. *World War Two: A Military History*. Londres: Routledge, 2003.

BLACK, Jeremy. *Naval Power: A History of Warfare and Sea From 1500*. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.

BLACK, Jeremy. *Naval Warfare: A Global History since 1860*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

BOUSQUET, Antoine. *The Scientific Way of Warfare: Order and Chaos on the Battlefield*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2009.

BRANTLY, Aaron Franklin. *The Decision to Attack: Military Intelligence Cyber Decision-Making*. Georgia: University of Georgia Press, 2016.

BUCK, Susan. *The Global Commons: An introduction*. California: Island Press, 1998.

BUEGER, Christian. What is Maritime Security? *Marine Policy*. Londres, Vol 53, p.159-164, 2015.

BUEGER, Christian; EDMUNDS, Timothy. Beyond Sea Blindness: a new agenda for maritime security studies. *International Affairs*. Londres, No. 93, p. 1293–1311, 2017.

BURCHILL, Scott; LINKLATER, Andrew; DEVETAK, Richard; DONNELLY, Jack; PATERSON, Mathew; REUS-SMITH, Christian; TRUE, Jacqui. *Theories of International Relations*. Londres: Palgrave Macmillan, 2005.

BUZAN, Barry. *An Introduction to Strategic Studies: Military, Technology and International Relations*. Londres: Palgrave Macmillan, 1987.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: a new framework for analysis*. Londres: Lynne Rienner Publisher, 1998.

BRASIL. Doutrina Militar Naval. Estado Maior da Armada, 2017.

BRASIL. Política Nacional de Defesa, 2012.

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa, 2012.

BRODIE, Bernard. New Tactics in Naval Warfare. *Foreign Affairs*, Vol 24, Numero 2, 1946.

BROOKS, John. *The Battle of Jutland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

CARR, E.H. *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939*. Londres: Palgrave, Macmillan, 2016.

CASTELLS, Manuel. *The Rise of the Network Society*. Londres: Wiley – Blackwell, 2010.

CASTELLS, Manuel. Ed. *The Network Society: A Cross Cultural Perspective*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *On War*. Ed. Michael Howard e Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1984.

CORBETT, Julian S. *Some principles of Maritime Strategy*. Londres, 1911. Versão eletrônica no formato epub.

CORBETT, J. International Maritime Shipping: The Impact of Globalisation on Activity Levels. *Globalisation, Transport and the Environment*, OECD. Paris, 2010.

CHALK, Peter. *The Maritime Dimension of International Security: Terrorism, Piracy and Challenges for the United States*. Santa Mônica: RAND Corporations, 2008.

CUKIER, Kenneth N.;SCHOENBERGER, Viktor. The Rise of Big Data: How It's Changing the Way We Think About the World. *Foreign Affairs*. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/2013-04-03/rise-big-data>. Acesso em 20/03/2019.

DELMONTE, Louis A. *Nanoweapons: A Growing Threat to Humanity*. Nebraska: Potomac Books, 2017.

DONNELLY, Jack: *Realism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

DORMAN, Andrew; LAWRENCE, Mike; UTLEY, Mathew. *The Changing Face of Maritime Power*. Londres: Palgrave Macmillan, 1999.

DOYLE, Michael W. Liberalism and World Politics. *American Political Science Review*. No. 80, Vol 04. p. 1151–1169. 1986.

DUSS, Peter. *The Rise of Modern Japan*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1976.

ELLEMAN, Bruce A; FORBES, Andrew; ROSEMBERG, David. *Piracy and Maritime Crime: Historical and Modern Case Study*. Newport: Naval War College Press, 2010

EVANS, David C.;PEATTIE, Mark R. *Kaigun: Strategy, Tactis and Tecnology in the Imperial Japanese Navy*. Annapolis: Naval Institute Press, 1997.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *A Cooperative Strategy for the 21<sup>st</sup> Century Seapower*. Março, 2015.

FERGUSON, Niall. *The Square and the Tower: Networks, Hierarchies and the Struggle for Global Power*.Londres: Penguin Books, 2013.

FINN, Ed. *What Algoritms want: Imagination in the Age of Computing*. Cambridge: MIT Press, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1970.

FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours: Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 dezembro*, 1970. Paris: Galimard, 1971.

FOUCAULT, Michel. *Securité, Territoire, Population. Cours au College de France. 1977-1978*. Paris: Gallimard, 2004.

FOUCAULT, Michel. *The Birth of Biopolitics*. Londres: Palgrave Macmillan, 2008.

FREEDMAN, Lawrence. *The Cold War: A Military History*. Londres: Cassel&Co, 2001.

FREEDMAN, Lawrence. *Strategy: A History*. Londres: Oxford University Press, 2009.

FREEDMAN, Lawrence. *The future of war: A history*. Londres: Penguin Books, 2017.

GANGULY, Sumit. Modi Crosses the Rubicon in Kashmir: New Delhi Upends the Status Quo in the disputed Territory. *Foreign Affairs*. Agosto, 2019.

GAT, Azar. *The Origins of Military Thought: From Enlightenment to Clausewitz*. Oxford: Clarendon Press, 1991.

GAT, Azar. *The Development of Military Thought: The Nineteenth Century*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

GILBERT, Martin. *The Second World War: A Complete History*. Londres: RosettaBooks, 2014.

GEISLER, Suzanne. *God and Sea Power: The Influence of Religion on Alfred Thayer Mahan*. Annapolis: Naval Institute Press, 2015.

GOLDHAMMER, Arthur. The Yellow Vest Protests and the Tragedy of Emmanuel Macron. *Foreign Affairs*, Jan. 2019. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/france/2018-12-12/yellow-vest-protests-and-tragedy-emmanuel-macron>. Acesso em 14/08/2018.

GRAY, Collin. *The Future of Strategy*. Londres: Polity Press, 2015.

GROVE, Eric. *The Future of Sea Power*. Londres: Routledge, 1990

GROVE, Eric. *Big Fleet Actions: Tsushima, Jutland, Philippine Sea*. North Farnham: Bloomsbury Press, 1991.

HARDING, Richard. *Seapower and Naval Warfare, 1650-1830*. Londres: Routledge, 1999.

HAAS, Peter M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. *International Organization*. Cambridge. Vol. 46, p 1-35, 1992.

HATTENDORF, John B. *The Writings of Stephen B. Luce*. Newport: US Naval War College Historical Monograph Series, 1975.

HATTENDORF, John; JORDAN, Robert S. *Maritime Strategy and the Balance of Power: Britain and America in the Twentieth Century*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 1989.

HATTENDORF, John. Ed. *The Influence of History on Mahan*. Newport: U.S Naval War College, 1990.

HATTENDORF, John. *Mahan on Naval Strategy: selections from the writings of Rear Admiral Alfred Thayer Mahan*. Annapolis: Naval Institute Press, 2015. Ebook

HATTENDORF, John. What is Maritime Strategy? *Soundings*. Sydney. No. 01, 2013.

HAUNER, Milan. Stalin's Big-Fleet Program. *Naval War College Review*. Newport. Vol. 57. No. 2. Artigo 6. 2004.

HOFF, Joan. *A Faustian Foreign Policy: From Woodrow Wilson to George W. Bush*. Cambridge: Londres, 2007.

HOLMES, James. Mahan, "a Place in the Sun," and Germany's Quest for Sea Power. New Port. *Comparative Strategy Journal*, Vol 23, p. 27-61, 2004.

HOLMES, James; YOSHIHARA, Toshi. Japanese Maritime Thought: If not Mahan, then who?! *Naval War College Review*. Newport. Vol 59, No. 3, Artigo 04, 2006.

HEUSER, Beatrice. *The Evolution of Strategy: Thinking War from Antiquity to the Present*. Cambridge: University Press, Cambridge, 2008.

HERWIG, Holger. *Luxury Fleet: The Imperial German Navy, 1888-1918*. Londres: Routledge, 1980.

IRIYE, Akira. *Power and Culture: The Japanese American War 1941-1945*. Massachusetts: Harvard University Press, 1989.

JASPER, Scott; GIARRA, Paul. *Securing Freedom in the Global Commons*. California: Stanford University Press, 2010.

JOLL, James. *The Origins of the First World War*. Nova Iorque: Longman, 1984.

KEEGAN, John. *Battle at Sea: From Man-of-War to Submarine*. Londres: Pimlico, 2004.

KEEGAN, John. *The Second World War*. Londres: Hutchison, 1989.

KENNAN George (Mr X.) The Sources of Soviet Conduct. *Foreign Affairs*. Vol 25, No. 04, 1947.

KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of The Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. Londres: Unwin Hyman, 1988

KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of British Naval Mastery*. Glasgow: Fontana Press, 1991.

KERSHAW, Ian. *Hitler, the Germans and the Final Solution*. Londres: Yale University Press, 2008.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Nova Iorque: Simon&Schuster, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed PUC-Rio, 2006.

KRASKA, James. *Contemporary Maritime Piracy: International Law, Strategy and Diplomacy at Sea*. California: PRAEGER, 2011.

KRASNER, Stephen. Rethinking the Sovereign State Model. *Review of International Studies*. Londres, No. 27, pág. 17–42, 2001.

KREPINEVICH, Andrew F. Cavalry to computer: the pattern of military revolutions. *The National Interest*; número 37, 1994 p.30-43.

KOWNER, Rottem. *Historical Dictionary of the Russo Japanese War*. Londres: The Scarecrow Press, 2006.

KOWNER, Rottem. *The Impact of the Russo-Japanese War*. Londres: Routledge, 2007.

LAMBERT, Andrew; GARDNER, Rorbet. *Steam, Steal&Shellfire: The Steam Warship 1815-195*. London: Conway Maritime Press, 1994.

LAMBERT, Andrew. *War at Sea in the Age of Sail: 1650-1850*. Londres: Cassel&Co, 2000.

LAMBERT, Nicholas. *Preparing Armagedon: British Economic Warfare and the First World War*. Londres: Harvard University Press, 2012.

LAMBERT, Andrew. *21st Century Corbett: Maritime Strategy and Naval Policy for the Modern Era*. Annapolis: Naval Institute Press, 2017.

LAMBERT, Andrew. Writting the Battle: Jutland in Sir Julian Corbett's Naval Operations. *The Mariner's Mirror*. Londres, No. 103, Vol.2, p. 175–195, 2017.

LAMBERT, Andrew. *Seapower States: Maritime Culture, Continental Empires and the Conflict that Made de Modern World*. Londres: Yale University Press, 2018.

LAPLACE, Pierre-Simon. *Essai Philosophique Sur Les Probabilités*. Paris: Libraire pour les mathématiques, 1825.

LAUGHTON, John K. The Study of Naval History. *Royal United Services Institution*. Londres, Vol. 40, p. 795-820, 1896.

LEVINSON, Marc. *The Box: How the Shipping Container Made the World Smaller and the World Economy Bigger*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

Cf. LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. *Unrestricted Warfare*. PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.

LISS, Caroline; BIGGS, Ted. Ed. *Piracy in Southeast Asia: Trends, Hot Spots and Responses*. Londres: Routledge, 2016.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Problem of Asia and Its Effect upon International Policies*. Boston: Little, Brown and Company, 1900.

MAHAN, Alfred Thayer. Reflections, Historic and Other, Suggested by the Battle of the Japan Sea. *Royal United Services Institution*. Londres, Vol. 50, p. 1327-1346, 1906.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon History (1660 to 1783)* Boston: Little, Brown and Company, 1918.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon the French Revolution and Empire 1793-1812. Vol I.* Nova Iorque: Pickle Partners Publishing, 2013.

MARSHALL, Tim. *Prisioners of Geography: Ten Maps that Tell you Everything You Need to Know about Global Politics.* Londres: eandtbooks, 2015.

MASSIE, Robert K. *Dreadnoughts: Britain, Germany and the Coming of the Great War.* Londres: Head of Zeus, E-Book, 2013.

MARDER, Arthur J. *From the Dardanelles to Oran: Studies of the Royal Navy in War and Peace 1915-1914.* Annapolis: Naval Institute Press, 2015.

MARDER, Arthur J. *From Dreadnought to Scapa Flow. Volume III: Jutland and After, May 1916 – December 1916.* Londres: Oxford University Press, 1965.

MAROLDA, Edward J. Ed. *Theodore Roosevelt, The U.S Navy, and the Spanish-American War.* Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2004.

McDONOUGH, Frank Ed. *The Origins of the Second World War: An International Perspective.* Continuum Books, 2011

MILLER, Edward S. *War Plan Orange.* Annapolis: Naval Institute Press, 2007. E-Book.

MOKYR, Joel. *The Lever of Richer: Technological Creativity and Economic Progress.* Oxford: Oxford University Press, 1990.

MORAN, Daniel; RUSSEL, James A. Ed. *Maritime Strategy and Global Order: Markets, Resources, Security.* Washington: Georgetown University Press, 2016.

MORGAN-OWEN, David. A Revolution in Naval Affairs? Technology, Strategy and British Naval Policy in the “Fisher Era”. *Journal of Strategic Studies.* Londres. Vol. 38, p. 944-965, 2015.

MORGENTHAU, Hans J. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace.* Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1948.

MORISON, Samuel E. *The Two-Ocean War: A Short History of the United States Navy in the Second World War.* Boston: Little, Brown & Company, 1963.

NELSON, Keith; KENNEDY Greg. *The British Way in Warfare Power and the International System 1856 1956* Londres: Ashgate, 2010.

NYE, Joseph Jr; KEOHANE, Robert. *Power and Interdependence: World Politics in Transition.* Nova Iorque: Longman, 2000.

- NYE, Joseph. *Soft Power: The Means do Success in World Politics*. Nova Iorque: Public Affairs, 2004.
- NYE, Joseph. *The Future of Power*. Nova Iorque: Public Affairs, 2011.
- OHMAE, Kenichi. *End of the Nation State: The Rise of Regional Economies*. Glasgow: Harper Collins Publishers, 1994.
- OLIVER David H. *German Naval Strategy 1856-1888: Forerunners of Tirpitz*. Londres: Frank Cass, 2004.
- PAINÉ, Lincoln. *The Sea and Civilization: A Maritime History of the World*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 2013.
- PARET, Peter (Ed). *Makers of Modern Strategy: From Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton University Press, 1984.
- PLESHAKOV, Constantine. *The Tsar's Last Armada: The Epic Journey to the Battle of Tsushima*. Londres: Basic Books, 2002.
- POLMAR, Norman. Polaris: A true Revolution. *U.S Navy Proceedings*. Vol. 132. Junho de 2006.
- POSEN, Barry. The Security Dilemma and ethnic conflict. *Survival: Global Politics and Strategy*. Londres.No.35, volume 1, p. 27-47, 1993.
- PROENÇA JR, Domicio *et al. Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.
- PULESTON, W.D. *Mahan: The Life and Work of Captain Alfred Thayer Mahan, USN*. Oxford: Jonathan Cape, 1939.
- REYNOLDS, Clark G. The Maritime Strategy of World War II: Some Implications? *Naval War College Review*. Newport. No. 3, Vol. 39, p. 43-50, 1986.
- ROSKSUND, Arne. *The Jeune École: The Strategy of the Weak*. Leiden: Brill, 2007.
- ROPP, Theodore. *War in The Modern World*. New York: Macmillan Publishing Company, 1962.
- RUGGIE, John G. What Makes the World Hang Together? Neo-utilitarianism and the Social Constructivist Challenge. *International Organization*. Número 52, p. 855-885. 1998.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.
- SCHURMAN, D.M. *The Education of a Navy. The Development of British Naval Strategic Thought, 1867-1914*. London: Cassell, 1965.



SCHMITT, Carl. *O nomos da Terra no direito das gentes do jus publicum europeu*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, PUC RJ, 2014.

SEARLE, John. *The Construction of Social Reality*. Nova Iorque: The Free Press, 1995.

SEGAR, Robert II. Before Mahan: The Unofficial Case for the New Navy. 1880-1890. *The Mississippi Valley Historical Review*. No. 03, vol. 40, p. 491-512, 1957.

SELIGMANN, Matthew S. *The Naval Route to the Abyss. The Anglo-German Naval Race 1895-1914*. Londres: Ashgate, Navy Records Society, 2015.

SMITH, David A; SOLINGER, Dorothy; TOPIK, Steven C. Ed. *States and Sovereignty in the Global Economy* Londres: Routledge, 1999.

SPECTOR, Ronald. *Professor of War: The Naval War College and the Development of Naval Profession*. Newport: U.S Naval War College, 1977.

SPELLER, Ian. *Understanding Naval Warfare*. Londres: Routledge, 2014.

SPRANCE, Willian R. The Russo-Japanese War: The Emerge of Japanese Power. *The Journal of Military and Strategic Studies*. Vol. 06, artigo 03, 2004.

STRACHAN, Hew. Ed. *World War I: A History*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1998.

STRACHAN, Hew. *The First World War. Volume I: To the Arms*. Londres: Oxford Press, 2003.

STRACHAN, Hew. *The Direction of War: Contemporary Strategy in Historical Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

STRANGE, Susan. *The Retreat of the State: The Difusion of Power in the World Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

STANFORD, Peter M. The Work of Sir Julian Corbett in the Dreadnought Era. *United States Naval Institute Proceedings*. No. 77, p.61-71. 195.

STEINBERG, John W.; MENNING, Bruce W.; VAN DER OYE, David S; WOLFF, David; YOKOTE, Shinji. *The Russo-Japanese War in Global Perspective: World War Zero*. Leiden: Brill, 2005.

STEWART, Ian. *Does God Play Dice? The New Mathematics of Chaos*. Londres: Penguin Books, 1997.

STILLE, Mark. *The Imperial Japanese Navy of the Russo-Japanese War*. Londres: Osprey, 2016.

SUMIDA, Jon Tetsuo. Alfred Thayer Mahan, Geopolitician. *Journal of Strategic Studies*. Londres. No. 22, Vol. 2-3. p 39-62, 1999.

- SUMIDA, Jon Tetsuo. New Insights from Old Books: The Case of Alfred Thayer Mahan. *Naval War College Review*. Newport., Vol. 54, No. 3, p. 100-111, 2001.
- SUMIDA, Jon Tetsuo. *In Defense of Naval Supremacy: Finance, Technology, and British Naval Policy 1889-1914*. Annapolis: Naval Institute Press, 2014. eBook.
- TILL, Geoffrey. *Maritime Strategy and the Nuclear Age*. Londres: Macmilan, 1984.
- TILL, Geoffrey. Ed. *The Development of British Naval Thinking: Essays in memory of Bryan McLaren Ranft*. Londres: Routledge, 2006.
- TILL, Geoffrey. The New U.S Maritime Strategy: Another View From Outside. *Naval War College Review*, Vol 68, no.4, 2015.
- TILL, Geoffrey. BEKKEVOLD, Jo Inge Ed. *International Order at Sea: How it is challenged. How it is maintained*. Londres: palgrave macmillan, 2016.
- TILL, Geoffrey. *Sea Power: A guide for the Twenty-First Century*. Londres: Routledge, 2018.
- TREVOR-ROPER, Hugh. *The Last Days of Hitler*. Nova Iorque: The Macmillan Company, 1947.
- TOWLE, P.A. The Effect of the Russo-Japanese War on British Naval Policy. *The Mariner's Mirror*. Londres. Vol 60, No. 4. p. 383-394, 2013.
- TURNER, Frederick J. *History, Frontier and Section: Three essays*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1993.
- VIDIGAL, Armando. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.
- WALTZ, Kenneth. *Man, the State and War: A Theoretical Analysis*. Columbia: Columbia University Press, 2001.
- WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. Illinois: Waveland Press, 2010.
- WEISS, Linda Ed. *States in the Global Economy: Bringing Domestic Institutions Back*. In. Cambridge Studies. Cambridge University Press. 2004.
- WELLS, David; WILSON, Sandra. *The Russo Japanese War in Cultural Perspective, 1904-1905*. Nova Iorque: Palgrave McMilan, 2004.
- WOOLF, Leonard. *International Government*. New York: Brentano's, 1916.
- YEGOROVA, Natalia. Stalin's Conception of Maritime Power: Revelations from the Russian Archives. *Journal of Strategic Studies*. Londres, Vol 28, No. 2, 157-186, 2005.